



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
CURSO DE HISTÓRIA
MESTRADO ACADÊMICO EM HISTÓRIA**

ANA PAULA GOMES BEZERRA

**CAPITALISMO E ELITE NO CEARÁ: PRODUÇÃO, DISTRIBUIÇÃO E CONSUMO
DE LOUÇAS EUROPEIAS EM ARACATI (1850 A 1890)**

FORTALEZA - CEARÁ

2015

ANA PAULA GOMES BEZERRA

**CAPITALISMO E ELITE NO CEARÁ: PRODUÇÃO, DISTRIBUIÇÃO E CONSUMO DE
LOUÇAS EUROPEIAS EM ARACATI (1850 A 1890)**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Acadêmico em História do Centro de Humanidades da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em História Área de Concentração: História e Culturas

Orientador: Prof. Dr. Antônio Pádua Santiago de Freitas

FORTALEZA - CEARÁ

2015

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

Universidade Estadual do Ceará

Sistema de Bibliotecas

Bezerra, Ana Paula Gomes.

Capitalismo e elite no Ceará: produção, distribuição e consumo de louças europeias em Aracati (1850-1890) [recurso eletrônico] / Ana Paula Gomes Bezerra. - 2015.

1 CD-ROM: il.; 4 ³/₄ pol.

CD-ROM contendo o arquivo no formato PDF do trabalho acadêmico com 240 folhas, acondicionado em caixa de DVD Slim (19 x 14 cm x 7 mm).

Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Estadual do Ceará, Centro de Humanidades, Mestrado Acadêmico em História e Culturas, Fortaleza, 2015.

Área de concentração: História e Culturas.

Orientação: Prof. Dr. Antônio de Pádua Santiago de Freitas.

1. Cultura material. 2. Consumo. 3. Civilização. 4. Capitalismo. 5. Tradução Cultural. I. Título.

ANA PAULA GOMES BEZERRA

"CAPITALISMO E ELITE NO CEARÁ: PRODUÇÃO, DISTRIBUIÇÃO E CONSUMO DE LOUÇAS EUROPEIAS EM ARACATI (1850 A 1890)"

Dissertação submetida ao Programa de Mestrado Acadêmico em História do Centro de Humanidades da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do grau de mestre em História.

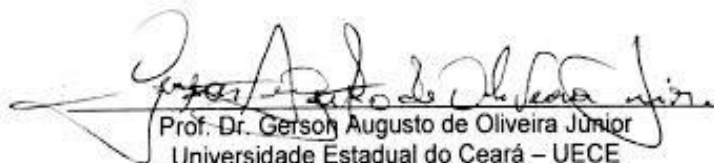
Área de Concentração: História e Culturas

Aprovada em: 08/05/2015.

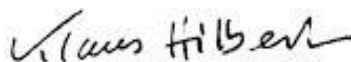
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Antônio de Pádua Santiago de Freitas (Orientador)
Universidade Estadual do Ceará – UECE



Prof. Dr. Gerson Augusto de Oliveira Júnior
Universidade Estadual do Ceará – UECE



Prof. Dr. Klaus Peter Kristian Hilbert
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS

Aos meus avós maternos Francisco Gomes da
Silva e Maria de Souza Gomes (In memoriam).
Ao meu filho Annael Lucas Gomes Bezerra. Ao
meu esposo Francisco Nacélio Silva da Costa.

AGRADECIMENTOS

Ao longo destes três anos de mestrado, digo três, pois um ano foi de preparação e dedicação, e os outros dois foram de disciplinas cursadas, pesquisa e escrita. Foi um período de crescimento pessoal e profissional, além de conhecimento adquirido. Fiz grandes amigos e tive grandes professores. Compartilhei ideias, angústias e dúvidas. Conheci autores que saíram dos livros e contribuíram pessoalmente com minha pesquisa, no sentido de dar opinião ou indicar outras leituras complementares. Ou então simplesmente por me proporcionado o prazer de experimentar um chimarrão, tomar um chocolate quente ou comer uma empadinha. Não posso dizer que o trabalho que aqui se apresenta, foi escrito por duas mãos apenas, pois, foram inúmeras contribuições, no que tange as orientações, as conversas, as discussões conceituais e metodológicas, e acima de tudo as orientações para a vida.

À Deus agradeço em primeiro lugar. Embora não tendo uma religião determinada, mas tendo uma fé.

Aos meus amados avós maternos, padrinhos e pais Francisco Gomes da Silva e Maria de Souza Gomes por contribuírem com minha educação, com a formação do meu caráter e com tudo o que sou hoje. Engraçado saber quase nos últimos anos de vida terrena, que minha amada e linda Mary, que se ela tivesse tido oportunidade nessa vida, seria arqueóloga. Com ela dividi reportagens, sonhos e uma vida cheia de amor.

À Capes agradeço pelo apoio financeiro que, em muito, me ajudou nas pesquisas para o desenvolvimento deste estudo.

Ao MAHIS, na figura do Professor Dr. Altemar da Costa Muniz, aos secretários Neto e Rosilda, e claro a Silvia, pelo carinho, pelas conversas, pelo apoio e atenção no decorrer desses anos.

Aos Professores Drs. Altemar da Costa Muniz, Carlos Jacinto, Gleudson Passos, Erick de Assis e Marco Aurélio por suas observações ao longo do primeiro ano de disciplinas. Ao Prof. Erick de Assis pelo grande conhecimento que adquiri ao longo do Estágio de Docência.

Ao meu orientador professor Dr. Pádua Santiago por sua contribuição ao longo desses anos de pesquisa e elaboração desta dissertação, e por ter me dado autonomia durante o processo de escrita, e me aconselhar quando necessário. Agradeço ainda por sua compreensão e apoio nos momentos difíceis. Aprendi muito no campo acadêmico, profissional e pessoal.

Ao Grupo de Pesquisas Práticas Urbanas por sua contribuição na construção desse trabalho, na participação na Missão Sobral, e o acesso às fontes coletadas nas demais missões, e ainda pela oportunidade de poder cursar o mestrado "sanduíche" na Pontifícia Universidade Católica do

Rio Grande do Sul - PUCRS, período este que vivenciei momentos inesquecíveis, tanto acadêmicas, quanto pessoais.

Ao Eixo de Pesquisa Cultura material, distribuição e consumo de mercadorias, por sua grande contribuição nas discussões acerca da cultura material e no grande aprendizado diário.

Aos Professores Marcélia Marques e Gerson Jr. por suas valiosas contribuições durante a banca de qualificação.

E um agradecimento especial a Marcélia Marques por sua contribuição no estreitamento dos meus laços com a Arqueologia, por seu conhecimento, profissionalismo e amizade.

Aos professores da PUCRS, Jurandir Malerba, Flávio Heinz e Klaus Hilbert pelo apoio e ajuda conceitual e metodológica.

Em especial ao Professor Klaus Hilbert por sua inestimável contribuição no estudo das louças e do consumo, no decorrer dessa trajetória. E por sua atenção, carinho, disposição e conselhos, nos meses em que estive cursando disciplinas na PUCRS.

Ao Professor Arno Kern por seu carinho e contribuições no decorrer da disciplina que tive o privilégio de cursar.

Às secretarias da PROPGH/PUCRS Henriette Shinohara e Carla Carvalho por todo o carinho e atenção em Porto Alegre.

As professoras Ângela Cappelletti e Gislene Monticelli pelo apoio e contribuição tanto no campo acadêmico como no cultural.

À professora Fernanda Tocchetto por sua contribuição na construção desta pesquisa no que se refere ao campo da Arqueologia Histórica, aos conselhos e conversas.

As Instituições de pesquisa e seus funcionários que tanto contribuíram para a realização deste trabalho, IPHAN na figura da Elizabeth, Arquivo Público nas figuras do Prof. Márcio Porto, Prof. André e Liduína Queiroz, Biblioteca Pública e Museu Jaguaribano, entre outras.

A minha amiga Cristina Holanda por seu incentivo, palavras de carinho e ajuda ao longo deste processo.

Agradeço aos meus amigos Rafaela Lima e Lucas Pereira por estarem comigo nessa caminhada que se iniciou na sala de aula do MAHIS e se estendeu as terras gaúchas, onde vivemos momentos de constante aprendizado, brigas (isso faz parte, como diz Rafaela) e amizade. Tenho por vocês um carinho que só se tem por irmãos. Consolamos-nos em momentos de saudade, de angústia, de escrita e nos divertimos juntos conhecendo Porto Alegre, e outras cidades gaúchas. Às minhas amigas de café, de conversa, de mestrado e acima de tudo de vida, Ana Cecília Farias e Claudia Vidal, que com Rafaela Lima (novamente) me proporcionaram e proporcionam momentos de descontração, aprendizagem e muita amizade.

À Eliene Magalhães e Eridiana Lopes Macedo minhas amigas queridas que sempre estiveram ao meu lado me apoiando ao longo desses anos, me ensinando a cada dia. E ainda a Lidiane Moura, Keyla Cristina e Rosiane Rodrigues por serem minhas amigas em todas as horas, e por seu apoio e amizade indiscutível. E a todos que não citei, sintam-se agradecidos e queridos.

Aos amigos que fiz em Porto Alegre, Eugênia Araújo, por suas palavras de carinho e incentivo, e todos os amigos que fiz no housing,

À Ione Castilho pelo apoio e carinho durante minha estada em Porto Alegre e que permanece até hoje.

Aos meus amigos da Turma 2013, por todo o carinho e grande contribuição no processo de escrita, Alex Farias, Flávio Conceição, Aryanna Liberato, Elcelane Linhares, Natália Lima, Rafaela Moreira, Nathan Pereira, Nonato Nogueira, Adaiza Gomes, Lucas Pereira, Rafaela Lima e Cláudia Vidal, a melhor turma do MAHIS. Nossa amizade ultrapassou os limites acadêmicos.

Aos meus amigos e familiares que entenderam minha ausência em diversos momentos ao longo desses quase três anos.

À minha mãe Neurimá, meus tios Edilberto, Nenmaura e Everardo, minhas irmãs Ana Cecília e Ana Cristina e aos sobrinhos Camilo, Gustavo e Benício, e aos meus primos Paulo Victor e Guilherme, por suas palavras de incentivo e carinho. E ainda as minhas sobrinhas Thainan e Carlinha por entenderem minha ausência e por seu carinho e incentivo.

Ao meu sogro Sr. José Pinheiro por suas palavras de incentivo e carinho e sua esposa Maria. Agradeço especialmente ao meu filho Annael Lucas e meu esposo Nacélio Silva, por sua compreensão e apoio durante esses meses em que fiquei ausente (Mestrado Sanduíche), por me compreenderem e me amarem acima de tudo. Obrigada por acreditarem em mim e me apoiarem incondicionalmente. Meu agradecimento e amor são para vocês!

Ao meu gato Finn, companheiro de longas noites de estudo que se estendiam até a madrugada, e por vezes dias e dias na frente do computador e ele sempre ao meu lado.

À todos que contribuíram direta e indiretamente e que torceram por mim ao longo desta caminhada,

OBRIGADA!

Minha bisavó – que Deus a tenha em glória –
sempre contava e recontava
em sentidas recordações
de outros tempos
a estória de saudade
daquele prato azul-pombinho.
Era uma estória minuciosa.
Comprida, detalhada.
Sentimental
Puxada em suspiros saudosistas
e ais presentes
E terminava, invariavelmente,
depois do caso esmiuçado:
‘ – Nem gosto de lembrar disso...’
È que a estória se prendia
aos tempos idos em que vivia
minha bisavô
que fizera deles seu presente e eu futuro
Voltando ao prato azul-pombinho
que conheci quando menina
e que deixou em mim
lembrança imperecível.
Era um prato sozinho,
último remanescente , sobrevivente, sobra
mesmo, de uma coleção,
de um aparelho antigo de 92 peças.
Isto contava com emoção, minha bisavó,
que Deus Haja”

(Cora Coralina)

RESUMO

O estudo em tela, intitulado: “Capitalismo e elite no Ceará: produção, distribuição e consumo de louças europeias em Aracati (1850 A 1890)”, tem como objetivo analisar a inserção da cidade de Aracati no processo civilizador capitalista, a partir do consumo de louças europeias de uso doméstico. A escolha por analisar a sociedade a partir dos objetos que compõem o espaço doméstico nos permite entender como a partir da inserção de tais mercadorias, a referida sociedade mudou seus hábitos e costumes. A diversidade de tais produtos, seja na forma ou na matéria-prima utilizada, nos permite analisar a sociedade aracatiense do ponto de vista do consumo. Sendo assim, usou-se o termo mercadoria e analisou-se sua trajetória nas etapas de produção, distribuição e consumo. As referidas mercadorias eram importadas principalmente da Inglaterra e França e trazidas para a cidade de Aracati, em navios a vapor. Ao chegarem à referida cidade, ocorria a sua distribuição para outros centros como Icó e Russas, onde além de distribuir, também as consumiam. As casas comerciais e seus representantes eram responsáveis pelos pedidos das mercadorias, assim como por sua entrega e venda nas lojas das cidades. O nosso recorte inicia em 1850, com a instalação da primeira casa comercial em Aracati, a Pacheco, Filho & Mendes se estendendo até 1890, com a queda nas importações de produtos europeus pela cidade de Aracati e o declínio da exportação do algodão no Ceará. O século XIX foi um período de grandes mudanças no campo social, econômico e cultural, influenciando o comportamento da sociedade aracatiense e a dinâmica da cidade com a urbanização de ruas e praças, além do aumento de lojas especializadas na venda de produtos importados, como fazendas, utensílios domésticos, mobílias, bebidas, charutos, entre outros. As fontes analisadas foram: diário de viajantes, correspondências da Alfândega e Mesa de Rendas das cidades de Aracati e Fortaleza, correspondências da Casa Boris Frères, obras de época, jornais, inventários, testamento, manuais de civilidade, códigos de posturas e a cultura material, presente nas fontes documentais, e ainda a cultura material propriamente dita.

Palavras-chave: Cultura Material. Consumo. Civilização. Capitalismo. Tradução Cultural.

ABSTRACT

The present study, titled: "Capitalism and elite in Ceará: production, distribution and consumption of European dishes in Aracati (1850 to 1890)", aims to analyze the insertion of city of Aracati in the civilizing process, from the capitalist consumption of European household crockery. The choice for analyzing society from the objects that compose the domestic space allows us to understand how from the insertion of such goods, the said society changed their habits and customs. The diversity of these products, whether in the form or on the raw material used, allow us to analyze the Aracati's society from the point of view of consumption. Therefore, we will use the term goods and will analyze its trajectory in the production, distribution and consumption stages. The goods were imported mainly from England and France and brought to the city of Aracati in steamships. Upon arriving to the city, was its distribution to other centres as Icó and Russas, where in addition to distribute, consume them too. The commercial houses and their representatives were responsible for requests of goods, as well as its delivery and sale in the town's stores. Our crop starts in 1850, with the installation of the first commercial house in Aracati, Pacheco, Son & Mendes extending until 1890, with the fall in imports of European products by the city of Aracati and the decline of cotton's imports in Ceará. The nineteenth century was a period of great change in the social, economic and cultural field, influencing the behavior of Aracati's society and the dynamics of the city with the urbanization of streets and squares, besides the increase of specialty shops in the sale of imported products such as farms, household items, furniture, beverages, cigars, and others. The sources analyzed were: daily travelers, Customs and Revenue Bureau matches the cities of Fortaleza and Aracati, Boris Frères's House correspondence, memory works, newspapers, inventories, wills, civility manuals, postures codes and material culture, present in documentary sources, and also the material culture itself.

Keywords: Capitalism - Civilization - Elite - Material Culture - Cultural Translation.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Mapa da Região de Staffordshire, Inglaterra.....	49
Figura 2 – Cartões postais ilustrando etapas de produção cerâmica	50
Figura 3– Marca (Selo/ carimbo) da fábrica Davenport.....	52
Figura 4 – Marcas (Selos/ carimbos) da Fábrica Petrus Regout	54
Figura 5– Palácio de Cristal, em Londres	57
Figura 6 – Planta do Palácio de Cristal com os stands ou pavilhões distribuídos -1851.....	59
Figura 7– Interior do Palácio de Cristal – um dos stands de louça.....	60
Figura 8 – Material produzido para a Exposição Universal de 1893 em Chicago.....	62
Figura 9 – Material publicitário produzido para a Grande Exposição Universal, em 1851	63
Figura 10 – Selo ou carimbos que identifica o fabricante, origem e motivo da peça.....	80
Figura 11 – Selo da Fábrica Davenport.....	80
Figura 12 – Selos/ carimbos de louças.....	81
Figura 13 – Principais centros comerciais e produtores de cerâmica da Europa.....	83
Figura 14 – Catálogos de móveis produzidos por Thonet.....	86
Figura 15 – Catálogo com os modelos e tipos de mobília produzidos por Thonet.....	87
Figura 16 – Marcas de louças encontradas durante a escavação em Aracati.....	91
Figura 17 – Cartão Postal Série Wedgwood.....	93
Figura 18 – Fragmentos em transfer-printed.....	94
Figura 19 – Faiança Inglesa dos padrões <i>Banded Ware</i> , <i>Pessanty style</i> , respectivamente.....	95
Figura 20 – Padrão Edge blue encontrado durante as escavações.....	95
Figura 21 – Rua grande, com destaque o e carro de bois (Aracati – 1859)	117
Figura 22 – Rua do Comercio, Aracati, Ceara. (1913).....	118
Figura 23 – Anuncio sobre o novo cônsul da Espanha em Aracati.....	120
Figura 24 – Rua Grande – Aracati/ CE, em 1925.....	122
Figura 25 – Gráfico ilustrativo dom os tipos cerâmicos coletados em Aracati.....	124
Figura 26 – Estação de carros no sertão.....	126
Figura 27 – Sistema de transporte de mercadorias com 60 léguas de distância.....	126
Figura 28 – Mapa das Estradas cearenses entre os séculos XVIII e XIX.....	128
Figura 29 – Lei que autoriza o privilégio de uso da linha Icó – Aracaty.....	129
Figura 30 – Trecho do Jornal O Cearense	130
Figura 31 – Planta do Aracati desenhada por Silva Paulet, em 1813.....	131
Figura 32 – Anúncio sobre a extinção da sociedade da Firma Pacheco, Filho & Mendes	136

Figura 33 – Nota acerca da massa falida Pacheco & Mendes.....	137
Figura 34 – Sede da Casa Comercial Costa Lima e Myrtil, antes Costa Lima & Irmão.....	138
Figura 35 – Escritório da Firma Klein & Figueiredo.....	139
Figura 36 – Fachadas da cidade de Aracati – 1850.....	143
Figura 37 – Sobrado onde se localizava a Casa Comercial Goyanna e Prédio da firma J. Klein.....	143
Figura 38 – Frente e interior da Casa Goyanna.....	144
Figura 39 – Anúncio de uma Casa Comercial em Fortaleza apresentado seus artigos	156
Figura 40 – Anúncios de um Leilão publicado no Jorna O Cearense.....	157
Figura 41 – Pedido de mercadorias a Casa Boris Frères.....	157
Figura 42 – Recibo de entrega de mercadoria e de pagamento de fatura-Casa Boris Freres..	158
Figura 43 – Anúncio de uma Casa Comercial em Fortaleza apresentado seus artigos.....	160
Figura 44 – Fragmento de <i>flow blue</i>	161
Figura 45 – Capas de dois dos principais manuais de civilidade que circulavam no Brasil ..	170
Figura 46 – Anúncios dos livros adotados pelas escolas pública e particulares e as formas como se apresentam.....	173
Figura 47 – Capas dos livros ‘Thesouro de Meninos’ e ‘Thesouro de Meninas’ (meninos e meninas)	174
Figura 48 – Anuncio de venda da obra Código do Bom Tom au regras de civilidade e do bem viver.....	175
Figura 49 – Vista parcial de um Guarda-louças – Museu Jaguaribano.....	195
Figura 50 – Capa do Livro de Culinária Cozinheiro Imperial - Nova arte do cozinheiro e do copeiro. Em todos os ramos e seus rumos, Rio de Janeiro, em 1887.....	206
Figura 51 – Capa do Livro de Culinária ‘Cozinheiro Nacional – Colleção das melhores receitas da cozinha brasileira e européas’, Rio de Janeiro e Paris, por volta de 1860.....	207
Figura 52 – Servidor para ovos – Ilustração do século XIX.....	208
Figura 53 – Galheteiro do século XIX.....	208
Figura 54 – Faca para tornear batatas.....	209
Figura 55 – Faca de descascar.....	209
Figura 56 – Talher para trincar.....	209
Figura 57 – Capa dos Livros “Dicionário do Doceiro Brasileiro” e “Doceiro Nacional”	210
Figura 58 – Trecho do Livro Cozinheiro Nacional, 1860.....	210
Figura 59 – Trecho do Inventário de Clemente Astudillo Bussoñs – 1889.....	211

Figura 60 – Escarradeiras produzidas no século XIX – Museu Dom José/ Sobral/Ce.....	213
Figura 61 – Disposição de uma sala de visita do século XIX – Museu Jaguaribano.....	213
Figura 62 – Escarradeiras doadas ao Museu Jaguaribano.....	214
Figura 63 – Trecho do inventário de Eduardo Gonçalves Valente.....	216
Figura 64 – Lavatórios em louça com suporte em madeira de origem europeia.....	217
Figura 65 – Lavatório de duas peças: bacia e jarra em louça – Museu Dom José.....	217
Figura 66 – Amostra coletada – Padrão Pearlware policrômico.....	220
Figura 67– Frente do Casarão do Zacarias.....	221
Figura 68 - Sobrado da Corujas – vista lateral e frontal	222
Figura 69 - Gráfico – Distribuição das peças por função – Casarão do Zacarias.....	223

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Representativo da do crescimento do número dos expositores.....	56
Quadro 2 – Exposições Universais ocorridas entre 1851 a 1900.....	58
Quadro 3 - Demonstrativo referente a participação do Brasil nas Exposições Universais entre 1851 a 1900.....	58
Quadro 4 – Participação do Ceará nas Exposições Nacionais entre 1861 a 1889.....	68
Quadro 5 – Participação do Ceará na Exposição Nacional de 1861.....	69
Quadro 6 – Valores atribuídos a faiança fina por Miller (1796 -1855)	79
Quadro 7 – Selos da fábrica Sarreguemines e seu período de utilização.....	81
Quadro 8 – Identificação das principais fábricas de louça e sua origem	90
Quadro 9 – Louças do século XIX, do Museu Jaguaribano.....	92
Quadro 10 – Principais casas comerciais estrangeiras em Aracati na segunda metade do século XIX.....	19
Quadro 11 – Mappa do calor das mercadorias estrangeiras importadas por cabotagem com carta guia nos annos financeiros de 1845 a 1855.....	123
Quadro 12 – Mappa do calor das mercadorias estrangeiras importadas por cabotagem com carta guia nos annos financeiros de 1855 a 1862.....	123
Quadro 13 – Lista de alguns dos comerciantes mais atantes de Aracati.....	140
Quadro 14 – Mappa de Mercadorias estrangeiras que foram desembarcadas na Alfandega de Aracati -1839 a 1840.	145
Quadro 15 – Mapa de Mercadorias nacionais que foram embarcadas na Alfandega de Aracati (1839 a 1840).....	146
Quadro 16 – Comerciantes que solicitaram louças (Jornal O Commercial– 27/07/1854)	149
Quadro 17 – Comerciantes que solicitaram louças (Jornal O Commercial– 27/07/1854)	149
Quadro 18 – Comerciantes estrangeiros que se instalaram em Aracati.....	153
Quadro 19 – Lista da mobília referente a sala de jantar (Inventário Carlos Felipe Rabelo de Miranda e esposa – 1852).....;;	192
Quadro 20 – Lista da mobília referente a sala de jantar (Inventário João Martins da Silva Zinha – 1875)	193
Quadro 21 – Mobiliário referente a sala de jantar de Clemente Astudillo Bussoñs – 1889 ..	193
Quadro 22 – Lista de louças descritas no inventário – mercadorias.....	197
Quadro 23 – Lista de mercadorias referentes a Casa Comercial Santos & Filhos	197

Quadro 24 – Itens listados nos inventários para serem usados em jantares e banquetes (Louças e vidros)	199
Quadro 25 – Itens listados nos inventários para serem usados em jantares e banquetes (Metal).....	200
Quadro 26 – Móvelia referente a sala de jantar pertencente a Domingos Manuel Pereira Pacheco – 1850.....	202
Quadro 27 - Itens listados nos inventários para serem usados para iluminação.....	202
Quadro 28 –Itens que ilustram o ritual do jantar (Inventário de Carlos Felipe Rabelo de Miranda e esposa	203
Quadro 29 – Itens referentes ao ritual do jantar Domingos Manuel Pereira Pacheco.....	203
Quadro 30 – Chá comercializado pela Casa Comercial Santos & Filhos.....	204
Quadro 31 - Itens referentes ao ritual do jantar Domingos Manuel Pereira Pacheco.....	205
Quadro 32 – Itens de cozinha listados nos inventários de João Martins da Silva Zinha e João Gurgel do Amaral.....	211
Quadro 33 – Itens referentes a sala de visita.....	214
Quadro 34 - Inventários onde encontram-se listados itens relacionados a higiene.....	218
Quadro 35- Padrões decorativos encontrados na cidade de Aracati.....	219

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – O Gráfico ilustra o funcionamento de uma rede comercial.....	38
Gráfico 2 – Rede de Distribuição.....	75
Gráfico 3 – Sistema taxionômico proposto por Majewski e O'Brien.....	78
Gráfico 4 – Ilustrativo referente a rede de comercialização das mercadorias europeias.....	135
Gráfico 5 –Trajetória das mercadorias europeias, nesse caso a louça até seu consumo em Aracati.....	147

SUMÁRIO

1.	CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	20
2.	ENTRE SELOS, FORMA E PADRÕES: FABRICAÇÃO E CIRCULAÇÃO DE LOUÇA NO MUNDO.....	33
2.1.	ENTRE A TÉCNICA E O DESIGN: DA PRODUÇÃO A CIRCULAÇÃO DA LOUÇA DOMÉSTICA PELO MUNDO.....	34
2.1.1	Do artesanal ao industrial: novas técnicas, novas formas, novos materiais.....	42
2.2.	ENTRE CATÁLOGOS E EXPOSIÇÕES: O COMÉRCIO DE MERCADORIAS EUROPEIAS DE USO DOMÉSTICO.....	55
2.2.1	Do Ceará para o mundo: a participação do Ceará nas Exposições Universais.....	65
2.3	“LOUÇAS INGLESAS” E “CADEIRAS AUSTRIACAS”: UMA CARTOGRAFIA DOS OBJETOS NO MUNDO.....	76
2.3.1	Louças para todos os gostos: a circulação das louças e outras mercadorias na cidade de Aracati.....	90
3.	A URBANIDADE, A CIDADE E O COMÉRCIO. ARACATI UM REFLEXO DO MUNDO.....	98
3.1.	“UMA CIDADE EM TRANSFORMAÇÃO. A MODERNIDADE CHEGA A ARACATI”	99
3.1.1.	A cidade de Aracati se transforma se urbaniza.....	103
3.1.2	A cidade se embeleza: Aracati no século XIX	115
3.2	EIS QUE CHEGAM À CIDADE! O COMÉRCIO DE MERCADORIAS EUROPEIAS NA CIDADE DE ARACATI.	120
3.2.1.	Aracati e seu comércio.....	134
3.3.	DIVERSAS FORMAS E FORMATOS: O CONSUMO DE MERCADORIAS DE USO DOMÉSTICO PELA ELITE ARACATIENSE	141
3.3.1.	Louças, vidros e outros. As trocas comerciais se estabelecem.....	145
3.3.2.	Sabores e dissabores do comércio de mercadorias estrangeiras.....	154
4	MODOS E MODAS À MESA: A COMPOSIÇÃO DO CENÁRIO DOMÉSTICO E SEUS RITUAIS	163
4.1.	SER CIVILIZADO: A ‘CIVILIZAÇÃO DOS MODOS’ E A LITERATURA DE CIVILIDADE	164
4.2.	“BONS MODOS À MESA”: A TRADUÇÃO DOS RITUAIS EUROPEUS PELA ELITE ARACATIENSE.	185

4.2.1. Bon appétit! O jantar está servido! Distinção e sociabilidade nos lares aracatienses .	191
4.2.2. Os rituais de comensalidade: o jantar e o chá	198
4.3. CONSUMIR E TRADUZIR: A INSERÇÃO DA ELITE ARACATIENSE NO PROCESSO CIVILIZADOR CAPITALISTA.....	206
4.3.1. Higiene e civilidade: o controle das pulsões	212
4.3.2. Tradução e estratégias de inserção da elite aracatiense.	219
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	226
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	229
GLOSSÁRIO.....	239

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Esta dissertação versa sobre a inserção da elite¹ aracatiense no processo civilizador capitalista a partir do consumo de louças europeias de uso doméstico, perpassando as etapas de produção, distribuição e consumo, e como este grupo traduziu os hábitos e costumes europeus que foram introduzidos juntamente com as louças importadas.

O estudo em tela também uma trajetória, iniciada ainda na Graduação em História na UECE, onde se deu o primeiro contato com fragmentos de louças e aumentou o interesse em pesquisar cultura material a partir do contexto no qual estes estavam inseridos, onde a arqueologia e a história contribuíram para entender as relações sociais presentes no Engenho Alagadiço Novo, e que teve como fruto uma monografia, intitulada “Engenho Alagadiço Novo – uma perspectiva arqueológica”, um resultado tímido, mas que despertou o interesse pela arqueologia associada à história.

O tema aqui proposto surgiu das conversas com o Professor Pádua Santiago logo no início de 2012, e este viu na supra citada trajetória acadêmica e no interesse por arqueologia e história, que o estudo da cultura material seria o ponto de partida para a escolha do meu objeto de pesquisa. A participação no Grupo de Pesquisa em Práticas Urbanas e no Eixo de Pesquisa “Cultura material, estrangeiros, produção e consumo de mercadorias”², tendo este grupo participado de a trajetória desta pesquisa, sendo através das discussões, das missões de coleta de fontes realizadas nas cinco cidades cearenses Sobral, Crato, Quixadá, Aracati e Fortaleza, contribuíram para o amadurecimento da pesquisa aqui proposta, além da disciplina cursada na PUCRS, e das leituras e discussões realizadas enquanto estava em Porto Alegre, realizado o Mestrado Sanduíche, em decorrência do convênio firmado entre o GPPUR/MAHIS/UECE e a PPGH da PUCRS no Projeto "Capitalismo e civilização nas cidades do Estado do Ceará (1860-1930)", aprovado na "Chamada Pública MCT/CNPq/MEC/CAPES - Transversal n 06/2011 - Casadinho/Procad, processo: 552714/2011-9. Foram três anos de pesquisa, leitura e análise de fontes, concomitante as atividades desenvolvidas pelo grupo, essa relação foi primordial para o desenvolvimento deste trabalho e na melhor compreensão de conceitos e metodologias aplicadas aqui.

¹ Entende-se que pode existir uma elite dentro da elite, onde está se diferencia dos demais membros do grupo por ter mais de um dos critérios, como será abordado no capítulo 2. Ou ainda elites formadas, no caso de Aracati por uma elite tradicional, voltada para o campo (rural) e outra urbana, voltada para a cidade, onde os critérios acima aparecem em ambas.

² Eixo de Pesquisa que integra o Projeto Projeto "Capitalismo e civilização nas cidades do Estado do Ceará (1860-1930)" - GPPUR/MAHIS/UECE

Dentre as questões surgidas ao longo das leituras, pesquisas e discussões com grupo ora citado, no decorrer elaboração do estudo em tela, destaca-se as estratégias utilizadas pela elite aracatiense para se inserir no referido processo e como esta traduziu hábitos³ e costumes⁴ europeus a seu cotidiano, a partir da aquisição e consumo de tais louças. Ressaltando que a cidade de Aracati encontra-se situada no litoral cearense e distante milhares de quilômetros dos grandes centros produtores e consumidores, e mesmo assim foram identificadas louças de origem inglesa, francesas, portuguesa e holandesa nas fontes analisadas.

Diante das informações coletadas acerca da entrada das louças de procedência europeia, assim como de outras mercadorias de uso doméstico, a priori pelo porto de Aracati, e posteriormente pelo porto de Fortaleza se fez necessário analisar a trajetória das mesmas desde sua produção, sua distribuição e seu consumo, buscando ainda perceber como a sociedade aracatiense traduziu os hábitos e costumes europeus em seus rituais domésticos a partir importação de produtos de países como a Inglaterra e a França, entre os anos de 1850 a 1890.

Outro ponto importante para compreender tal inserção são as relações estabelecidas entre Europa - Aracati, através das exportações de produtos agrícolas, como a charque e o algodão, tal análise nos permite supor que tais relações tenham ficado mais estreitas através das importações de mercadorias europeias, como as de uso doméstico. Porém, além dessas, foram inseridas máquinas com o objetivo de auxiliar na agricultura, fábricas de tecido e casas comerciais se instalaram no Brasil, chegando à cidade de Aracati.

A partir do estudo da trajetória dessas louças pode-se entender como a cultura europeia, principalmente inglesa e francesa, foi traduzida pela sociedade aracatiense da segunda metade do século XIX. Entendendo que e a tradução discutida ocorre não nos objetos, mas através destes, pois a tradução feita nos objetos propriamente ditos já foi realizada ao longo desta trajetória.

A escolha por analisar a sociedade a partir dos ‘objetos importados’ que compõem o espaço doméstico⁵ priorizando o estudo das louças, nos permite entender como a partir da

³ O conceito de hábitos trabalhado no decorrer deste estudo é o formulado a partir de Pierre Bourdieu (2008, p: 162), entendendo que “capacidade de produzir práticas e obras classificáveis, além da capacidade de diferenciar-se e de apreciar essas práticas, esses produtos (gosto), é que se constitui o mundo social representado, ou seja, o espaço dos estilos de vida”

⁴ Para Thompson (1998) os costumes estão arraigados a realidade material e social de um grupo, a seu trabalho e sua vida, podem ser mudados, mas para tanto requer tempo. O costume pode ser codificado ou não codificado, embora ambos estejam em fluxo contínuo de mudanças.

⁵ O espaço doméstico aqui representado pela sala de jantar.

inserção⁶ de tais mercadorias, a referida sociedade mudou seus hábitos e costumes. O estudo da cultura material nos permite compreender como a sociedade em estudo foi inserida no referido processo e como esta mesma sociedade traduziu os hábitos e costumes internalizados nas mercadorias europeias de uso doméstico, elementos estes que passaram a compor os espaços de sociabilidade domésticos, as salas de jantar e de visita.

Entende-se que a louça cumpriu um papel fundamental para tais mudanças, estas tinham uma função social, cultural, econômica e distintiva. Desta forma, analisando sua trajetória, poderemos compreender como se deu a inserção da referida elite no processo civilizador capitalista e como ela mudou hábitos e costumes locais através da introdução dos rituais de sociabilidade, como o chá e o jantar. Poderemos estender e relacionar também essa influência a outras mercadorias de uso doméstico europeias, como a mobília e os utensílios caseiros utilizados na mesa e cozinha.

A diversidade de tais produtos, seja na forma como na matéria-prima utilizada assim como nas formas de aquisição, nos permite analisar a sociedade aracatiense do ponto de vista do consumo. Consumo este que pode ser observado através do uso de alguns termos como o de mercadoria e a análise da trajetória da mesma. Esta análise nos permite ainda perceber que as referidas mercadorias⁷ têm uma vida social e que podem modificar os hábitos e costumes de quem as consome. Sendo assim, podemos analisar essas mercadorias europeias de uso doméstico que eram produzidas, principalmente na Inglaterra e França e trazidas para a cidade de Aracati em navios a vapor. Ao chegarem à referida cidade, ocorria a sua distribuição para outros centros, como Icó e Russas, onde, além de distribuir, também consumiam tais mercadorias. A distribuição de tais produtos ocorria por meio de carroças puxadas a bois e era realizada tanto por casas comerciais como por seus representantes, responsáveis pelos pedidos das mercadorias, entrega e venda nas lojas das cidades.

Para compreendermos melhor como ocorreu a entrada da cidade de Aracati no referido processo, buscou-se entender como o Brasil foi inserido no processo civilizador capitalista. Sua inserção iniciou-se com a chegada da família real ao Brasil, em 1808, onde a

⁶ Entende-se que foi a partir da entrada das referidas mercadorias que os hábitos e costumes europeus foram modificando os interiores domésticos, pois, para se inserirem no processo civilizador capitalista, os aracatienses adquiriram tais produtos e com eles seus hábitos e costumes. Ao serem inseridos estes objetos trazem consigo uma carga cultural dos grupos que os produziram e que é absorvida pelos grupos que os consomem.

⁷ De acordo com Appadurai (2008), as mercadorias “representam formas sociais e partilhas de conhecimento muito complexas. Em primeiro lugar, e grosso modo, tal conhecimento pode ser de dois tipos: o conhecimento (técnico, social, estético etc.) que integra a produção de mercadorias; o conhecimento que integra a ação de consumir apropriadamente a mercadoria.” O autor ainda analisa a importância de se analisar a trajetória da mercadoria, pois dessa forma se teria observado a mercadoria por diferentes pontos, como o da produção, da distribuição e do consumo, entendendo em cada um desses momentos a sua relação com as mercadorias no seu tempo e espaço.

então colônia vivenciou um período de grandes mudanças e adaptações, dentre elas a abertura dos Portos às Nações Amigas, ou seja, o comércio direto entre Brasil e Europa. Esse período de transformações foi denominado por Malerba (2000, p:27) como europeização, onde ocorreu “a influência recíproca dos diferentes grupos sociais, particularmente as elites de corte e os comerciantes fluminenses, na transformação dos costumes no Rio de Janeiro joanino”, nesse sentido, o autor enfatiza que houve aumento nos hábitos de consumo, pois devido à “europeização dos costumes”, se intensificaram as aquisições de mercadorias europeias, onde as modas francesas e inglesas foram sendo introduzidas na colônia. Esse primeiro período teria se estendido até 1860, onde Freyre (1968), aponta uma Segunda europeização dos costumes ou reeuropeização que se estende até 1930. Este segundo momento se inicia com a instalação das Casas Comerciais, em sua maioria, pelos estrangeiros (ingleses, franceses e alemães) o que possibilitou a entrada mais intensa de produtos de origem europeia, onde se espalharam pelas principais cidades brasileiras – dentre elas, destacamos Aracati – e termina com americanização dos costumes, onde os Estados Unidos iniciam uma fase de expansão de suas mercadorias e ideias.

A importância econômica de Aracati para o Ceará, Brasil e Europa, se inicia com a instalação do povoado, no século XIX, e termina por volta de 1890. Isso se dá a partir do destaque que esta tem nos dois principais ciclos econômicos cearenses, são eles: as charqueadas e a cotonicultura, que possibilitaram o desenvolvimento da referida cidade e a entrada de produtos estrangeiros, principalmente ingleses e franceses, nos lares aracatienses. Essa mudança de status está diretamente associada à mudança de comportamento no que concerne ao consumo, onde membros da sociedade passam a adquirir produtos estrangeiros na tentativa de se alinhar ao modo de vida da burguesia europeia.

O período em que ocorre um maior crescimento cultural, social e urbanístico na referida cidade ocorre a partir de 1850, com a instalação de um dos primeiros estabelecimentos comerciais de importação e exportação de mercadorias, a casa comercial Pacheco, Filho & Mendes, se estendendo até 1890, com a queda nas importações de produtos europeus pela cidade de Aracati e o declínio da exportação do algodão no Ceará. Período de grandes mudanças no campo social, econômico e cultural, influenciando o comportamento da sociedade aracatiense e a dinâmica da cidade com a urbanização de ruas e praças, além do aumento de lojas especializadas na venda de produtos importados, como fazendas, utensílios domésticos, mobílias, bebidas, charutos, entre outros. Dentre eles destaca-se nosso objeto de

estudo, as louças⁸ europeias de uso doméstico e, a partir delas, se estendendo para outros de bens de consumo que compõe os espaços de sociabilidade da casa, como a mobília, adornos, cristais, pratarias, entre outros. Busca-se entender como hábitos e costumes europeus foram traduzidos pela elite local.

A relevância dessas louças está na sua importância para a elite em questão como elemento de distinção social, onde a posse de tais bens os diferenciava dos demais grupos sociais, não importando se sabiam ou não usá-los, mas possuí-los e exibi-los em eventos sociais como jantares, chás e banquetes – não esquecendo que se os soubessem usar eram um elemento a mais nessa distinção social. Dessa forma, pensou-se em uma elite dentro de uma elite, onde membros de grupo social se diferenciavam-se pelos bens e modos de se comportar a mesa e em outras ocasiões sociais.

A louça cumpria uma função social e estava relacionada à sua inserção no processo civilizador capitalista, onde esses produtos atendem as exigências do mercado consumidor e sua produção passa de artesanal para industrial. Ainda, o uso desses objetos torna-se um exemplo de civilidade, distinção e poder aquisitivo do indivíduo, ou seja, atende a todos os critérios estabelecidos pelo referido processo. A partir da produção de louças podemos perceber o aparecimento de outros itens para compor o espaço doméstico, como a mobília (presente na sala de jantar e sala de visita) e os adornos (objetos de decoração), além dos objetos destinados à higiene, como a escarradeira e o lavatório (composto geralmente por uma bacia e uma jarra) e demais mercadorias europeias que foram importadas pela referida elite.

As referidas importações eram realizadas por intermédio das casas ou representantes comerciais que tinham como função a importação e exportação de mercadorias, proporcionando um intercâmbio comercial e cultural entre a Europa e Aracati. As mercadorias importadas eram, principalmente, de uso doméstico e compreendiam os artigos utilizados na configuração dos espaços de sociabilidade, como a sala de jantar e sala de visita.

Esse processo civilizador que se expandia pelas cidades brasileiras estava inserido em um modelo capitalista em expansão iniciado na Europa que, chegando ao Brasil, se expandiu pelas demais cidades do país, influenciando o comportamento social, a dinâmica das cidades e a maneira de pensar da sociedade brasileira, traduzindo um ideário europeu que deveria ser seguido. Além disso, observamos uma intensa entrada de produtos estrangeiros

⁸ As *louças* (engloba as faianças, faianças finas, porcelanas e suas diversidades) estavam presentes em serviços de chá e café, aparelhos de jantar, travessas, sopeiras, molheiras; além de talheres, taças, licoreiras, garrafas de vidro e grés para bebidas.

nos centros urbanos do Brasil. No Ceará, essa expansão começou por Fortaleza centro irradiador, se expandindo por Sobral, Quixeramobim, Crato e Aracati.

O auge econômico da Vila de Aracati⁹ ocorreu com o aumento da produção e da comercialização de carne e de seus subprodutos, como carne seca e couro, que eram exportados diretamente para a Europa, contribuindo, assim, para sua inserção no cenário mundial. Segundo Girão (2000, p. 159), com as charqueadas, o Porto de Aracati¹⁰ tornou-se “o mais movimentado e rico empório de transações da Capitania do Siará, seu crescimento econômico refletiu nos modos da sociedade”, destacando-se a civilidade e polidez dos seus habitantes. Além disso, o referido porto importava artigos finos como, tecidos de seda, utensílios domésticos, mobília, dentre outros, diretamente da Europa, principalmente da Inglaterra e França. O que demonstrava seu grau de civilidade. Os aracatienses se destacavam nos modos de vestir e se portar, de acordo com Girão (2000), isso ocorria devido ao contato com os estrangeiros que moravam ou faziam negócios em Aracati.

Esse consumo de artigos finos é percebido em Aracati a partir de uma elite comercial, intelectual, política e agrária¹¹ que adquiriam tais produtos, sendo eles, em sua maioria, comerciantes ligados ao setor de importação e exportação e os profissionais liberais, como advogados, médicos entre outros. O consumo dessas mercadorias insere a referida cidade dentro de um processo civilizador capitalista, onde a alta sociedade local passa a adotar o modelo de civilidade europeu, buscando assemelhar-se à elite inglesa ou francesa. O referido ideal de civilidade pode ser percebido também através das mercadorias de uso doméstico, destacamos aqui os utensílios domésticos – tanto seu uso quanto a diversidade de formas e matéria-prima. As refeições passaram a ter regras onde não bastava trocar os pratos a cada alimento servido, era necessário que o mesmo acontecesse aos utensílios de mesa, da mesma forma que comer utilizando faca, garfo e colher, ao invés das mãos, não era suficiente deveria ser trocado e utilizado um utensílio específico para cada prato, dessa forma as colheres de sopa, facas de peixe dentre outros, assim como sua disposição na mesa. (Elias, 1994)

A aquisição desses produtos era realizada por casas comerciais e/ou representantes comerciais. Em Aracati, destacamos dois estabelecimentos que importavam e exportavam os

⁹ Aracati é elevada à categoria de vila em 1780, com a denominação de Santa Cruz de Aracati e à categoria de cidade em 1842, com o nome e denominação atual.

¹⁰ O porto de Santa Cruz dos Barcos, antigo porto do Aracati, era considerado ponto obrigatório do comércio com Pernambuco; por ele saíam a maior parte dos gêneros de exportação e entravam os artigos de importação que supriam as ribeiras do Jaguaribe, do Icó, o Crato e os Inhamuns, sendo ele o centro de distribuição à vila de Icó.

¹¹ Destacamos os donos de casas comerciais e seus representantes, assim como os donos de terra e produtores de algodão.

mesmos produtos, são elas: Pacheco, Filho & Mendes (1850), Costa Lima & Mirtil (1875), dentre os produtos comercializados, destacamos a exportação de algodão, peles e couros, miudezas, entre outros produtos. E, na importação de produtos que contribuíram para a expansão capitalista em Aracati, destacamos objetos como tecidos, entre outros. As referidas casas comerciais negociavam também com municípios vizinhos através de seus representantes comerciais¹² ou por suas filiais. A entrada dessas mercadorias era realizada, principalmente, pelo Porto de Aracati. Assim nos revelam estudos realizados acerca da economia cearense, destacamos as obras de Raimundo Girão, dentre outros.

A produção historiográfica realizada sobre a cidade de Aracati restringe-se a alguns artigos e poucos estudos, entre esses, destaca-se o trabalho de Nogueira (2010)¹³, que analisa as práticas de nobilitação e distinção social desenvolvida pelos membros da sociedade aracatiense entre os anos de 1748 e 1804. Em outras áreas, como a Geografia, destacamos a pesquisa de Barbosa¹⁴ que busca entender como a cidade se transformou a partir de sua arquitetura e do traçado urbano como suportes da memória urbana e o que distingue Aracati de outras vilas criadas, no Ceará, no século XVIII. Daí a Importância deste trabalho, pois aborda um viés que ainda não foi explorado pelos pesquisadores, estes discutem temas ligados à economia, política e expansão territorial e privilegiam o período colonial.

Os trabalhos relacionados à segunda metade do século XIX ainda são poucos, dentre eles destacamos a monografia de Oliveira (2009)¹⁵ com o título “As Posturas em Aracati: aforamentos, construção e salubridade urbana nos anos de 1860”; a autora trata da regulamentação do espaço na cidade de Aracati através dos códigos de postura, se detendo a três aspectos abordados nos referidos códigos, são eles: aforamentos, construção e salubridade urbana. Embora a obra proponha um diagnóstico da cidade de Aracati no ano de 1860, analisando o código de posturas da urbe. O referido trabalho não contempla os aspectos da cidade de Aracati como nos propomos a analisá-la.

No campo da Arqueologia, destacamos os relatórios do IPHAN (2006 e 2009)¹⁶, elaborados pela equipe da arqueóloga Verônica Pontes Viana, que analisa a cidade de Aracati

¹² Esses representantes poderiam ser comerciantes ou casas comerciais, em Aracati, destacamos os seguintes: *Clemente Bussoms, Brunnschweiler & Cia, Melquíades da Costa Barros, Gurgel & Cia, Habisreutinger & Cia*, entre outros.

¹³ Ver NOGUEIRA, Gabriel Parente. (2010) **Fazer-se nobre nas fímbrias do império [manuscrito]: práticas de nobilitação e hierarquia social da elite camarária de Santa Cruz do Aracati (1748-1804)**. Dissertação (Mestrado) acesso pelo site <http://www.ufc.br/biblioteca>.

¹⁴ Ver BARBOSA, Maria Edivani Silva. **Aracati (CE) no período colonial: espaço e memória**. Dissertação (Mestrado) Universidade Estadual do Ceará – UECE, Mestrado Acadêmico em Geografia – MAG. 2004.

¹⁵ Ver OLIVEIRA, Beatriz Chaves. **As Posturas em Aracati: aforamentos, construções e salubridade urbana nos anos de 1860**. Monografia (Graduação). Universidade Estadual do Ceará – UECE, Curso de História, 2009.

a partir da cultura material encontrada nas escavações realizadas na referida cidade nos anos 2006 a 2009. As pesquisas aqui apresentadas são importantes, mas não problematizam acerca da relação entre os objetos e a sociedade aracatiense, deixando uma lacuna no que diz respeito a entender a relação entre a sociedade aracatiense e os utensílios domésticos estrangeiros. A relevância deste estudo está em reconstruir a partir dos objetos de uso doméstico o cotidiano da sociedade aracatiense e entender como ela foi inserida no processo civilizador capitalista e também analisar como esses objetos mudaram os hábitos e costumes da referida sociedade. Nenhum dos trabalhos aqui apresentados contemplou a análise sobre a intensidade da expansão capitalista na cidade de Aracati, nem como a elite aracatiense traduziu tal desenvolvimento. Isto é, a partir do presente estudo objetivamos preencher uma lacuna no que concerne à temática aqui proposta.

Para o desenvolvimento desta pesquisa, dialogou-se com a Arqueologia Histórica, buscando relacionar a cultura material presente nas escavações arqueológicas, as peças de museu com as demais fontes aqui apresentadas. Esta pesquisa é de cunho histórico com abordagem histórico-cultural. Ressaltamos que não pretendemos produzir aqui um trabalho de cunho arqueológico, mas sim conversar com a arqueologia para melhor compreender nosso objeto de estudo e desenvolver a pesquisa em questão. Estado este inserido na História Cultural, que de acordo com Pesavento (2003, p: 98) “das imagens às materialidades do mundo dos objetos, o Historiador da Cultura se dispõe a fazer as coisas falarem. Casas, prédios, monumentos, traçados das ruas, brinquedos apontam no sentido de que as coisas materiais são detentoras de significados e se prestam à leitura”, segundo a autora, as fontes são vestígios do passado, e podem ser: cacos, traços, fragmentos, registros que chegam e são desvendados como documentos a partir dos questionamentos apresentados pela História.

Sobre as fontes bibliográficas utilizadas para o desenvolvimento desta pesquisa, destacamos os inventários post-mortem, os testamentos, documentação produzida pela Câmara Municipal de Aracati, correspondências da Casa Boris Frères e da Alfândega e Mesa de Rendas de Aracati e Fortaleza, os jornais e obras literária, as leis provinciais volumes 1, 2 e 3, código de bom tom (1857), objetos do século XIX exposto no Museu Jaguaribano, os termos de propriedade e seus catálogos e, por último, os fragmentos encontrados nas escavações realizadas nos anos de 2007 e 2009, assim como os relatórios e fichas desenvolvidas como resultado das referidas escavações. Sobre estas escavações, elas nos fizeram pensar nos seguintes conceitos: processo civilizador, tradução cultural, vida material

e distinção social. A partir destes pode-se ocorrer a relação entre a produção, distribuição e consumo de mercadorias de uso doméstico e como a cultura europeia, principalmente inglesa e francesa, foi traduzida pela sociedade aracatiense da segunda metade do século XIX.

Dentre os conceitos a serem trabalhados, destacamos capitalismo, civilização, consumo e tradução cultural, estes contribuíram para entendermos como ocorreu a produção, distribuição e consumo de mercadorias europeias na cidade de Aracati entre os anos de 1850 e 1890, formando uma sociedade voltada para o consumo de artigos finos, em especial aqui as mercadorias de uso doméstico. Devido a isso, foram criadas as casas comerciais que tinham como finalidade intermediar a aquisição destes produtos. E ainda, como esse consumo contribuiu para a produção de outros itens que foram inseridos em conjuntos de chá, talheres, entre outros. Esse conceito ajuda a pensar que tais mudanças não acontecem só no campo econômico ou financeiro, ou seja, não é só a aquisição dos produtos, é bem mais. O capitalismo influencia tanto no campo psíquico, material, assim como no social.

Esse capitalismo é percebido através da materialidade de suas relações com as mercadorias europeias de uso doméstico. O conceito de capitalismo, embora seja trabalhado por autores como Marx Weber e Karl Marx, para esta produção nos familiarizamos com o conceito utilizado por Jessua (2011, p. 9), em sua obra “Capitalismo”, entendendo que este “define-se pela apropriação privada dos meios de produção; pela coordenação de decisões por meios de troca, em outros termos, pelo mercado; finalmente pela acumulação de capitais através de instituições financeiras, ou seja, pelo crédito. Entendendo o conceito de capitalismo exposto anteriormente, faz-se necessário compreendermos o conceito de civilização aqui analisado a partir de Elias (1994), em sua obra “O processo civilizador: uma história dos costumes”, ele afirma que civilização é:

[...] uma grande variedade de fatos: ao nível da tecnologia, ao tipo de maneiras, ao desenvolvimento dos conhecimentos científicos, às idéias religiosas e aos costumes. Pode se referir ao tipo de habitações ou à maneira como homens e mulheres vivem juntos, à forma de punição determinada pelo poder judiciário ou ao modo como são preparados os alimentos (ELIAS, 1994, p. 23).

A sociedade aracatiense adota esse modelo civilizador capitalista a partir da inserção de mercadorias europeias, destacamos aqui as de uso doméstico. Buscamos entender como se deu essa inserção e como esses produtos mudaram o cotidiano. Para entendermos isso, utilizaremos o conceito de Tradução Cultural segundo Burke (2008), que a entende como uma forma de alinhamento entre diferentes grupos, buscando se assemelhar a uma sociedade hegemônica. Segundo o autor, a tradução cultural pode ser entendida como “a grande

vantagem em enfatizar o trabalho feito por indivíduos ou grupos para domesticar o que é estrangeiro, em outras palavras, as estratégias e táticas empregadas”(2008, p: 77). Essa forma de alinhar-se também é observada em outra obra organizada pelo autor, intitulada de “Tradução Cultural”, nesse caso, utilizada no “sentido de adaptá-la à cultura local”, ou seja, adquirindo objetos que não faziam parte de suas práticas habituais, reproduzindo em todos os detalhes e inserindo-a em seu cotidiano, no caso dos utensílios domésticos, seja para usá-los ou guardá-los.

A sociedade pode ser analisada através da vida material, segundo Braudel (1995), a “Vida material são homens e coisas, coisas e homens. Estudar as coisas – os alimentos, as habitações, o vestuário, o luxo, os utensílios, os instrumentos monetários [...]” (p. 19). Essa vida material pode ser percebida através das mercadorias produzidas na Europa, principalmente na França e Inglaterra, e depois consumidas e distribuídas na cidade de Aracati, estes objetos podem fornecer indícios de uma ‘vida material’, construída de referências estrangeiras, como já acentuado.

Com o estudo da vida material da sociedade aracatiense, podemos entender outro conceito, este trabalhado por Bourdieu (2011, p. 144), o conceito de distinção, que para o autor “é a diferença inscrita na própria estrutura do espaço social quando percebida segundo categorias apropriadas a essa estrutura”, percebemos que a sociedade em questão busca, a partir da aquisição de mercadorias estrangeiras e tradução de seus hábitos e costumes, se aproximar do modelo europeu de civilidade. E ainda, adquire produtos que as diferenciem dos demais grupos sociais, dando-lhe destaque social.

Para dar conta da problemática em questão, utilizarei as seguintes fontes bibliográficas: Em primeiro lugar destacamos as obras produzidas por viajantes¹⁷, estas nos permitiram entender, a partir da análise seus relatos, os hábitos e costumes da sociedade aracatiense, a partir do contexto em que estes estão inseridos.

Quanto a metodologia empregada para realização do estudo em questão foi o entrecruzamento das fontes aqui listadas, assim como a elaboração de fichas específicas para cada fonte, e que após preenchidas alimentavam um banco de dados. As fontes foram devidamente catalogadas e analisadas no decorrer destes dois anos de pesquisa.

Dentre as fontes analisadas, destaca-se a literária que nos possibilita compreender o universo cultural em que os atores estão inseridos. A partir dessas obras poderemos compreender o que se pensava acerca desse período e como ele era descrito pelos autores, seu

¹⁷ São narrativas das impressões do viajante. Destacamos o viajante Francisco Freyre Alemão.

cotidiano e suas relações. Para uma melhor compreensão do período em questão, foram analisadas cinco obras literárias, são elas: Dona Guidinha do Poço (1892), A Fome (1890), Aves de arribação (1914), A rainha do Ignoto (1889) e No País dos Ianques (1894)¹⁸.

O comportamento social da sociedade aracatiense, seus hábitos e costumes pode ser analisada a partir de fontes impressas, as mesmas são ricas e variadas, destacamos aqui os jornais e seus anúncios referentes ao consumo de tais objetos e sua procedência, entre eles, destacamos os jornais D os jornais¹⁹ D. Pedro II²⁰, a O Commercial²¹, O Sol²², O Cearense²³ e O Aracaty²⁴ que me permitirão entender como os utensílios domésticos produzidos na Europa se destacavam e influenciavam a sociedade aracatiense.

Os documentos cartoriais que foram analisados são os inventários e testamentos. O primeiro nos possibilita entender ainda mais o assunto através da sucessão de patrimônio transmitido entre as famílias de posses de Aracati. Eles estão divididos em capa (declaração), auto do inventário, descrição dos bens²⁵, partilha dos bens entre os herdeiros (quando houver) Codicilo²⁶ (quando houver) e folha cartoriais. Até o momento foram catalogados 220 inventários. Este tipo de documento tem como objetivo identificar quais objetos de valor material ou afetivo se destacavam. Ambos estão em fase de catalogação e organização na sala de pesquisas, no Arquivo Público do Estado do Ceará (APEC).

Os Códigos de Posturas representam uma das melhores fontes para compreendermos a cidade, pois versavam sobre diferentes temas, dentre eles a limpeza da cidade, as atividades comerciais, a conduta social no meio público, a segurança pública, dentre outros aspectos. Os artigos eram elaborados pela Câmara Municipal e enviados para a análise na Assembleia Legislativa, para posteriormente serem sancionados em lei pelo presidente da província. Os artigos relacionados ao código de postura da cidade de Aracati encontram-se disponíveis no Arquivo Público do Estado do Ceará.

Os manuais de civilidade nos permitem compreender os rituais domésticos e o comportamento da sociedade em questão. Para tanto, foi analisado a obra de J.L. Roquette,

¹⁸ São seus autores, respectivamente: Manoel de Oliveira Paiva Rodolfo Teófilo, Antônio Sales, Adolfo Caminha e Emília de Freitas.

¹⁹ O primeiro jornal encontra-se disponível na Hemeroteca da Biblioteca Pública Menezes Pimentel e o segundo encontra-se em nosso acervo digitalizado (ano de 1864).

²⁰ Produzido em Fortaleza no ano de 1840.

²¹ Produzido em Fortaleza no ano de 1853.

²² Produzido em Fortaleza no ano de 1856.

²³ Produzido em Fortaleza no ano de 1846.

²⁴ Produzido em Aracati no ano de 1859.

²⁵ Nos deteremos aos bens móveis (ferramentas de campo, *utensílios de domésticos*, e de casa, joias, roupas, objetos religiosos, mobílias, dinheiro, entre outros.).

²⁶ Pequeno testamento.

intitulado “Código do bom tom; ou, Regras da Civilidade e de bem viver no século XIX”, 1857 (Digitalizado) e que aborda as regras de comportamento desde 1807.

Quanto à entrada de mercadorias europeias, podemos analisar a correspondência da Alfândega e da Mesa de Rendas de Aracati, que trata dos ofícios e requerimentos enviados ou recebidos pelas autoridades em exercício. Esses documentos fornecem informações referentes, principalmente, à importação e exportação, além de apresentar também alguns problemas administrativos. São construídos dos seguintes documentos: ofícios expedidos e recebidos, os mapas de exportação e importação, mapas de entrada, saída de navios nacionais e estrangeiros e mapas de funcionários das referidas repartições. Essa documentação encontra-se catalogada e organizada no APEC (Arquivo Público do Estado do Ceará). Dividida em caixas do Fundo: Alfândegas de Aracati e Fortaleza – Data crônica dessa documentação: de 1835 a 1893. A presente documentação encontra-se disponibilizada em nosso acervo (digitalizada).

As correspondências da Casa Boris Frères, produzidas entre os anos de 1871 a 1944 nos possibilitará entender as relações comerciais existentes entre Aracati e a Europa, além de identificar que tipo de produtos eram mais consumidos pela sociedade em tela. Faremos uso apenas da documentação que contempla nosso recorte temporal e espacial. Os documentos produzidos por esta casa comercial são diversos, entre eles destacamos: as cartas comerciais trocadas entre os representantes, casas comerciais e os recibos de entrada e saída de mercadorias. Os referidos documentos encontram-se disponíveis para pesquisa no Arquivo Público do Estado do Ceará, (Arquivo Intermediário).

Outra fonte de pesquisa importante para o presente estudo é a cultura material que se encontra dividida em: fragmentos de peças encontradas em uma escavação arqueológica realizada entre os anos de 2006 e 2009 e as peças do acervo Museu Jaguaribano, ambas correspondem às mercadorias europeias de uso doméstico propostos neste estudo. Além dos artefatos, foram analisados ainda os relatórios e as fichas correspondentes à escavação, assim como os termos de propriedade e o catálogo das peças do referido museu. Estes nos fornecerão informações que preencherão algumas lacunas que possam ser deixadas pelas fontes escritas.

A partir da leitura das fontes e das questões aqui apresentadas, foi elaborado o seguinte plano. A divisão do presente estudo foi pensada em três capítulos para dar conta do que foi proposto aqui: o primeiro “Entre selos, formas e padrões: fabricação e circulação de louça no mundo”, neste capítulo analisa-se a trajetória das louças europeias de uso doméstico, desde o seu desenvolvimento técnico, a observação de seu design, bem como as formas de

divulgação e venda das referidas das louças e demais mercadorias de uso doméstico, a distribuição e circulação das louças e demais mercadorias de uso doméstico.

No segundo “A urbanidade, a cidade e o comércio: Aracati, um reflexo do mundo” objetiva-se compreender as relações entre as pessoas e as coisas, nesse caso, as louças europeias de uso doméstico e a construção da cidade a partir do comércio e, ainda, a hierarquia social, nesse caso a elite, e ainda entender como se deu a partir do desenvolvimento da cidade a instalação de Casas comerciais de importação e exportação, as redes sociais, comerciais e políticas que se formaram. Busca-se ainda estudar quais critérios foram utilizados para a escolha de tais artigos de luxo.

O terceiro e último capítulo “Modos e modas à mesa: a composição do cenário doméstico e seus rituais” tem como objetivo analisar, através dos manuais que ensinam as normas de comportamento da sociedade, a relação entre os objetos e a civilidade, como esta chegou à cidade; compreender a partir dos objetos utilizados nos rituais de chá e jantar as mudanças nos hábitos e costumes da sociedade aracatiense e o modo estes os traduziram; ainda pretendemos identificar as estratégias utilizadas pela elite para traduzir os hábitos e costumes europeus e o papel dos manuais de cozinha do período em questão.



2. ENTRE SELOS, FORMA E PADRÕES: FABRICAÇÃO E CIRCULAÇÃO DE LOUÇA NO MUNDO.

“[...] O século XVIII viu a transformação do consumo e do mundo no qual esta se deu. O consumo estava começando a se instalar de modo mais frequente, em mais lugares, sob novas influências, desempenhado por novos grupos, em busca de novos bens e em função de novos propósitos sociais e culturais. O ‘mundo dos bens’ estava se constituindo firmemente como coextensivo ao mundo da vida social” (MCCRACKEN, 2003, p: 43)

Durante o setecentos⁵⁴, o consumo de artigos finos, como tecidos, utensílios domésticos, entre outros, expandiu-se pelo mundo, consolidando-se no século XIX, período que vivenciou uma nova forma de consumo⁵⁵. Segundo MacCkraken (2003), o chamado “boom do consumo” foi responsável pelas mudanças ocorridas no mundo, transformando-o, pois antes este era realizado por necessidade, em elemento distinto da sociedade, sendo associado à expansão capitalista e ao processo civilizador, responsáveis pelas referidas mudanças.

Este capítulo está dividido em três tópicos. O primeiro – *Entre a Técnica e o Design: para ser Civilizado é Necessário Consumir, para Consumir é Preciso Produzir* – apresenta a trajetória das louças europeias de uso doméstico, desde o desenvolvimento técnico ao *design* das mesmas. Este tópico encontra-se subdividido em dois: no primeiro, busca-se analisar a produção, a técnica e o design da louça, além de seu contexto; no segundo, destacam-se as fábricas de louças europeias e as primeiras instaladas no Brasil. No segundo capítulo, intitulado *Entre Catálogos e Exposições: a Propaganda e a Vitrine do Consumo*, foram abordadas a forma de divulgação e a venda das referidas das louças e demais mercadorias de uso doméstico, sendo este subdividido em dois: o primeiro analisa a importância das Exposições Universais e sua divulgação; o segundo destaca a participação do Brasil e do Ceará nas Exposições, enfatizando a cidade de Aracati. O terceiro – “*Louças Inglesas*” e “*Cadeiras Austríacas*”: *uma Cartografia dos Objetos na Segunda Metade do Século XIX*– procura analisar a distribuição e circulação das louças e demais mercadorias de uso doméstico. Este encontra-se subdividido em três subtópicos, analisando a circulação das louças e demais mercadorias domésticas no mundo, no Brasil, e, por último, no Ceará, chegando à cidade de Aracati.

⁵⁴ Outra denominação para o século XVIII

⁵⁵ Consumo de artigos de luxo, como tecidos, utensílios domésticos, mobília, entre outros, produzidos em larga escala.

2.1. Entre a técnica e o design: da produção a circulação da louça⁵⁸ doméstica pelo mundo.

“[...] There was a consumer boom in England in the eighteenth century. In the third quarter of the century that boom reached revolutionary proportions. Men, and in particular women, bought as never before. Ever their children enjoyed access to a greater number of goods than ever before. In fact, the later eighteenth century saw such a convulsion of getting and spending, such an eruption of new prosperity, and such an explosion of new production and marketing techniques, that a greater ,,,proportion of the population than in any previous society in human history was able to anjoy the pleasures of buying consumer goods”⁵⁹ (MCKENDRICK, 1982, p: 9)

O último quartel do século XVIII foi marcado por um “*boom* do consumo”, que, segundo o Mckendrick (apud MACCRACKEN, 2003), teria sido o início da Revolução do Consumo. Para justificar a relevância do século XVIII, o autor busca enfatizar a importância dada, por alguns estudiosos, à Revolução Industrial, em detrimento de outras grandes mudanças, como a Revolução do Consumo. Este ainda discorda do “[...] entusiasmo selvagem com o qual o consumidor inglês acolheu a chita barata e as musselinas importadas da Índia nos anos de 1760” (McCracken, 2003, p:23) tenha sido um dos eventos iniciais da Revolução do Consumo, e

“[...] examina a ‘comercialização da moda’ como uma das áreas-chefes nas quais a demanda do consumidor mudou e foi mudada pelas inovações do século XVIII. Tais inovações incluem uma nova e intensificada tirania da moda, uma mais rápida obsolescência do estilo, uma difusão mais veloz do conhecimento dos padrões de moda. O aparecimento de técnicas de marketing como a manequim e os estereótipos de beleza, a nova e mais ativa participação de grupos sociais anteriormente excluídos e sua contribuição para o bem público. O autor [Mackendrick] se volta, então, para o estudo da comercialização da cerâmica e do gênio empresarial de Josiah Wedgwood, que ao mesmo tempo se seguiu e levou ao *boom* de consumo do período [...] Finalmente, Mackendrick examina a história da comercialização da moda do século XVIII e a contribuição de George Packwood, que tanto fez para desenvolver os anúncios publicitários em jornais no período” (MACCRACKEN, 2003, p: 23)⁶⁰

⁵⁸De acordo com Pileggi (Apud ZANETTINI, 1986, p: 119) louça é uma denominação genérica de “todo produto manufaturado de cerâmica, composto de substâncias minerais sujeitas a uma ou mais queimas”. E dividem-se segundo Pileggi em produtos porosos (absorventes) e não porosos, como vemos a seguir.

⁵⁹“Houve um boom de consumo na Inglaterra no século dezoito. No terceiro quartel do século atingiu proporções revolucionárias. Homens, e em particular as mulheres, compraram, como nunca antes. Constantemente as crianças desfrutaram o acesso a um maior número de bens. De fato, o final do século XVIII viu tal convulsão de ganhar e gastar, como uma erupção do novo e da prosperidade, uma explosão de novas técnicas de produção e marketing, onde uma maior proporção da população foi capaz de desfrutar dos prazeres da compra de bens de consumo mais do que em qualquer sociedade anterior da história humana.” (MCKENDRICK, 1982, p: 9). (Tradução do autor)

⁶⁰ Grifo do autor

A explanação acima reflete a análise de MacCraken (2003) acerca dos eventos que motivaram a referida Revolução do Consumo. Para o autor, houve três momentos decisivos para a “história do consumo”, denominados por ele de “*boom* do consumo”, tendo estes tomado uma nova escala de consumo e mudado de caráter, refletindo e impulsionando padrões de produção, troca e demanda, onde estes funcionaram simultaneamente (Id, 2003). O primeiro *boom* teria ocorrido no século XVI, na Inglaterra, e, segundo o autor, teria ocorrido no último quartel do citado período,

“[...] Este *boom* se deve principalmente ao novo consumo de dois grupos. Elizabeth, por suas próprias razões políticas, aprendeu a se utilizar do consumo como um meio de criar um amplo teatro dedicado ao engrandecimento de seu poder enquanto monarca. [...] Os nobres, por outro lado, descobriram-se gastando reativamente, não apenas porque Elizabeth demandava que assim o fizessem, mas também em função da presença, com a qual não estavam habituados, de competidores sociais que os instigavam a consumir.” (McCRACKEN, 2003, p: 35)

Com isso, os nobres se viram escravos de um consumo cada vez mais competitivo, que acarretou mudanças na unidade de consumo, antes familiar, passando o mesmo a ser individual, ou seja, o “[...] processo de decisão de consumo, o qual agora atentava para as necessidades imediatas da competição por status, em detrimento das necessidades de longadad da corporação familiar” (Ibidem, p. 36). A natureza da família e da localidade foram modificadas drasticamente. O segundo *boom* teria sido motivado pela reação inglesa a chita barata e a musselina. De acordo com MacCraken (2003, p. 23) “A súbita demanda por esta moda foi a primeira indicação dos novos gostos do consumo, mecanismos que iriam dirigir a produção doméstica e as importações estrangeiras rumo a uma nova escala de atividade”. Tal afirmação nos leva a supor que este tenha sido o segundo *boom*, desta vez marcado pela “moda”. O terceiro, por sua vez, teria ocorrido no século XVIII, assinalado por uma explosão do consumo. Segundo o autor, o “mundo dos bens” teria se expandido para incluir “novas oportunidades de compra” de diversos tipos de mercadorias, como móveis, cerâmicas, espelhos, prata, tecidos, dentre outros. Seria o princípio da competição social, onde a sociedade inglesa se empenhava em obter uma mobilidade vertical, fazendo parte de uma hierarquia social baseada em uma classificação dos objetos.

Esse *boom* pode ser considerado como etapa da Revolução do Consumo, sendo esta concomitante à Revolução Industrial; ambas estavam relacionadas ao crescimento da

produção em massa de artigos de luxo, tendo expandido o capitalismo por todo o mundo⁶¹ através do consumo de bens, sendo responsáveis por tornar século XIX um período de realizações, onde se percebe uma aproximação mais intensa entre a sociedade e os referidos bens ou artigos de luxo, provocando uma hierarquia social centrada nos mesmos.

No decorrer do oitocentos não teria ocorrido nenhum *boom* do consumo, como afirma MacCracken (2003, p. 43): “[...] havia agora uma relação dinâmica, contínua e permanente entre as mudanças no consumo e as sociais, as quais, juntas, conduziām a perpétua transformação do Ocidente”. As lojas de departamento e seus catálogos, as exposições universais e o consumo de bens estava interligado com a mudança social. Tais elementos foram marcantes neste período. O autor destaca ainda que a relação entre o consumo e a cultura ficam mais estreitas; este traz consigo um significado cultural, não apenas o objeto pelo objeto, e sim o que ele representa.

A “Revolução do Consumo” aqui apresentada tem seu termo “Revolução” justificado por McKendrick, que afirma (1982, p. 9): “Just as the Revolution of the eighteenth century marks one of the great discontinuities in history of the great turning points in the history of human experience, so, in my view, does the matching revolution in consumption⁶³”. Ele entende que, assim como a Revolução Industrial, a Revolução do Consumo foi responsável por uma grande transformação na experiência humana. Desta forma, não podemos separar uma da outra, pois ambas estão interligadas.

Concomitante à Revolução Industrial e do Consumo observa-se uma mudança no comportamento da sociedade, que aos poucos se civiliza. Esse processo foi denominado por Norbert Elias⁶⁴ de “processo civilizador”. A expansão capitalista se consolidou pelo mundo através dos objetos produzidos, e a busca por conquistar um mercado em potencial motivou a inovação no uso de matérias-primas, nas formas e nas técnicas de pintura, entre outros. Tais fatores proporcionaram uma inserção de tais objetos em diferentes grupos sociais, gerando mudanças nas referidas sociedades ao longo dos tempos.

Pode-se analisar a relação entre produção, cultura e consumo é observada na obra de Norbert Elias (2011), *Processo Civilizador*, na qual o autor analisa o que é ‘ser civilizado’ e os componentes diretos e indiretos que o seguem. A inter-relação entre as tríades produção-

⁶¹ Recorreremos também ao termo economia –mundo, utilizado por Immanuel Wallerstein (2001), em sua obra *Capitalismo Histórico e Civilização Capitalista*, para enfatizar a expansão capitalista que se espalhava pelo mundo, formando redes mercantis de proporções globais.

⁶³ “Assim como a revolução do século XVIII marca dentre as grandes descontinuidades na história dos grandes pontos de virada na história da experiência humana, então, na minha opinião, faz a correspondência revolução no consumo” (McKendrick, 1982, p. 9). (Tradução do autor)

⁶⁴ Op. Cit.

distribuição-consumo e civilização-consumo-cultura tem no consumo de bens sua base. Refere-se ao fato de que o ato de civilizar-se cria rituais, e estes, por sua vez, criam a necessidade de consumir objetos que contribuam para a realização dos mesmos, ocorrendo um desenvolvimento técnico e do *design*. Com isso, ocorre a necessidade de se transportar ou assimilar a cultura do outro através dos objetos produzidos.

De acordo com Elias (2011), a necessidade de se inserir mais itens para compor os aparelhos de chá, café e jantar, além dos talheres e da diversidade na forma e tamanhos e no design dos mesmos ressalta a relação entre o consumo e a expansão capitalista, e como esta é intrínseca ao processo civilizador. De acordo com o autor

[...] Já não basta comer apenas com a faca, o garfo e a colher, em vez de se usar as mãos. Cada vez mais na classe alta, um implemento especial é usado para cada tipo de comida. Colheres de sopa, facas de peixe e facas de carne são postas em um dos lados do prato. (ELIAS, 2011, p.: 110)

As transformações aqui apresentadas foram resultado de quase trezentos anos de mudanças. De acordo com MacCracken (2003), em meados do século XVII ocorre uma intensificação na produção de bens de consumo em diversos países do mundo, principalmente na Inglaterra, onde o desenvolvimento tecnológico impulsiona a produção em massa de itens até então produzidos artesanalmente. Essa transição do produto artesanal para o industrializado não ocorre de forma homogênea, tampouco instantaneamente.

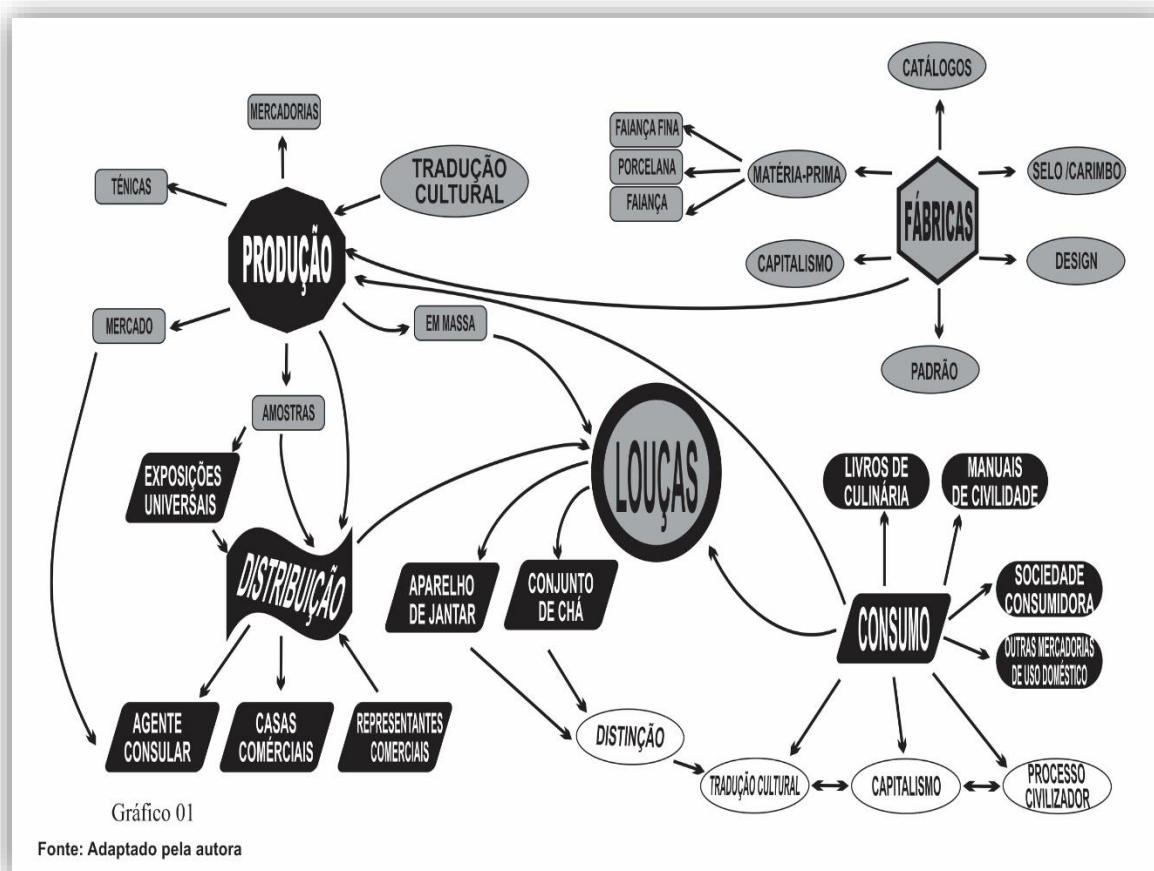
O oitocentos, segundo Brancante (1981, p. 133), “[...] representava na realidade o século da transição entre o artesanato e a produção industrial”. Citamos aqui o exemplo das fábricas de louça que produziam tanto peças pintadas à mão quanto em grande escala. Esse exemplo serve para pensar como se deu esse processo de transição, que trouxe consigo não apenas a mudança de uma forma de fazer para outra, mas provocou mudanças sociais, culturais e econômicas.

Essas transformações passam a ser percebidas desde a trajetória das mercadorias, ou seja, da fábrica ao consumidor final. Por todo o século XIX percebe-se que essa produção de bens de consumo em larga escala está relacionada a uma rede de comércio que contribui para a expansão da aquisição de bens e do processo civilizador capitalista, sendo esta formada pela fábrica (responsável pela produção), pelos comerciantes (responsável pela distribuição) e pelos consumidores. Essa estrutura montada, cuja engrenagem principal é a mercadoria, tem como objetivo principal o lucro. A formação de redes mercantis, como apresenta Wallerstein (2001), nos permite analisar as relações existentes como a apresentada acima.

“[...] Uma vez reunidos os trabalhadores e realizada a sua produção, era necessário comercializar os bens; precisava existir um sistema de distribuição e um grupo de pessoas dotadas dos meios necessários para efetuar compras. Os bens tinham de ser vendidos a um preço maior que os custos totais desembolsados pelo vendedor (incluindo os custos de colocá-los no ponto de venda) e, além disso, a margem (ou a diferença) precisava ultrapassar as necessidades de subsistência do vendedor. Em linguagem moderna, tinha que haver lucro. O agente que se apoderava do lucro tinha de ser capaz de retê-lo até surgir uma oportunidade razoável de investi-lo, retornando-se assim ao ponto em que todo o processo recomeçava, desde a produção.” (WALLERSTEIN, 2001, p: 28)

Essas redes mercantis apresentadas por Wallerstein estão espalhadas pelo mundo. Para uma melhor compreensão utilizaremos a louça para exemplificar tais redes. Para tanto, foram pensadas as três principais etapas do processo capitalista, sendo a primeira a produção, onde estão inseridos o trabalhador e as fábricas, nesse caso, as fábricas europeias que produziam louças (serviço de mesa), assim como o proprietário da mesma; na segunda, a distribuição, realizada pelo vendedor (agente, casas comerciais e intermediários) e, por último, o consumidor, representado aqui pela elite aracatiense.

Gráfico 01 – Funcionamento de rede de consumo



Analizando o gráfico acima, observa-se que a partir da tríade produção – distribuição – consumo, inicia-se uma busca por novos mercados consumidores, onde a criatividade e a inovação possibilitam atingir um público cada vez mais distante do local de produção e reflete bem esse dinamismo do consumo característico do século XIX, como já foi apresentado.

Com a Revolução Industrial iniciada na Inglaterra e depois expandida pelo mundo, conforme explicado anteriormente, ocorre, paralelamente, a chamada Revolução do Consumo. A comunidade histórica norteadada pela fala de Braudel e Mckendrick, reconhecem a grande importância da Revolução do Consumo, argumentando que esta representa uma transformação cultural no mundo tanto na primeira modernidade quanto na modernidade, e ela não significou apenas uma mudança de gostos ou escolha de preferências e hábitos para compra, como afirma MacCracken (2003)

Essa expansão do consumo e do capitalismo está interligada entre si, partindo da premissa que, ao produzir, o fabricante busca um mercado consumidor onde possa vender seus produtos; quanto mais este mercado se expandir, mais lucro terá. Sendo assim, cria-se uma sociedade de consumo, onde a partir de uma necessidade, seja ela qual for, o grupo busca algo que os diferencie dos demais, e isso se dá através da aquisição de objetos. Esse consumo, segundo McCracken e Roche, antecede a Revolução Industrial, quando, segundo Roche (2000, p. 31), “O consumo já era uma realidade bem antes da revolução industrial e comercial iniciada no século XVIII.” Ainda para o mesmo autor, o consumo “[...]era inseparável da dimensão familiar na qual as despesas não se organizavam em volta do indivíduo, agente econômico isolado, e sim do conjunto pais-filhos[...]”. E continua (2000, p. 31): “[...] era também uma maneira de definir e de se comportar, segundo um conjunto de normas de identidades e de conhecimentos [...]”. Esse conjunto de normas estava associado ao processo civilizador e que diferenciava os grupos sociais existentes.

Essas regras definem um grupo; constituem, pode-se assim dizer, os hábitos e costumes que diferenciam os grupos entre si. Dessa forma, as relações entre capitalismo e consumo se complementam. O consumo de bens industrializados expande o mercado e contribui para que este chegue através dos objetos e regras de civilidade, provocando mudanças nos hábitos e costumes dos consumidores locais.

Segundo Hobsbawm (2012, p. 66), o referido modo de produção, cada vez mais presente, se difunde a tal ponto que “[...] o mundo inteiro tornou-se parte dessa economia”. O ideal de modernidade e progresso vinculados a um modelo a ser seguido, o europeu, contribui para sua expansão. É nesse momento que grupos mais abastados, buscando aproximar-se

culturalmente desse ideal, se inserem em um processo civilizador capitalista, percebido através da aquisição de produtos industrializados europeus que traduzem tal cultura, incutindo a apropriação de hábitos e costumes que estão ligados aos objetos consumidos.

A variedade de produtos, assim como normas a serem seguidas, foram elementos de diferenciação social. Aqueles que desejassem ocupar um lugar de destaque na hierarquia social deveriam se inserir em processo civilizador capitalista, aproximando-se do padrão de consumo da nobreza europeia, através da aquisição de mercadoria estrangeira produzida além-mar. Essa proximidade, mesmo que em menor proporção, representava estar inserido em um grupo social mais elevado.

O aparecimento de novos consumidores cada vez mais exigentes e de uma clientela que procurava obstinadamente seguir a moda europeia obrigava aos fabricantes a produzirem mais, em maiores quantidades e uma grande diversidade de produtos. Visando atender um público específico, as fábricas investiam na produção de mercadorias de uso doméstico, como mobília, artigos de higiene e decoração, artigos de mesa e cozinha, dentre outros. Essas pessoas faziam parte da aristocracia e burguesia europeia, além disso havia a participação do mercado externo. A diversidade de produtos e a qualidade dos mesmos objetivavam fazer com que todas as camadas sociais a adquirissem os referidos artefatos, tornando esse mercado competitivo e atraente.

A expansão capitalista provocaria mudanças na produção, proporcionando inovação da matéria-prima, da forma ou *design* dos produtos fabricados em larga escala, visando atrair novos mercados consumidores. Para tanto, os fabricantes investiam em novas técnicas e formas, na busca de novos produtos, contratando, por exemplo, *designers* e técnicos especializados. Esse investimento era mais visível na *louça* em suas diferentes categorias (porcelana, faiança, faiança fina, louça vidrada e louça vitrificada ou grês cerâmico e Ironstone)⁶⁷, que acabaram se adaptando às mudanças provocadas pelo mercado, como veremos no decorrer deste tópico.

De acordo com Lima (1995, p. 129), podemos perceber que a louça tinha um papel muito importante no período em estudo. Segundo a autora, o “[...] considerável investimento na quantidade e na diversidade dessas louças domésticas permite supor que elas cumpriam, à época uma função social de tal forma relevante, que o fenômeno merece uma investigação em maior profundidade”. Buscou-se fazer essa investigação sugerida por Lima e, a partir disso,

⁶⁷Para uma melhor compreensão elegemos a classificação realizada por Zannetini, acrescentando o Ironstone, pois concordamos com Soares (2011), Majewaki e O’Brien (1987) e Symanski (1998), ou seja, o ironstone é uma pasta intermediária entre a porcelana e a faiança fina, sendo considerado como categoria.

observou-se que a louça cumpria uma função social, a saber, a distinção, estando relacionada à sua inserção no processo civilizador capitalista, onde esta passou a receber um grande investimento das fábricas, buscando atender às exigências do mercado consumidor, tendo sua produção passado de artesanal para industrial. O uso da mesma tornou-se, portanto, um exemplo de civilidade.

Segundo Forty (2007, p. 13), devemos entender “[...] como os objetos mudam a sociedade e como a mesma muda o objeto”, pois eles nem sempre permanecem na sociedade que os produziu, sendo importante, de acordo com autor, “[...] entender o objeto e sua trajetória, onde podemos compreender seu contexto social e a sociedade que o consome” (id., p. 14). O objeto, ou melhor, a mercadoria ou o bem de consumo, na concepção de McCracken (2007, p. 100), “[...] tem uma significância que vai além de seu caráter utilitário e seu valor comercial”, ou seja, é introduzida neste uma carga cultural da sociedade que o produziu; hábitos e costumes são introjetados no mesmo. Como exemplo, temos as louças produzidas na Europa e difundidas pelo mundo. Esses referenciais culturais tornaram-se um atrativo para a aquisição das referidas mercadorias.

Com a produção em grande escala, após a Revolução Industrial percebe-se que as louças utilizadas em jantares impessoais, conhecidas por faiança fina, eram produzidas em larga escala, sendo vendidas a um preço acessível aos setores médios da população. A introdução deste tipo de louça se deu em substituição à portuguesa, que era considerada grosseira, assim como a porcelana comercializada pelos chineses em grande quantidade em Macau.

A qualidade do produto inglês caiu no gosto da elite aracatiense, principalmente pela variedade de padrões⁶⁸, que iam desde cenas bucólicas de paisagens inglesas até desenhos florais, modificando a aparência das mesas e aumentando a quantidade de utensílios necessários à refeição. Embora não tenha sido apenas produtos inglês que aportaram no Brasil, mercadorias holandesas, francesas e espanholas, em menor quantidade. A grande quantidade de produtos ingleses que chegavam, se deve a produção em larga escala que ocorria na Inglaterra (IPHAN, 2009)

Esse caráter inovador e transformador implementado por Josiah Wedgwood, que passa a produzir uma cerâmica voltada para o mercado, começa a ser observado no decorrer do século XVIII com o crescimento da produção cerâmica. Tal fato é descrito por McCracken (2003) ao afirmar que o ceramista iniciou

⁶⁸Tipos de desenhos feitos na faiança.

“[...] um processo que contribuiu imensamente com a Revolução do Consumo, uma vez que deu início ao processo através do qual o fabricante (e posteriormente o comerciante) fizeram de se mesmos estudantes de fenômenos sociais que não eram analisados de outra maneira”, ou seja, um processo que possibilitou o aprendizado de instrumentos de marketing na manipulação da demanda, proporcionando ao fabricante e depois, ao comerciante, uma visão mais ampla do mercado consumidor e desenvolvendo técnicas que tornassem seus produtos mais atraentes ao consumidor.” (McCRACKEN 2007, p: 100)

Dessa forma, ocorre a diversidade na produção cerâmica, que é explicada por Lima (1995, p. 187) da seguinte forma: “[...] dentre a variedade de itens produzidos pela indústria europeia, as louças de mesa e de chá tornaram-se um dos principais alvos para acumulação de capital”. Essas mercadorias diferiam tanto na técnica como na matéria-prima utilizada, buscando atingir diferentes gostos e consumidores, sendo também um elemento

Além da inovação proposta por Wedgwood no campo do *marketing*, o ceramista acreditava que para ter sucesso era necessário agradar as chamadas “classes superiores”⁷¹; desta forma, através da imitação seria possível chegar nas demais “classes”, sendo a primeira a porta de entrada de uma moda. Assim, ele investiu em técnicas que se diferenciavam das já conhecidas pelas referidas classes. Além disso, foi responsável por criar padrões decorativos, esmaltes e investir no *design* das cerâmicas produzidas. Isso provocou uma grande mudança na produção da cerâmica artesanal para a industrial, e aumentou consideravelmente seu consumo, assim como o aumento populacional na Europa e a popularidade de alguns rituais, como o momento para apreciar o chá e o café, são inseridos no cotidiano dos grupos mais abastados da sociedade, sendo considerado, no período em questão, um elemento de distinção social.

2.1.1. Do artesanal ao industrial: novas técnicas, novas formas, novos materiais

Forty (2007, p. 28) afirma que, com o crescimento da produção cerâmica, ocorrido não apenas pelo aumento populacional na Europa, mas pela popularidade do chá, principalmente na Inglaterra, “[...] a popularidade do chá requeria taças de cerâmica (uma vez que não é possível beber líquidos quentes com conforto num recipiente de metal), ao mesmo tempo em que a expansão colonial criava mercados no além-mar”.

⁷¹ O termo “classes superiores”, é utilizado por MacCracken em sua obra “**Consumo & Cultura – Novas Abordagens ao Caráter Simbólico dos Bens e das Atividades de Consumo**”.

Através dos códigos de civilidade e boas maneiras, “a ritualização das refeições e do consumo de chá” foi responsável pela demarcação de uma fronteira e de diferenciações sociais através de suas regras, onde os que almejassem subir de posição social deveriam incorporá-las. Isso favoreceu a inserção da louça na sociedade que se aproximava cada vez mais do modelo europeu de civilidade e progresso. Porém, havia uma hierarquia das louças, que merece atenção. A louça encontra-se dividida, segundo Pileggi (apud ZANETTINI, 1986, p. 120), grosso modo, em dois grupos:

“[...] a) Produtos porosos (absorventes) – louça de barro, terracota, produtos de olaria (telhas, tijolos, etc), faiança, faiança fina, (pó-de-pedra), algumas refratárias. b) Produtos não porosos – louça vitrificada e/ou grês cerâmico, porcelana dura. A sonoridade quase metaliza que os últimos apresentam distingue-os do outro grupo.” (PILEGGI Apud ZANETTINI, 1986, p: 120).

A produção cerâmica, nesse caso, industrial, teve que se adaptar às mudanças provocadas pelo mercado, que envolvem, principalmente, a composição da pasta e sua coloração. Além da dos grupos apresentados, a mesma encontra-se dividida em cinco categorias, sendo observada sua classificação pela pasta, segundo Zanettini (1986). São elas: *porcelana*, *faiança*, *faiança fina*, *louça vidrada* e *louça vitrificada ou grês cerâmico e ironstone*. Acrescentou-se aqui o *ironstone*, pois concordamos com Soares (2011), Majewaki e O’Brien (1987) e Symanski (1998) que o *ironstone* é uma pasta intermediária entre a porcelana e a faiança fina, sendo considerado como categoria

A *porcelana*, segundo Brancante (1981, p.155), é “[...] uma pasta de argila branca contendo caulim, quartzo e feldspato, ou minerais de composição análoga, cozida a alta, temperatura; estrutura sólida, branca vitrificada e vidrada, translúcida e sonora. É originária da China, foi produzida pela primeira vez, no século X”. Além da composição química, outra característica da porcelana chinesa era sua decoração, tendo as primeiras porcelanas produzidas na China cunho mítico e ritual, além de simbólico. Dentre os símbolos destacam-se: fênix, animais míticos, folhas, painéis de lótus, ondas, nuvens, perolados, figuras humanas e outros.

Cada signo presente na decoração da porcelana chinesa possuía um significado específico, que foi perdido ao ser copiado por países europeus, como Portugal, Inglaterra, Alemanha, Holanda e Espanha. Os mesmos eram utilizados nas faianças e faianças finas, e foram misturados a elementos europeus, sendo resinificados. Observa-se que houve uma tradução cultural, objetivando atender um mercado cada vez maior. O significado dado a esse tipo de louça, mesmo que a “nível decorativo”, segundo Soares (2011, p. 185), “[...]”

expressava requinte, ‘bom gosto’ e status, além de atestar o fascínio que a porcelana oriental provocou no mundo ocidental”.

Os europeus, além de copiar a decoração da porcelana chinesa e europeizá-la, mandavam para o referido país moldes de madeira ou mesmo em faiança, com o formato da louça desejada, com a finalidade de serem copiadas pelos artesãos chineses. Dessa forma, teriam porcelanas produzidas com matéria-prima e decoração chinesa, mas com o formato da louça utilizada na Europa. Pode-se perceber aqui uma tradução cultural, definida por Peter Burke, em sua obra *Hibridismo Cultural* (2003), como estratégias adotadas por um grupo para domesticar o que não é seu, o que é estrangeiro; nesse caso, traduzir para a cultura europeia a porcelana produzida na China, mas com desenhos europeus. Algumas das “porcelanas chinesas” que desembarcavam nos portos brasileiros haviam sido copiadas, tendo desenhos e formas que lembravam paisagens europeias, sendo apenas a mão de obra e a decoração chinesas.

De acordo com Bandeira (2013, p. 123), a especialização na produção de cerâmica ocorreu por esta ser “[...] um artigo privilegiado para reis, príncipes e aristocratas, e exercia um fascínio entre os europeus devido à brancura da sua pasta, à leveza e à finura em suas formas, cobertas por uma delicada decoração”. Ainda de acordo com a autora, isso muda “[...] quando os holandeses monopolizaram essa preciosa mercadoria, tornaram-na mais acessível também às classes mais modestas, entretanto, a porcelana ainda era um produto caro e nem sempre, fácil de conseguir diretamente da fonte” (*id.*, p. 123). Houve a necessidade de criar novas pastas, com o objetivo de encontrar uma que se aproximasse o máximo possível da porcelana chinesa. Foi assim que os europeus desenvolveram a faiança, a faiança fina e o ironstone, como veremos a seguir.

A *faiança*, segundo Zanettini (1986, p.120), recebe outras denominações, dependendo do país, “[...] faiança (Portugal), louça de Deft (Holanda), Delft Ware (Inglaterra), maiólica (Espanha e em alguns casos Itália, México). Pertencem, todavia, a uma categoria cerâmica”. O termo faiança tem origem na cidade de Faenza, na Itália, no século XV, que ficou conhecida por sua produção, embora Zanettini (*Loc cit.*) afirme que “A invenção da técnica recua no tempo ligando-se à história do povo persa”, tendo sido passada aos árabes que, posteriormente, a introduziram na Europa.

De acordo com Schávelzon (2001), a faiança teria sido introduzida na Europa através da Espanha, tendo grande influência da cultura árabe e chegado ao referido país no século XV. O autor afirma que

[...] Debido a que esta forma de hacer cerámica - o mejordicho, de esmaltarla-se introdujo en Europa a través de España y la dominación árabe, es por lo tanto más antigua allí que otras regiones, siendo un fenómeno cultural característico del siglo XIV. Es probable que la rápida adopción en Europa occidental de esa costumbre de cubrirla cerámica con esmalte blanco no haya sido más que otro intento por copiar la porcelana del lejano oriente, asunto en el cual Occidente fracasó por siglos pese a todos los esfuerzos; pero la mayólica, dada su facilidad de fabricación, belleza y calidad se dispersó muy rápidamente⁷³ (Schávelzon, 2001, p:39)

A cerâmica foi aos poucos sendo substituída pela louça, neste caso, pela faiança, que surgiu a partir da necessidade de se criar uma louça cuja a pasta fosse muito semelhante a porcelana oriental. De acordo com Schávelzon (2001)

“[...] Em Europa el cambio entre a cerâmica y la loza se fue produciendo todo a lo largo del siglo XVIII. Comenzando como investigación estendientes a copiar la porcelana oriental, de altísima calidad, se iniciaron en Delf con gruesas cubiertas vidriadas que hicieron característica esa industria cerámica: la adición de caolín en grandes cantidades, sólo accesible desde esa época en Europa, permitió lograr pastas de gran dureza y bajo costo, blancas, que podían cocerse a 1.400° de temperatura, como en Meissen, donde nació otras de las grandes fábricas europeas”⁷⁴ (Schávelzon, 1991, p:37)

Com a expansão do consumo surgiram inúmeras fábricas que produziam *louça*. Porém, o que diferenciava uma produção da outra era a técnica, a matéria-prima ou o valor a ela atribuído. Nesse sentido, ao expandir o mercado consumidor ocorreu a polarização da faiança fina através do barateamento de alguns padrões de louça, além do uso de uma matéria-prima com uma qualidade inferior. Para os indivíduos mais abastados eram produzidas louças de diferentes padrões e com matéria-prima de melhor qualidade, buscando atender a um público mais crítico, como analisou Schávelzon acerca da produção da faiança. Aperfeiçoando cada vez mais a louça, chegaram a uma pasta intermediária entre a porcelana e a faiança, que foi denominada de faiança fina.

⁷³Porque esta forma de cerâmica - ou melhor, esmaltá-la - foi introduzida na Europa através da Espanha e da dominação árabe, é, portanto, mais velha do que em outras regiões, com um fenômeno cultural distintivo do século XIV. É provável que a rápida adoção na Europa Ocidental o hábito de cobrir as louças com esmalte branco não era apenas mais uma tentativa de copiar a porcelana do Extremo Oriente, uma questão que o Ocidente não conseguiu, durante séculos, apesar de todos os esforços; Majolica mas dada a sua facilidade de fabricação, beleza e qualidade muito rapidamente dispersos (Schávelzon, 2001, p:39) (Tradução nossa)

⁷⁴A mudança entre a cerâmica e a faiança ocorreu ao longo de todo o século XVIII na Europa. Comenzando como investigações para copiar a porcelana oriental, de altíssima qualidade, em Delf coberta com vidro grosso que seria característica da indústria cerâmica: adição de grandes quantidades de caolín apenas acessíveis a partir desse momento na Europa, permitiu alcançar massas de alta dureza e baixo custo, branco, elas podem ser cozidas a temperatura 1.400° como Meissen onde nasceu outras as grandes fábricas europeias. (Schávelzon, 1991, p: 38) (Tradução nossa)

A *faiança fina*⁷⁵, segundo Tocchetto (2001, p. 22), “[...] foi resultado de uma revolução na indústria cerâmica inglesa do século dezoito e possui características próprias que a distinguem dos demais tipos de cerâmica até então existentes”. Existem variedades desta, como pó-de-pedra, granito, etc. Conforme Zanettini (1986 p. 122), tais produtos, “[...] apresentam pasta dura e opaca, branca, infusível ao fogo de porcelana e com um vidrado de chumbo”. A faiança fina é acrescida pelo fabricante de vários ingredientes, tem coloração esbranquiçada e compacta.

Segundo Tocchetto (2001, p. 22), “[...] esse produto logo substituiu a faiança portuguesa que tinha sido, até, então, a louça de uso predominante, possibilitando uma nova fase na produção cerâmica”. A faiança fina teve grande aceitação no mercado mundial, tornando-se no século XIX o tipo de cerâmica mais comercializada no mundo, e isso se deve às técnicas de produção e sua diversidade. De acordo com Caldarelli (2003, p. 120), a louça está subdividida em *creamware*, *pearlware*, *whiteware*⁷⁶.

A *creamware* (louça creme) ficou conhecida dentre as primeiras faianças finas manufaturadas (CALDARELLI, 2003). Por volta de 1780, teve sua produção iniciada na Inglaterra, e, em seguida, na França. Tendo esta se estendido até o início do século XIX (1815). Seu esmalte tem uma coloração verde amarelada; o tom esverdeado ocorre devido à presença de óxido de chumbo no esmaltamento (SOARES, 2011). Recebe a designação de Queen’sware, e teria sido criada pelo ceramista Josiah Wedgwood, em 1763, e produzida até 1815. Segundo Soares (2011, p. 203), “[...] caracteriza-se por uma faiança de cor clara (creme), esmalte esverdeado e preço acessível”.

No século XIX, a *creamware* é substituída em sua popularidade pela *pearlware* (louça perolada), que também foi desenvolvida pelo referido ceramista inglês. De acordo com Soares (2011, p. 203), “[...] foi um tipo de louça inventada para atender aos estratos mais baixos da sociedade, por ser uma imitação mais barata das porcelanas. A *pearlware* apresentava uma pasta mais fina e mais clara que a *creamware*, possuía coloração levemente azulada, devido a aplicação do óxido de cobalto no esmalte.”

A *whiteware* (louça branca- pasta e esmalte branco) teve sua produção iniciada por volta de 1820, na Inglaterra, e manteve sua popularidade até os dias atuais (SOARES, 2011). Embora tenha sido popular, não teria conseguido superar a *pearlware*. Segundo Soares

⁷⁵ No tópico 1.3, assim como no decorrer dos demais capítulos, a faiança fina será discutida mais aprofundadamente.

⁷⁶ De acordo com Soares (2011, 183), “[...] alguns pesquisadores a classificam [o ironstone] como um tipo de faiança fina com esmalte *whiteware*”.

(2011, p. 203), “[...] o objetivo de sua produção era atingir a coloração das porcelanas, ‘extraindo’ das faianças os tons azulados e esverdeados das pearlware e creamware”. Possui uma dureza maior que as duas anteriores, sendo o resultado do refinamento da pasta e do esmalte (id., p. 204).

A louça *ironstone* (*white granite* – louças brancas planas), de acordo com Symanski (1998, p. 168), “[...] é uma louça semivítrea, de dureza intermediária entre a faiança fina e a porcelana”. Sua produção teria se iniciado na Inglaterra no início do século XIX. Segundo Miller (2009, p.118), “White granite (granito branco) e ironstone são os termos mais comuns para um grupo de louças duras e brancas, quase sempre vitrificadas ou semi-vitrificadas”.

De acordo com Symanski (1998, p. 168), esta se divide em dois grupos; são eles: *ironstone sem decoração* e *ironstone com decoração*. O primeiro grupo teve sua produção iniciada por volta de 1850, tendo seu auge de popularidade entre os anos de 1870 e 1890, sendo esse o ano que as fábricas cerâmicas de Staffordshire cortaram sua produção drasticamente. Porém, seu *status* equivalia ao da técnica *transfer-printer* (analisada no tópico 1.3.). Quanto ao segundo grupo, a louça era, segundo Symanski (1998, p. 187), “[...] decorada por frisos e/ou motivos florais em dourado sobre o esmalte: variedade mais refinada de ironstone, translúcida sob a luz forte, bastante semelhante à porcelana”. Existe uma grande variedade de decorações utilizadas nesse tipo de louça.

A louça *vidrada*⁷⁷, de acordo com Soares (2003, p. 120), “[...] é um tipo de cerâmica (terracota) revestida com vidrado amarelado, criada na busca por melhoria de qualidade e impermeabilidade para cerâmica comum”. Essa louça era comum em Portugal, desde o século XVI, o que nos leva a desconfiar que teria chegado ao Brasil neste período. Brancante (1981) supõe que tenha sido produzida uma louça vidrada no Brasil, mais precisamente em Minas Gerais entre os séculos XVIII e XIX, e que essa produção decorrente.

A louça *vitrificada*, ou *grês cerâmico*, também denominada de *stoneware*, é descrita por Soares (2003, p. 122) como sendo uma “[...] pasta mais opaca que a da porcelana de pasta dura, impermeável a líquidos, parcialmente vitrificada, de coloração variável (dependente do conteúdo de ferro da argila e da temperatura do forno)”. O grês teve sua origem na China, mas sua produção na Europa. De acordo com o mesmo autor (2003, p. 122), foi “[...] originalmente na Alemanha (século XV), passando a ser amplamente fabricado na Inglaterra, França e Holanda”. Quanto à sua importância econômica, a autora afirma: “[...] o

⁷⁷ Esse tipo de louça, segundo a autora, é produzido no Brasil no século XIX conforme veremos adiante.

seu sucesso comercial foi devido à sua alta resistência e impermeabilidade que permitiam o transporte de bebidas e outros líquidos”. No decorrer do século XIX, afirma Lima (1989), o grés era utilizado para transportar líquidos, nesse caso, cerveja, genebra, água mineral e tinta nanquim em grande quantidade, por isso eram necessários grandes recipientes para a realização do mesmo.

Quanto à coloração do grés, destacamos tons que variam entre a areia e o marrom avermelhado. Devido à variedade de usos, o grés era produzido em diferentes formas, como garrafas, dentre outros. Embora tenha sido considerada cara, raramente se encontram marcas de fabricantes; quando isso ocorre a mesma fica no fundo da peça e informa a fábrica e o país de origem.

Com a intensificação da produção da louça, a Europa tornou-se um grande centro produtor e distribuidor da mesma, sendo os principais centros produtores entre os séculos XV e XIX a Espanha, Holanda, França, Portugal e Inglaterra, embora, no decorrer deste período, a produção cerâmica possa ter se destacado mais em uns centros em detrimento de outros, pois havia uma forte concorrência, como observaremos mais adiante.

A China ainda era um grande produtor de porcelana, mas sua comercialização foi caindo com a imitação de sua decoração e a entrada da faiança fina desenvolvida na Europa, que tornou-se popular em todo o mundo.

Buscando atender às exigências do mercado consumidor e ampliar seu público consumidor, os artesãos foram se especializando em novas técnicas, como é o caso da Inglaterra, que, embora já produzisse cerâmica, principalmente em suas olarias em Staffordshire, foi a partir do século XVIII que se destacou na produção de louças, buscando popularizar seus produtos.

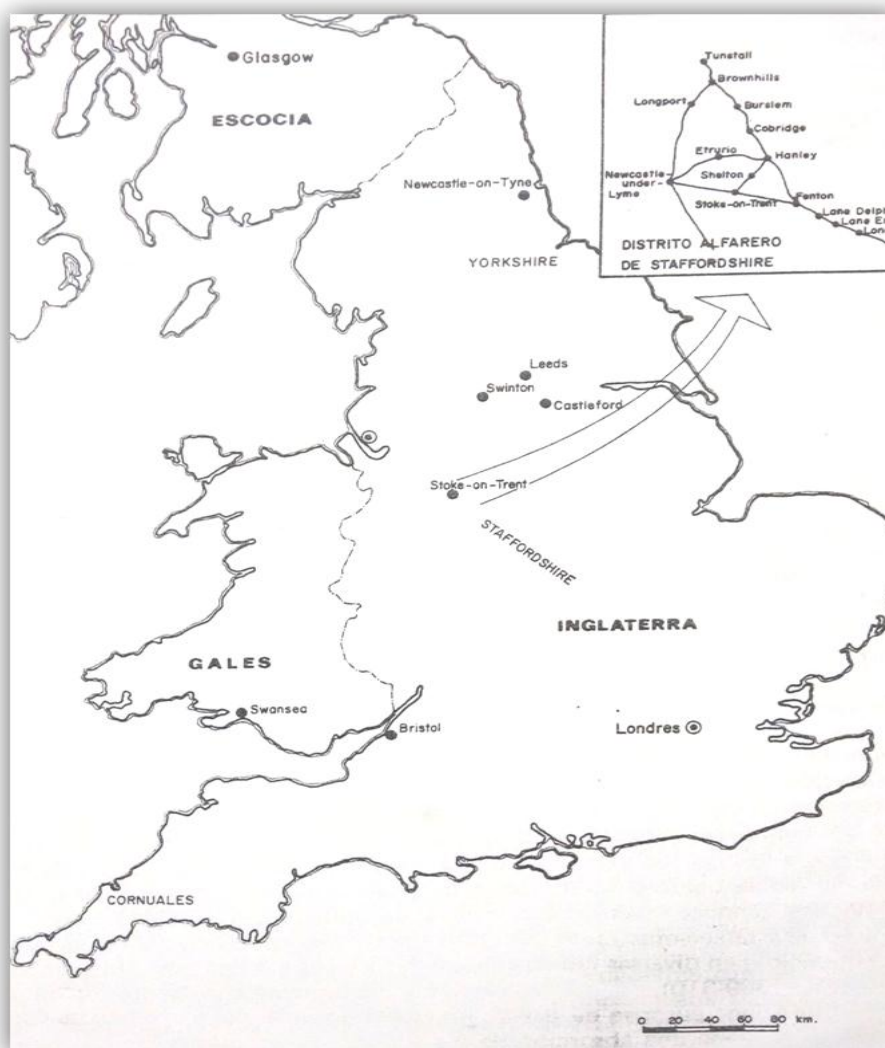
Segundo Lima (1995, p. 172), a louça ganha um caráter diferenciado no século XVIII, principalmente na Europa, quando “[...] a aristocracia elegeu as porcelanas como elemento de distinção, com a suntuosidade promovendo a discriminação social. Seu apelo visual e simbólico foi de tal forma intenso, que disparou um processo vertiginoso de consumo, absolutamente sem precedentes”. Considerada como elemento de distinção social, despertou o interesse de ceramistas. Dentre estes, destaca-se Josiah Wedgwood, que percebeu a busca de setores médios da sociedade inglesa buscando equiparar-se a classe mais abastada, dessa forma buscou novas técnicas para expandir o mercado de louças, um mercado em crescimento, e que resultou na produção em massa do referido artefato.

O caráter distintivo da louça é observada por Lima (1995, p. 187). Este afirma que, “[...] dentre a variedade de itens produzidos pela indústria europeia, as louças de mesa e

de chá tornaram-se um dos principais alvos para acumulação de capital”. Foi notória a intensificação da industrialização na Europa, principalmente na Inglaterra, que paralela à exploração de novos mercados e à busca por novos consumidores, incrementava a diversidade na produção de bens de consumo, como as louças, sendo a faiança fina uma das mais populares.

A Inglaterra se destacou na produção de louças, que, segundo Lima (*Loc cit.*), era representada “[...] principalmente pela cidade de *Staffordshire*, na figura de *Josiah Wedgwood*, liderou a fabricação de louças, revolucionando as técnicas comerciais”. Aquele país foi responsável pela produção e distribuição de sua produção cerâmica pelo mundo do referido produto, massificando sua produção. Dentre os principais produtores de louça, destaca-se a Inglaterra, como mostra o mapa abaixo

Figura 1- Mapa da Região de Staffordshire, Inglaterra



As mudanças ocorridas na produção da cerâmica são justificadas por Bandeira (2013, p. 123) como uma tentativa de substituir a porcelana quando esta encontrava-se em falta no mercado, sendo assim

“[...] para suprir a grande demanda em produzir algo semelhante, em uma qualidade igual à porcelana, os europeus desencadearam, a partir do século XVII, uma série de evoluções na faiança que apresentasse condições tanto para concorrer com a própria faiança quanto a porcelana, culminando na simplificação da sua fabricação, em meados do século XVIII” (BANDEIRA 2013, p: 123)

Segundo Forty (2007, p. 55), Wedgwood passou a adotar novos desenhos nas suas louças devido “[...] a necessidade de encontrar uma maneira de criar variedade, sem aumentar os custos de produção e sem ter de aceitar irregularidades e inconsistências no trabalho”. Nessa busca por variedades, o artesão inova e contrata artistas para desenhar suas louças. Uma série de postais foram impressos em 1942 e distribuídos pelos filhos do ceramista, a série, denominada Wedgwood, é composta por duas séries de cartões postais; no total, 22 cartões foram produzidos quando estes estavam na Etrúria (1940). Os cartões tinham como objetivo, onde observa-se as etapas de produção cerâmica.

Figura 02 - Cartões postais ilustrando etapas de produção cerâmica (a) aplicação de figuras; b) separação das peças para evitar quebras)



Fonte: <http://www.thepotteries.org/>⁸¹

⁸¹ <http://www.thepotteries.org/postcards/wedgwood/12.htm>. Acessado em 02.02.2015.

Os cartões acima, ilustram a produção cerâmica em dois processos o primeiro de ornamentação, ou seja, de aplicação dos detalhes nas peças e o segundo a separação das peças para que não quebrem, enquanto secam, e aguardam sua finalização.

Wedgwood, segundo Forty (2007, p. 54), percebeu que “[...] o designer poderia fazer muito para assegurar que seu trabalho fosse de um tipo que os artesãos, com habilidades e ferramentas de que dispunham, seriam capazes de reproduzir com precisão e uniformidade”. Essa percepção provocou mudanças substanciais na produção, o que levou outras fábricas a contratar tais profissionais para desenhar suas louças.

Dentre as fábricas que produziam louças no século XIX, destacamos os estabelecimentos de Spode, cujo fundador, Josiah Spode, foi um dos primeiros oleiros a aplicar o azul sob o vidrado e fabricou tanto o *grés* quanto a *faiança fina*. Vários ceramistas produziram a chamada *stone china*, incluindo William Turner, cuja patente adquiriu em 1800; John Davenport, que a produziu entre os anos de 1805 a 1820; depois foi produzida por Josiah Spode, cuja produção iniciou em 1814, após adquirir, em 1813, a patente dos irmãos Turner, passando a produzir a *new Stone china*⁸². De acordo com Miller (2009, p: 117)

“[...] Essas Stone china eram louça vitrificadas ou semi-vitrificadas, pesadas e densas. A maior parte daquelas produzidas antes da década de 1830 era intensamente decorada, comumente combinando pintura sob e sobre o esmalte com impressão. As Stone chinas eram cópias das porcelanas chinesas. A decoração no início normalmente era em estilo chinês, com o esmalte quase sempre levemente azulado com cobalto.” (Miller, 2009, p: 117)

Dentre as inúmeras fábricas inglesas situadas na região de Staffordshire, Caudarelli (2000) destaca a Fábrica Davenport⁸⁴, situada em Longport, que teria produzido, entre os anos de 1774 e 1887, faiança fina e outras categorias de louça. Em 1830, o comando da fábrica passa para os filhos de John Davenport, William e Henry, ficando no comando até 1835 quando Henry falece. William assume o controle da fábrica e muda o nome desta para William Davenport and Company. Com sua morte, seus filhos assumem o poder desta até 1887, deixando de pertencer à família

A Davenport teria funcionado de 1793 a 1887, período em que foi fechada. Algumas peças produzidas antes de 1800 e 1805 não teriam sido marcadas com o selo/carimbo da referida fábrica. De acordo com Caldarelli (2003, p. 129), “[...] as marcas mais antigas apresentavam a palavra Davenport impressa em letras minúsculas, com ou sem uma âncora,

⁸² Denominada de meia porcelana (OGNIBENI, 1998).

⁸⁴ Esta fábrica, segundo Caldarelli (2003, p. 128), “[...] teria utilizado diversas marcas de fabricantes ao longo de seu período de produção”.

em 1805, o nome DAVENPORT aparece em letras maiúsculas”. Ao longo do período em que ficou funcionando, esta teria utilizado cerca de onze marcas diferentes. Dentre as marcas selecionamos algumas.

Figura 03- Marca (Selo/ carimbo) da fábrica Davenport



1787 – 1864

DAVENPORT

1815 – 1850



1875 – 1887

Fonte: a) utilizada no período de 1787 a 1864; b) utilizada no período de 1815 a 1850; c) utilizada no período de 1875 a 1887⁸⁶

Dentre as cerâmicas produzidas pela referida fábrica, apenas a marca (selo/carimbo) Longport, antes de 1820. Os diferentes selos/carimbos eram utilizados juntos, por isso não era incomum encontrar em aparelhos de jantar ou conjuntos e chá produzidos no mesmo período pela Davenport diferentes selos/ carimbos.

Outro estabelecimento cerâmico inglês da região de Starfforshire é a fábrica William Adams & Sons, criada por William Adams, situada em Cambridge. Foi fundada em 1769 e funciona até os dias atuais. Segundo Caudarelli (2003, p. 129), “[...] os produtos desta manufatura apresentam uma grande variedade de marcas que, na maioria das vezes, foram utilizados em períodos bem definidos”. Outra fábrica de grande importância na região de Starfforshire foi a Copeland & Sons Ltd., localizada em Stoke. Destacando-se também na produção de faiança fina, segundo Caudarelli (2003), temos a J &G Meakin Ltd, que foi fundada em 1851 pelos irmãos James e George Meakin, na região ceramista de Starfforshire.

De acordo com Brancante (1981, p. 133), a quantidade de fábricas de faiança na Inglaterra do século XIX chega a “[...] 200, entre grandes e pequenos estabelecimentos, e produziu tanto para o mercado inglês como para a exportação”. Ainda segundo o autor, “[...] a moda das Exposições internacionais posta em prática pelos ingleses no meado do século XIX, seguida pelos franceses” foram responsáveis pela divulgação da faiança fina no mundo, principalmente através da exposição de 1867, em Paris.

Na França, o desenvolvimento da faiança se deu por diversos fatores. “O primeiro deles se refere a sua superioridade sobre a louça vidrada comum” (BRANCANTE, 1981, p. 121). Muitos ceramistas imitavam as louças produzidas na Inglaterra, como, por exemplo,

⁸⁶ <http://www.infofaience.com/en/davenport>. Acessado em 02.02.2015

Humbert Claude Gerin, que tem permissão para produzir louça “à imitação da Inglaterra”; o ceramista Mazoise e o inglês John Hill, que fabricavam “louça à imitação daquela da Inglaterra”; a Manufatura Real “dés Terres de France”, à imitação da Inglaterra; entre outros. A produção de faiança fina, na França, iniciou-se em meados do século XIX e contou com uma manufatura cerâmica de Sarreguemines, que se estabeleceu em Moselle, região de Sarre, no ano de 1784, tendo sido um dos maiores exportadores de serviços de mesa em grande quantidade para o Brasil.

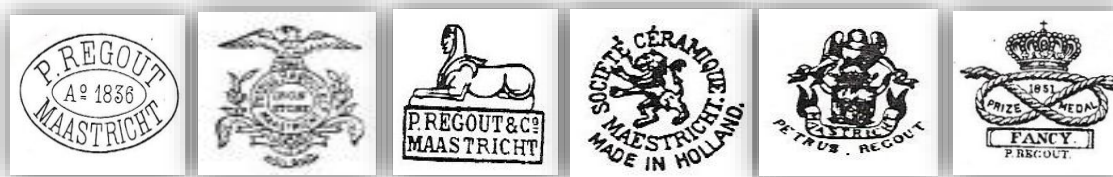
Em Portugal, a produção de faiança se iniciou de forma efetiva no século XVI (BANDEIRA, 2013, p. 126). A construção de cerâmica é, principalmente, a da chamada “louça pó de pedra”, onde se destacam: A Real Fábrica do Cavaquinho-Gaia (fábrica também de adornos); Vista Alegre, que fabrica também porcelana; e Sacavém, que expôs seus produtos em 1867, na Exposição Universal de Paris De acordo com Bandeira (2003)

“[...] Na segunda metade do século XVII, a massificação do comércio da porcelana da China, em toda a Europa, provocada pelas Companhias das índias (holandesa e inglesa), assim como a concorrência estabelecida pelos fabricos de faianças italianas, espanholas e alemãs e, principalmente, holandesas (Delft), vai praticamente minguar o mercado de exportação português, reduzido-o apenas ao consumo interno.” (BANDEIRA, 2013, p: 128)

Na Holanda, na cidade de *Maastricht*, no ano de 1836, foi fundada a Fábrica *Petrus Regout*, que produzia cerâmica. Esta permaneceu com um símbolo de uma esfinge e com o nome *Petrus Regout & Co.* até 1899. O que diferenciava essa fábrica era sua cerâmica impressa de transferência, o que não era comum naquela cidade. A princípio, ela trabalhava com vidro, passando posteriormente a trabalhar com cerâmica. Em meados dos anos 1850, *Regout* logrou êxito em produzir uma cerâmica de alta qualidade, o que o inseriu no mercado mundial. Até o final do século XIX, a empresa havia se expandido bastante, vindo a ser dirigida por filhos e netos de seu fundador, alcançando o monopólio comercial de 31 mercados de exportação.

Em 1899, a *Petrus Regout* foi renomeada de "Esfinge", embora já utilizasse a imagem de uma esfinge reclinada como seu logotipo por vinte anos. Uma de suas maiores inovações foi o armário de água, em 1899. Outra fábrica de louça holandesa de grande importância, segundo Caudarelli (2000, p. 131), é a *Ceramique Maestricht*, fundada na cidade holandesa de *Maestricht*, “[...] fronteira com a Bélgica, por *Petrus Regout*, *Guilherme Lambert & Cia*, em 1858, tendo sido incorporada pela manufatura *NV de Sphinx* em 1958, quando passou a ser denominada *Sphink Ceramique*, ainda em operação”.

Figura 4 – Marcas (Selos/ carimbos) da Fábrica Petrus Regout entre os anos de 1836 a 1900



Fonte: <http://www.infofaience.com/>⁸⁷

As mudanças nos selos simbolizam as diferentes fases por que passou a fábrica, tendo a mesma iniciado suas atividades como uma fábrica e depois passado a olaria, tendo se especializado na produção de louça doméstica.

A diversidade de tipos e padrões de louças possibilita a sua expansão e consumo pelo mundo, além de inserir as normas para seu uso. A ritualização das refeições, atuando como marcador e indicador social, principalmente em relação aos jantares e chás, cumprem essa função de cerimônia, pois as regras de civilidade que acompanham esses momentos, assim com a grande variedade de itens que compõe a mesa, são exemplos disso. Com o objetivo de seduzir o consumidor, os artesãos aperfeiçoavam seus produtos, neste caso, a louça, pois o mercado de produção de louças crescia, e com ele a concorrência.

As fábricas representavam o desenvolvimento do capitalismo e como o mesmo se expandia pelo mundo através dos produtos fabricados e consumidos. Aliada aos códigos de civilidade, a louça cumpre o seu papel dentro do processo civilizador capitalista, permitindo às diferentes camadas sociais se inserir dentro do referido processo, embora somente um pequeno grupo conseguisse se apropriar dos mesmos, devido ao valor atribuído às mercadorias. Outro fator importante foi o desenvolvimento técnico do *designer* das peças; as fábricas passaram investir na produção cerâmica e a oferecer uma grande variedade de itens e modelos que agradava a um público cada vez mais exigente.

Para atender a essa sociedade, os fabricantes, principalmente ingleses e franceses, investiram nas chamadas Exposições Universais, onde representavam a vitrine do mundo industrializado; a partir destas era realizada a aquisição e distribuição das mercadorias que eram vendidas nas casas comerciais, sendo estas responsáveis pela divulgação e venda dos produtos.

⁸⁷ <http://www.infofaience.com/en/sphinx-merken>. Acessado em 02.02.2015

2.2. Entre catálogos e exposições: o comércio de mercadorias europeias de uso doméstico

“[...] O mundo pois se mobiliza para um encontro universal em nome do progresso e da concórdia entre os povos, da instrução e do divertimento, das trocas comerciais e da exibição das novidades, etc., etc.” (PESAVENTO, 1997, p: 13)

Com o aumento da produção de bens de consumo, ocorre uma busca pela venda de tais mercadorias, uma das formas encontradas são as feiras mundiais. Essa divulgação se inicia na segunda metade do oitocentos, quando o mundo assistia à expansão das ideias de progresso e civilidade; diante disso, surgem as chamadas Exposições Universais. Estas tinham como objetivo expor bens materiais diversos aliados ao ideal de modernidade, onde as inovações tecnológicas e a diversidade de produtos eram expostas em estantes montadas pelos países participantes, que exibiam seus produtos através de catálogos distribuídos aos participantes da feira.

As primeiras exposições tiveram o apoio da Inglaterra e França, que representavam um modelo de modernidade. Esse progresso foi logo se expandindo pelo mundo, por meio dos artigos de luxo, como louças, mobílias, adornos e itens de higiene, dentre outros. É importante frisar que a Inglaterra, na segunda metade do século XIX, cumpriu o papel de agente modernizador, e as Exposições Universais refletiam o duplo processo de transformações industriais e políticas. Estas teriam surgido em no final do setecentos, sendo realizadas na França e na Inglaterra. *A priori* eram organizadas nacionalmente em países como Bélgica, Prússia, Espanha e Áustria. Seu caráter internacional só aconteceu em 1851, com a participação de países da Europa, África, Ásia e América.

A primeira exposição ocorreu em 1844 e durou 141 dias, e sua estrutura serviu de espelho para as demais exposições. Participaram dessa feira 34 países; cerca de seis milhões de pessoas a visitaram. A mesma foi dividida, segundo Schwarcz (1989, p. 388), em “[...] quatro categorias, o que se tornaria um padrão de organização para as demais mostras. Os produtos expostos eram divididos nos seguintes grupos: manufaturas, maquinarias, matéria-prima e belas-artes”. A classificação apresentada garantia a participação e contribuição de todos os países, que, de formas diferentes, garantiam o sucesso do evento.

O objetivo das citadas exposições era ampliar as vendas e estreitar os contatos e relações entre consumidor e produtor, e ainda apresentar novos produtos e novas tecnologias.

Outro importante aspecto desta é o aumento do consumo impulsionado pela publicidade realizada no decorrer dos citados eventos

Outro caráter destas é o capitalista que é observado por Burbuy (1996, p. 211), que afirma que “[...] o próprio fato de se fazer este tipo de representação correspondia a que, em função da expansão capitalista, o mundo estaca, agora, todo ligado em redes de interdependência econômica”. A expansão capitalista teve nas Exposições Universais seu principal símbolo. Concorde-se com Burbuy (1996, p. 212) quando este afirma que “[...] as exposições universais surgem como exhibições dos progressos da indústria, dirigida para a instrução das massas”, sendo uma das características da referida expansão. Esse caráter também é percebido por Pesavento (1997, p. 43), que afirma: “[...] não há como negar sua dimensão propriamente econômica, de feira de mercadorias mostruário de novos produtos, Meca de lucrativos negócios”.

De acordo com Schwarcz (1998, p. 390), o que mais impressiona nas Exposições Universais não é seu caráter extraordinário, mas a quantidade de expositores participantes e de visitantes que circulavam nas citadas feiras. Diante disso, os países organizadores se empenhavam na organização e divulgação das mesmas. Entre os anos de 1851 e 1900 observa-se um crescimento tanto de expositores quanto de visitantes. As exposições com maior quantidade de expositores em ordem de grandeza,

Quadro 1 – Representativo do crescimento do número dos expositores

Colocação	Local	Ano	Quantidade de Expositores
1º Lugar	Exposição de Paris	1900	83.000
2º Lugar	Exposição de Chicago	1893	70.000
3º Lugar	Exposição de Paris	1889	61.722
4º Lugar	Exposição de Filadélfia	1876	60.000
5º Lugar	Exposição de Paris	1878	52.835
6º Lugar	Exposição de Paris	1867	43.217
7º Lugar	Exposição de Londres	1862	28.653
8º Lugar	Exposição de Viena	1873	25.760
9º Lugar	Exposição de Paris	1855	20.839
10º Lugar	Exposição de Londres	1851	13.937

Fonte: Schwarcz (1998, p: 391) - Adaptado pela autora

A quantidade de expositores e de visitantes é proporcional, porém, no ano de 1900, a quantidade de visitantes quase duplicou em comparação com as demais, chegando a 48 milhões de pessoas circulando nos *stands*. Este recrudescimento se deve à divulgação realizada, como já foi discutido anteriormente. Da mesma forma, ocorre o crescimento do número de expositores.

Segundo Pesavento, nos anos de 1851, 1878 e 1889 foram erguidas “[...] novas e arrojadas formas arquitetônicas que acompanhavam estes eventos” (1997, p. 53), sendo o primeiro o Crystal Palace, “[...] que com uma moderna construção de ferro e vidro demonstrou ao mundo do que era possível a feliz combinação da ciência, da técnica e da indústria” (id.).

Figura 5 – Palácio de Cristal, em Londres



Fonte: Tallis's illustrated London; : in commemoration of the Great exhibition of all nations in 1851 : forming a complete guide to the British metropolis and its environs : illustrated by upwards of two hundred steel engravings from original drawings and daguerreotypes., 1851⁸⁸

Munidos de um aparato publicitário eficaz, o país-sede de cada uma destas feiras era responsável por sua organização e pela distribuição dos pavilhões, onde estariam os países participantes expondo seus produtos, fossem eles industrializados, artesanais ou matéria-prima. Além disso, eram responsáveis pela criação de símbolos de modernidade, como na Exposição Universal de 1851, em Londres. Segue abaixo um quadro demonstrativo das exposições realizadas entre 1851 e 1900.

⁸⁸ <https://archive.org/details/tallissillustrat22gasp>

Quadro 2 – Demonstrativo com as Exposições Universais ocorridas entre 1851 a 1900

Data	Local	Nº de Expositores	Nº de Visitantes (Milhões)	Tamanho (Acre)	Duração (Meses)
1851	Londres	13 937	6,0	26	4,8
1855	Paris	20 839	5,2	34	6,7
1862	Londres	28 653	6,2	25	5,7
1867	Paris	43 217	6,8	215	7,2
1873	Viena	25 760	7,3	42	6,2
1876	Filadélfia	60 000	9,9	285	5,3
1878	Paris	52 835	16,0	192	6,5
1883	Amsterdã	-	-	-	-
1885	Antuérpia	-	-	-	-
1889	Paris	61 722	32,3	237	5,7
1893	Chicago	70.000 (+/-)	27,5	685	6,1
1900	Paris	83 000	48,1	-	-

Fonte: Schwarcz (1998, p: 391) e Barduy (1996, p:213) Adaptado pela autora

Além das exposições acima citadas, destacamos a segunda Exposição Universal de Paris, que ocorreu no ano de 1889, e a de Chicago, em 1893, sendo a última destas realizada em 1922 na cidade do Rio de Janeiro. Destacamos aqui a participação do Brasil nas exposições ocorridas entre 1851 a 1900; foram elas: em Londres, 1851; em Paris, 1867 e 1889; nos Estados Unidos, nas exposições da Filadélfia, em 1876, e Chicago, em 1893; e na exposição do Rio de Janeiro, em 1922. O Brasil esteve presente em quase todas as exposições universais realizadas, como pode ser observado abaixo.

Quadro 3 – Referente a participação do Brasil nas Exposições Universais entre 1851 a 1900

Ano	Cidade	Nº total de Expositores	Nº de Expositores brasileiros	Pavilhão do Brasil
1851	Londres	14.000	4	Não
1862	Londres	23.954	230	Não
1867	Paris	52.200	1.339	Não
1873	Viena	53.000	Não consta	Não
1876	Filadélfia	30.864	436	Sim
1889	Paris	61.722	838	Sim
1893	Chicago	70.000	Não consta	Sim

Fonte: Barbuy (1996, p: 213) Adaptado pela autora

Descartava-se o aparato por trás das referidas exposições, sendo estas preparatórias para as chamadas “Exposições Universais ou Internacionais”⁸⁹, e tinham como objetivo antecipar o evento maior, servindo como ensaio para as mesmas. As exposições segundo Pesavento:

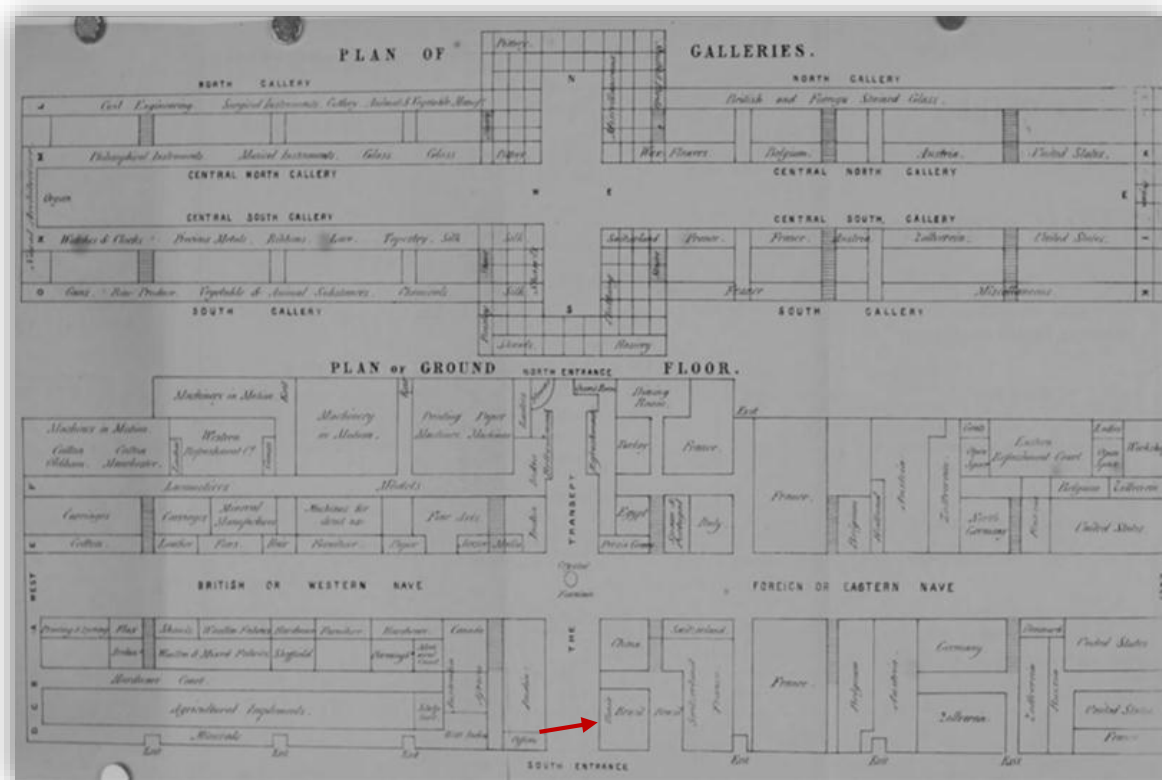
⁸⁹ Embora não seja o foco de nossa pesquisa, faz-se necessário destacar a importância das mesmas no período em questão.

“[...] visavam ampliar as vendas pelos renovados contatos entre produtores e consumidores, que estimulariam os negócios e a produção pelo salutar conhecimento dos novos produtos e processos. Além disso, ampliar-se-ia o consumo, graças a um eficaz esquema publicitário.” (PESAVENTO, 1997, p.: 43)

A grandeza de tais eventos pode ser percebida através da produção de um manual que tinha como objetivo orientar os visitantes e expôr os produtos; seu o título era “Guia para a Grande Exposição: contendo uma descrição de cada objeto principal de interesse: com um plano, apontando a maneira mais fácil e sistemática de examinar o conteúdo do Palácio de Cristal”⁹¹.

Para explicar a história e o funcionamento, além dos produtos expostos, foi elaborada uma Cyclopaedia, intitulada “O Palácio de Cristal, e seu conteúdo: ser cyclopaedia ilustrada da grande exposição da indústria de todas as nações de 1851: embelezada com mais de quinhentos gravuras, com um índice analítico abundante (1851)”⁹², como pode ser observada na planta abaixo, (o stand do Brasil esta identificado por uma seta vermelha).

Figura: 6 - Planta do Palácio de Cristal com os stands ou pavilhões distribuídos -1851, Londres



Fonte: ⁹⁵ Cyclopaedia Ilustrada da Grande Exposição, p:1 e 2 (adaptado pela autora)

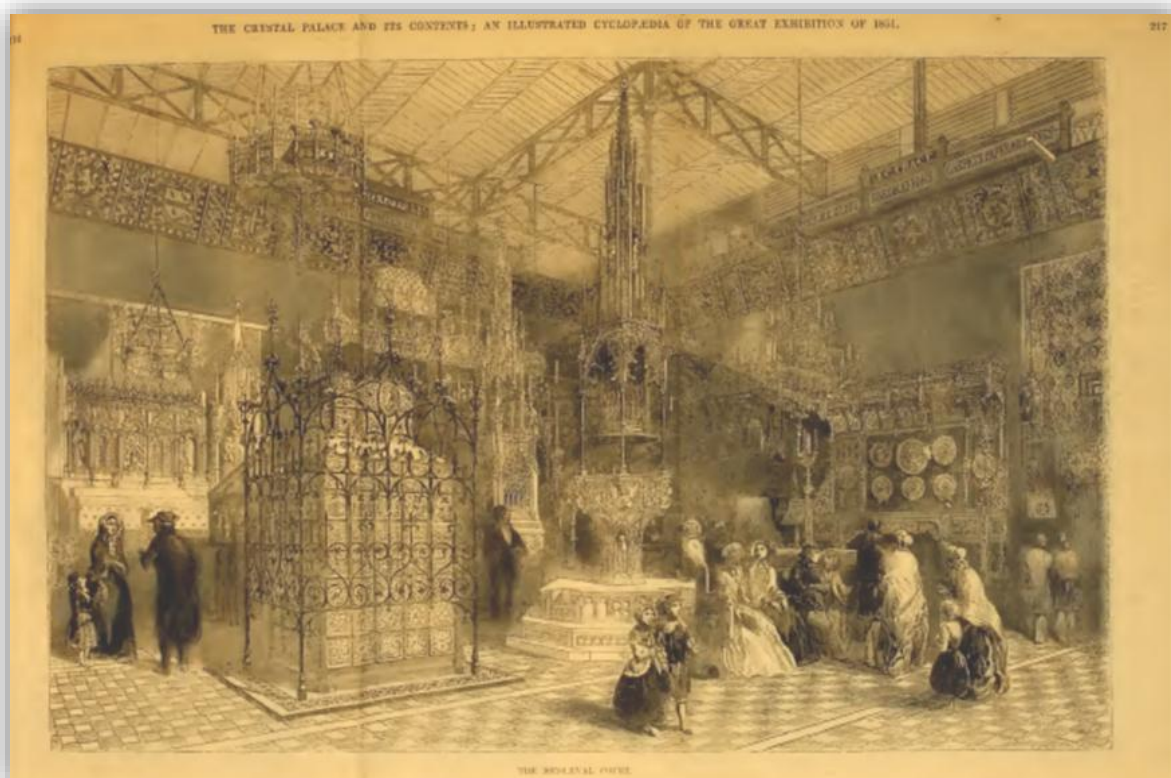
⁹¹Official catalogue of the Great exhibition of the works of industry of all nations, 1851.

⁹²The Crystal Palace and its contents : being an illustrated cyclopaedia of the great exhibition of the industry of all nations, 1851 : embellished with upwards of five hundred engravings, with a copious analytical index (1851)

⁹⁵ <https://ia601503.us.archive.org/9/items/guidetogreatexhi00grea/guidetogreatexhi00grea.pdf>

Para explicar a história e o funcionamento, além dos produtos expostos, foi elaborada uma Cyclopedia, intitulada “O Palácio de Cristal, e seu conteúdo: ser cyclopaedia ilustrada da grande exposição da indústria de todas as nações de 1851: embelezada com mais de quinhentos gravuras, com um índice analítico abundante (1851)”⁹⁶. Abaixo segue uma das gravuras do referido material, referente ao interior do Palácio de Cristal

Figura 7 - Interior do Palácio de Cristal – um dos stands de louça



Fonte:⁹⁸ Cyclopedia Ilustrada da Grande Exposição, p: 217 e 218

Um pequeno histórico das mudanças ocorridas até ser inseridos os pavilhões é descrito por Barduy (1996, 213)

“[...] Antes da Exposição de Filadélfia, em 1876, não havia a prática de se construir pavilhões nacionais. As exibições eram organizadas em um ou mais edifícios grandes, como o *Crystal Palace* de Londres, em 1851, a construção elíptica concebida por Le Play e Krantz para a Exposição de 1867, em Paris, ou a grande Rotunda de Viena, no Parque do Prater, na Exposição de 1873. Em 1867 surgem seções nacionais, mas ainda não em pavilhões independentes. Em

⁹⁶The Crystal Palace and its contents : being an illustrated cyclopaedia of the great exhibition of the industry of all nations, 1851 : embellished with upwards of five hundred engravings, with a copious analytical index (1851)

⁹⁸ <https://ia601503.us.archive.org/9/items/guidetogreatexhi00grea/guidetogreatexhi00grea.pdf>

1873duzentospavilhões espalham-se em tomo da grande Rotunda mas são temáticos e não nacionais. Somente em 1876 fumam-se os pavilhões nacionais”. (Barduy, 1996, 213)

Em 1878, foi inaugurada a Estátua da Liberdade, ainda em conclusão⁹⁹, e simbolizava a solidariedade entre os povos. Em 1889, centenário da Revolução Francesa, ocorre uma exposição em Paris; nessa ocasião, outro símbolo a modernidade surge, a Torre Eiffel, medindo cerca de 300m de altura. Pesavento (1989, p. 55), ao se referir ao monumento, afirma que “[...] encarnava não só uma nova concepção de mundo, mas se constituía num próprio monumento à racionalidade, ao moderno e ao progresso”. Não se discutiam aqui os conflitos operários, e sim a grandiosidade do evento. Isso não quer dizer que a satisfação fosse geral; havia uma insatisfação por parte dos operários, mas isso não foi explorado, como afirma a autora. O objetivo dessa exposição era ser lembrada por suas magníficas construções, como a própria Torre Eiffel e a “Galeria das Máquinas”, considerado o maior espaço interno já construído até aquele ano.

A participação do Brasil na Exposição Universal realizada em Paris, em 1889, teria o apoio do então Imperador do Brasil, D. Pedro II, que chegou a visitar as obras no Campo de Marte, onde seria construída a Torre Eiffel, e o espaço para a realização da referida exposição. De acordo Pesavento (1989, p.189), “[...] a participação do brasileiro no exterior seria antecedida da realização de exposições preparatórias provinciais e uma nacional”. Era importante a participação do Brasil nesta exposição, pois o mesmo precisava provar que estava conseguindo substituir os produtos importados, ou seja, mostrar que estava se desenvolvendo. Embora, para os franceses, o Brasil ainda fosse considerado ainda uma possibilidade de progresso. Outras exposições foram realizadas após a francesa, mas destacamos a Exposição Universal de 1893.

A Exposição de Chicago, em 1893, deveria ter sido realizada em 1892, ano em que se comemoraria o descobrimento da América, foi criticada, pois em o lugar nem tão pouco o ano coincidiam. A referida exposição foi inaugurada em 1892, mas só aberta ao público no ano de 1893, e que tinha como objetivo ser uma Exposição Internacional, onde poderia conta a presença de praticamente todos os países do globo. A organização do evento, assim como sua grandiosidade chamou atenção de Adolfo Caminha se refere aos americanos, anfitriões do evento como “um povo excepcional!”.

A rapidez com que as coisas aconteciam era descrita por Caminha (1979), exemplificada por seu detalhamento acerca do pavilhão referente aos Estados Unidos, onde

⁹⁹ Foi entregue pronta ao Estados Unidos em 1886.

este observa a rapidez com que os Estados Unidos produziam e cravavam seus maquinários e demais equipamentos industriais, além de produzirem, no interior do pavilhão objetos de uso domésticos assim como de fantasia, como linho, algodão e seda, produzidos na frente de todos.

Adolfo Caminha opina acerca do papel de menor expressão desenvolvido pelo Brasil devido à falta de apoio dos governantes, diferente da exposição de 1889, na França, onde país teve grande expressão no evento. Um pouco do registro da exposição de 1893, como o Catálogo Especial Setor Áustria; um catálogo referente à participação do Brasil; e um livro publicado por Adolfo Caminha para descrever a referida exposição em “O Paiz dos Yankes”, podem ser observados logo abaixo.

Figura: 8 – Amostra do material produzido a respeito da Exposição Universal de 1893 em Chicago



Fonte: a) Official Catalogue of the Austrian Section of the World Columbian Exposition – Chicago 1893; b) Catálogo ‘Na Exposição de Chicago, elaborado por Thomas Pompeu de Sousa Brasil, em 1893; c) Livro ‘O Paiz dos Yankes’, escrito por Adolfo Caminho, 1893

O autor foi um dos membros da comissão brasileira enviada a Chicago para organizar e participar da exposição. Em sua obra, comenta a participação do Brasil nas exposições de Filadélfia (1876) e Viena (1873)

“[...] Na Exposição de Viena ainda o Brasil teve de ocupar lugar pouco lisonjeiro, e se alguns de seus produtos principais tiveram a felicidade de ser premiados foi isso devido, não ao governo, mas tão-somente a esforços de muitos negociantes do Rio de Janeiro e do Pará.

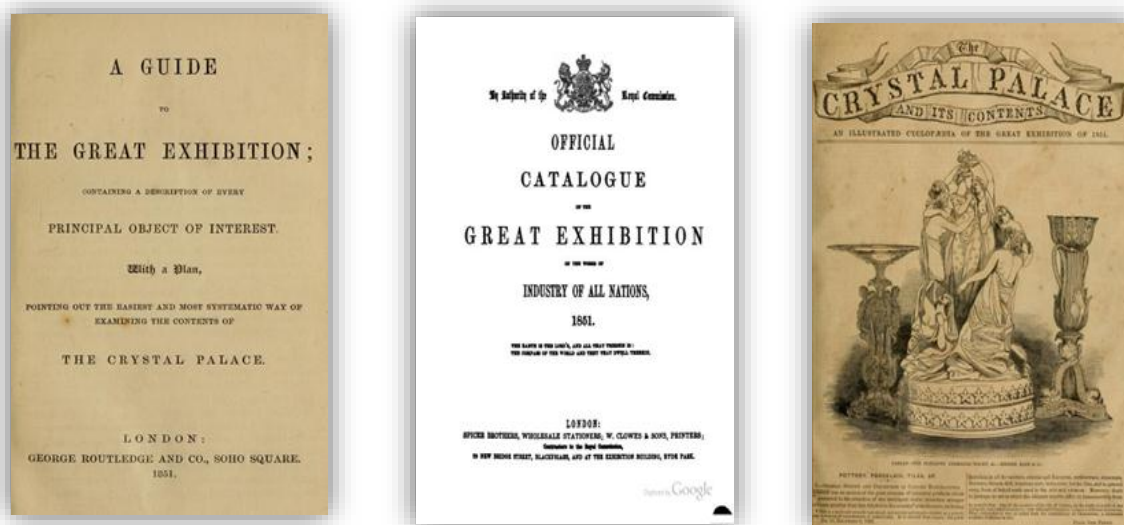
Anuncia-se para o ano vindouro uma Universal Great Exhibition, nos Estados Unidos, cujo sucesso irá rivalizar, talvez, com o da Exposição Universal realizada há meses em Paris e notável pela colossal e tão célebre Torre Eiffel. Nenhuma razão

assiste para que a grande nação da América do Sul, o Brasil, não faça representar co todo o brilho de sua incontestável riqueza.” (CAMINHA, 1979, p: 141)

O caráter publicitário pode ser percebido através da divulgação dos produtos que ocorria durante as citadas Exposições Universais, onde eram fornecidos catálogos com os produtos fabricados e expostos, pois nem todas as variações de um mesmo produto poderiam ser transportadas; sendo assim, eram usados os catálogos com as peças produzidas por cada uma das fábricas com *stands* no evento. O produto do país que recebia tal exposição merecia destaque maior, como pode ser percebido na imagem acima. Nesse caso, os *stands* são separados por tipos de produtos e lá encontram-se as fábricas e seus produtos.

Além dos catálogos das citadas exposições, eram distribuídos outros pelas fábricas, que continham, além das informações sobre os produtos, ilustrações dos mesmos. Era dessa forma que os representantes ou donos de casas comerciais poderiam divulgar os produtos e, ainda, realizar pedidos sem contratempos ou necessidade de transportar uma quantidade substancial de produtos, correndo o risco de perda, roubo ou extravio. Dentre os consumidores, destacamos as chamadas *casas comerciais ou firmas comerciais*, onde os produtos fabricados na Europa eram oferecidos, divulgados e adquiridos por diferentes públicos. Outra função desempenhada pelo catálogo era a propaganda, pois neste eram apresentados os produtos que estavam em voga na Europa.

Figura: 9 – Capa do material publicitário produzido para a Grande Exposição Universal, em 1851



Fonte: a). Guia da Grande Exposição; b) Catálogo Oficial da Grande Exposição; c) Cyclopedia Ilustrada da Grande Exposição (Parte referente as porcelanas)¹⁰¹

¹⁰¹ <https://ia601503.us.archive.org/9/items/guidetogreatexhi00grea/guidetogreatexhi00grea.pdf>;
<https://archive.org/details/officialcatalog06unkngoog>; <https://archive.org/details/crystalpalaceits00lond>

O material de cunho publicitário foi, inicialmente, produzido a partir primeira Exposição Universal, em 1851, denominada de Grande Exposição dos Trabalhos da Indústria de Todas as Nações. Sendo uma parte do material, como podemos observar nas imagens acima, de qualidade gráfica superior para época. O mesmo tinham o propósito de divulgar e vender os produtos expostos. Para promover o evento foi necessário um aparato publicitário nunca visto antes. Foram elaborados, além de um catálogo oficial denominado “Catálogo Oficial da Grande Exposição dos Trabalhos da Indústria de Todas as Nações, 1851”¹⁰², outros produzidos pelos países participantes para divulgar seus produtos.

O referido catálogo, em 1851, encontrava-se dividido por países participantes e descrevia os produtos expostos, sem imagens, bem como os fabricantes. No segundo, o Guia que orientava os visitantes, cujo o título era “Guia para a Grande Exposição: contendo uma descrição de cada objeto principal de interesse: com um plano, apontando a maneira mais fácil e sistemática de examinar o conteúdo do Palácio de Cristal”, tinha a mesma disposição, mas apresentava algumas imagens dos produtos e um mapa da exposição para guiar o visitante. O último, qual seja, “O Palácio de Cristal, e seu conteúdo: ser cyclopaedia ilustrada da grande exposição da indústria de todas as nações de 1851: embelezada com mais de quinhentos gravuras, com um índice analítico abundante (1851)”, buscava apresentar os produtos com uma riqueza de imagens, mostrando ao leitor a grandiosidade do evento.

Os catálogos produzidos tanto pelos países participantes como os produzidos pelas fábricas apresentavam o que estava na “moda”, desde utensílios de uso doméstico, como mobília, a outras merdadorias industrializadas. O objetivo dos mesmos eram servir de vitrine de seus produtos, facilitando, dessa forma., a aquisição pelo comprador de seus produtos.

No decorrer do século XIX, principalmente na sua segunda metade, a propaganda toma impulso e torna-se o principal veículo de divulgação das exposições universais. Afinal, o mundo tinha que ser convencido a participar intensamente das feiras ou exposições universais, e foi o que aconteceu: a quantidade de países que se inscreviam para expor crescia a cada exposição, buscando mostrar seus produtos recém-saídos das fábricas.

¹⁰² A Guide to the Great Exhibition: containing a description of every principal object of interest : with a plan, pointing out the easiest and most systematic way of examining the contents of the Crystal Palace (1851).

2.2.1. Do Ceará para o mundo: a participação do Ceará nas Exposições Universais

Esse ideal de progresso, modernidade, civilidade e consumo chegam ao Brasil ainda na segunda metade do século XIX. Nesse período ocorre uma maior entrada de produtos europeus, principalmente os oriundos da Inglaterra e França, embora essa entrada de produtos fabricados e consumidos na Europa tenha se iniciado em 1808, com a chegada da Família Real Portuguesa ao Brasil e com a abertura dos portos. A partir de 1808 ocorreu um comércio direto entre Brasil e Europa, sobretudo com a Inglaterra.

Com essas mudanças ocorridas a partir de 1808, podemos pensar em duas fases de um processo de “europeização de costumes. De acordo com Malerba (2000, p.187), esse momento, no Brasil, pode ser chamado de **europeização** ou “europeização dos costumes”, onde se intensificaram as aquisições de mercadorias de origem do referido continente, e as modas francesas e inglesas foram sendo introduzidas na colônia. Desta forma, o modelo europeu de civilidade e progresso foi inserido. O autor ressalta que “[...] o que aqui se conceituou de ‘europeização dos costumes’ não deve ser entendido mecanicamente como adoção dos costumes de um grupo por outro, uma vez admitindo-se, em primeiro lugar, que havia diferenças dentro de cada um deles” (id.). Essa primeira fase teria ocorrido de 1808 a 1860, quando se percebeu a entrada ainda incipiente, se compararmos com essa segunda fase, de mercadorias europeias, principalmente inglesas e francesas.

A outra fase, agora denominada de **segunda europeização** ou **reeuropeização**, de acordo com Freyre (1968), ocorre entre os anos de 1860 a 1930. É nesse momento que ocorre uma substituição gradual da louça de origem portuguesa, utilizada aqui pelas camadas mais abastadas, pela louça de origem inglesa, que passa a adquirir um caráter distintivo.

Nessa segunda fase ocorre uma entrada de produtos europeus em maior quantidade. Com a instalação de casas comerciais, acontecem grandes mudanças no país, principalmente econômicas, sociais e culturais. Com isso, a partir da inserção do Brasil na economia do mundo, o mercado brasileiro se tornou atraente para a fixação de casas comerciais estrangeiras que forneciam as mercadorias necessárias para que a sociedade se aproximasse cada vez mais do modelo de civilidade apresentado, ou seja, o modelo europeu, possibilitando que as mesmas se especializassem na importação de bens de consumo, assim como na exportação de produtos nacionais, como o couro, o algodão, dentre outros. Essas relações comerciais se intensificaram com o auxílio das “Exposições Universais ou Internacionais”, que apresentavam aos interessados uma grande diversidade de produtos a serem comercializado, como afirma Hobsbawm:

“[...] Catorze mil firmas exibiram em Londres em 1851 (a moda tinha sido condignamente inaugurada no lar do capitalismo); 24 mil em Paris, 1855; 29 mil em Londres, em 1862; 50 mil em Paris, em 1867. Justiça seja feita, a maior delas todas foi a FERIA do Centenário da Filadélfia, em 1876, nos Estados Unidos.”¹⁰⁵ (HOBSBAWM, 2012, p: 61)

Esse ideal de progresso e modernidade era compartilhado pelo Imperador D. Pedro II, como afirma Schwarcz (1998, p. 388): “É nessa mesma época que nosso imperador começa a investir, mais e mais, em uma imagem ‘progredida’ para o país no exterior”. A autora se refere à segunda metade do século XIX, mais precisamente a partir de 1870. Tais viagens tinham como objetivo apresentar o Brasil para o mundo, além de se inserir no cenário internacional. Como resultado destas, trouxe consigo o ideal de modernidade e progresso. Foram esses os elementos que o motivaram a investir na participação mais intensa do Brasil nas Exposições Universais.

É nessa efervescência comercial que despontam as chamadas casas comerciais aqui no Brasil, inicialmente instaladas na cidade do Rio de Janeiro, depois difundidas pelas principais cidades brasileiras. Essas casas eram, em sua maioria, pertencentes ou dirigidas por estrangeiros, neste caso, europeus, tinham um papel fundamental na economia, pois eram elas que organizavam as mercadorias e as cidades que iriam ser expostas nas Exposições Universais. Em cada estado brasileiro existia um grupo responsável para tal função. Essas feiras serviram de vitrine para o Brasil, que apresentava os produtos que poderiam ser comercializados, tornando a relação entre a Europa e o Brasil mais próxima.

As primeiras casas comerciais estrangeiras que se estabeleceram no Brasil datam do início do século XIX; suas instalações foram se tornando mais intensas a partir da segunda metade do referido século; estas vendiam uma diversidade de produtos, entre eles destacamos os artigos utilizados na mesa e cozinha, como as *louças* presente em serviços de chá e café, aparelhos de jantar, travessas, sopeiras, molheiras, talheres, vasilhames de cerâmica, taças, licoreiras, garrafas de vidro e grés para bebidas etc.; a mobília; o vestuário; as ferramentas e maquinários etc.

O Rio de Janeiro se destacava pelo fluxo intenso de europeus que chegavam ao porto atraídos pelo comércio, como afirma Malerba (2006, p. 141): “A cidade recebia crescentemente grandes contingentes de europeus atraídos pelo comércio”. O mesmo diversificou as atividades econômicas da cidade com a instalação de diversos estabelecimentos comerciais, como bancos, estaleiros e destacamos as principais casas

¹⁰⁵ A Exposição Universal de 1876, foi a primeira realizada nos Estados Unidos. Contou com a visita de aproximadamente 10 milhões de visitantes, o equivalente a 20% da população do país na época.

comerciais, estabelecidas no Brasil nas primeiras décadas do século XIX, dentre as quais destacamos: Stevenson e Duder, na Bahia, que era, segundo Freyre (2000, p. 83), “[...] especializada em negócios de cacau e óleo de baleia [...] a Casa Ingleza de Mrs. Brack, do Recife Proud foot & Comp., no Rio Grande do Norte, a Casa Ingleza do Ceará, fundada pelo irlandês William Wara”.

A partir disso, a Inglaterra estabeleceu comércio mais intenso com o Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco, onde eram realizadas atividades de importação de mercadorias como chapéus, calçados, louça, vidros, entre outras. Porém, durante a segunda metade do século XIX, esse comércio triplicou, inserindo esse processo civilizador capitalista por outras regiões do Brasil, dentre elas o Ceará.

O comércio entre Brasil e Europa, segundo Takeya (1994), se intensificou na segunda metade do século XIX, tendo a França ocupado lugar de destaque. A França, principalmente na segunda metade do oitocentos teria desempenhado um papel importante nas relações comerciais brasileiras, sendo o segundo país como maior fluxo de importações e exportações como o Brasil, perdendo apenas para a Inglaterra que despontava na frente.

Esse intenso comércio de importação de produtos europeus contribuiu para a mudança dos hábitos e costumes da sociedade brasileira, como já foi dito anteriormente, que buscava se assemelhar à sociedade europeia do referido período. Essa busca pode ser percebida a partir da inserção de mercadorias de origem europeia, como afirma Freyre (2000, p. 77): “[...] são esses artigos os que mais rapidamente modificam a cultura – cultura no sentido sociológico – de um povo: talheres, louça, alimentos, móveis, fazendas, roupas feitas, chapéus, calçados, selins, carruagens”. Isso se deu devido à expansão capitalista iniciada em 1850, como afirma Hobsbawm (2012, p. 61): “[...] dificilmente podemos datar a grande expansão antes de 1850”, onde o desenvolvimento econômico possibilitou o que podemos chamar de economia mundo, como sugere o referido autor: “[...] o capitalismo tinha agora o mundo inteiro a seu dispor, e a expansão simultânea do comércio e dos investimentos internacionais dá bem a medida do entusiasmo que teve em capturá-lo” (2012, p. 67). Diante disso, os investidores europeus viram no Brasil um atraente mercado consumidor de suas mercadorias, inserindo-o no processo civilizador capitalista.

Esse processo civilizador vivido pelas cidades brasileiras estava inserido no modelo capitalista em expansão que se iniciou na Europa; chegando ao Brasil, expandiu-se pelas demais cidades do país, influenciando o comportamento social, a dinâmica das cidades e a maneira de pensar da sociedade brasileira, traduzindo um ideário europeu que deveria ser seguido. Além disso, observamos uma intensa entrada de produtos estrangeiros nos centros

urbanos do país. No que diz respeito ao Ceará, essa expansão começou tendo a cidade de Fortaleza como centro irradiador, se expandindo então para Sobral, Quixeramobim, Crato e Aracati. Contudo, a cidade litorânea de Aracati passa a ter um maior destaque econômico ao longo de quase três séculos (esse ponto será melhor trabalhado no capítulo seguinte).

Com o crescente comércio, o Ceará se destacou no cenário econômico; isso pode ser percebido através de sua participação nas chamadas Exposições Nacionais, sendo sua primeira participação em 1862. Para a realização da referida exposição, as províncias eram convidadas a participar, como descreve Nobre (1989) em 31 de julho de 1861, onde o Ministro e Secretário de Estado comunicavam as províncias que organizassem uma exposição nacional, onde deveriam ser expostos produtos naturais e industriais não só da província sede mais da limítrofe também, as províncias convidadas eram: Pará, Pernambuco, Bahia, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e a Corte.

A importância das citadas exposições é destacada por Nobre (1989, p. 73) como sendo “À imitação das Exposições Internacionais, promoveram os governos as Nacionais, como preparativos à participação naquelas, particularmente o do Império do Brasil [...]”. O autor completa

“[...] o Governo Imperial viu, na promoção em apreço, um instrumento de política econômica, visando ao esforço de industrialização, e, por isso, estimulou a participação dos Governos Provinciais, com medidas a exemplo de mostras preparatórias, a princípio regionais, no Pará, em Pernambuco, na Bahia, no Rio de Janeiro, nas Minas Gerais e no Rio Grande do Sul, conforme referem Avisos do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas de 31 de julho e 29 de agosto de 1861.” (NOBRE, 1989, p. 74)

A participação do Ceará nas chamadas Exposições Nacionais que antecederiam as Exposições Internacionais, é observada no quadro abaixo

Quadro 4 – Participação do Ceará nas Exposições Nacionais entre 1861 a 1889

Ano	Nº de Objetos Expostos	Províncias Participantes (Brasil)	Províncias Participantes (Norte)	Produtos Concorrentes (Brasil)	Produtos Concorrentes (Norte)	Classificação (Produtos) ¹⁰⁸
1861	34	13	4	163	45	2º
1866	16	17	9	340	79	4º
1873	2	14	6	130	26	11º
1875	39	18	9	605	181	8º
1881	-	14	6	449	57	-
1889	14	14	6	274	120	6º

Fonte: Nobre, 1989, p. 81

¹⁰⁸ Refere-se a classificação do Ceará quanto a quantidade de produtos que este enviou para as citadas Exposições

A participação das províncias do Norte¹⁰⁹ nas exposições regionais e nacionais cresce nos anos seguintes. Com o recrudescimento comercial, o Ceará torna-se atraente para os comerciantes, possibilitando a instalação de casas comerciais estrangeiras e nacionais que exerciam as atividades de importação e exportação de produtos e mercadorias. O Ceará esteve presente nas exposições de 1861 a 1900, foi muito importante para o desenvolvimento da província, e os comerciantes locais foram se inserindo em uma rede com dimensões globais. Segundo Nobre,

“[...] O Ceará deixou participar de apenas 1 das 6 Exposições nacionais realizadas no período, da primeira (1861) à última (1889). Tiveram participação total a Província e o Município Neutro (Corte) do Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Minas Gerais. Das Províncias do Norte (do Amazonas à Bahia), Pernambuco foi a única a fazer parte desse grupo”. (NOBRE, 1989, p: 81)

Ainda quanto à participação do Ceará nas exposições regionais e nacional, destaca-se a quantidade de produtos enviados pelo estado para as mesmas. Sobre isso Nobre afirma que

“[...] Causa estranheza que, das Províncias do Norte cujas Capitânias foram escolhidas para sediar as Exposições Regionais, o Pará concorreu ao certame nacional com um produto somente, Pernambuco com três e a Bahia com sete, somando onze, apenas um terço da quantidade de objetos expostos pelo Ceará, precisamente trinta e quatro, a comprovar, de modo insofismável, o maior interesse dos cearenses em exibir a sua produção”. (NOBRE, 1989, p74)

Tendo sua presença na Exposição Nacional ocorrida em 1861, descrita por Nobre na sua fala acima e relacionando com o quadro abaixo, observa-se que, dos 163 produtos expostos na referida exposição, as províncias do Norte expuseram 45, sendo 34 do Ceará, como pode ser visto abaixo:

Quadro 5– Participação do Ceará na Exposição Nacional de 1861

Província	Quantidade de produtos expostos
Pará	1
Pernambuco	3
Bahia	7
Ceará	34

Fonte: Nobre, 1989, p: 81

¹⁰⁹ O autor se refere às províncias do Amazonas ao Maranhão, incluindo Pernambuco.

As participações da referida província nos eventos supracitados, assim como o envio de produtos não industrializados, refletem a demora desta assim como das demais províncias citadas por Nobre no processo de industrialização.

“[...]” Depreende-se que, até então, não apenas o Ceará, mas todas as províncias do Império vinham expondo em maior quantidade peças artesanais, da agroindústria, do trabalho com couro e da extração mineral, objetos raros e outras curiosidades, que levadas às Exposições Internacionais, na Europa fabril, atestavam o atraso do Brasil no aproveitamento da matéria-prima por processamento mecânico (NOBRE, 1989, p: 75)

As exposições a que este se refere são as ocorridas antes de 1873, pois tanto para esta exposição nacional quanto para a internacional foram exigidas mercadorias industrializadas. Foram tomadas medidas mais eficazes para que os produtos expostos fossem mais industrializados que matéria-prima. Desta forma, resultou no empenho dos expositores para atender as exigências, tendo como início a Exposição Nacional de 1873, quando, segundo Nobre (1989, p. 76), ao citar que um de seus representantes,

“[...]” obteve medalha de prata de 1ª classe e menção honrosa pelos produtos exibidos, como fossem os vinhos de caju e de laranja, tratando-se de Francisco Luís Carreira, português, responsável pela introdução no Ceará de processos industriais de aproveitamento de frutas, superiores, àquele tempo, aos adotados em outras Províncias do Império.” (NOBRE, 1989, p: 76)

Na Exposição Internacional de 1873, em Viena, o cearense Joaquim da Cunha Freire recebeu uma medalha de mérito na indústria química. A presença do Ceará nas referidas exposições se deve ao papel desenvolvido pelas casas comerciais enquanto interlocutores entre os fabricantes e consumidores, além de apresentarem o Ceará para o mundo. A participação de Aracati nas Exposições Universais é descrita por Nobre (1989, p. 79), ao citar a Exposição de 1861, ocorrida em Pernambuco. O autor afirma que

“[...]” Dada a exigüidade do tempo, a participação do Ceará, à remessa feita por Aracati, a cargo do Comandante Superior Manuel José Pereira Pacheco, sendo os produtos, como se observa, da região do Baixo - Jaguaribe, exceto as amostras do riscado de algodão fabricado em Sobral, e da fruta de macaúba, procedente do Crato”. (NOBRE, 1989, p: 79)

O autor apresenta uma relação dos objetos remetidos para a citada exposição; dentre eles destacamos uma xícara e pires, uma tigela e prato, todos feitos de emburana, além de amostras de bicos e riscado de algodão etc. O papel das casas comerciais foi de grande relevância para o sucesso das exposições nacionais e internacionais.

A relevância dessas casas para a economia cearense pode ser percebida a partir das atividades de importação e exportação; porém, destacam-se aqui as mercadorias

importadas que chegavam à capital cearense e tinham como principal destino as casas comerciais, foram responsáveis pelo desenvolvimento de um comércio mais intenso com a Europa, contribuindo para a expansão do capitalismo no Ceará. Dentre as várias casas comerciais que surgiram em Fortaleza, destacamos a Casa Boris Frères, fundada em 1869 por Alphonse e Theodore Boris com a denominação *Theodore Boris & Irmão*¹¹¹.

De acordo com Mota (1982, p.12), entre os anos de 1870 e 1871, Alphonse e Theodore, devido à guerra franco-prussiana, retornam à França e, com seu irmão Isaie Boris, “[...] fundam em Paris a casa de comércio Boris Frères”. Ao retornarem ao Ceará instalam uma filial da referida casa comercial¹¹² juntamente com os irmãos Achille e Adrien.

A Casa Boris Frères deu o impulso que faltava para as relações entre Europa, Brasil e Ceará. Após a inauguração de sua filial na cidade de Fortaleza, em 1870, intensificou suas relações comerciais de importação e exportação de mercadorias. As mercadorias importadas pela Casa Boris Frères tinham, em sua maioria, origem europeia. Dentre seus produtos temos: tecidos, roupas, perfumarias, artigos de decoração, mobílias etc. Já os produtos exportados eram artigos regionais, como o algodão, a cera de carnaúba, as peles, os couros, as sementes de mamona e oiticica etc.¹¹³ Além da referida casa, os irmãos investiram em outras “transações econômicas”, dentre as quais destacamos: agências de seguro e navegação, casa bancária e prensas de algodão.

A presença do Ceará em algumas dessas exposições, por intermédio de uma das instituições comerciais mais importantes do Ceará, a Casa Boris Frères, que foi responsável pela organização das mercadorias cearenses para a Exposição Universal de Paris no ano de 1889; de Chicago, em 1892¹¹⁴; e do Rio de Janeiro, em 1922. As mesmas tinham um papel fundamental de consolidar as relações entre os países visitantes e o Brasil através da exposição de mercadorias expostas nos *stands* situados no interior das feiras. As referidas exposições deram visibilidade às mercadorias brasileiras, o que provavelmente motivou a instalação de casas comerciais de origem europeia no Brasil. A participação do Ceará na Exposição da Filadélfia é descrita por Caminha e destaca as dificuldades encontradas

¹¹¹ Mudou para Casa Boris Frères em 1870.

¹¹² Localizada à rua da Palma, atualmente denominada de Major Facundo.

¹¹³ Além da exportação de produtos cearenses, a firma Boris Frères integrou, em diferentes períodos, a comissão responsável por mostrar os produtos (milho, águas minerais, cerâmica) de cidades cearenses (Aracati, Quixadá, dentre outras) em exposições nacionais e internacionais, como a de Paris (1889), a de Chicago (1892) e a do Rio de Janeiro (1922).

¹¹⁴ Ver *No País dos Iankes*, de Adolfo Caminha, publicado pela primeira vez em 1894.

“[...] Na célebre Exposição de Filadélfia não sabíamos à última hora como e onde acomodar os produtos deste país, em consequência de não ter o governo mandado construir um pavilhão especial.

Contentamo-nos em enviar objetos bastante conhecidos, não fazemos seleção na escolha deles, não nos importa o modo como devam ser acomodados”. (CAMINHA, 1979, p: 141)

O destaque da referida casa no mercado nacional e internacional pode ser observado pelo papel desempenhado na comissão de organização da Exposição Universal de Chicago, no ano de 1892.

“[...] Isaies Boris, por solicitação do Presidente José Freire Bezerril Fontenele, foi quem presidiu, juntamente com o Dr. Antônio Pinto Nogueira Acioly e William H. Mardock, a comissão organizadora da participação cearense à Exposição de Chicago, que redundou em êxito total, levando-se em consideração que os membros componentes da – comissão preparatória – ao certame internacional eram compostos dos nomes mais destacados do Estado, tais como Antônio Bezerra de Menezes, Guilherme Cezar da Rocha, Manoel Francisco da Silva Albano, Dr. João Marinho de Andrade, Dr. Thomaz Pompeu de Souza Brasil, etc. e que empregaram todos os esforços no sentido de que, através das – Comissões do Interior – [...]. (MOTA, 1982, p: 15)

A citada comissão levou cerca de 60 localidades cearenses. Dentre elas destacamos Crato, Granja, Sobral, Quixadá, Aracati e Russas. Ainda de acordo com Mota (1982, p. 16), os produtos levados para a Exposição Universal de Chicago foram milho, capim, arroz, cana-de-açúcar, chá, café, fumo em folhas, animais domésticos, joias e enfeites, couros, penas de ema, entre outros.

De acordo com Takeya (1994), a participação da Casa Boris Frères não ficou restrita à Exposição Universal de Chicago, em 1892, mas a mesma participou, como afirma a autora.

“[...] Outra expressão da importância da Casa foi sua participação em exposições internacionais e nacionais, como a de Paris em 1889, a de Chicago em 1892 e a do Rio de Janeiro em 1922. Na primeira delas, o Brasil esteve com um pavilhão e, como únicos delegados oficiais do Ceará, encontramos Alphonse e Théodore Boris. Embora, como expositora, sua Casa tenha dividido a participação com mais nove representantes cearenses, ela foi, numericamente, a mais importante representação do estado: esteve em 11 das 82 “classes” em que se distribuíram as mercadorias expostas, enquanto que os demais participaram, em média, de apenas 2 classes.” (TAKEYA, 1995, p.: 166)

A relação comercial entre Europa e Ceará foi fortalecida, como já foi exposto, pela instalação de casas comerciais e pelas chamadas Exposições Universais, e, ainda, pela criação da Associação Comercial do Ceará, em 1866. Esta relação perdurou até meados do século XX, e, no ano de 1910, os negócios de importação de produtos estrangeiros foram

suspensos, continuando a Casa Boris Frères com a exportação de produtos, principalmente cearenses.

Outras casas comerciais de menor ou maior importância foram aos poucos adaptando seus negócios, especializando-se em outros campos de atuação, como casas bancárias, comércio de água mineral, estrada de ferro etc., além do comércio com as mais distantes vilas ou cidades do Ceará, intermediando, por vezes negócios entre a Casa Boris Frères e os comerciantes locais.

Esse comércio era realizado, de acordo com Takeya (1995, p. 141), através de “[...] consignação ou comissão pelo qual aquele que atuava como intermediário recebia uma porcentagem (a comissão) sobre o lucro auferido na compra ou venda de mercadorias”. Através da documentação referente à Casa Boris Frères, podemos perceber esse tipo de relação, ou seja, a figura do representante comercial que intermediava as vendas entre as casas comerciais aracatienses, por exemplo, e os compradores e/ou a Casa Boris Frères. Esse tipo de comercialização era realizado por meio de cartas destinadas aos proprietários das referidas casas. Segundo Takeya, essa relação funcionava da seguinte forma:

‘[...] As mercadorias eram adquiridas na Casa Boris, sobretudo pelos comerciantes estabelecidos nos núcleos urbanos mais importantes que, atuando também como atacadistas, repassavam-nas aos comerciantes de menor porte, que comercializavam com produtos importados, em cidades e vilas do Ceará. Esses comerciantes atacadistas, negociando diretamente com a Casa Boris e mantendo também transações comerciais com Praça de Recife, pertenciam ao grupo mais abastado do ramo comercial. (TAKEYA, 1995, p.: 140)

Com a entrada de mercadorias europeias importadas pelos comerciantes aracatienses — principalmente de uso doméstico, como os artigos utilizados na mesa e cozinha, as louças presente em serviços de chá e café, aparelhos de jantar, travessas, sopeiras, molheiras, talheres, vasilhames de cerâmica, taças, licoreiras, garrafas de vidro e grés para bebidas, etc., a mobília e os adornos —, ocorreram mudanças nos hábitos e costumes na sociedade em questão.

Na cidade de Aracati, ao longo da segunda metade do século XIX, foi sendo instalada uma grande quantidade de casas comerciais de origem europeia; segundo Takeya (1995, p. 137), tais estabelecimentos foram instalados devido à forte “[...] atração que a cidade de Aracati exerceu sobre essas casas comerciais francesas que vieram aqui estabelecer-se. Embora no século XIX estivesse em curso o processo de hegemonia de Fortaleza, aquela cidade continuou sendo um polo comercial importante”. Dentre as casas comerciais, podemos destacar as de origem francesa, como Gradwohl Frères, Benoit Lévy e seus irmãos, George

Jacob, Brurmschiveiberge Gustave Habisreuttinger, foram instaladas entre as décadas de 1870 e 1880 e representaram o elo entre Aracati e Europa, fornecendo uma diversidade de produtos europeus.¹¹⁹

A presença das citadas casas nos fornece um panorama do que era comercializado no período aqui exposto, e, a partir da instalação delas, podemos compreender a relação entre Aracati e essa economia mundial que se expandia. As casas comerciais cumprem um papel importante para a expansão capitalista, diminuindo as distâncias e inserindo um modo de vida europeu, aproximando-nos de um modelo de civilidade proposto através dos objetos adquiridos. Devemos ter claro que esse processo civilizador capitalista não acontece da mesma forma nem tampouco com a mesma intensidade; difere de lugar para lugar, de época para época, sendo necessário entendê-lo dentro de seu contexto.

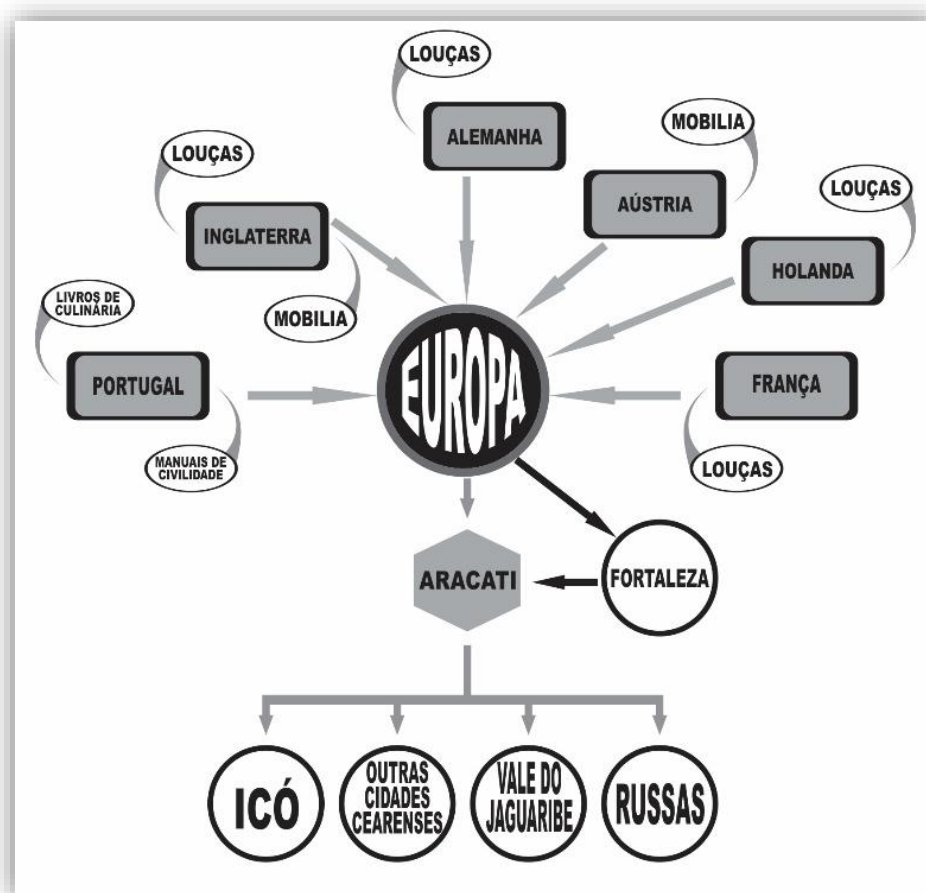
A análise da instalação de tais casas nos permite compreender como esse processo foi sendo difundido durante a segunda metade do século XIX e como o mesmo chegou à cidade de Aracati. Essa relação pode ser entendida a partir da instalação das citadas casas. Como a Casa Comercial Gradwohl Frères, de acordo com Takeya (1995, p.137) “[...] funcionava em Paris desde 1868, pelo menos no comércio de tecidos, artigos de armarinho e artigo de Paris, sua única filial foi estabelecida na província do Ceará, inicialmente na cidade de Aracati e, em seguida em Fortaleza”.

A presença dessas casas comerciais demonstra o grau de inserção da referida cidade no já citado processo, onde a presença de tais estabelecimentos comerciais traz consigo o “bem-estar” presente nos bens de consumo comercializados pelas referidas casas, como a mobília, a louça e outros. Essas mercadorias de origem europeia eram vendidas a consumidores locais e ainda das cidades circunvizinhas, como Russas e Icó.

Essa circulação de objetos produzidos na Europa, que chegavam a diferentes lugares do mundo, inclusive nos lares aracatienses poderá ser melhor compreendida no tópico a seguir, onde buscou-se analisar a diferentes formas de aquisição, divulgação dos já citados produtos e como estes chegaram ao Ceará e, por conseguinte, à cidade de Aracati

¹¹⁹ No segundo capítulo será feita uma análise mais aprofundada acerca das casas comerciais instaladas em Aracati e sua relação com o comércio mundial e local, e ainda como o mesmo era realizado e quem eram seus consumidores.

Gráfico 2 – Rede de Distribuição



Fonte: Elabora pela autora

2.3. “Louças inglesas” e “cadeiras austríacas”: uma cartografia dos objetos no mundo

“[...] Vida material são homens e coisas, coisas e homens” (BRAUDEL, 1997, P: 19)

Analisar a produção, distribuição e consumo de uma sociedade nos permite entender seu cotidiano, a relação entre os objetos e os homens. Dessa forma, o estudo dos objetos (nesse caso, a louça) nos fornece elementos para perceber como as redes sociais e mercantis eram formadas e qual o papel da mercadoria nesse processo de distribuição ou circulação de produtos industrializados pelo mundo, entendendo que havia relações de trocas, matéria-prima e mercadoria, como foi discutido no tópico anterior. Os objetos auxiliam na compreensão da vida material e das diferenças sociais ocasionadas pela distribuição de recompensas, como explica Wallerstein (2001, p. 41): “[...] acumular capital cria a oportunidade e a ocasião para que os indivíduos (e/ou pequenos grupos) aumentem muito seu consumo”. Essa melhora na qualidade de vida está relacionada à aquisição de bens de consumo que propiciam um bem-estar material e contribuem para a distinção social entre os grupos.

Com a produção cada vez mais crescente de artigos de luxo na Europa, iniciou o processo de exportação dos referidos produtos, e intrínseca nos mesmos a cultura europeia que estava relacionado a cada objeto, em sua forma, uso e ritual. Um dos mercados mais promissores eram as antigas colônias, consideradas mais atrasadas e que precisavam se civilizar, ou seja, deveriam se inserir no processo civilizador capitalista. Com isso, o imperialismo passa se expandir e, com ele, os produtos fabricados por países como: Inglaterra, França, Alemanha, Bélgica, entre outros. A expansão de seus domínios, segundo Hobsbawm,

“[...] Entre 1875 e 1915, cerca de um quarto da superfície continental do globo foi distribuído ou redistribuído, como colônia, entre meia dúzia de Estados. A Grã-Bretanha aumentou seus territórios em cerca de dez milhões de quilômetros quadrados, A França em cerca de nove, a Alemanha conquistou mais de dois milhões e meio, a Bélgica e a Itália pouco menos que a extensão de cada uma”. (HOBSBAWM, 2007, p: 91)

Essa expansão imperialista pelo mundo em busca de novos mercados e territórios, dentre outros fatores, cria novos grupos de consumo e novos produtos para atender a esse grupo que surge, como os consumidores de mercadorias domésticas. De acordo com Forty (2007, p. 137), “[...] é óbvio que as fábricas são resultado da revolução industrial, mas raramente pensa-se que os lares, tal como os conhecemos hoje, são uma criação da mesma

revolução”. Com a expansão capitalista civilizadora, ocorreu a exportação de produtos, muitas vezes de pior qualidade, mas que reproduziam as ideias capitalista civilizador, de bem-estar. Com a Revolução Industrial ocorreu a inovação tecnológica, o que diminuiu a distância e o tempo para a circulação de mercadorias. De acordo com Hobsbawm (2007, p. 82), uma das características da chamada “Era dos Impérios”, foi a “[...] transformação excepcional do mercado de bens de consumo: uma mudança tanto qualitativa como quantitativa”. Essa transformação possibilitou a circulação de mercadorias diversas pelo mundo através de sua produção em massa e o consumo de produtos europeus.

O consumo de artigos finos está diretamente ligado a um ideal de bem-estar, proporcionado pela aquisição de tais produtos e pela proximidade com o modelo de civilidade e progresso, o europeu. Não importava apenas o objeto em si, mas a cultura inserida no mesmo. Uma das formas de aquisição das mercadorias de uso domésticos, assim como peças do vestuário e seus acessórios, estavam ligadas à moda. Dentre essas mercadorias destacamos a francesa. De acordo com Takeya (1995, p.31), “[...] as exportações, por seu turno, estiveram baseadas nas manufaturas compostas pelos tecidos, objetos de luxo e decoração (os chamados ‘artigos de Paris’) e os vinhos”.

As mercadorias francesas relacionadas à moda do período em questão tinham sua circulação pelo mundo através dos chamados cônsules (representantes), que apresentavam os produtos franceses por meio de seus catálogos e recebiam os pedidos. Outro meio de divulgação foram as exposições universais, que desempenhavam um papel importante na divulgação de seus produtos. Esse exemplo serve para ilustrar a forma como as mercadorias, não apenas o vestuário, eram distribuídas às mais distintas e distantes regiões do mundo e aos mais diferenciados tipos de consumidores.

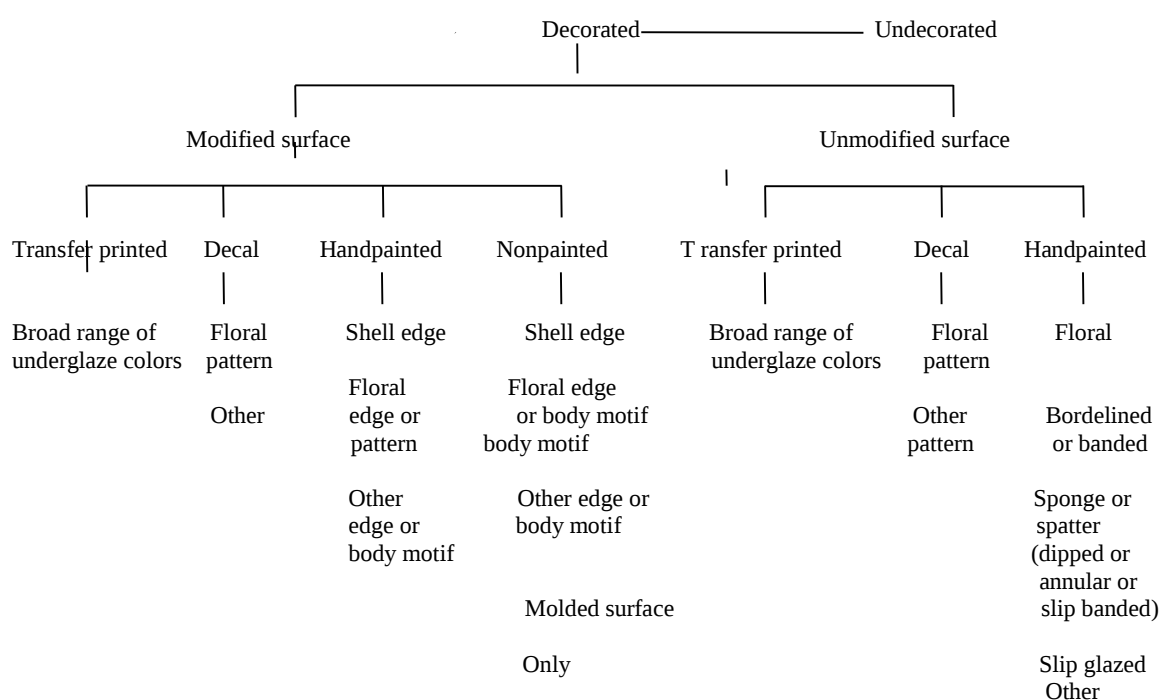
Os produtos mais comercializados na América latina, por exemplo, eram os artigos de vestuário, mobiliário e cozinha. No Brasil, eram de artigos de luxo, também chamados de “novidades e modas”, tanto em mobiliário como em vestimentas.

Reafirmamos aqui a fala de Roche (2000, p. 31) acerca da relação entre a Revolução Industrial e o consumo, onde o autor concorda com MacCracken (2003) acerca do consumo, ao afirmar que “[...] já era uma realidade bem antes da revolução industrial e comercial iniciada no século XVIII”. Porém, ele vai se tornando mais especializado; neste caso, em mercadorias de uso doméstico, principalmente a louça, que variava em formas e tipos. Com essa variedade de louças ocorria também uma mudança nos preços dos tipos de recipientes, sendo os mais caros as tigelas, em segundo lugar as sopeiras, em terceiro lugar as bacias, seguidos dos urinóis, bules, leiteiras, escarradeiras, manteigueiras e açucareiros.

Esse valor era atribuído ao uso. Por exemplo, as tigelas, as sopeiras, o bule, a leiteira, a manteigueira e o açucareiro são artigos, normalmente, usados em ocasiões especiais, como um chá para convidados ou um jantar cerimonial, logo, podem ser considerados artigos de luxo e, como tal, possuíam um valor mais elevado.

Esse sistema foi proposto por Majewski e O'Brien (1987), denominado de Sistema Taxionômico, onde os autores se basearam na decoração das peças, e não na pasta ou esmalte empregado. Segue abaixo o gráfico dos autores

Gráfico 3: Sistema taxionômico proposto por Majewski e O'Brien



Fonte: Majewski e O'Brien (1987)

A produção de louças era dividida em dois segmentos: um de qualidade superior, destinado às camadas mais altas da sociedade e com um preço mais elevado; e o outro destinado às camadas médias da sociedade, onde esta louça era de qualidade inferior e vendida a um preço acessível. Ambas eram destinadas ao consumo interno e externo. Quando as peças formavam conjuntos de um mesmo padrão decorativo, eram denominadas de baixelas ou aparelhos de louça. De acordo com Soares (2011)

“[...] inicialmente, as louças são divididas em decoradas e não decoradas. No grupo das decoradas, as louças dividem-se em superfície modificada ou não modificada. No grupo das louças com superfície modificada, incluem-se as técnicas decorativas:

transfer-printed, decalque, pintado à mão e não pintada. [...] A técnica pintado à mão subdivide-se em: pintado à mão livre (motivos florais), sponge, spatter e dipped.”

Retomando aos valores atribuídos por Miller (1980) para venda das louças no período de 1796 a 1855, este teria elaborado um quadro que identifica quatro classes de consumo de louças, onde a técnica decorativa foi fundamental para atribuir tais valores, como veremos abaixo

Quadro 6 –Valores atribuídos a faiança fina por Miller (1796 - 1855)

Classe	Valor	Características
1ª Classe	Louça mais barata	Louças brancas, incluindo as creamware e demais pasta, exceto a ironstone (mais caras)
2ª Classe	Louça com decoração mais trabalhada	Shell edge, spatterware, mocha e banded ware
3ª Classe	Louça com decoração pitada a mão	com motivos ¹²⁵ florais, chineses estilizados e padrões geométricos
4ª Classe	Louças decoradas	Técnica do transfer-printing

Fonte: Ognibeni (1998) e Miller (1980) Adaptado pelo autora

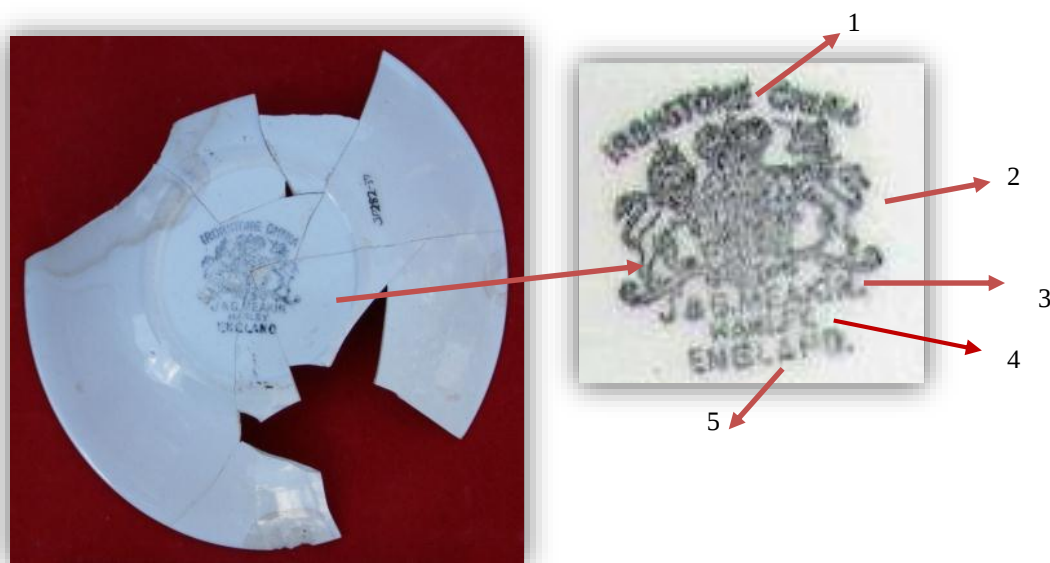
Essa tabela se aplica à faiança fina. Para chegar a esse resultado, Miller (1980) pesquisou as listas de preços de fabricantes de Staffordshire, na Inglaterra. Essas classes ou níveis utilizados por ele tornaram possível entender a relevância das técnicas decorativas, assim como dos padrões e a necessidade que os fabricantes tiveram em patentear suas descobertas nesse campo, assim como identificar seus motivos e sua marca através dos selos/carimbos.

Com o objetivo de proteger de falsificações e cópias sua produção, os ceramistas, segundo Ognibeni (1998, p. 242), começaram “[...] a identificar suas peças com cartuchos, sinais pintados à mão ou letras impressas, com a identificação do período de produção, do ceramista, do tipo decorativo ou de apenas um destes”. A técnica utilizada pelos fabricantes para aplicar sua marca na peça tinha também o objetivo de divulgar seu produto. Como afirma Caudarelli (2003, p. 116): “[...] esse tipo de publicidade visa demonstrar ao adquirente do produto que o mesmo foi fabricado por uma empresa sólida e com boa reputação no mercado, permitindo, inclusive, a opção de reposição de peças perdidas”.

¹²⁵

De acordo com Caudarelli (2003, p. 118) esse termo “foi relacionado a determinados elementos que compõem a decoração da peça (como floral, geométrico e etc)”.

Figura 10 – Selo ou carimbos que identifica o fabricante, origem e motivo da peça



1 – Pasta; 2- Símbolo da fábrica; 3 – Fábrica ; 4 – Motivo; 5 - País de origem

Fonte: Iphan (2006) e <http://www.thepotteries.org/mark/m/meakinjg.html> (Adaptado pela autora)

As marcas poderiam ser incisas, ou seja, quando é feita na argila ainda mole e a apresenta um relevo discreto, cuja produção é manual e não padronizada; impressa:, quando é realizada com a argila ainda mole, a marca é feita durante a manufatura, é padronizada, pois sua produção é mecanizada e realizada através de estampas e selos de louça ou metal; há ainda a pintada à mão ou impressa com estêncil sob o esmalte, em apenas uma cor, feita durante a ornamentação da peça; já a impressa por transferência é feita a partir de placas de gravadas e a aplicação ocorre no momento da decoração da peça (CAUDARELLI, 2003, p. 116).

Algumas fábricas inglesas, dentre elas destacamos a Davenport, passaram a usar os dois últimos algarismos do ano de produção da peça. Estes foram adicionados um de cada lado da âncora, como, por exemplo, '42' para 1842 etc., como pode ser observado na imagem abaixo:

Figura 11- Selo da Fábrica Davenport



onte: <http://www.thepotteries.org> ¹²⁶

¹²⁶ <http://www.thepotteries.org/mark/d/davenport.html>

No ano de 1842, as fábricas começaram a usar suas marcas através de selos ou carimbos. Os selos abaixo foram encontrados na cidade de Aracati. O primeiro representa a marca Petrus Regout, Holanda; o segundo representa a fábrica inglesa Copeland (marca impressa); por último, a marca francesa U& C Sarregueminnes. Todos estes selos foram utilizados no decorrer da segunda metade do século XIX.

Figura 12 – Selos/ carimbos de louças



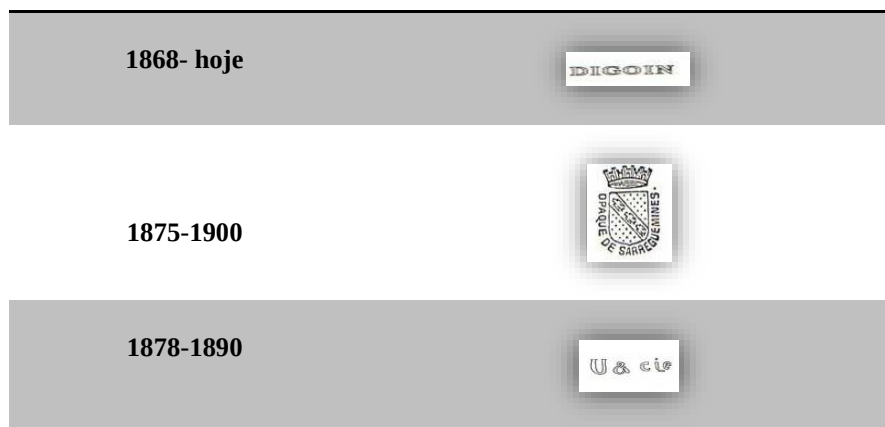
Fonte: Relatório do IPHAN¹²⁸

Os selos ou carimbos apresentados acima ilustram a diversidade de estilos, formas e tipos de impressões dos mesmos. Alguns deles foram modificados ao longo dos anos ou, ainda, eram utilizados mais de um,

Quadro 7 – Selos da fábrica Sarregueminnes e seu período de utilização

PERÍODO	SELO/ CARIMBO
1835 - 1900	
1840-1850	
1860-1880	
1860-1919	

¹²⁸ 1. O selo ou marca corresponde a Fábrica Petrus Regout (Holanda); Embora não esteja completo o selo ou marca, mas podemos identificá-la como COPELAND (Inglaterra); 3. Selo ou marca referente a Fabrica Sarregueminnes (França)



Fonte: <http://www.infofaience.com/>¹²⁹

A expansão capitalista pode ser percebida, segundo Tocchetto (2010, p. 187) “[...] com o processo de industrialização intensificando-se, novos mercados foram explorados e novos consumidores passaram a ser atingidos, antes impossibilitados de aquisição dos produtos dirigidos a segmentos sociais de alto poder aquisitivo”. Foi o que permitiu a circulação de mercadorias pelo mundo.

A expansão capitalista pode ser percebida, segundo Tocchetto (Ibdem) “[...] com o processo de industrialização intensificando-se, novos mercados foram explorados e novos consumidores passaram a ser atingidos, antes impossibilitados de aquisição dos produtos dirigidos a segmentos sociais de alto poder aquisitivo”. Foi o que permitiu a circulação de mercadorias pelo mundo.

Com a expansão da produção e do consumo de louças pela Europa, a concorrência aumentou e a circulação das referidas mercadorias deveria atender às exigências do mercado consumidor. Diversos países europeus venderam seus produtos, inclusive para o Brasil; dentre eles destacamos: Portugal, França, Alemanha, Holanda, Inglaterra, Bélgica e Luxemburgo.

A França, comparada com a Inglaterra, potência econômica do período, concorria na produção de louças, embora este último fabricasse louças para atender mais o Brasil. Foram comercializados serviços de mesas, escarradeiras, urinóis, dentre outros. Alguns apresentavam no verso o nome do modelo, como Fleury, China, Espagne etc.

Embora Portugal tenha introduzido a louça de Macau em suas colônias, como o Brasil, continuou a comercializar o produto e a inserir sua louça de fabricação própria, que buscava se aproximar da louça produzida em Macau. Essa imitação ocorria para que a inserção

¹²⁹ http://www.infofaience.com/images/phocagallery/sarreguemines/thumbs/phoca_thumb_m_1878_1890_s5.jpggen/sarreguemines-marks Acessado em 02.02.2015

de novos produtos fosse aceita mais facilmente. Com a aceitação de suas louças, as fábricas portuguesas passam a diversificar seu produto, buscando atender a um público mais exigente.

Figura 13 – Principais centros comerciais e produtores de cerâmica da Europa



Fonte: GARCIA (1990 p: 128) Adaptado pela autora

A louça de Macau, como ficou conhecida, foi introduzida pelos portugueses, que passaram a comercializá-la como suas colônias, principalmente. No Brasil, elas dominaram o mercado até se popularizarem, e, com isso, ocorre uma queda no consumo desse tipo de louça.

Abriu-se, assim, o mercado para o consumo de louças inglesas. A concorrência inglesa se sobrepõe às demais, como a porcelana chinesa, comercializada no entreposto da cidade de Macau e a faiança portuguesas que não tinha a mesma delicadeza da porcelana. Isso ocorreu devido à variedade de padrões e sua qualidade, o que além de modificada a aparência da mesa, proporcionava o aumento de utensílios utilizados durante as refeições. (LIMA, 2007)

“[...] Numa alternativa entre a faiança portuguesa, grosseira, e a porcelana, comercializada em grande quantidade pelos chineses, no entreposto de Macau, o novo produto conquista o mercado não só pela sua qualidade, mas sobretudo pela variedade de padrões, que iam da chinoiserie a cenas bucólicas de paisagens inglesas, modificando a aparência das mesas e aumentando o número de utensílios necessários à refeição”. (LIMA, 1989, p: 208)

Com seu imperialismo formal, a Inglaterra, no final do século XIX, controlava, segundo Hobsbawm (2007), um quarto da superfície do planeta. A expansão britânica pelo mundo se deveu, em sua grande maioria, à exportação de seus produtos e investimento de capital, através de casas comerciais que tinham como objetivo importar seus produtos e exportar matéria-prima, principalmente para a Inglaterra.

Um dos principais fornecedores de mercadorias de uso doméstico foi a Inglaterra, como já foi mencionado anteriormente, destacando na comercialização de louças, segundo Lima (1989, p. 208) “[...] a Inglaterra introduz no mercado brasileiro a sua faiança fina, produzida em larga escala, numa faixa de preço acessível à população de médio poder aquisitivo”.

A circulação de louças pelo mundo pode ser percebida pela produção diversificada e sua massificação, o que a desvaloriza, mas para o país que a cópia é uma forma de se inserir no mercado consumidor competitivo, como afirma Lima (1989) acerca da louça de Macau.

“[...] era de porcelana azul e branca originária da China, cuja exportação estende-se do século XIV ao XVIII, entrando pelo século XIX, quando toma o rumo do ocidente (anteriormente era destinada ao Oriente Médio). Passa por várias modificações quanto ao desenho, espessura e esmalte, voltando, no final do século XVIII, às primitivas formas decorativas, num azul mais profundo e desenho menos fluente. Com a crescente importação para a Europa ocorre a fabricação em massa, prejudicando a qualidade. Surgem, então, as peças que os portugueses denominam de “Macau”, e os ingleses e franceses de “Nankim”, fabricadas durante todo o século XIX.” (Lima 1989, p: 217)

A popularização do uso da faiança na produção dos conjuntos de chá ocorreu porque, segundo Lima (1997, p. 95), “[...] sendo a prata cara, o estanho inadequado – além de escasso – e a porcelana por demais frágil, aumentou consideravelmente a demanda sobre a

faiança”. Com a adoção do chá, o crescimento do consumo do mesmo e o aumento na produção de louça, os ingleses adaptaram o ritual do chá.

Uma das primeiras mudanças foi a reprodução do referido equipamento utilizado pelos chineses. Como já dito anteriormente, o estanho foi substituído pela porcelana, faiança ou prata. A substituição se deu devido ao sabor desagradável que o estanho dava ao chá. Além dessa mudança, foram inseridos outros itens aos conjuntos de chá.

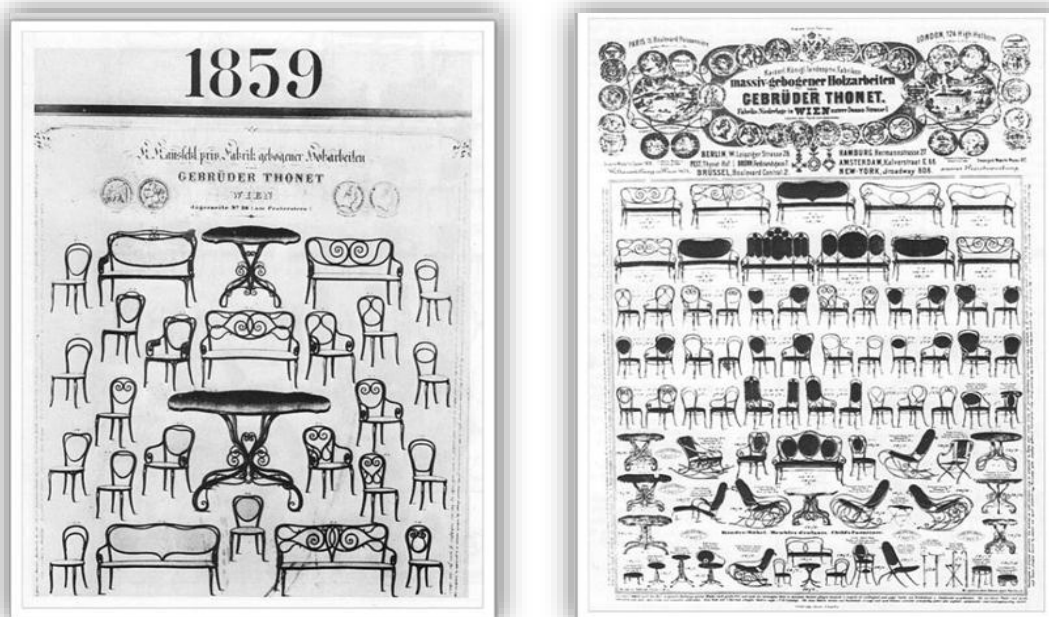
Assim como produção de louças a mobília era dividida em dois segmentos para atender a dois tipos de consumidores, na Inglaterra, na segunda metade do oitocentos, a fabricação de móveis, segundo Forty, estava dividida em

A Áustria se fez presente nessa circulação de objetos que ficaram conhecidos pelo mundo. Segundo Brunetti (2000, p. 02), Thonet desenvolveu “[...] um conceito de cadeira que reunia as qualidades de simplicidade, durabilidade além de ser substancialmente econômica em sua produção”. Devido à padronização e à concepção de divisão de trabalho e das etapas de produção, houve barateamento do produto. O referido produto é a cadeira nº 14, facilmente desmontável e leve, que ocupava pouco espaço ao ser transportada.

As inovações apresentadas na Exposição Universal de 1851 materializaram as ideias de progresso e modernidade, embora algumas não tenham despertado interesse durante o evento, e foram fundamentais, como a mesa de Thonet, com o pé de madeira vergada, não tendo sido percebida durante a exposição. No catálogo do Art Journal, um texto enaltece a importância de tal móvel, onde o aspecto decorativo do tampo da referida mesa e os pés que foram dobrados a partir de uma peça maciça.

Para desenvolver seus móveis, Thonet, em suas experiências que duraram décadas, usou compensado e cola. Em 1830 fazia experiências, na Alemanha, em Bappard, região do Reno, com folhas de madeira compensada curvas, buscando um tipo de madeira mais maleável. No mesmo ano, inventou uma máquina para fabricar móveis de madeira curvada. Dentre seus móveis mais famosos, a cadeira nº 14 ficou conhecida mundialmente. Sua técnica consistia em pegar blocos de madeira sólida e torná-los maleáveis. Isso ocorria pela aplicação de calor e umidade através do vapor, sendo então moldados em novas formas, nesse caso, curvados. Em 1849 ele abriu sua fábrica de móveis.

Figura 14 - Catálogos de móveis produzidos por Thonet. (1859 e 1873, respectivamente)



Fonte: <http://www.aubonusage.com/bibliographie1/page1-en.html> e
<http://www.aubonusage.com/bibliographie1/page3.html>

Para vendê-los, Thonet fez grande publicidade de seus produtos, espalhando catálogos. Em 1859, desenvolveu um sistema de fabricação em massa, com sua “Cadeira nº 14”, que foi difundida pelo mundo, passando a ser chamada de *“estilo austríaco”*. Em 1851, Thonet apresentou como resultado o referido objeto na Exposição Universal realizada na Inglaterra e recebeu medalha por seu caráter inovador. Em contrapartida, outra de suas inovações passou despercebida. A venda de seus produtos era feita através de catálogos, onde apresentava uma grande variedade de modelos e tipos de mobília, com um caráter sempre inovador. Isso o diferenciava dos demais fabricantes.

De acordo com Roche (2000, p. 223), “[...] mobília e decoração ocupavam um lugar especial no itinerário onde comparamos necessidades, comodidades, luxos, com os meios e os recursos da sociedade, com o consumo e a produção”. Assim, com a expansão do capitalismo e do consumo, os objetos de luxo ocupam um espaço especial. O autor ainda destaca que a “[...] Europa inteira copiava então modelos e modas francesas, fazia trabalhar nossos ateliês e nossos artistas, nossos decoradores e nossos arquitetos”. Essa busca por copiar levou os fabricantes a patentear seus produtos, de acordo com Oates (1991, p. 162). Um exemplo disso foi a técnica utilizada por Thonet para fabricação de suas cadeiras e, no ano de 1841, a mesma pôde ser “[...] patenteada na Inglaterra, na França e na Bélgica”, da mesma forma como outros fabricantes passaram a registrar ou inserir marcas em suas mercadorias, a afim de evitar falsificações.

O que mais chamou a atenção foi a falta de percepção de críticos como Wornum, que, segundo Kosminsky (2011 p: 79) afirma que o referido crítico [...] deveria ter um olhar mais “afiado” do que a maioria dos visitantes, não ter atentado para novidades tão marcantes quanto foram a cadeira giratória e os pés de mesa em madeira curvada de Thonet.”

Com isso, as fábricas passaram a investir mais na produção de objetos de uso doméstico como mesas, cadeiras, guarda-louça, dentre outros. Porém como o envio de amostrar do mobiliário produzido requeria mais gastos e cuidados, as fábricas optaram por enviar catálogos com suas peças, para que o consumidor pudesse realizar os pedidos ao fabricante ou comerciante que enviaria o pedido. Dentre os fabricantes que recorriam aos catálogos como forma de divulgar seus produtos, destacamos Thonet, conforme imagem abaixo:

Figura 15 - Catálogo com a diversidade de modelos e tipos de mobília produzidos por Thonet



Fonte: <http://www.ok-furniture.com/main/catalogues/thonet.jpg>

Com a crescente procura por seus móveis, Michel Thonet, a partir de 1856, expandiu seus negócios pelo leste europeu, iniciando pela unidade em Koritchan, na Moravia. A escolha do lugar se deu pela presença de grandes bosques de faias, a madeira mais usada nos móveis Thonet. Sua técnica consistia, segundo Oates (1991), em

“[...] um método especial para dobrar a madeira sem que esta quebrasse. A faia, que não era difícil de dobrar e que era difícil de dobrar e que tem poucos nós e longas fibras, era a madeira ideal. As ripas com uma secção de superfície reduzida, eram serradas mecanicamente e arrendadas num torno; a seguir encurvavam-se com auxílio do vapor e ligavam-se por meio de grampos a tiras metálicas. A madeira e o metal eram encurvados juntamente, com o metal do lado de fora, para suportar a tensão e ficar num molde de ferro. Depois de se manter durante vários dias num compartimento de secagem, a madeira adquiria permanentemente a forma desejada. As peças, completamente secas, eram unidas e envernizadas. O trabalho especializado era necessário apenas para efetuar o entrançado da palhinha para os assentos e para as costas” (OATES, 1991, p: 162)

Os móveis produzidos por Thonet chamaram a atenção dos consumidores brasileiros; eram de origem europeia, chamado de “o de estilo austríaco”. Sua entrada no mercado brasileiro se deu a partir de 1861, e a mobília produzida em fábrica era variada, entre as quais destacamos cadeiras, poltronas, canapés, consolos e pequenas mesas.

De acordo com Oates (1991, p. 162), “[...] as cadeiras leves e elegantes de contraplacado folheado que produziu constituem modelos percussores do mobiliário arqueado dum estilo que já estava amadurecido”. Diante do exposto, o mobiliário apresentado por Thonet ganhou grande aceitação no mundo, porém, o mesmo buscou adaptar seu mobiliário aos países e temperaturas em que eram montados, como o autor afirma: “[...] quando começou a exportar para a América e descobriu que as condições dominantes do clima dissolviam o grude”. Desta feita, foi aperfeiçoando sua técnica para melhor aquisição de seus produtos.

Esses móveis apresentavam-se de várias formas, sempre com a madeira em corte circular, encurvada. No Brasil, encontramos esse estilo de cadeira, mesmo em cidades do interior, assim como mesas, consolos, canapés e cadeiras de balanço eram encontradas em fazendas, conventos, igrejas etc., além das encontradas nas casas tradicionais brasileiras. Uma forma de identificar os chamados “*móveis austríacos*” era um carimbo, etiqueta ou o nome Thonet, que era gravado no avesso do assento.

Na cidade do Rio de Janeiro, em dezembro de 1890, foi aberta uma fábrica que se dedicou à produção de móveis no estilo Thonet. Essa iniciativa tinha como objetivo inserir o mercado brasileiro na produção de mercadorias de uso doméstico. A referida fábrica tinha Ernesto Eugênio da Graça Bastos como presidente e Leandro Augusto Martins como secretário. A Companhia de Móveis Curvados tinha como objetivo para fabricar em grande escala móveis “à imitação dos móveis de procedência austríaca”.

Além da cadeira nº 14, Oates (1991, p 166) afirma que “As cadeiras de baloiço eram já populares na América”, onde Thonet era seu principal fabricante. Na América, segundo Oates (1991),

“[...] outro fabricante de móveis, John Henry Belter, utilizava na mesma altura um processo semelhante ao de Thonet, de contraplacado pelo vapor, num estilo neo-rococó dotado de abundante decoração. O pau-rosa, a madeira que preferia, era demasiado quebradiça para o trabalho de talha, sendo difícil de aplicar como folheado às superfícies curvas; no entanto, pelo seu processo era possível adaptá-lo a elaboradas peças curvas e entalhadas.

[...]

Em 1874 foi registrada uma patente americana para certo tipo de cadeira arqueadas feita com três peças de madeira – a primeira formava o espaldar em contínuo, o assento e a perna da frente; a segunda reforçava o espaldar e continuava para baixo, formando a perna de trás; uma terceira formava uma travessa entre as duas. “(OATES, 1991, p: 166)

Com a massificação desses produtos, o acesso aos mesmos por diferentes camadas sociais ficou mais fácil. Ainda de acordo com a autora (2010, p. 187), a circulação dessas mercadorias marcou o século XIX, “[...] a produção em massa e a distribuição de seus produtos em novos mercados tornou o consumo um fato social permanente no século XIX”. Isso pode ser percebido através da cartografia dos objetos pelo mundo apresentada anteriormente, sendo percebida também no mapa abaixo, onde a Europa é apresentada como centro comercial e produtor, no mapa seguinte

A variedade de produtos que circulava pelo mundo proporcionava aos consumidores um grau de escolha, o que lhes garantia uma identidade, embora, segundo Freyre (2000, p.232), ao citar os lares brasileiros como exemplo, “os ingleses tiveram [...], assim, uma influência direta sobre a europeização dos interiores das casas brasileiras”. Essa influência é percebida na mobília, nos adornos, nas louças e até nas paredes das casas.

A presença de artigos ingleses é preponderante, embora sejam encontrados artigos domésticos, como mobília austríaca, louça francesa e alemã, além de escarradeira holandesa, dentre outros. A presença de produtos importados da Europa é muito grande e está presente no cotidiano dos lares brasileiros.

A circularidade não foi apenas de objetos, mas também dos rituais que estavam implícitos nos mesmos. Segundo Freyre (2000, p. 232), “A casa de Mr. Stewart devia ser uma daquelas boas casas de ingleses do Poço da Panela onde se tomava chá à tarde tão religiosamente como na Inglaterra”. O ritual do chá e do jantar foi incorporado ao cotidiano das famílias brasileiras que tinham poder aquisitivo para adquirir as mercadorias que compunham tal ritual. Quanto aos objetos que fazem parte do ritual do chá, Freyre (2000, p. 232) comenta sobre a “[...] frequência com que aparecem os ‘aparelhos de chá’, de louça inglesa e mesmo francesa, nos anúncios de jornais brasileiros da primeira metade do século passado”, Freyre enfatiza que o consumo do chá foi absorvido rapidamente, desde as primeiras

décadas do século XIX. Além dos objetos que foram incorporados ao cotidiano de inúmeras famílias pelo mundo, os rituais que os seguem também foram incorporados.

A forma de se vestir, comer e sentar passou a fazer parte da rotina dos que desejaram se aproximar da sociedade europeia, modelo de civilidade e progresso. A diversidade de itens e modelos possibilitou uma distinção social, pois nem todos os grupos podiam adquirir produtos com a mesma qualidade. A forma de colocar a mesa e servir os convidados funcionava como forma de aceitação do grupo ou não.

2.3.1. Louças para todos os gostos: a circulação das louças e outras mercadorias na cidade de Aracati

A cidade de Aracati, assim como outras cidades brasileiras, destacou-se no cenário nacional. No caso da referida cidade, isto aconteceu pela sua importância econômica e por ser um “exemplo de civilidade”, sendo possível a mesma ser inserida dentro de um processo civilizador capitalista. Podemos perceber tal inserção através das mercadorias de uso doméstico que foram exportadas da Europa para a referida cidade, e podemos destacar as louças que eram fabricadas em diferentes cidades europeias, dentre elas as inglesas, francesas, alemãs e holandesas. Essa presença é percebida através das fábricas que exportavam seus produtos, dentre as principais podemos destacar:

Quadro 8- Identificação das principais fábricas de louça e sua origem

Fábrica	Origem
Copeland	Inglaterra
Peter Regout	Holanda
J. & G. Meakin Ltd	Inglaterra

Fonte: Elaborada pela autora¹³⁰

As fábricas de louça, segundo Caldarelli (2000) buscavam se diferenciar das demais, para tanto desenvolvem suas marcas ou selos que

“[...] foram criadas para identificação da procedência e do fabricante do objeto. Esse tipo de publicidade visa demonstrar ao adquirente do produto que o mesmo foi fabricado por uma empresa sólida e com boa reputação no mercado, permitindo, inclusive, a opção de reposição de peças perdidas” (CALDARELLI, 2000, p: 116)

¹³⁰ Baseada nas seguintes fontes: Relatório do IPHAN, Termos de Propriedade e Catálogo do Museu Jaguaribano

A presença do selo ou marca do fabricante tem uma função importante. De acordo com a autora, “[...] a marcação era mais comum nas peças mais finas e de maior valor de mercado. Essa prática tornou-se frequente entre fábricas inglesas a partir do século XIX”. A relevância desses selos ou marcas nos possibilita entender a trajetória de tais peças, desde sua produção até o seu consumo. Na cidade de Aracati foram encontrados fragmentos de louças europeia, onde podemos perceber a presença dos selos ou marcas que identificam seu fabricante e sua procedência, como podemos observar nas imagens abaixo:

Figura 16 – Marcas de louças encontradas durante a escavação em Aracati



Fonte: Relatório do IPHAN (2009, p:51)

Os selos identificados acima nos permitem analisar o consumo de tais produtos pela elite aracatiense, assim, além dos fragmentos encontrados na escavação arqueológica realizada a pedido da CAGECE, em 2009 (Relatórios do IPHAN), podemos observar o consumo da elite aracatiense a partir dos termos de propriedade do Museu Jaguaribano nos fornecem indícios da presença de outros bens de consumo. O quadro abaixo exemplifica a afirmação acima, mostrando as diferentes procedências das louças europeias que aportavam em Aracati.

Quadro 9 – Louças do século XIX, do Museu Jaguaribano

Tipo de louça	Pasta	Origem	Fábrica	Decoração
Prato	Porcelana	França		
Xícara	Porcelana	França	Sarramenines	
Xícara e Pires				
Travessa octogonal	Faiança fina	Inglaterra	Thos Hughes & Son Ltd	Motivos vegetais em cor lilás
Sopeira	Faiança fina	Inglaterra		
Prato	Faiança Fina	Inglaterra		
Xícara	Faiança fina	Inglaterra	J & G Meakin (Sunshine)	Policromada Motivos florais
Pires	Faiança fina	Inglaterra		
Molheira		Inglaterra		
Tigela	porcelana	Alema		

Fonte: Termos de propriedade do Museu Jaguaribano (Elabora pela autora)

De acordo com os termos de propriedade das pelas do museu, podemos observar a presença de louças provenientes da Inglaterra, França e Alemanha; a mobília era de origem austríaca. As referidas peças foram doadas por cidadãos aracatienses, que herdaram as peças e resolveram doar para a entidade.

Analisando o termo de propriedade de um dos doadores, o Sr. João José Dias de Oliveira, percebemos que a maioria das peças doadas tem sua origem europeia e foram produzidas no século XIX. Como as peças descritas no termo abaixo

uma molheira florada, porcelana inglesa
 um bule de chá florado, porcelana inglesa
 uma tigela de porcelana germânica, com bordados roxos
 umachícara p/ café, porcelana francesa, em cores: verde, rosa e ouro
 umachícara p/ café, porcelana francesa, cor: branca e ouro
 um sofá e duas cadeiras de braços, austríacos
 quatro cadeiras austríacas pretas
 (Comprovante de Título de Propriedade nº 001/M, 12 de dezembro de 1968)

Em outro termo de propriedade observado encontramos louça de origem holandesa pertencente à Adélia Gurgel Valente de Lima que doou para o museu em 15 de dezembro de 1968 as seguintes peças: “Uma fruteira, em porcelana branca inglesa; Um pirex de cerâmica holandesa bordado com flores azuis “(Comprovante de Termo de Propriedade nº 0017/M, 15 de dezembro de 1968)

A partir da análise das fontes aqui apresentadas, podemos pensar como a elite aracatiense traduziu os hábitos e costumes europeus e os adaptou ao seu cotidiano. A partir daí, entende-se que a cidade de Aracati foi inserida em um processo civilizador capitalista que se expandia pelo mundo e que possibilitava mudança nos hábitos e costumes locais a partir da

aquisição de objetos que não faziam parte de sua cultura, e sim de uma cultura emprestada e adaptada, a europeia, que foi aos poucos introjetada na sociedade em questão.

Essa inserção pode ser percebida através da descrição das peças do museu, por exemplo. Percebemos a presença de louças inglesas, alemãs e francesas, além de uma mobília austríaca e objetos de decoração de origem francesa. Podemos pensar, então, que a aquisição de tais peças dava a quem as adquiria uma distinção social, onde o “ter a peça” era mais importante do que saber utilizá-la.

Esse caráter distintivo atribuído as louças ocorria também devido a uma das técnicas mais importantes, e que valorizaram muito as peças foi o *transfer-printed*. De acordo com Miller (2009, p. 116), o “[...] *printed* (impressão) é o termo mais comumente usado por fabricantes e comerciantes de cerâmica para se referir a louças com *transfer-printing* (impressão por transferência)”. Esse processo, afirma Miller (2009), foi patenteado em 1751, mas a impressão em larga escala só ocorreu em 1756, em Liverpool, quando Saddler e Green requereram a patente. O processo utilizado nesse período, segundo Miller (2009), era “feito por cima do esmalte”. Só em 1760 as “impressões sob o esmalte” foram utilizadas em porcelana inglesa e, vinte anos depois, utilizadas em faiança fina, em Starffordshire, na Inglaterra.

Figura 17- Cartão Postal Série Wedgwood



Fonte: <http://www.thepotteries.org>¹³¹

¹³¹ <http://www.thepotteries.org/postcards/wedgwood/9.htm> Acessado em 02.02.2015

O *transfer-printed* foi uma das técnicas decorativas encontradas nos fragmentos escavados em Aracati, assim como nas peças expostas no Museu Jaguaribano, o que nos leva a supor que estas cumpriam um papel de distinção social, embora em grande número, se compararmos com outras cidades da região, e eram diversificadas em seus padrões decorativos. Conforme imagem abaixo.

Figura 18 – Fragmentos em transfer-printed



Fonte: Relatório do IPHAN (2009, p: 54)

Mesmo não tendo sido Josiah Wedgwood o idealizador da referida técnica, segundo Forty (2007), este inseriu novas técnicas de produção, assim como o *design* na elaboração de sua cerâmica, sendo responsável pela mudança nas formas de suas cerâmicas de uso doméstico, o que o diferenciava dos demais artesãos da Europa.

A relevância desses padrões ajuda a entender a proximidade entre Europa, Brasil, Ceará e Aracati, onde, além desses objetos, se insere uma cultura; nesse caso, a europeia, modelo de civilidade a ser seguido. Outros padrões foram encontrados na referida escavação arqueológica, como pode ser observado abaixo:

Figura 19 - Faiança Inglesa dos padrões *Banded Ware*, *Pessanty style*, respectivamente.



Fonte: Relatório do IPHAN (2009, p: 44)

Os padrões acima permitem supor a grande variedade de tipos de louças que foram comercializadas, neste caso na cidade de Aracati, embora tais padrões possam ser encontrados nas principais cidades brasileira e europeias, onde eram comercializadas. A relevância desses padrões ajuda a entender a proximidade entre Europa, Brasil, Ceará e Aracati, onde, além desses objetos, se insere uma cultura; nesse caso, a europeia, modelo de civilidade a ser seguido.

Figura 20 – Padrão Edge blue encontrado durante as escavações



Fonte: Relatório IPHAN (2009, p: 44, 53, respectivamente)

A importância dessa louça é descrita por Roche ao analisar a necessidade de se criar móveis para guardar os objetos o *bufê* “[...] apareceu com a multiplicação dos objetos, cerâmicas, louças que não se podiam mais guardar apenas em tábuas ao ar livre ou pendurados. Fechado em portas, foi um progresso na proteção das coisas” (ROCHE, 2000, p: 235). Com tal afirmação pode-se perceber a importância dada aos objetos na França no século XIX e tal costumes é transmitido a sociedade carioca. Pensando no uso das cristaleiras como forma demonstrar seu status social.

A divulgação das louças de Wedgwood era feita através de amostras e catálogos. Tal suposição está baseada na afirmação de Forty (2007), que descreve as dificuldades encontradas pelo ceramista.

”[...] Os clientes esperavam opções de design e, com efeito, clamavam constantemente por novos modelos. Seu produto original, a cerâmica verde, fora notável pelo grande número de designs moldados e pela variedade de efeitos de vitrificação. Porém a imprevisibilidade dos vidrados tornava as louças inadequadas para a venda por amostras e catálogos.” (FORTY, 2007, p: 55)

De acordo com Brancante (1981, p. 506), ao se referir a louça produzida por Wedgwood, no século XVIII, o ceramista utilizava o *transfer-printing*¹³³ e o processo conhecido por litográfico ou de decalcomania, que facilitava a produção em massa.

Essas tentativas de se aproximar a qualidade da porcelana proporcionaram, segundo Ognibeni (1998, p. 240), uma mudança na forma de produzir a cerâmica e dessa forma “em 1750, o sistema de torno foi substituído pelo uso de moldes e, em 1770, foi criada a técnica decorativa conhecida como *transfer-pretting*, possibilitando a fabricação de louças decoradas sem ter que pintá-las à mão”. Essa substituição proporcionou mais rapidez na produção em larga escala e contribuíram para a expansão da mercadoria pelo mundo. No Brasil, a produção de *louça* só ocorreu a partir do século XX, muito embora no início do século XIX já existissem fábricas que produzissem uma imitação grosseira da chamada louça inglesa.

A diversidade de tipos e padrões de louças possibilita a sua expansão e consumo pelo mundo, além de inserir as normas para seu uso. A ritualização das refeições, atuando como marcador e indicador social, principalmente o jantar e o chá, cumpre essa função cerimônia; as regras de civilidade que acompanham esses momentos, assim com a grande variedade de itens que compõem a mesa, são exemplos disso.

Entre os rituais adotados pelos europeus e difundidos pelo mundo, destacamos o chá e o jantar. O primeiro ritual adotado foi o do chá; à medida que seu consumo aumentava, os itens que o acompanhavam também cresciam. Segundo Lima (1997, p. 94), “[...] junto com o chá, foi introduzido o equipamento utilizado na China para o seu consumo”. Esses equipamentos logo foram reproduzidos pelos ceramistas de *Stafforshire*, na Inglaterra. O segundo ritual, o jantar, foi incorporado ao cotidiano europeu. Segundo Lima (1998; p. 138), “[...] dar um jantar passou a ser considerado o mais importante dos deveres sociais, um complicado ritual regido por centenas de pequenas e quase imperceptíveis as regras, que

¹³³ Técnica desenvolvida por Josiah Wedgwood no século XVIII.

compunham um rígido protocolo”. Para atender às necessidades da referida cerimônia, inseriram-se diferentes itens para compor a mesa, como aparelho de jantar, copos de cristais, talheres (garfos, facas e colheres), tigelas, sopeira, entre outros, o que nos leva a supor que esse período teria impulsionado o surgimento de uma “sociedade de consumo”, que se caracteriza por adquirir bens ou artigos de luxo que simbolizam uma distinção social. Ao adquiri-los, a referida sociedade devia estar preparada para expor tais artigos e saber usá-los. Desta forma, a aquisição destes os inseriam em um processo que se expandia, denominado por Elias (2011) de “processo civilizador”, responsável por civilizar a sociedade, transformando seus hábitos e costumes, assim o controle das pulsões. Aponta-se aqui o processo civilizador como um dos responsáveis por tais mudanças ocorridas ao longo dos anos no modo de viver da sociedade europeia, seja na forma no comportamento à mesa ou em grupo.

Com a entrada da cidade de Aracati no referido processo, ocorre um crescimento econômico; casas comerciais estrangeiras se instalam na cidade, além de outras pertencentes aos grandes comerciantes locais, que passam a investir na exportação de seus produtos e na importação de artigos de luxo de origem europeia. Todo esse desenvolvimento será observado no próximo capítulo. Além disso, tentaremos entender como a elite aracatiense se formou.



3. A urbanidade, a cidade e o comércio. Aracati um reflexo do mundo

“Afinal, por intermédio do comércio internacional, impulso vital de sua economia, o Brasil tomava conhecimento dos novos produtos lançados pelas fábricas europeias e dos novos inventos.”
(PESAVENTO, 1997, p: 60)

O progresso aqui apresentado por Pesavento (1997) deve-se à proximidade cada vez maior entre as etapas que se estendem da produção ao consumo de mercadorias; as distâncias diminuem e as redes de comércio se formam e se expandem, chegando a cidades mais distantes, como Aracati, situada no litoral cearense, mais precisamente, no Vale do Jaguaribe. Inserida nesse cenário, a cidade ganha visibilidade ao apresentar seus produtos nas Exposições Universais ocorridas na segunda metade do XIX, que traziam consigo inovações e diversos tipos de mercadorias que circulavam pelo mundo, dentre as quais destacamos as louças, mobílias, vestuário e adornos. Além da exposição desses produtos, os comerciantes estrangeiros foram atraídos pela crescente exportação de algodão e outros gêneros.

O capítulo em tela está dividido em três tópicos. O primeiro – Uma cidade em transformação: a modernidade chega a Aracati – apresenta a relação entre as pessoas e as coisas (nesse caso, as louças europeias de uso doméstico), a construção da cidade a partir do comércio e, ainda, a hierarquia social, o caso da elite. Este tópico encontra-se dividido em dois; no primeiro busca-se analisar os elementos de transformação da cidade, enfatizando a urbanização; no segundo, discute-se a formação das elites e suas redes. O terceiro capítulo - Eis que chegam à cidade! O comércio de louças europeias na cidade de Aracati e a expansão do comércio de mercadorias – objetiva compreender como se deu, a partir do desenvolvimento da cidade, a instalação de casas comerciais de importação e exportação e as redes sociais, comerciais e políticas que se formaram. Em sua subdivisão será abordada, no primeiro subtópico, a expansão do comércio entre Aracati e a Europa e a instalação de algumas casas comerciais; no segundo, as relações formadas entre os comerciantes locais e a Europa, suas estratégias e mecanismos para expansão das suas relações. O terceiro – Diversas formas e formatos: o consumo de louças e outras mercadorias de uso doméstico pela elite aracatiense – tem como objetivo analisar a escolha de tais artigos de luxo, sendo subdividido em dois subtópicos; no primeiro busca-se entender as formas de aquisição das louças e demais mercadorias; no segundo analisa-se como era realizada a escolha e aquisição das mercadorias.

3.1 “Uma cidade em transformação. A modernidade chega a Aracati”

“[...] O comércio no sertão consiste em receber uma pequena quantidade de manufaturas européias; os tecidos de algodão, dos quais uma boa parte é fiado na região, uma pequena porção de louça de barro e quantidade considerável de cerâmica escura feita no local na maior parte por indígenas que vivem nos distritos onde existe o barro próprio para sua fabricação[...]” (KOSTER, 2003, p: 220)

Em meados do século XIX, o viajante Henry Koster visita o Nordeste brasileiro e registra suas impressões acerca daquilo que vê. Em sua fala acima, descreve as relações comerciais ocorridas no Rio Grande do Norte, mas observa que essas práticas se estendem por todo o sertão nordestino. Esse comércio, a priori, era realizado por carros de bois, conduzidos por mascates que percorriam os povoados, fazendas, trocando suas mercadorias por queijos, gado e outros. Suas relações eram baseadas mais na troca de produtos e não por dinheiro, pois raramente o faziam. Aceitavam tudo como pagamento, alugavam homens para conduzir as carroças até o mercado, onde este eram trocados por mercadorias barganhadas na troca anterior e retornam para o interior. Tais jornadas podem chegar a um ano, mas rendem duzentos ou até trezentos por cento de lucro (KOSTER, 2003)

Essas práticas foram se desenvolvendo e tomando grandes proporções, como afirma o viajante em nota: “[...] que o comércio de mercadorias estrangeiras se desenvolveu rapidamente” (KOSTER, 2003, p.220). Tais mudanças influenciaram nas transformações ocorridas nas cidades e estruturas sociais, como veremos mais adiante.

O conhecimento de tais objetos se deve à proximidade cada vez maior entre as etapas de produção, distribuição e consumo de mercadorias, onde as distâncias diminuem e as redes de comércio se formam e se expandem. É nesse contexto que as relações comerciais entre a Europa e o Brasil se intensificam e se espalham por diferentes partes do país, chegando a cidades mais distantes, como Aracati, situada no litoral cearense, mais precisamente no Vale do Jaguaribe. Inserida nesse cenário, a cidade ganha visibilidade, ao apresentar seus produtos nas Exposições Universais ocorridas na segunda metade do XIX, que traziam consigo inovações e diversos tipos de mercadorias que circulavam pelo mundo, dentre as quais destacamos as louças, mobílias, vestuário e adornos. Além da exposição desses produtos, os comerciantes estrangeiros foram atraídos pela crescente exportação de algodão e outros gêneros.

Esse desenvolvimento se deu devido à circulação de mercadorias industrializadas. Nesse contexto, muda a mercadoria e o valor a ela atribuído. O comércio, que antes, em meados do século XIX, era realizado através de trocas passa por mudanças, passa a ter valor de mercadoria, onde não basta mais trocar um produto por outro, mas tem agora valor econômico. Tem um caráter de mercadoria. Nesse caso é atribuído à mercadoria outro significado, que é explicado por Simmel (apud APPADURAI, 2008, p. 15), em sua obra “A Filosofia do Dinheiro”. O autor afirma que “[...] o valor jamais é uma propriedade inerente aos objetos, mas um julgamento que sujeitos fazem sobre eles”. Esse julgamento pode ser entendido a partir da atribuição de valores diferenciados a louça, por exemplo, que pode chegar a dobrar seu valor, dependendo de sua procedência.

A troca antes realizada, a exemplo dos mascates, passa a ter um outro significado, a qual atribuído um valor econômico, onde este informa que esse valor econômico é uma “espécie de troca de sacrifícios”. Não se trata apenas de “trocar valores”, mas sim na “troca de valores”; aos objetos são atribuídos significados, valores que carregam consigo para além de seu uso e podem representar um elemento de distinção social, onde essa troca de valores perpassa seu valor econômico. Ocorre nesse caso o que o autor defini como ‘troca de sacrifício’, onde “[...] o desejo de alguém por um objeto é satisfeito pelo sacrifício de um outro objeto que é foco do desejo de outrem” (SIMMEL, apud APPADURAI, 2008, p. 16.) Nesse caso, de acordo com Simmel,

“[...] o objeto econômico não tem um valor absoluto como resultado da demanda que suscita, mas é a demanda que, como base de troca real ou imaginária, confere valor ao objeto. É troca que estabelece os parâmetros de utilidade e escassez, não o contrário, e é a troca que é a fonte de valor” (SIMMEL, Apud APPADURAI, 2008, p: 16)

Equivaleria à troca de significados, onde o conceito que um objeto poderia ter para um não seria o mesmo para outro e vice-versa. Um exemplo disso pode ser a mercadoria europeia e a cerâmica produzidas localmente, como descreveu Henry Koster anteriormente. Dessa forma, os objetos cumprem um papel importante dentro de uma sociedade e reafirmam sua relação com as pessoas.

Outro ponto importante a ser analisado é a “hierarquia em diversas sociedades”. Segundo Symansky (2008, p. 85), pode ser caracterizada de duas formas: a primeira intrínseca, associada a sociedades não capitalistas, onde a posição social do indivíduo está relacionada ao que ele é; já a extrínseca, está interligada às sociedades capitalistas, onde a posição social do indivíduo está relacionada ao que ele possui. Esta hierarquia social do indivíduo reflete-se

também na cidade, onde existe uma hierarquia a partir da sua importância econômica. Nesse caso, a sociedade aracatiense seria caracterizada como extrínseca, ou seja, a posição social das pessoas é atribuída à quantidade de objetos que possuem. Isso se reflete na cidade através das mudanças estruturais visíveis e não visíveis que passam. Como afirma o autor

“[...] nas sociedades capitalistas ocidentais, a hierarquia é caracterizada como extrínseca, no sentido de que a posição social do indivíduo será marcada pela quantidade de seus bens materiais, sendo, assim, o relacionamento entre as pessoas e as coisas que determina o lugar de alguém em uma estrutura social. (SYMANSKY, 2008, p: 85)

Nesse valor estão intrínsecos os significados atribuídos ou associados aos objetos ou as coisas, como analisa Mary Douglas e Baron Isherwood (2013). Em sua obra “O mundo dos Bens - para uma Antropologia do Consumo”, os autores afirmam que “[...] O contra argumento é o de que todos os bens são portadores de significado, mas nenhum é por si mesmo” (p; 122), ou seja, concordam com Appadurai (2008) ao afirmar que os objetos (mercadorias) tem uma trajetória social, e que a partir dela podemos analisar uma sociedade, pois a relação entre os objetos e a sociedade que os produziu e/ou os consumiu atribuem a eles significados próprios, o que pode ou não agregar valor econômico, como explicado anteriormente.

Outros exemplos da relação entre “os objetos e a pessoas” são os estudos de Malinowski e Moss. Malinowski, em seu livro “Os Argonautas do Pacífico Oriental”, publicado em 1922, trata de um sistema de trocas, um circuito, chamado de “anel de Kula”, realizado pelos diversos grupos residentes nas ilhas de Trobriand, Nova Guiné.

“[...] O *Kula* é uma forma de troca e tem caráter intertribal bastante amplo; é praticado por comunidades localizadas num extenso circuito de ilhas que formam um circuito fechado [...] Ao longo dessa rota artigos de dois tipos – e somente dois – viajam constantemente em direções opostas. No sentido horário movimentam-se os longos colares feitos de conchas vermelhas, chamados *soulava* [...] No sentido oposto, movem-se os braceletes feitos de conchas brancas, chamados *mwali* [...]. Cada um desses artigos, viajando em seu próprio sentido no circuito fechado, encontra-se no caminho com os artigos de classe oposta e é constantemente trocado por eles. Cada movimento de artigos do *Kula*, cada detalhe das transações é fixado e regulado por uma série de regras e convenções tradicionais; alguns dos atos do *kulasão* acompanhados de elaboradas cerimônias públicas e rituais mágicos”. (MALINOWSKI, 1984, p: 71)

Para Miller (2013, p. 101,) “Isso não dependia do conhecimento do circuito como um todo, mas da relação mais imediata entre os grupos vizinhos que o constituíam. Em torno do anel de circulavam objetos de valor, em especial braceletes de conchas, viajando em uma

direção, e colares, na outra”. Essa importância dada ao circuito é explicada através do povo Gawa, estudado por Nancy Munn, que afirma “[...] se você cultiva apenas alimentos e os come, nenhuma cultura é criada. Se, o contraste, você cultiva alimentos, troca-os em complexas redes que produzem canoas, troca as canoas por objetos de valor de outras ilhas, respeitando outras redes, então algo acontece” (MILLER, 2013, p. 101). E continua: “Cria-se um campo pelo qual pessoas e ilhas cultivam não só alimentos; elas cultivam reputação, podem ser argonautas e viver aventuras, histórias são contadas, ouvem-se e vêem-se coisas. A vida é mais rica” (p. 101). O estudo Nancy Munn foi realizado nas ilhas de Gawa.

“[...] onde as pessoas contribuíam com canoas usadas nas permutas interinsulares. Ela investiga as várias relações familiares que funcionam por meio da permuta de trabalho e alimento, facilitando a construção de canoas. Como depois as canoas são lançadas no kula, este pode ser visto como alienação das relações familiares e do trabalho investidos na produção das embarcações. Porém em troca de canoas, as pessoas recebem objetos de valor produzidos em processos semelhantes, embora em outro lugar. Os objetos de valor são intercambiados de cima para baixo, voltando aos mesmos conjuntos de relações que produziam as canoas” (MILLER, 2013, p: 102).

Miller (2013) analisa os “circuitos de troca” estudados por Malinowski e Munn nas Ilhas Trobriand e Gawa, respectivamente, como um “processo”, sendo este descrito por Mauss como endividamento, onde “[...] a base da maioria das relações é o endividamento. Ao dar alguma coisa à outra, um colar, uma irmã, como esposa, cria-se um vínculo entre a sociedade dos doadores e dos recebedores. O vínculo consiste na obrigação de retornar o dom, de não ficar em dívida” (2013, p: 102)

“[...] nas sociedades capitalistas ocidentais, a hierarquia é caracterizada como extrínseca, no sentido de que a posição social do indivíduo será marcada pela quantidade de seus bens materiais, sendo, assim, o relacionamento entre as pessoas e as coisas que determina o lugar de alguém em uma estrutura social. (SYMANSKY, 2008, p: 85)

Como já dito anteriormente, a sociedade aracatiense se destaca dos demais pela quantidade de objetos que possuem. Antes mesmo de se tornar vila, Aracati já possuía um caráter distintivo, voltado para o comércio e acúmulo de bens, nesses casos, de fazendas de carne de charque. Foi por isso que se tornou vila.

3.1.1. A cidade de Aracati se transforma se urbaniza

Por volta de 1603, o povoado de São Lourenço, localizado às margens do rio Jaguaribe, começou a ser ocupado. Ao longo do tempo recebeu outras denominações, como Arraial, e depois Cruz das Almas. Entre 1623 e 1654 teria sido criado o povoado, que, segundo Lima (1979, p. 60), “[...] dia a dia, as pobres e desalinhadas moradas se juntavam outras. Já se esboçava o papel das primeiras ruas e adivinhava-se a promessa risonha de futura cidade”. E completa: “A criação do povoado foi toda espontânea. Isto se passava entre 1623 e 1654”. Este teria recebido ainda a denominação “São José do Porto dos Barcos”; teria prosperado e, com isso, sua população crescia. Chegava ao povoado um número cada vez maior de pessoas, tendo estas se fixado dos dois lados do rio e instalado suas fazendas de criar. Aracati já era importante antes mesmo de se tornar vila ou cidade. A importância da referida cidade para o desenvolvimento da capitania do Ceará é justificada na fala de Juca Neto:

“[...] Alguns anos antes da fundação da Vila de Santa Cruz do Aracati, no Ceará, comerciantes e autoridades locais e portuguesas envolveram-se, evidentemente cada qual defendendo os seus interesses, em querelas econômicas e políticas em torno da comercialização da carne salgada e do couro na foz do rio Jaguaribe, mas, exatamente, no “lugar do Aracati porto dos barcos do rio Jaguaribe”¹³⁷ As razões da crise eram os rendimentos decorrentes do fluxo de mercadorias e a ‘desordem’ que se estabelecia como afluxo de gente naquela região portuária do litoral cearense, proveniente tanto do sertão como das demais capitanias nos períodos do ano de maior comércio dos derivados da pecuária” (JUCÁ NETO, 2012, p:333)

Concordando com Jucá Neto acerca das justificativas para a elevação do povoado à vila, Lima (1979, p.60) afirma que isso se deu “[...] em consideração ao seu constante e admirável progresso e a importância de seu comércio, o povoado de São José do Porto dos Barcos”. Esse desenvolvimento foi importante e fundamental para se iniciar o processo de colonização do Ceará, que teria começado em Aracati. Como descreve Girão (2001), a colonização do Seará Grande teria começado a partir de um lugar denominado Arraial, que posteriormente ficou conhecido como Santa Cruz do Aracati; depois intitulado apenas Aracati. Quanto a esse processo de ocupação, a autora afirma:

“[...] Com o desenvolvimento do ‘arraial’ através do aumento da indústria pastoril que se estendia por toda a ‘Ribeira do Jaguaribe’, colonos portugueses, paraibanos e pernambucanos vieram habitar a foz do rio Jaguaribe, lugar já conhecido por Cruz das Almas, depois, São José do Porto dos Barcos.” (GIRÃO. V., 2001, p: 38)

¹³⁷ Conforme aparece no documento de criação da vila.

Havia um cenário de doação das terras e grande fluxo de embarcações que entravam e saíam do porto da referida povoação, além do comércio de carne de charque e couro. Aliado a isso, havia ainda a “grande desorganização” gerada com tal comércio. Por esses motivos foi solicitada a elevação à vila do referido e promissor povoado, na primeira metade do século XVIII, Aracati foi elevada à categoria de vila em 1748. Como descreve Nogueira:

“[...] Exemplo singular no Siará grande, a vila de Santa Cruz do Aracati, criada em 1748, foi o único caso de criação de vila na capitania que teve como justificativa a busca do controle das atividades econômicas desenvolvidas na localidade, neste caso específico, a produção e comercialização de carnes-secas e couro que se fazia na localidade do porto dos barcos, próxima à foz do rio Jaguaribe”. (NOGUEIRA, 2010, p:55)

Um dos problemas enfrentados por Aracati enquanto arraial, situação que perdurou por muito tempo, foi a definição dos seus limites, ou termo da Vila, onde se define a área que a mesma irá ocupar, propiciando dessa forma uma maior autonomia para a mesma. Com a elevação do povoado à vila e, posteriormente, à cidade, caracterizou-se uma posição social, econômica, política e religiosa dentro da província.

Essa importância dada a Aracati é percebida no século XVIII, com o crescimento da pecuária surgiram alguns problemas para transportar e vender o gado, ocasionados pela distância e pelos impostos cobrados que tornavam a comercialização do produto oneroso para os fazendeiros, tentando solucionar o problema foram criadas as Oficinas ou Charqueadas¹³⁹. Dessa forma, sua elevação foi justificada por produzir carne seca e couro, e ainda por ser zona portuária, sua localização estratégica proporcionava relações comerciais muito próximas com Recife, Salvador e Rio de Janeiro. O referido porto recebeu e comercializou com uma média de trinta embarcações por ano, isso ocorreu entre os anos de 1740 a 1790. (JUCÁ NETO, 2012)

Segundo Girão (2000), com as charqueadas, a então Vila de Santa Cruz do Aracati¹⁴¹ tornou-se o mais movimentado e rico empório de transações da Capitania do Siará. O autor ainda comenta que o porto de Santa Cruz dos Barcos era considerado ponto obrigatório do comércio com Pernambuco; por ele saíam a maior parte dos gêneros de exportação e entravam os artigos de importação que supriam as ribeiras do Jaguaribe, do Icó, do Crato e dos Inhamuns, sendo o centro de distribuição a vila de Icó. Esse destaque econômico passa a

¹³⁹ Denominada também *feitoria*.

¹⁴¹ Tornou-se vila, no ano de 1780, com a denominação de Santa Cruz de Aracati e elevada à categoria de cidade em 25 de outubro de 1842, com o nome de Aracati.

ser ainda mais importante a partir do crescimento das charqueadas e sua comercialização com Portugal.

De acordo com o Parecer do Conselho Ultramarino acerca das condições para a elevação de vila, de acordo com Jucá Neto (2012, p.343), ordenou-se que “[...] após a escolha do sítio, a demarcação da praça com o lugar para os edifícios públicos, de onde sairiam as ruas retas e direitas e que as casas tivessem a mesma aparência externa, ficando o espaço interno a critério do proprietário”. Essa determinação foi encaminhada para o encarregado de sua implantação, o Ouvidor Manoel José de Farias. O sítio encontrado não correspondia às orientações portuguesas que, para “fazer vilas”, devia-se encontrar um lugar para locação do curral e do matadouro público, pois o mau cheiro seria prejudicial à instalação da mesma. A preocupação maior, neste caso, seriam as oficinas de charque que exalavam um mau cheiro, o que impediria o crescimento da mesma.

O lugar escolhido para fundação da vila, segundo Jucá Neto (2012, p. 345), foi o “[...] sítio chamado Cruz das Almas, localizado ao sul do antigo núcleo, foi escolhido para sua implantação, por ter uma cota elevada, ser mais afastado das margens do rio e, portanto, mais livre das inundações”. A demarcação do termo da vila deveria obedecer ao Parecer do Conselho Ultramarino, assim como a Carta Régia de fundação do núcleo urbano, porém, a demarcação do referido termo não ocorreu como esperado.

Quanto à referida demarcação, Jucá Neto (2012, p. 346) explica que “De acordo com a classificação tipológica de grandeza e importância dos núcleos proposta por Fernandes¹⁴² (1998, p.252), e que tem como base as medidas de suas praças centrais. A Praça de Aracati correspondia aos núcleos intermediários entre as ‘cidades capitais’ e as ‘cidades com dimensões média’”. Ela foi demarcada com a medida de 1.050 por 585 palmos, o que corresponde a aproximadamente 128 por 231 metros. A demarcação proposta para a criação da vila não foi cumprida integralmente por todo o século XVIII, embora, segundo o autor, tenham sido adotadas as medidas necessárias para a implantação da vila. Dessa forma,

“[...] os funcionários da câmara de Aracati incorporaram em seu discurso s referencias urbanísticas do Parecer Ultramarino e da Carta Régia de fundação da Vila quanto à sua regularidade- o alinhamento das ruas com a marcação regular dos lotes e padronização das fachadas – e quanto à questão dos ventos e a salubridade pública.” (Jucá neto, 2012, p: 350)

¹⁴² O autor se refere a obra de FERNANDES, José Manuel. Índia e Sul do Brasil: Planos do Urbanismo Português no século XVIII. In: CARITA, Helder; ARAÚJO, Renata (Coord.). **Coletânea de Estudos Universo Urbanístico Português, 1415 – 1822**. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998.

Dentre as medidas tomadas destacamos a limitação do espaço para instalação de oficinas, que proibia a construção de casas fora do alinhamento determinado, no seu décimo artigo, citado por Jucá Neto (2012, p. 354): “[...] o artigo sugerindo que o arruamento entre a Igreja do Rosário dos Pretos e a Igreja Matriz não estava pronta requeria o mais justo alinhamento de ambos os lados; ordenava também que toda casa que levantada desrespeitando as raia estabelecidas seriam demolidas”. A solução seria proibir que se construíssem casas nas “extremidades do Aracati”, quer dizer, fora dos seus limites. Em outro artigo constava que seria permitida a construção de casas, desde que para promover o alinhamento das ruas. Mesmo com todo o rigor dos artigos de postura apresentados na Carta Régia, a cidade cresceu desordenadamente.

Quanto a esse assunto, Jucá Neto (2012, p. 354) afirma que “[...] mais que a obsessão pelo alinhamento do traçado, com ruas retas e diretas, identifica-se a procura, não menos obcecada, pelo domínio global do espaço em sua expansão tanto formal como fluida”. Essa preocupação com a organização do espaço urbano nos remete à fala de Pechman (2002, p. 391), quando este analisa o urbanismo e o caso europeu, onde afirma que, em sua primeira fase, “[...] levou que os médicos higienistas atuassem diretamente sobre o espaço construído (principalmente a moradia da população pobre) e sobre os corpos, estabelecendo uma política de esquadrilhamento do espaço urbano e de controle de circulação de pessoas”. A preocupação com o ordenamento e o controle dos espaços é observada na Carta Régia de fundação da vila de Aracati. Da mesma forma, o que o autor define como segunda fase,

“[...] o urbanismo se deslocado campo da medicina para o campo da engenharia, dando destaque à atuação de engenheiros na solução dos grandes problemas técnicos da cidade: sistema de água e esgoto, questões topográficas, abertura e alargamento de vias, construção de grandes obras como portos, ferrovias etc.” (Pechman, 2002, p: 391)

Essa preocupação com a construção do espaço urbano se aproxima da descrição feita por Jucá Neto (2012) sobre a fundação da vila de Aracati na primeira metade do século XVIII, onde percebe-se, a partir da determinação dos espaços destinados às oficinas de carne de charque, que ficariam distantes das casas, assim como as medidas para evitar o odor que vinha de tais estabelecimentos e o alinhamento das ruas e das orientações para construção das casas etc. Observa-se que essas orientações estavam dentro das propostas acerca do que hoje entende-se por questões urbanas. Nesse caso, o autor se refere à Europa. No Brasil, tais medidas urbanísticas só irão acontecer em finais do século XI e meados do XX. Observa-se

uma preocupação de Portugal, neste caso, com os problemas futuros que por que irão passar as vilas e cidades criadas.

Desta forma, a vila foi criada, segundo Brasil (1997b, p. 48), “[...] por ordem régia de 11 de abril de 1747, e inaugurada a 3 de março de 1748 pelo ouvidor Manoel José de Farias, e elevada à cidade por lei provincial de 15 de outubro de 1842”. Os motivos que levaram sua elevação à vila se assemelham aos de sua elevação à categoria de cidade, segundo Jucá Neto (2012, p. 339). Quanto à elevação à condição de vila, o autor afirma que

“[...] por questões econômicas, ligadas a pecuária, e de segurança interna – alias, as duas justificativas de fixação da autoridade portuguesa na Capitania do Ceará – o Governo português decidiu-se pela elevação do antigo povoado de do ‘porto dos barcos’, na foz do rio Jaguaribe, a condição de Vila de Santa Cruz do Aracati”

As estradas funcionavam como vias de comunicação e transporte, seja pelo porto ou terrestre, tornaram Aracati uma cidade voltada para o comércio, e este foi se adaptando e mudando ao longo dos anos. O comércio de mercadorias europeias, no decorrer do oitocentos, intensificou-se, e era realizado pela “Estrada Geral do Jaguaribe”; o comércio era realizado pelos mascates e/ou caixeiros que transportavam as mesmas em carros de boi, percorrendo de Aracati a Icó, como afirma Studart Filho:

“[...] As mercadorias de procedência estrangeira vindas do Aracati eram conduzidas em chiantes carros de bois até o Icó, onde estacionavam por ser o caminho daí por diante intransitável, mesmo a esse rústico meio de transporte terrestre. Entre Icó e os centros consumidores, a condução dos gêneros era feita em lombo de cavalos, bestas e bois mansos, a isso adextrados” Studart, Filho (1937, p:29)

O citado comércio de mercadorias, assim como o de carne de charque ou do Ceará, representava uma grande fatia da economia aracatiense. Diante dos problemas gerados com o fim do comércio de carne de charque, a cidade em questão, ainda enquanto vila, passou por um colapso econômico e social ocasionado pela seca – 1790 a 1794-, que, segundo Studart Filho (1937, p.24), “[...] ressurgia penosamente, graças ao plantio de algodão, que magnificamente se aclimara às várzeas jaguaribanas”, o que tornou o algodão um dos principais elementos da economia cearense.

Esse desenvolvimento ocorrido na referida vila, neste momento, deu-se, como descreve Raimundo Girão, devido à importância da pecuária. Desta forma, fez “[...] crescer a especulação daquele ramo de negócio, aumentando dia a dia as transações com as demais praças do País; passando Aracati a prover de fazenda e objetos de luxo e resto da Capitania” (GIRÃO, 2001, p. 111-112). Nesse período, inicia-se a fixação dos referidos grupos às

margens do Rio Jaguaribe, intensificando-se no século XVIII, com o crescimento da pecuária e com os problemas para transportar e vender o gado vivo, ocasionados pela distância e pelos impostos cobrados.¹⁴⁴ Para solucionar o problema foram criadas as Oficinas ou Charqueadas¹⁴⁵.

Com o aumento da instalação de fazendas de criar e do comércio de carne de charque, percebe-se uma hierarquia social e distintiva, formada, *a priori*, por uma elite tradicional ligada à terra, que Nogueira define como nobreza, no decorrer do setecentos, onde esta era hereditária.

Esse caráter distintivo apresentado por Nogueira é ampliado no decorrer do século XVIII, onde este percebe que tal fato se dá em decorrência do aumento “[...] de espaços da colônia integrados à ordem do Império – o que propiciava uma ampliação no número de espaços e meios de prestação de serviço” (2010, p. 320); ou seja, com o aumento de cargos e a necessidade de ampliar seus “prestadores de serviços” ocorre, concomitantemente ao aumento dos espaços de prestação de serviços, a “[...] ampliação dos referenciais de nobreza, já que a atuação enquanto —negociante de grosso trato (sobretudo na segunda metade do século) passou a constituir-se em um referencial de nobreza.” (2010, p. 320). Dessa forma, ser comerciante passa a ser um elemento distinto. O autor explica que devido a esta ampliação dos referenciais de nobreza, os negociantes de grosso trato, onde o caracteriza sua atividade é a

“[...] pluralidade desses empreendimentos, do comércio à navegação, dos seguros ao crédito, das manufacturas, aos bens de raiz, da arrematação de contratos e monopólios régios ao arrendamento de comendas e propriedades, das acções das companhias aos títulos da dívida pública.” (PEDREIRA, Apud, NOGUEIRA, 2010, p: 219)

O autor observa que havia, no decorrer do século XVIII, a existência de duas elites: a primeira tradicional, ligada à terra, e a segunda uma elite mercantil, voltada para o trato da carne de charque. Quanto aos critérios distintivos destas, tanto Mosca¹⁴⁸ (apud HOLANDA, 2011) quanto Busino¹⁴⁹ (apud HEINZ, 2006) definem em três critérios para se definir elite, são eles: a riqueza, o lugar social de nascimento, ou origem e o mérito,

¹⁴⁴ O que tornavam a comercialização do produto oneroso para os fazendeiros.

¹⁴⁵ Denominada também como Feitorias.

¹⁴⁸ Gaetano Mosca, filósofo italiano nascido na segunda metade do século XIX.

¹⁴⁹ Giovanni Busino, sociólogo suíço, nascido no século XX.

acrescentando aos critérios já citados, Busino¹⁵⁰ (apud HEINZ, 2006) alia o critério de riqueza ou cultura, e não apenas riqueza, como afirma Mosca.

A então vila de Aracati possuía no século XVIII, duas elites¹⁵¹ distintas, que segundo Nogueira (2010, p. 321) era “composta, entre seus principais membros, por representantes de uma elite mais antiga, ligada a terra, e também de uma elite de perfil mercantil, ligada ao trato do charque”. Esse caráter referencial está relacionado aos agentes comerciais ligados aos grandes comerciantes ou negociantes de outras praças, principalmente a partir de meados dos setecentos.

As elites aracatienses começam a se definir, no período denominado por Gilberto Freyre de “primeira europeização” (1808-1860), profunda e ciumentamente portuguesa, como afirma o autor. Ou seja, foi no momento que a colonização do território cearense esteve diretamente ligada ao desenvolvimento da pecuária que Aracati se transformou na capital econômica do Ceará, integrando-se à economia açucareira do Brasil e do mercado internacional.

Raimundo Girão, em sua obra “História Econômica do Ceará” (2000, p. 159), observa que, com o desenvolvimento das charqueadas, a então Vila de Santa Cruz do Aracati¹⁵² cresceu economicamente, refletindo nos modos da sociedade que se inseria na lógica de civilidade e polidez dos modos e costumes. Destarte, Borba Alado descreve a relevância da população Santa Cruz dos Barcos, e o local passa a ser ponto obrigatório do comércio com Pernambuco. Por ele saíam a maior parte dos gêneros para exportação e entravam os artigos de importação que supriam o consumo das elites ligadas ao comércio do charque das ribeiras do Jaguaribe, do Icó, do Crato e dos Inhamuns.

O destaque econômico de Aracati vai ser ainda mais proeminente a partir da reorganização das charqueadas para a comercialização com Portugal. Esse aumento no comércio do algodão com a Inglaterra foi intensificado, segundo Girão (2000, p. 232), com “[...] o extenso desenvolvimento do cultivo do algodão foi devido à alta deste produto nos mercados europeus, consequência da guerra civil dos Estados Unidos”, o que impulsionou a produção do referido produto no Brasil, tendo no Ceará uma produção mais intensa, o que possibilitou ao referido estado estreitar seus laços com a Europa. O comércio cearense foi

¹⁵⁰ Giovanni Busino, sociólogo suíço, nascido no século XX.

¹⁵¹ Segundo Busino (apud HEINZ, 2006, p. 7), “[...] No plural, a palavra ‘elites’ qualifica todos aqueles que compõem o grupo minoritário que ocupa a parte superior da hierarquia social e que se arrogam, em virtude de sua origem, de seus méritos, de sua cultura ou de sua riqueza, o direito de dirigir e negociar as questões de interesse da coletividade”.

¹⁵² Tornou-se vila no ano de 1748, com a denominação de Santa Cruz de Aracati; elevada à categoria de cidade em 25 de outubro de 1842 com o nome de Aracati.

impulsionado, na década de 1860, o que possibilitou a entrada de bens de consumo importados, isso se deveu ao aumento na exportação do algodão decorrente da Guerra Civil Americana. Com isso, o consumo de tais itens era considerado um elemento de distinção social e riqueza (LEITE, 1994)

No Brasil, algumas cidades seguiram esse modelo europeu de progresso e modernidade, voltado para o capitalismo e consumo de artigos de luxo de origem europeia. Mas não bastava adquirir produtos europeus; era preciso ter feições que remetessem à Europa, principalmente Inglaterra e França. Cidades como Rio de Janeiro, São Paulo, Salvador, Recife e Porto Alegre foram inseridas no modelo de civilidade e progresso, já apresentado, através dos objetos consumidos, assim como, em alguns casos, através da sua arquitetura, que se assemelhava ao estilo europeu.

Dentre as cidades brasileiras citadas acima, nos deteremos um pouco mais sobre o Rio de Janeiro, que se destacava pelo fluxo intenso de europeus que entravam em seu porto atraídos pelo comércio, como afirma Malerba¹⁵⁵: “A cidade recebia crescentemente grandes contingentes de europeus atraídos pelo comércio”. O mesmo diversificou as atividades econômicas da cidade, com a instalação de diversos estabelecimentos comerciais, como bancos, estaleiros estabelecidos no Brasil nas primeiras décadas do século XIX. Entre estes destacamos: Stervenson e Duder, na Bahia, que segundo Freyre (2000, p. 83), era “[...] especializada em negócios de cacau e óleo de baleia [...]”, além da Casa Inglesa de Mrs. Brack, no Recife, a Proudfoot & Comp., fundada no Rio Grande do Norte, e a Casa Inglesa do Ceará.

O comércio entre Brasil e Europa, segundo Takeya, acentou-se na segunda metade do século XIX, tendo a França ocupado lugar de destaque. De acordo com a autora, no decorrer do oitocentos, “[...], sobretudo de 1850 até o seu final, a França ocupou uma posição privilegiada nas relações comerciais externas brasileiras: o segundo país no movimento de importação e exportação de mercadorias no Brasil, logo em seguida à Inglaterra” (TAKEYA, 1994, p. 111).

Esse intenso comércio de importação de produtos europeus contribuiu para a mudança dos hábitos e costumes da sociedade brasileira, como já foi dito anteriormente, que buscava se aproximar-se da sociedade europeia, um modelo no referido período. Segundo Sposito (1997, p. 42), “[...] o caráter da circulação das mercadorias, antes realizada com a finalidade de se obter valores de uso, e a partir da emergência de um segmento social — os

¹⁵⁵ Op. Cit. p. 141

comerciantes — cuja ocupação específica é a realização desta circulação, passa a se dar com finalidade de se obter capital”.

Dentro desse momento de mudanças e com o objetivo de obter capital e expandir seus lucros e redes de comércio através da circulação de mercadorias, como afirma Sposito, estabelecem-se as primeiras casas comerciais estrangeiras no Brasil, que datam do início do século XIX. A fundação dessas casas foi se intensificando a partir da segunda metade do referido século; estas vendiam uma diversidade de produtos, tais como artigos utilizados na mesa e cozinha, os utensílios domésticos¹⁵⁶, a mobília, vestuário, ferramentas e maquinários, dentre outros.

Com a importação de artigos de luxo provenientes da Europa, os grupos mais abastados puderam se aproximar do modelo civilizador europeu, o que pode ser percebido a partir da inserção de tais mercadorias, como afirma Freyre (2000, p.77): “[...] são esses artigos os que mais rapidamente modificam a cultura – cultura no sentido sociológico – de um povo: talheres, louça, alimentos, móveis, fazendas, roupas feitas, chapéus, calçados, selins, carruagens”. Essa mudança a que se refere Freyre ocorreu devido à expansão capitalista iniciada em 1850, como afirma Hobsbawm (2012, p. 61): “[...] dificilmente podemos datar a grande expansão antes de 1850”, onde o desenvolvimento econômico possibilitou o que podemos chamar de economia mundo, como sugere o autor: “[...] o capitalismo tinha agora o mundo inteiro a seu dispor, e a expansão simultânea do comércio e dos investimentos internacionais dá bem a medida do entusiasmo que teve em capturá-lo”¹⁵⁷. Diante disso, os investidores europeus viram no Brasil um atraente mercado consumidor de suas mercadorias, inserindo o Brasil no processo civilizador capitalista.

A partir da inserção do Brasil no referido processo, o mercado brasileiro se tornou atraente para a fixação de casas comerciais estrangeiras, que forneciam as mercadorias necessárias para que a sociedade se assemelhasse ao modelo de civilidade apresentado, o modelo europeu, possibilitando que as mesmas se especializassem na importação de bens de consumo, assim como na exportação de produtos nacionais, como o couro, o algodão etc. Essas relações comerciais se intensificaram com o auxílio das “Exposições Universais ou Internacionais”, que apresentavam aos interessados uma grande diversidade de produtos a serem comercializado

¹⁵⁶ Serviços de chá e café, aparelhos de jantar, talheres, vasilhames de cerâmica, taças, licoreiras, garrafas de vidro e grés para bebidas etc.

¹⁵⁷ Op. Cit, p. 67.

As exposições citadas por Hobsbawm proporcionavam uma maior visibilidade para as fábricas e para os expositores. Desta feita, ocorria no Brasil uma seleção dos produtos que deveriam ser exibidos nas referidas feiras. Essas exposições preparatórias eram denominadas de Exposições Nacionais; antes destas ocorriam as exposições regionais. Como um prelúdio das Exposições Universais, estas eram realizadas as chamadas Exposições preparatórias, que tinham como objetivo apresentar os possíveis produtos que seriam levados para a exposição mundial. Dessa forma, proporcionava às casas comerciais a oportunidade de investir na aquisição de mercadorias, o que ocorria na exposição preparatória, assim como na universal.

Dentro desse caráter de exibição e visibilidades, Walter Benjamin, em sua obra *A Passagem*, descreve os *magasins de nouveautés*, que teriam sido os primeiros estabelecimentos a manterem grandes estoques de mercadorias, sendo os precursores das grandes casas comerciais. Esses *magasins de nouveautés* surgem em Paris e começam a se espalhar pelo mundo. Nesse momento observa-se as transformações das cidades europeia, conforme Zucconi (2009, p. 14): “O século XIX, de fato, configurou alguns tipos fundamentais da paisagem atual. Entre outros, nos deixou as estações ferroviárias e os estabelecimentos industriais, as galerias comerciais e as lojas de departamento, os bairros de edificação pública e as orlas marítimas”.

As mudanças descritas acima foram desencadeadas pelo processo civilizador capitalista e expansão do consumo, que proporcionaram a aquisição de artigos de luxo, o desenvolvimento técnico e o surgimento de novos meios de transporte, de pessoas e mercadorias. Com isso, houve a ampliação de uma rede de consumo de mercadorias europeias que se espalharam pelo mundo, provocando uma mudança nos hábitos e costumes das sociedades, sendo este processo materializado em aparelhos de chá inglês ou cadeiras austríacas, ou no modo de comer e agir. Essa inserção foi percebida de várias formas, como descreve Freyre

“[...] Essas diferenças é que foram se atenuando não só com a presença de ingleses no país, como com a leitura de livros traduzidos do inglês e com a importação de artigos ingleses de uso doméstico, pessoal ou cotidiano. São esses artigos os que mais rapidamente modificam a cultura – no sentido sociológico – de um povo: talheres, louça, alimentos, móveis, fazendas, roupas feitas, chapéus, calçados, selins, carruagens.” (FREYRE, 2000, p: 77)

A expansão do processo civilizador capitalista foi sentida em vários pontos do planeta, como já mencionado anteriormente, inclusive no Brasil, com a presença de franceses

e ingleses nas principais cidades brasileiras, como destaca Freyre ao se referir à influência inglesa no cotidiano dos brasileiros através dos objetos produzidos e consumidos na Inglaterra. Essa diminuição das diferenças entre os costumes europeus e o dos brasileiros, quer dizer, da elite brasileira, é percebida através dos inventários *post-mortem* e da quantidade de mercadorias de origem europeia que chegava ao Brasil através de seus portos.

A entrada de tais mercadorias, priorizando aqui os utensílios domésticos de procedência europeia, ocorria por intermédio das casas ou firmas comerciais inglesas no Brasil, como afirma Freyre

“[...] Algumas das iniciativas do capital ou do trabalho britânico no Brasil ficaram célebres: as companhias de mineração em Minas Gerais, como a de Gongo Soco, o calçado Clarck, os tecidos Coats, em São Paulo, e Carioca, no Rio, a Fundação de Harrington & Starr e a Bowmann, no Recife (onde também, se guarda a tradição dos De Mornay), as velhas firmas Stevenson e Duder, da Bahia, especializada em grandes negócios de cacau e óleo de baleia, Boxwell, em Pernambuco, especializada em algodão, Clark, no Piauí e Maranhão, especializado em cera de carnaúba com o fervor de um pioneiro lúcido, Wilson Cory com seus depósitos de carvão, seus estaleiros e seus rebocadores célebres no Brasil inteiro, o British Bank, o LondosandBrazilian, o RiverPlate, o Hotel Bennett, a CaszIngleza de Mrs. Brack, do Recife, Proudfoot& Comp., do Rio Grande do Sul, a Casa Ingleza do Ceará, fundada pelo irlandês William Wara” (que chegou àquela parte do Brasil em 1811) [...]” (FREYRE, 200, p: 83)

Ao referir-se à Casa Ingleza no Ceará, o autor descreve sua relevância por meio da fala de Girão (2000, p. 244), que afirma que, em 1811, o irlandês William Wara fundou a “[...] primeira organização mercantil estrangeira no Ceará, a qual, com o nome popular de ‘Casa Ingleza’, se notabilizou no comércio cearense pela sua prestença e logenvidade, tendo chegado aos dias atuais, através de diversas modificações”. Girão (apud FREYRE, 2000. p. 83) afirma a importância do comércio firmado entre Europa e Ceará: “[...] continuando a tradição da escuna *Mayflower* pela qual, em dias mais remotos, os cearenses receberam de Liverpool ‘chitas, louças, meias de seda e paninhos’”.

O comércio firmado entre Inglaterra e Brasil se inicia com a abertura dos portos, em 1808, onde se estabelecem “rotas” marítimas de comércio e a troca de mercadorias, sendo enviados do Brasil para a Europa gêneros agrícolas, dentre outros, e produtos industrializados da Inglaterra para o Brasil. Através dessas trocas se inicia a inserção do Brasil na expansão capitalista; isso provoca mudanças na estrutura física das cidades, assim como no interior e

exterior das casas, criando uma elite¹⁶² urbana (formada por comerciantes, profissionais liberais, políticos, dentre outros, em substituição à elite rural antes existente).

As relações comerciais entre Europa e Brasil não se limitavam aos negócios com a Inglaterra e Portugal; ressalta-se aqui a presença francesa, através de suas exportações para o Brasil, assim como para outros mercados internacionais, que se iniciou em 1808 com a abertura dos portos, onde a moda francesa se inseriu no cenário brasileiro, sobretudo no mobiliário e vestuário. Os primeiros navios a desembarcarem no Rio de Janeiro traziam em sua carga 7/8 de artigos franceses. (TAKEYA, 1995)

Com a entrada das citadas mercadorias, observa-se um fortalecimento nas relações comerciais entre Inglaterra, França e Brasil, mas isso não quer dizer que não havia comércio com outros países da Europa, mas que as relações entre o Brasil e os primeiros estava consolidada através da fundação de casas comerciais, firmas, fábricas etc. Isso ocorre, principalmente, na segunda metade do século XIX, como afirma Takeya

“[...] A medida que avançou o século XIX, houve um aprofundamento desse conhecimento sobre o Brasil, sobretudo com relação às potencialidades de diferentes regiões para os interesses franceses, já agora não somente em termos de ofertas de matérias-primas, mas principalmente de consumo de mercadorias francesas, acompanhando o crescimento industrial da França, impulsionando a partir da década de 1850, no Segundo Império. Esse conhecimento, entretanto, passou a ser permanente norteado pelo problema da concorrência exercida por outras potências que igualmente visavam e atuavam no mercado brasileiro, destacando-se inicialmente a Inglaterra [...]” (TAKEYA, 1995, p: 53)

Essa “disputa” proporcionou a fundação de casas comerciais inglesas, francesas, alemãs, dentre outras, fortalecendo as relações entre Europa e Brasil. Destacamos aqui a importância do algodão para efetivar tais relações, principalmente com a Inglaterra, como afirma Girão (2000, p. 233): “[...] a notícia da grande produção de algodão em breve atraiu, de outros pontos do Brasil e da Europa, especuladores, que fundaram novas casas comerciais”. O crescimento do número de casas comerciais, além da diversidade de produtos e nacionalidades, proporcionou o desenvolvimento de muitas cidades brasileira, dentre elas Aracati.

¹⁶² A ideia de elite trabalhada aqui aproxima-se da de Busino (apud HEINZ, 2006, p.7), onde este afirma que o termo refere-se à “[...] minoria que dispõe, em uma sociedade determinada, em um dado momento, de privilégios decorrentes de qualidades naturais valorizadas socialmente (por exemplo, a raça, o sangue etc.), ou de qualidades adquiridas (cultura, méritos, aptidões etc.). O termo pode designar tanto o conjunto, o meio onde se origina a elite (por exemplo, a elite operária, a elite da nação) quanto os indivíduos que a compõem, ou ainda a área na qual ela manifesta sua preeminência.

3.1.2. A cidade se embeleza: Aracati no século XIX

Dentre as inúmeras mudanças ocorridas no século XIX, uma das mais importantes está relacionada ao caráter das mercadorias, que passam do valor de uso para o valor do capital; muda também a cidade, que se adapta para se inserir no modelo de progresso e modernidade. A entrada de produtos importados aumenta com a redução de seus preços, e com a melhoria dos preços de alguns produtos exportados para a Europa, dessa forma o intercâmbio entre Brasil e Europa torna-se vantajoso (LEMENHE, 1991)

Essas mudanças ficaram mais claras na segunda metade do século XIX, provocando uma forte mudança na sociedade aracatiense, transformando-a em uma sociedade consumidora que cada vez mais se aproximava do modelo europeu de modernidade. Isso exigia mudanças estruturais na cidade, como ruas mais largas, por exemplo. Observam-se elites compostas por profissionais liberais (médicos, advogados etc.), intelectuais, comerciantes e políticos. Essas elites compreendem uma pequena camada da sociedade que está inserida em um dos critérios estabelecidos por Mosca e Busino (HOLANDA, 2011), entendendo que entre essas elites foram estabelecidas redes de sociabilidade e que interagiam entre si.

Aracati destoava das demais cidades cearenses em muitos aspectos, dentre eles destacam-se os sobrados e as ruas largas. Isso ocorre desde meados do oitocentos, como afirma Barba Alardo,

“[...] Também são dignas de atenção as casas dos principais negociantes, por serem à moderna; e como ficão todas na rua principal, de grande extensão e largura, fazem uma perspectiva muito agradável: este negociantes, em não pequeno, número não só são os mais ricos da capitania, mais também os mais polidos e bem educados”. (Documentação Primordial sobre a capitania autônoma do Ceará, - Ed Fac-sim, 1997, p: 46)

A descrição acima foi feita pelo então governador da capitania do Ceará, Luiz Barba Alardo de Menezes, em 1814, na qual são contempladas as principais características da cidade em questão e cujo caráter comercial é evidenciado quando este se refere ao grande número de comerciantes que instalou suas casas comerciais na rua principal da cidade, denominada Rua do Comércio, além de suas habitações serem consideradas modernas, isso devido às mesmas possuírem dois andares, o que não era comum no referido período.

Aracati possui tais características, pois, desde seu surgimento como povoado até tornar-se cidade, desenvolve atividades comerciais relevantes para seu crescimento e

expansão. O reflexo disso era representado em sua arquitetura, que foi observada em 1816 por Henry Koster. Esta é descrita em sua obra *Viagem ao Nordeste do Brasil* (2003), onde este expõe que “[...] as casas do Aracati não parecem com as vistas noutras paragens que visitei. Têm andar superior sobre o térreo”. Em seus relatos o viajante descreve a casa em que ficou hospedado na referida cidade, afirmando que teria salas amplas, no total de duas, duas alcovas (quartos) cada um com um leito, e cozinha todos os cômodos descritos ficavam no andar superior, ficando no andar inferior um armazém. O quintal era cercado de muros de tijolos e sua entrada era pelos fundos da casa, onde entravam os cavalos (KOSTER, 2003)

A casa citada era do Sr. José Fidelis Barroso; em nota, Koster (2003) afirma que “[...] um dos mais ricos e prestigiosos negociantes do Aracati em fins do Século XVIII e princípio do XIX”. Pode-se supor, a partir das afirmações do viajante que ter casas de dois andares tinham função residencial e comercial, e que no andar superior ficava o espaço doméstico e, no inferior, um pequeno comércio, que, neste caso específico, era um armazém. Pode-se ainda supor que as casas de um só pavimento tinham função residencial, apenas, e que poderiam ser ocupadas por outros membros da elite local que não fossem comerciantes, como médicos, advogados, funcionários públicos e outros.

Pode-se pensar na cidade de Aracati como uma cidade do século XIX, mas com elementos do século XVIII, e que respira modernidade. Localizada às margens do rio Jaguaribe, esta apresenta em sua arquitetura de sobrados ‘azulejado’, sendo estes azulejos portugueses, destoando das demais cidades da província, que, mesmo sofrendo com as cheias, como é o caso de Sobral, não possuem casas de dois andares na mesma proporção. Isso nos leva a supor e discordar dos viajantes aqui citados, ou seja, essas edificações não foram construídas com o objetivo de se proteger das cheias, mas sim por sua influência europeia, principalmente portuguesa (nesse primeiro período da charqueada) e que se manteve em destaque até o século XIX, mesmo com a hegemonia da capital do estado.

O desenvolvimento econômico desta é percebido nas narrativas de viajantes ou nos relatos de historiadores, governantes e memorialistas. Tais descrições acerca da cidade de Aracati foram feitos por Antônio Bezerra no *Almanach do Estado do Ceará*, do ano de 1901, segundo o qual

“[...] A cidade que apresenta magníficos prédios, entre os quaes 82 sobrados de um e dois andares, quase todos situados na rua do Commercio, onde se vê grande numero de lojas e armazéns de fazendas e outros objetos; de negocio, dá ares de uma grande praça comercial; dir-se-ia um prolongamento do Recife, tanto e tão semelhante é a construção da casaria com a daquela parte da capital pernambucana.” (BEZERRA, 1901, p: 134)

Nas descrições feitas pelo botânico Freyre Alemão (2003) acerca da cidade ele afirma

“[...] Aracati: Pequena cidade situada junto e ao lado direito do rio Jaguaribe, a duas léguas de sua foz, consta de uma algumas filas de casas, formando praça ou ruas [...]; tem muitas casas de sobrado e algumas de dois andares, pela maior parte velhas e decadentes, mas tem alguns prédios novos e bonitos. Toda a rua tem largos passeios ou calçadas de tijolo como na capital, ou de pedras brutas, mas bem assentadas e o meio é de areia funda, [de] mistura com algumas terras, o que produz uma poeira fina e incômoda “(ALEMÃO, 2006, p: 67)

A imagem abaixo retrata a cidade de Aracati no ano de 1859 e representa o intenso comércio realizado pela mesma. Em destaque, observa-se a rua principal, por onde entram e saem as mercadorias que são distribuídas nas cidades de Russas, Icó. A gravura foi pintada por José dos Reis Carvalho, um dos membros da Comissão Científica de Exploração, que passou pelo Ceará entre março de 1859 a julho de 1861 e permaneceu na cidade de Aracati por quinze dias, entre os dias 29 de agosto e 14 de setembro de 1859.

Figura 21-Rua grande, com destaque o e carro de bois (Aracati – 1859)



Fonte: Aquarela de José dos Reis Carvalho.. Extraída de Nogueira, (2010¹⁶⁴)

A imagem da cidade descrita acima foi retratada em desenho por Freire Alemão, destacando a rua grande. De acordo com os relatos do viajante, “Aracati é um ponto comercial em razão de ser mais perto do Jaguaribe, e o Comércio do Crato [f.23] do Icó, Quixeramobim

¹⁶⁴ Extraída da dissertação de Gabriel Parente Nogueira. Fazer-se nobre nas fímbrias do império práticas de nobilitação e hierarquia social da elite camarária de Santa Cruz do Aracati (1748-1804)

etc. se faz por aqui; [...] de vez em quando passam pela rua grandes carros com fardos de algodão puxados por seis e oito juntas de boi” (2006, p. 69). Esse transporte também era utilizado para o transporte das mercadorias que eram levadas às cidades de Russas e Icó.

Em seu diário Freire Alemão descreve as imediações onde ficou hospedado, dessa forma supõe-se que tenha sido na rua Grande,

“[...] Esta rua tem quase 400 braças de comprido e na frente da nossa casa tem uma largura de 109 palmos e é toda ela quase da mesma largura; e parece um pouco torta e malnivelada, de areia escura, e profunda no meio, e á beira das casas pelo lado do mar tem capim. Tem muitas travessas, estas são estreitas, de 20 a 25 palmos talvez; além desta grande rua há mais uma paralela a esta, não tão larga nem tão comprida e com casas falhadas em muitos lugares da parte do rio, cujas casas desse lado dão para o fundo do rio. Do lado oposto, digo, do lado do campo há outra rua paralela, que se pode dizer em projeto, por ter casas muito falhadas, e há um pequeno número de quadras, é também larga e bem alinhada, fica ainda por fora desta, [f. 42] Ainda para o lado do campo, ou vargem, outra rua larga e direita, e que apenas tem casas do lado da cidade e algumas do lado oposto; esta rua em projeto acaba pelo norte em frente a igreja da Matriz, e tem do lado do campo as duas igrejas, a dos pretos (Rosário) e a dos pardos (Prazeres)” (ALEMÃO, 2006, p. 90)

Na descrição acima o viajante tenta apresentar a cidade como ele a via: uma cidade estruturada, mas que parece sem vida, além de atender minimamente ao projeto de vila criado pela Corte Portuguesa. Dentro do quadro explicitado por Freire Alemão, observa-se que as ruas de Aracati, ilustradas na imagem abaixo, aproximam-se da descrição do mesmo.

Figura 22- Rua do Comercio, Aracati, Ceara. (1913).



Fonte: Acervo Pessoal de Nilson Cruz ¹⁶⁵

As imagens acima ilustram a cidade em questão, sendo esta a principal rua de Aracati, denominada Rua Grande. Recebeu ainda o nome de Rua Larga, por ser a mais larga

¹⁶⁵ <https://www.hemerotecadigital> Acessado em 08 de março de 2015

da cidade, e, posteriormente, foi batizada de Rua do Comércio, por centralizar os principais estabelecimentos comerciais da cidade. Por último, recebeu o nome de Cel. Alexandrino, em homenagem a Alexandrino Ferreira da Costa Lima, sócio da Casa Comercial Costa Lima & Irmão.

A cidade de Aracati passou por um embelezamento, segundo IPHAN (2009, p. 55): “[...] na rua Cel. Alexanzito foi identificada uma calçada formada de tijolos à galga que se estendia por todo o seu prolongamento, cuja construção foi realizada com o intuito de alinhamento e aformoseamento do passeio, provavelmente no século XIX”. Outro exemplo é “[...] o pavimento das travessas Costa Barros e João Adolfo”. Na segunda metade do oitocentos, as principais cidades brasileiras estavam inseridas no contexto descrito por Ponte (2010, p. 17): “[...] tais reformas visavam alinhar os centros urbanos locais aos padrões de civilização e progresso disseminados pelas metrópoles europeias”. Essas mudanças tinham como objetivo aproximar-se das ideias de modernidade e progresso propostas e disseminadas pelo modelo europeu.

A base para esse progresso, segundo Ponte (2010, p. 144), teria sido a “[...] dinamização das relações capitalistas, destacando o estabelecimento de firmas estrangeiras m Fortaleza”. Outras cidades cearenses receberam as firmas ou casas comerciais estrangeiras, cidades como Icó, Sobral e Aracati. Quanto às firmas, Ponte (2010, p. 144) afirma que “[...] Foram tantas que chegaram a possuir, já no início de 1870, 40 % dos estabelecimentos comerciais existentes”. Essas casas tinham como ramo de atividade a importação de mercadorias europeias e a exportação de produtos locais, como o algodão. Destacamos abaixo algumas as principais casas comerciais instaladas em Aracati a partir da segunda metade do oitocentos:

Com a instalação das casas acima citadas observam-se as redes de comércio formadas e, principalmente, a circulação de mercadorias de uso doméstico de origem europeia.

Quadro 10 Principais casas comerciais estrangeiras em Aracati na segunda metade do século XIX

Nº	FIRMA OU COMERCIANTE ESTRANGEIRO	ORIGEM
	Brunnschweiler & C. ^a , G.J. Brunnschweiler & C. ^a	Francês
	Habsrentinger & C. ^a	Francês
	Gradvohl Frères	Francês
	Levy Frères	Francês
	Habisreutinger & C. ^a	Francês
	Clemente A. Bussoñs	Espanhol

Fonte: Adaptado pelo autora

Com a instalação das casas acima citadas observam-se as redes de comércio formadas e, principalmente, a circulação de mercadorias de uso doméstico de origem europeia.

3. 2. *Eis que chegam à cidade! O comércio de mercadorias europeias na cidade de Aracati.*

“[...] CIDADE DE ARACATY. – Acha-se situada sobre a margem oriental do Jaguaribe, a 2 leguas e meia da barra, n’uma planície baixa que por vezes tem sido inundada nas grandes enchentes do rio: é bella e talvez a maior da província, depois da capital, com elegante casaria de sobrado, bastante povoada e commerciante, por ser o interposto das mercadorias, que vão para o interior da província, e sahida dos productos da terra por aquelle lado, e da província vizinha do Rio Grande do Norte. Já teve uma alfândega, que foi extincta por motivos fiscaes; tem hoje uma mesa de rendas.” (BRASIL, 1997 b, p:54)

Em sua fala, Thomaz Pompeo de Sousa Brasil apresenta a cidade de Aracati como um entreposto comercial de mercadorias que são distribuídas e vendidas no interior do Ceará, além de exportar produtos da terra, como algodão, couro etc., através de seu porto e da Estrada Geral do Jaguaribe. O mesmo informa ainda que existia uma alfândega, tendo sido inaugurada em 1838 e extinta em 1851, passando a ter uma Mesa de Rendas. Essa circulação de mercadorias entre a cidade de Aracati, a capital, o interior e as províncias vizinhas, além da importação de mercadorias europeias que chegavam tanto pelo porto de Aracati como pelo porto de Fortaleza, davam à cidade em questão um caráter comercial e econômico, tornando-a, como já observado anteriormente, uma das principais cidades cearenses. A partir de 1860, observa-se uma fase de expansão econômica com base na agro exportação. Sobre o assunto foram produzidas inúmeras notícias escritas por agentes consulares que foram encaminhadas a comerciantes franceses, o que serviu de estímulo para que estes estabelecessem no Ceará suas casas comerciais. (TAKEYA, 1995)

Os comerciantes franceses, *a priori*, optaram pelas principais cidades brasileiras para instalar suas casas comerciais e negociar mercadorias. As cidades escolhidas foram o Rio de Janeiro, Recife e Salvador. A escolha do Ceará foi motivada pelos agentes consulares, como afirma Takeya, que incentivaram a instalação de tais estabelecimentos; outros fatores que contribuíram para tanto, como, por exemplo, a comercialização do algodão e de outros produtos da terra. Embora a autora tenha citado apenas os agentes consulares franceses, outros agentes fizeram o mesmo, pois, segundo a mesma, o objetivo do agente consular estava balizado na

“[...] Representação consular das diferentes nações – sobretudo daquelas que já haviam ingressado no processo da revolução industrial e precisavam ampliar seus

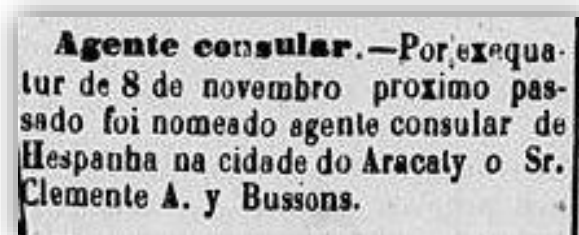
mercados consumidores de manufaturas e fornecedores de matérias-primas [...]” (TAKEYA, 1995, p: 136)

O cargo de agente consular dava a quem o ocupava visibilidade e *status* social. Assim, muitos brasileiros foram nomeados para o referido cargo nas cidades brasileiras com menor expressão e importância econômica e comercial, ou onde eram poucos os franceses, alemães, holandeses, entre outros. No Brasil, segundo Takeya (1995, p. 42), “[...] eram aqueles que tinham um certo destaque na sociedade local – geralmente os comerciantes mais importantes - que assumiam a representação”. Quanto ao Ceará, a autora afirma que

“[...] A província do Ceará é exemplar sobre a questão da expansão da representação consular acompanhando a expansão econômica, assim como sobre o exercício dos cargos de representação por comerciantes franceses. Se em 1876 havia um único agente consular nessa província, na cidade de Aracati – um comerciante representante Espanha -, ao inaugurar-se a República, em 1889, o Ceará contava com cônsules, vice-cônsules e agentes consulares da França, Inglaterra, Alemanha, Estados Unidos, Bélgica, Holanda, Espanha, Itália, Portugal, Rússia, Suécia, Noruega, Áustria, Hungria, Dinamarca, Argentina, Uruguai, Chile, Venezuela, Bolívia, Paraguai e Peru”. (TAKEYA, 1995, p: 42)

Na cidade de Aracati observa-se que o agente consular espanhol era também um dos grandes comerciantes da cidade em questão. Sua atuação como agente é assinalada em nota publicada no jornal abaixo, sendo esta relativa à posse do referido agente:

Figura 23- Anuncio sobre o novo cônsul da Espanha em Aracati



Fonte: (Jornal A Constituição, nº, Anno 32, de 11 de janeiro de 1872, p: 2)

Sua atuação enquanto comerciante é descrita por Leite (1994, p. 114); a autora lista os comerciantes que mantinham relações comerciais com a Casa Boris no interior,

“Melquiades da Costa Barros, Clemente Bussions¹⁶⁶, G.J. Brunnschweiler & Cia., Gurgel & Cia., Habisreutinger & Cia, Joacy José de Lima, Joaquim da Costa Lobo, Antonio Ribeiro Mendes, Antonio Francisco Pinheiro, Antonio Joaquim Seve, Afonso Luis Pereira da Silva, João do Carmo Chaves, Antonio de Castro Barbosa, em Aracati” (Leite, 1994, p: 114)

¹⁶⁶ Grifo nosso

No Ceará, a representação consular francesa, segundo Takeya (1995), é observada na década de 1850, tendo sido esta realizada por comerciantes locais. Entretanto em 1884, a família Boris¹⁶⁷, assumiu tal representação até 1925. Sendo esta família considerada uma das mais importantes no cenário econômico local, nacional e internacional. Como veremos mais adiante.

A escolha pelo Ceará é justificada por Takeya, ao exemplificar o caso da Casa Comercial Boris Frères¹⁶⁹

“[...] é bastante provável que essa opção feita pelos Boris, por uma província de menor importância no conjunto do Império – como era o caso do Ceará -, tenha sido pela determinada ainda pelo fato de que, naquelas províncias brasileiras onde era menor o número de comerciantes estrangeiros, as possibilidades de sucesso e lucro comercial se apresentassem maiores. A inexistência de numerosa concorrência poderia favorecer os recém-chegados ao mercado, numa época em que o Ceará estreitava sua articulação ao comércio internacional.” (TAKEYA, 1995, p: 136)

As referidas casas foram instaladas, em sua maioria, na chamada Rua Grande ou Rua do Comércio, onde tanto a circulação de mercadorias como sua venda ocorriam. O interesse na mesma se dava por esta ser uma rua larga com sobrados azulejados e onde transitavam pessoas e ideias de modernidade e progresso que circulavam nas casas e estabelecimentos comerciais, dentre outros.

Figura 24 --Rua Grande – Aracati/ CE, em 1925



Fonte: Álbum “Terra Cearense”, 1925 s/p

¹⁶⁷ Família francesa que fundou a Casa Comercial Boris Frères, uma das mais importantes do Ceará, a partir de 1884, ano de sua fundação.

¹⁶⁹ Discutiremos melhor sobre sua relevância mais adiante

As mercadorias que chegavam ou que eram enviadas ao porto, assim como as que eram levadas por carros de boi, tinham como destino as cidades do interior cearense. As características da rua podem ser observadas na foto de 1925 do álbum “Terra Cearense”, pois não havia sofrido nenhuma mudança.

No mapa da alfândega de Aracati aparece uma breve descrição dos produtos que foram importados da Inglaterra para Portugal; entre eles destacam-se as louças e vidros que foram trazidos para Aracati diretamente da Inglaterra. Observa-se abaixo que foram importadas “louças de toda espécie e vidros” e “móvel e outros móveis” no período de 1845 a 1855. No período seguinte, que se inicia em 1855 até 1861, os termos mudam e se tomam mais específicos ‘louças e vidros’ e ‘móvel’, o que permite supor que havia uma especificidade: não era mais “louça de toda espécie” ou “móvel e outros móveis” que vinha da Europa, mas louças, vidros e móvel. Da mesma forma, aparecem os produtos exportados pelo Porto de Aracati no mesmo período; entre as mercadorias estavam o couro salgado, algodão e sementes.

Quadro 11– Mappa do calor das mercadorias estrangeiras importadas por cabotagem com carta guia nos anos financeiros de 1845 a 1855

Artigo	1845-1846	1846 - 1847	1847 - 1848	1848 -1849	1849 -1850	1850 - 1851	1851 - 1852	1852 -1853	1853 - 1854	1854 - 1855
Louças de toda a espécie e vidros	21\$140	211\$380	405\$100	1,122\$200	605\$700	1,735\$203	2,268\$700	1,282\$460	795\$800	2,591\$650
Móvel, e outros móveis	13\$000	27\$000	54\$000			77\$800		212\$800	62\$800	193\$000

Fonte: Brasil, 1997 (Adaptado pela autora)

Quadro 12– Mappa do calor das mercadorias estrangeiras importadas por cabotagem com carta guia nos anos financeiros de 1855 a 1862

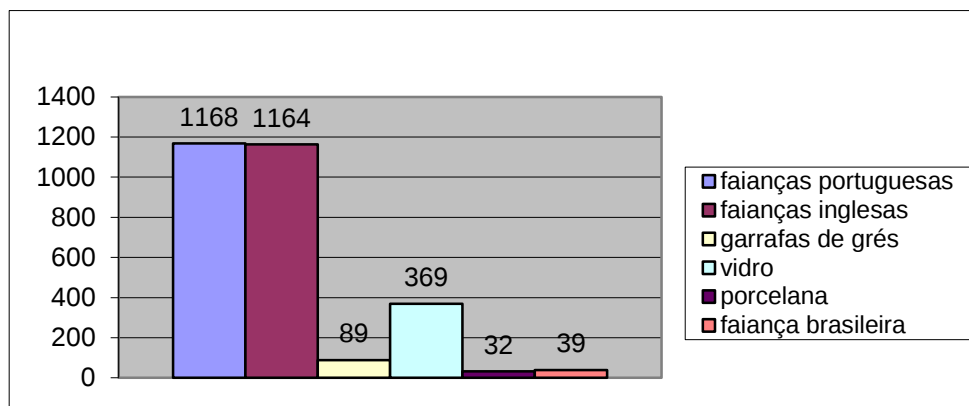
Nº	Artigo	1855-1856	1856 - 1857	1857 - 1858	1858 -1859	1859 -1860	Medio dos 5 annos	1860- 1861	1861 -1861	Medio do biennio
46	Louças e vidros	5,568\$239	7,430\$845	12,237\$485	8,018\$923	13,477\$923	9,716\$562	14,847\$300	5,410\$400	10,128\$850
52	Móvel	104\$000	132\$600		783\$000	487\$500	301\$420	1,618\$000	560\$000	1,089\$000

Fonte: Brasil, 1997 (Adaptado pela autora)

Na cidade de Aracati, após escavação arqueológica realizada por conta do trabalho realizado pela Cagece de instalação do sistema de esgoto sanitário, entre os anos de 2007 e

2009, foram encontrados muitos fragmentos de louça, principalmente portuguesa e inglesa, como mostra o gráfico abaixo:

Figura 25 Gráfico ilustrativo dom os tipos cerâmicos coletados em Aracati



Fonte: Relatório Final do IPHAN, 2009, p:48

O gráfico acima ilustra o consumo de louças de origem europeia pela sociedade aracatiense, onde se observa que o consumo de louças estrangeiras é determinante e a pequena porcentagem de louças brasileira corresponde a um período posterior ao proposto para o estudo em questão.

O comércio marítimo realizado entre Europa e Aracati, assim como em outros portos cearenses, é explicado por Thomas Pompeu de Sousa Brasil, que esclarece as diferenças entre os diferentes tipos de transporte de mercadorias. Esse comércio era realizado através da cabotagem ou de forma direta ou indireta com o estrangeiro, como explica Brasil (1997a) em seu *“Ensaio Estatístico da Província do Ceará”*:

“ARTIGO 1º

IMPORTAÇÃO

O commercio faz-se ou directamente com o estrangeiro, ou indirectamente por cabotagem, ou finalmente de mercadorias nacionaes com as praças do Império.

I.

Importação estrangeira directa.

1.

Esta faz-se pela alfândega da capital, por onde se despacham as mercadorias, que importam as casas comerciais da capital, e exportam os gêneros do paiz. Sete são as casas importadoras, sendo apenas uma della's brasileira. (BRASIL 1997a, p: 415)

[...]

II.

Importação estrangeira indirecta, ou por cabotagem

Não só pelo porto da capital, como pelos portos do Aracaty, Granja, Acaracú, e Mundahú, importa-se grande quantidade de mercadorias estrangeiras despachadas em Pernambuco, Rio Grande do Norte e Maranhão, mas cujo movimento não posso apresentar por falta de dados

Os tipos de comércio realizados através dos portos cearenses exemplificados por Brasil, logo acima. O transporte de mercadorias era realizado através dos portos ou por via terrestre. Concordando com Brasil (1997a) no que se refere ao comércio por cabotagem, afirma Marcondes (2012):

“[...] O comércio de cabotagem manteve-se intimamente ligado às trocas de longo curso com o exterior, seja a exportação bem como a importação. Grande parcela dos bens destinados ou procedentes do estrangeiro circulava internamente por via terrestre e principalmente marítima. O desenvolvimento do mercado interno também produziu um incremento das trocas de produtos, compreendendo mercadorias estrangeiras e também nacionais. Deste modo, o comércio marítimo interprovincial abarcou diferentes mercados de bens.” (MARCONDES, 2012, P: 144)

O comércio realizado por cabotagem foi muito comum no Brasil, assim como o comércio direto com países da Europa. No Ceará isso não foi diferente; esse comércio poderia ser direto, indireto ou por cabotagem. Destacamos ainda o comércio entre as províncias e demais rotas comerciais do interior, realizados nos carros de boi, que, segundo Koster (2003, p. 220) ao se referir ao primeiro quartel do século XIX, “[...] consiste em receber uma pequena quantidade de manufaturas europeias; os tecidos de algodão dos quais uma parte é fiado na região, uma pequena porção de louça branca e quantidade considerável de cerâmica escura”. Essa louça era produzida nos distritos onde existia o referido barro; ainda em suas anotações o viajante informa que “[...] esse ramo do comércio desenvolveu-se rapidamente” (2003, p. 220). Esse desenvolvimento se deu principalmente na diversidade dos produtos comercializados nos carros de bois que passaram a ser artigos de luxo e eram oriundos da Europa, como louças, tecidos e outros.

O carro de boi era o principal meio de transporte terrestre, muito utilizado pelos comerciantes para o traslado de suas mercadorias pelas estradas do interior, anteriormente utilizadas para o transporte de gado e carne de charque ou do Ceará, dando origem a muitas povoações que depois se transformaram em cidade, como por exemplo, Aracati. Esse transporte de mercadorias e pessoas era realizado no início do século XIX através das estradas que interligavam as vilas e algumas províncias. Como ilustra a imagem a baixo.

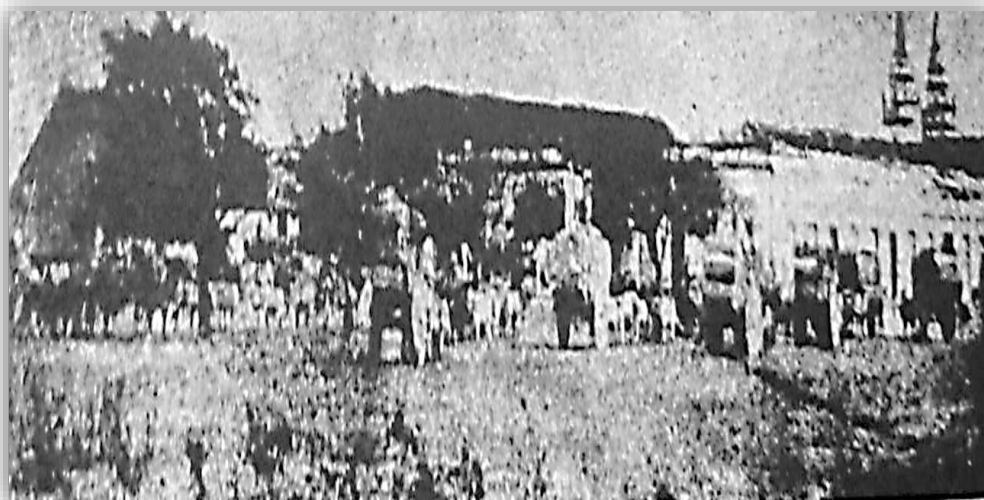
Figura 26- Estação de carros no sertão



Fonte: Aquarela de José dos Reis Carvalho – 1956

Outra imagem relacionada ao transporte de mercadorias realizado pelas casas comerciais, como a J. Klein Figueiredo & Cia, apresentada em seu anúncio no Álbum Terra Cearense, publicado em 1925, representa bem a forma de traslado das mercadorias:

Figura 27– Sistema de transporte de mercadorias com 60 léguas de distância.



Fonte: Álbum “Terra Cearense”, 1925 s/p

A imagem acima ilustra o comércio realizado pelos negociantes de Aracati através da Estrada Geral do Jaguaribe; embora Carvalho tenha pintado o sertão de forma mais geral, pode-se pensar, a partir dessa aquarela, o uso das estradas e como era realizado o comércio por via terrestre. As estradas interligavam o Ceará, e por elas circulavam as boiadas e seus derivados, sendo a primeira resistente a seca ocorrida em 1793, uma das principais fontes econômicas do Ceará passou a ser o algodão, que era transportado nas referidas estradas, assim como outros produtos que abasteciam as vilas cearenses (JUCÁ NETO, 2012)

Nesse contexto de expansão é que a cidade de Aracati se desenvolve. Embora sua importância econômica estivesse ligada à pecuária, com as charqueadas, no século XVIII, é com o algodão e comércio de exportação e importação de mercadorias que a mesma se destaca nos cenários nacional e mundial. Clovis Jucá Neto (2009), em seu artigo “*Primórdios da Rede Urbana Cearense*”, descreve a importância das estradas e dos portos que ligavam as províncias do Ceará, Paraíba, Piauí e Pernambuco e comercializavam a carne seca no século XVIII:

“[...] A Estrada Geral do Jaguaribe¹⁷¹ partia de Aracati, principal porto da Capitania, descia o rio Jaguaribe, passava em Russas e Icó e seguindo o rio Salgado ultrapassava a chapada do Araripe para alcançar os sertões de Pernambuco em direção à Bahia. Foi a mais importante via de circulação do Ceará no século XVIII, por onde eram levadas as mercadorias para o sertão, vindas de Aracati, provenientes das demais capitânicas. Por ela também eram carregados os produtos das salinas cearenses para as regiões do rio São Francisco. Em direção ao Aracati seguia toda a produção do vale do Jaguaribe que ‘consistia quase unicamente em couros salgados e espichados e alguma pellica das que se trabalhavam em todo o sertão cearense’¹⁷² [...] e as boiadas que serviam salgadas nas oficinas de charque no litoral e transportadas em embarcações, a maioria eram sumacas, para Recife, Salvador e Rio de Janeiro. Pelo Rio Jaguaribe, Icó e Aracati – mantiveram um intenso comércio, inicialmente com o gado e posteriormente, no século XIX, com o algodão (JUCÁ NETO, 2009, p: 85)

Dentre as estradas citadas, destaca-se a Estrada Geral do Jaguaribe, que ligava a cidade de Aracati ao Rio Grande do Norte, e perdurou até o século XIX, como afirma Jucá Neto (2009). Por volta de 1817, as estradas cearenses foram desenhadas por Silva Paulet, que mapeou o caminho de cada uma delas: “Por Aracati passava a estrada que vinha de Fortaleza em direção ao Rio Grande do Norte – antiga Estrada Velha – e partia um a segunda em direção ao Icó – antiga Estrada Geral do Jaguaribe –, passando pela vila de Russas, pela povoação de

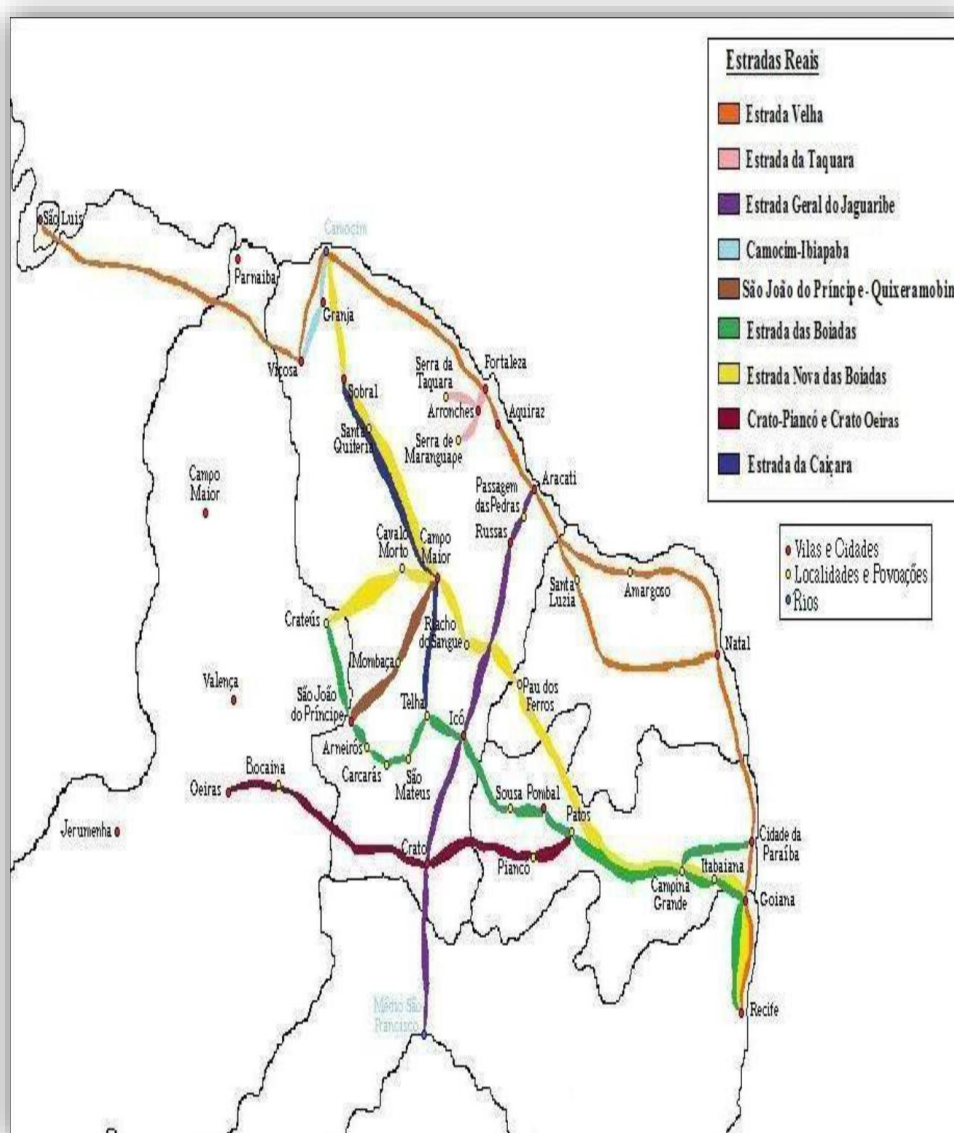
¹⁷¹ Studart Filho, 1937, p: 18 (Apud Jucá Neto, 2009, p: 85)

¹⁷² Idem, p: 29 (Apud Jucá Neto, 2009, p: 85)

São João e de Santa Rosa” (JUCÁ NETO, 2012, p. 269). O mapa abaixo ilustra o percurso e a distância das referidas estradas:

O comércio entre Aracati e Icó era realizado através da antiga Estrada Geral do Jaguaribe onde circulavam milhares de carros de boi transportando mercadorias e pessoas, esta era uma das estradas mais importantes do Ceará e que foi, posteriormente, alvo de disputa pelo lucrativo transporte de mercadorias e gêneros. As principais estradas cearenses aparecem no mapa abaixo:

Figura 28 –Mapa das Estradas cearenses entre os séculos XVIII e XIX



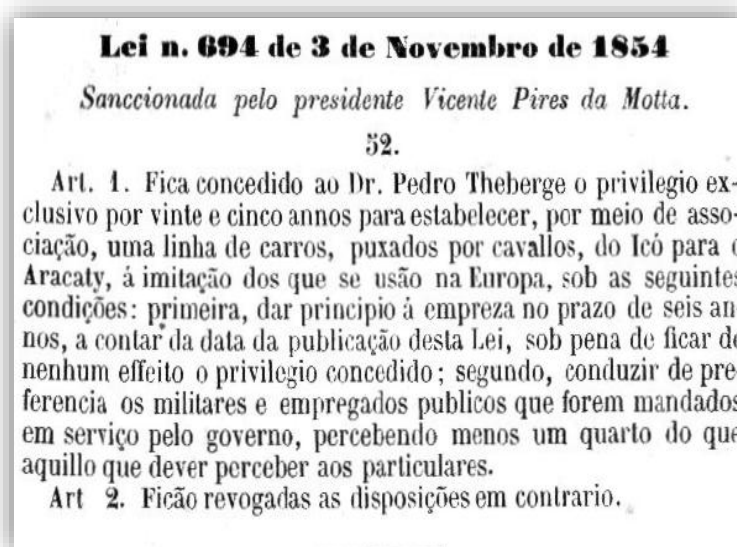
Fonte: Mapa produzido por NOGUEIRA (2010, p. 71)¹⁷³,

¹⁷³O autor produziu o mapa tendo como base as informações contidas no texto: STUART FILHO, Carlos. Vias de comunicação do Ceará Colonial (In) Revista do Instituto Histórico do Ceará TOMO LI Fortaleza, 1937, pp.15-47.

Essa exploração das estradas e do transporte por carros de boi perdurou por todo o século XIX. Administrar ou ter a concessão para realizar o transporte na estrada que liga Aracati a Icó foi por muito tempo alvo de disputa, tamanha sua importância, como noticiavam os jornais que circulavam na província cearense, como O Commercial de 14 de maio de 1857, que apresentava a proposta da Empresa de transporte Agricultura e Commercio Cearenses acerca da concessão por 25 anos do direito de transportar pessoas utilizando a linha Aracati – Icó. Para o francês Dr. Pedro Themberge, do Icó

A reclamação exposta no jornal esmiúça o projeto apresentado pela referida empresa para o uso da linha para transporte de mercadorias e gêneros, porém, o Sr. Themberge o fez sem possuir tal direito. Outra solicitação feita para uso da referida linha foi realizada pela viúva do Sr. Antônio Gurgel e seus filhos, donos de uma casa comercial.

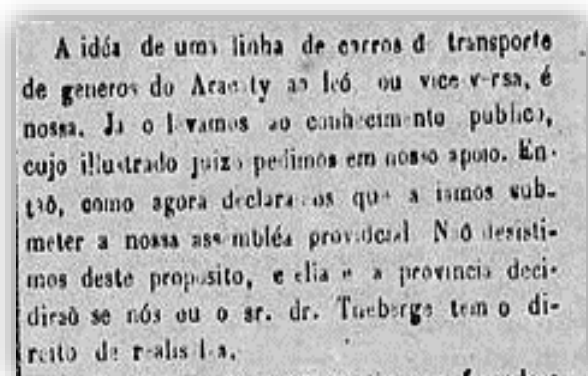
Figura 29 - Lei que autoriza o privilégio de uso da linha Icó – Aracaty



Fonte: Leis Provinciais: Estado e Cidadania (1835-1861) Tomo II –Parte I, 1854, p: 117

A concessão para o uso da linha implicava ainda, segundo o citado anúncio, em investir na compra de carros, puxados a cavalo do Icó a Aracati e vice-versa, imitando os que eram usados na Europa. Esse transporte deveria ser exclusivamente de pessoas, e ainda especificava que estas deveriam ser prioritariamente militares e funcionários públicos a serviço do governo.

Figura 30 – Trecho do Jornal O Cearense



Fonte: Jornal O Commercial, Hemeroteca Digital¹⁷⁴

Esse intenso comércio de importação de produtos europeus contribuiu para a mudança dos hábitos e costumes da sociedade brasileira, como já foi dito anteriormente, que buscava se assemelhar à sociedade europeia do referido período. Essa busca por se aproximar do modelo civilizador europeu pode ser percebida a partir da inserção de mercadorias de origem europeia, como afirma Freyre (2000, p.77): “[...] são esses artigos os que mais rapidamente modificam a cultura – cultura no sociológico – de um povo: talheres, louça, alimentos, móveis, fazendas, roupas feitas, chapéus, calçados, selins, carruagens”.

Isso se deu devido à expansão capitalista iniciada em 1850, consoante Hobsbawm (2012, p. 61): “[...] dificilmente podemos datar a grande expansão antes de 1850”, onde o desenvolvimento econômico possibilitou o que podemos chamar de economia mundo. Como sugere o autor, “[...] o capitalismo tinha agora o mundo inteiro a seu dispor, e a expansão simultânea do comércio e dos investimentos internacionais dá bem a medida do entusiasmo que teve em capturá-lo”¹⁷⁵. Diante disso, os investidores europeus viram no Brasil um atraente mercado consumidor de suas mercadorias, inserindo o Brasil no processo civilizador capitalista.

Esse comércio se intensifica com a Guerra de Secessão nos Estados Unidos, quando o algodão passou a ser exportado diretamente para a Inglaterra através do Porto de Aracati, pois, segundo Leite (1994), o algodão produzido naquele país abastecia as fábricas têxteis inglesas; com a guerra, o mesmo deixa de ser fabricado. Isso impulsionaria a produção algodoeira no Ceará. Foi nesse período que se intensificou a entrada de produtos estrangeiros

¹⁷⁴ <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=404098&PagFis=576&Pesq=carros%20puxados>
Acessado em 02/01/2015

¹⁷⁵ Op. Cit, p. 67.

iniciada no começo do século XIX. O transporte dessas mercadorias era realizado da Europa para Aracati através de navios e carregados; aqui, em carros de boi que faziam a distribuição para as cidades de Russas e Icó. O comércio também era realizado através de casas comerciais membros da elite local.

Segundo Eusébio de Sousa¹⁷⁶, o Porto de Fortinho “[...] abrigava cinco a seis embarcações de nacionalidades estrangeiras e de grande calado, carregando para a Europa” (1979, p. 10). Foi nesse período que se registrou a entrada de produtos estrangeiros, notadamente artigos em louças, vestuário, bebidas, entre outros, que passaram a fazer parte da paisagem local e dos espaços domésticos. Com o declínio das charqueadas, no final do século XVIII, ocorreu uma queda do comércio na região, reestabelecido através da cotonicultura, sendo esta responsável pelo equilíbrio comercial da referida cidade.

Figura 31 - Planta do Aracati desenhada por Silva Paulet, em 1813.



Fonte: Acervo da Mapoteca do Itamaraty/ Ministério das Relações Exteriores, Rio de Janeiro

As relações comerciais entre Aracati e a Inglaterra é percebido a partir do Relatório da Alfândega de Aracati referente aos anos financeiros de 1838 a 1840¹⁷⁹. É nesse período que se inicia de forma mais intensa a entrada de produtos estrangeiros, como louças,

¹⁷⁶ SOUSA, Eusébio de. Duas palavras sobre “Terra Aracatiense”. IN: LIMA, Abelardo Costa. (1979) *Terra Aracatiense*. Coleção Biblioteca de História do Ceará. 2ª edição.

¹⁷⁹ Os Relatórios da Alfândega se referiam sempre a dois anos financeiros.

móveis, artigos para decoração, entre outros. Mesmo com a diminuição da venda de couro e carne seca em Aracati, ocorrida no início do século XIX, o produto continuou a ser comercializado.

Com o crescimento da produção algodoeira entre os anos de 1835 a 1853, as mercadorias¹⁸⁰ continuavam a ser embarcadas e desembarcadas pelo Porto de Aracati. Nesse período, já possuía uma Repartição de Alfândega e uma Mesa de Rendas, criada para melhorar a organização do escoamento das mercadorias que chegavam na cidade. No ano de 1853, o Porto de Mucuripe, em Fortaleza, começa a competir com o de Aracati.

Acerca da extinção da Alfândega de Aracati, que ocorreu em 1851, foi publicada uma nota dos negociantes locais no jornal “O Cearense” que salientava sua importância:

COMMONICADO

Alfandega do Aracaty.

Depois que aprontamos o nosso artigo a cerca d’Alfandega desta cidade vimos a lei de 20 de outubro de 1838 a qual no art. 12 manda abolir o art. 78 do regulamento de 30 e não de 36, mas estamos convencidos, que o exm. Sr. Ministro da Fazenda atendendo, que o porto de Aracaty não é pouso frequentado pelo commercio de cabotagem, não ha de pressistir que a fazenda sem necessidade algumas perca 6 e 8. 000U rs. que anualmente produz o direito de 1 e meio por cento das mercadorias estrangeiras transportadas por cabotagem.

Nós nenhum interesse temos nisto, somente falamos em benefício da Fazenda, nem mesmo se nos pode atribuir o desejo do commercio, pois que este ninguem o tira, e o disposto na lei de 20 de outubro é so em proveito do negociante. O nosso interesse a respeito d’Alfandega é pois que alçamos o aumento e engrandecimento deste lugar, que agora mais do que nunca se proporcione meios disto, não só pela continuação das casas de Pacheco e Theophilo, como pela a casa do sr. Raimundo de Carvalho correspondente da casa DeaueYoule & Companhia de Pernambuco q’ pretendia se tornar forte não só no commercio de importação indirecta, como directa, e a supressão d’ Alfandega foi um terrível garrote que soffreraõ todos os negociantes; porem ainda esperamos que s.ex., a maneira porque antigamente era a mesa de rendas desta cidade, mande estabelecer não só o direito de 1 e meio por cento, como o de exportação directa&.

Fazendo estas reflexões retiramos o que dicemos a cerca da interpretação dada Thesouraria do Ceará.

O Aracatiense

Dr. Liberato de Castro Carreira.

(Fonte: Jornal O Cearense, Anno VI, sexta-feira 30 de janeiro de 1852, nº 449, p: 3 e 4)

¹⁸⁰ Segundo Appadurai (2008, p. 15), “as mercadorias são objetos de valor econômico [...], e este valor jamais é uma propriedade inerente aos objetos, mas um julgado que sujeitos fazem sobre eles”.

No Brasil, devido ao aumento dessa circulação de mercadorias europeias, foi necessária uma mudança na legislação brasileira, a exemplo de outros países voltados para os interesses dos comerciantes, e, ainda, a regulamentação da profissão de negociante.

Com o crescimento da produção e a expansão do consumo ocorre uma intensa cobrança, por parte principais comerciantes brasileiros, por leis que atendessem às necessidades dos mesmos. Estes reportaram-se às leis referentes ao comércio criadas na Inglaterra e França, que possibilitaram o desenvolvimento econômico dos referidos países. De acordo com Saba (2010), em 1834 foi elaborado o projeto de um Código Comercial, que tinha como objetivo, segundo o autor, “[...] regulamentar a profissão de comerciante, estabelecendo regras e obrigações daqueles que quisessem obter licença para negociar” (p. 79). O referido Código só foi aprovado em 1853, depois de muitas discussões entre o governo e os comerciantes. O mesmo afirma que

“[...] Durante a década de 1840 os negociantes do Império adotaram competentemente uma estratégia que fazia sua voz ser escutada com nitidez no seio da representação nacional: o exercício do direito de petição. Com amplo acesso ao centro do poder, os representantes das principais praças de comércio do Império tiveram papel fundamental na aprovação dessa lei afetava diretamente.” (SABA, 2010, p: 80)

O direito de petição permitia que os comerciantes ou qualquer pessoa produzissem um documento, a petição, onde podiam fazer suas solicitações. Sendo assim, as províncias da Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro elaboraram uma petição expondo a importância da criação da referida lei e aprovação da mesma para a economia brasileira. Os comerciantes aracatienses também se mostraram interessados na criação e regulamentação da lei em questão.

Com a criação e aprovação desta, os comerciantes estariam resguardados e impediria que qualquer um negociasse mercadorias estrangeiras e nacionais; propunham também a criação de um Tribunal Comercial capaz de julgar e resolver quaisquer questões referentes ao comércio e comerciantes. A presente exposição se faz necessária para que se possa entender como funcionava o comércio do século XIX, principalmente da segunda metade. De acordo com Nobre (1989), a instalação da Junta Comercial da Praça da Cidade de Fortaleza ocorre em 9 de maio de 1877. Antes disso, afirma o autor,

“[...] em virtude do Aviso do Ministério da Justiça do Império, de 16 de dezembro do ano anterior, porque, até então, os comerciantes cearenses eram obrigados a fazer matrícula, na forma determinada pelo Código Comercial Brasileiro de 1850, na Capital de Pernambuco, onde funcionava um Tribunal do comércio, desse ano ao de

1875, quando da jurisdição especial passou para os Juízes das Relações” (NOBRE, 1989, p: 140),

Outro ponto importante para o comércio no Ceará foi a criação da Associação Comercial do Ceará, em 1866, de fundamental importância para desenvolvimento comercial cearense, anteriormente voltado apenas para a exportação e importação de produtos. Esta buscava ampliar-se para o comércio em geral e foi criada devido ao intenso comércio com a Europa, a partir do aumento da quantidade de casas comerciais e da importação de mercadorias europeias para o consumo das elites locais.

3.2.1. Aracati e seu comércio

O oitocentos, de acordo com MacCraken (2003), foi o século onde se concretizou a chamada “Revolução do Consumo”, tratada no capítulo anterior, no qual busca pelo bem-estar material foi proporcionado pelo consumo de artigos de luxo, sendo responsável pelo aumento e pela diferenciação dos mesmos, possibilitando, assim, mudanças na sociedade que os produzia e os consumia.

“[...] Cada século tem uma feição que o caracteriza: o industrialismo, o bem estar material é a feição do presente século”. (Jornal O Commercial, sábado 15 de maio de 1845, Ano II, n. 68, p: 2)

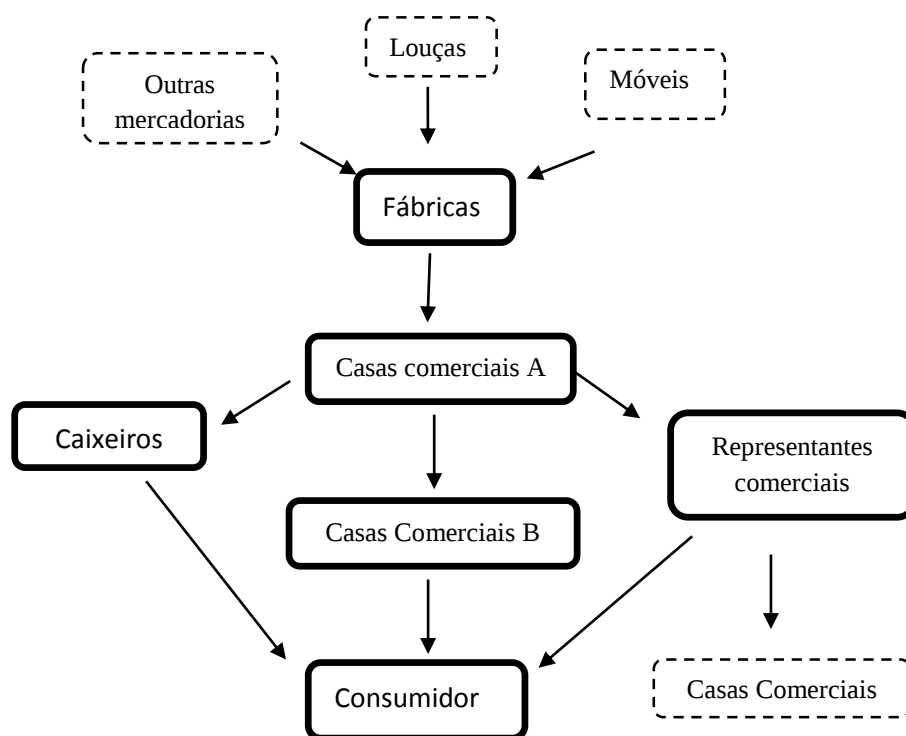
Diante disso, a citação acima do jornal O Commercial explicita o pensamento de muitos comerciantes cearenses do final da primeira metade do oitocentos, período que inicia a busca e o consumo de artigos de luxo, mercadorias que ficavam restritas a um restrito grupo que os podia comprar. Esse cenário de mudanças estava relacionado à expansão capitalista e ao processo civilizador pelo mundo.

Algumas medidas foram tomadas para desenvolver o comércio cearense, como foi observado no tópico anterior. Observa-se a formação de uma rede comercial formada a partir da importação e exportação de produtos. Destaca-se aqui o comércio de artigos de luxo, como as louças, vestuário e outros, para melhor ilustrar a referida rede. Isso permite entender como se construíam as relações de sociais, políticas e econômicas entre os membros que compunham a elite aracatiense, que se dividia em algumas elites, cada uma com suas características e forma de inserção no grupo social em questão.

Ressalta-se que essa rede não é fixa, tampouco fica restrita apenas a uma área, como, por exemplo, Aracati. É uma rede de proporções globais, em que a fábrica se encontra

na Europa, que repassa aos seus intermediários, que podem ser os próprios donos de casas comerciais; estes, por seu turno, repassam para seus representantes, que saem em busca de distribuí-las em casas comerciais de menor expressão ou ao consumidor direto, ou, ainda, a caixeiros, que percorrem as cidades apresentando as últimas novidades através das amostras das mercadorias ou através dos catálogos e, com isso, realizar os pedidos

Gráfico 4 - Ilustrativo referente a rede de comercialização das mercadorias europeias



Fonte: Elaborada pela autora baseada nas leituras e fontes cartoriais

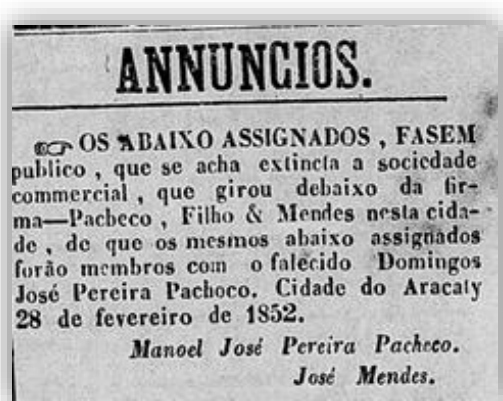
O gráfico acima ilustra a rede formada, a partir das relações comerciais formadas, sendo estas políticas, econômicas, sociais e culturais. Tais relações podem ser observadas através de representantes destas elites. Ilustraremos isso a partir das famílias de maior destaque na referida cidade, a saber: Pacheco e Caminha. Embora existam outras de igual ou até mesmo maior expressão, as elegemos por darem conta da proposta deste capítulo.

Dentre as famílias de comerciantes, destaca-se a Pacheco, tendo como patriarca Domingos José Pereira Pacheco, nascido em Santa Martha, Portugal. Este chegou a Aracati em 1822, onde se estabeleceu como negociante. Era casado com Rosa Cândida Pacheco e teve treze filhos. De acordo com Studart (2012), a referida família mantinha relações de parentesco por meio de casamentos com as famílias Mendes, Rocha, Smith de Vasconcelos, Antunes e

Barroso. Tais laços se estendiam às relações sociais, como é o caso das famílias Pacheco e Mendes.

O fruto dessa proximidade foi a fundação da Casa Comercial Pacheco, Filho & Mendes, criada em 1850, de acordo com Studart (2012) em seu Dicionário Biobibliográfico Cearense, cujos proprietários eram: Domingos José Pereira Pacheco, Manuel José Pereira Pacheco e José Mendes de Cruz Guimarães, respectivamente, pai, filho e genro. Mantiveram filiais em Fortaleza e Rio Grande do Norte. O Sr. Domingos José Pereira Pacheco teria se associado à Casa Comercial com 906 contos em outubro de 1850. A citada casa comercial foi criada no mesmo ano em que Domingos José Pereira Pacheco faleceu, mas os dois sócios restantes continuaram com ela até 1852, conforme nota no jornal Pedro II

Figura 32 – Anúncio sobre a extinção da sociedade da Firma Pacheco, Filho & Mendes - 1852



ANNUNCIOS.

OS ABAIXO ASSIGNADOS, FASEM publico, que se acha extinta a sociedade comerca, que girou debaixo da firma – Pacheco, Filho & Mendes nesta cidade, de que os mesmos abaixo assignados forao membros com o falecido Domingos José Pereira Pacheco. Cidade do Aracaty 28 de fevereiro de 1852

Manoel José Pereira Pacheco
José Mendes

Fonte: Jornal Pedro II, 10 de março de 1852, nº 1105, Anno XII, p: 4

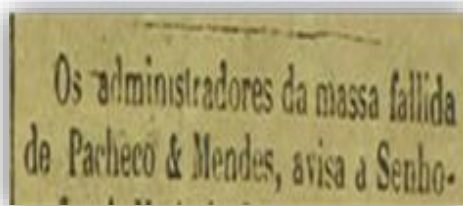
A referida casa passou a chamar-se Pacheco & Mendes, tendo funcionado até 1864; era uma das casas mais importantes de Aracaty e negociava diretamente com a Inglaterra. As letras eram correspondentes Domingos José Pereira Pacheco, que pertencia à extinta Firma Pacheco, Mendes & Filhos, tendo sido estas deixadas para seus herdeiros. É importante ressaltar que os sócios não exerciam apenas uma função, ou seja, de comerciantes. O Sr. Manuel José Pereira Pacheco foi em 1853 nomeado Commandante da Guarda Nacional, pois para ocupar o cargo era preciso ter posses. No mesmo ano, seu cunhado, o Sr. José Mendes de Cruz Guimarães, foi nomeado Chefe do Estado Maior, conforme o jornal O Cearense de 2 de setembro de 1853, nº 659, Anno VII, p. 4.

A firma Pacheco & Mendes teve sua massa falida em 1864, embora não esteja claro os motivos para tanto, alguns indícios, como a notas em jornais falando da importância

da firma em questão e ainda o fluxo de produtos importados e exportados pela referida casa nos permite supor que Manuel José Pereira Pacheco poderia estar adoentado ou ter morrido, por isso a falência.

No mesmo jornal circulou uma nota para um leilão que seria realizado com o objetivo de pagar seus credores. A imagem abaixo se refere a uma nota do jornal “*O Aracaty*” e foi publicada em 1864, onde aparece a expressão “massa falida”.

Figura 33 - Nota acerca da massa falida Pacheco & Mendes



Fonte; Jornal O Aracaty, nº 218, Anno IV, 19 de novembro de 1864, p: 4

O segundo exemplo corresponde à família Caminha: Alexandre Ferreira dos Santos Caminha e Silvestre e Silvestre Ferreira dos Santos. Sua casa comercial “Caminha & Irmão” ficava localizada na Rua Grande ou do Comércio, nº 1120. Além desta, ele possuía outros escritórios e armazéns localizados na cidade de Aracati. Segundo Lima (1979, p. 75), “As atividades desta firma, que como organização comercial é uma das mais inteligentes, sólidas e acreditadas no comércio do Aracati, são quase que exclusivamente dedicadas à exportação de cera de carnaúba, algodão, chapéus, bolsas, esteiras e vassouras de carnaúba”. Além das exportações, estes também importavam mercadorias de origem europeia, como informam notas nos jornais, assim como adquiriram produtos de outras casas comerciais.

A concorrência política é observada por Freire Alemão: “[...] O chefe atual é também o chefe do Partido Conservador ou Caranguejo, como aqui dizem, e tem por oposição a Casa dos Pacheco, que estão à frente do Partido Liberal ou Chimango”. O autor observa que, após ter visitado a casa dos Pacheco, fora quase que imediatamente convidado para visitar a casa dos Caminha. O mesmo ainda percebe uma antiga “divisa das duas famílias”. Essa rivalidade é percebida não apenas no campo político, mas comercialmente, pois os Caminha também eram donos de uma casa comercial que já foi chamada de ‘Caminha & Cia’, ‘Caminha & Irmãos’ e ‘Caminha & Filhos’, tendo seu irmão como sócio.

Outra família importante era a Costa Lima, donos da Casa Comercial “Costa Lima & Irmão”, fundada em 1875 pelo Coronel Alexandrino Ferreira da Costa Lima, sendo também chefe do Partido Republicano, deputado estadual e vice-governador do estado. Tinha como

sócio seu irmão, o Coronel Pompeo Ferreira da Costa Lima, que mudou sua denominação em 1909, com a morte de Alexandrino, e tornando-se sócio. Em anúncio no Álbum Terra Cearense observa-se a importância da referida casa.

Figura 34- Sede da Casa Comercial Costa Lima e Myrtil, antes Costa Lima & Irmão



Fonte: Álbum “Terra Cearense”, 1925 s/p

A Firma Costa Lima & Irmão trabalha com importação e exportação,

“[...] era um empório onde se encontravam importados do fino vinho porto aos tecidos, ferragens e porcelanas. Vendiam produtos nacionais, como fumo, tecidos e muitos outros artigos de primeira necessidade, bem como tinham representações de expressivas firmas nacionais e estrangeiras e também de grandes companhias de seguro, dentre outros, Exportavam⁶⁵, Exportavam algodão, couros, peles, cera de carnaúba, oiticica”(FERNANDES 2006, p: 97)

Outra firma de grande importância para o comércio em questão foi a Klein & Figueiredo, foi fundada entre 1875 e 1880 pelos sócios Jackes Klein e Antônio Roiz da Silva Figueiredo. Segundo Silva (2011, p. 26), “[...] uma importantíssima casa de importadores e exportadores”. Tornam-se sócios da referida firma os Senhores Major Bruno de Figueiredo e Alberto Jacques Klein. A imagem abaixo representa o cotidiano da referida firma e foi publicada no Álbum Terra Cearense de 1925.

Figura 35 - Escritório da Firma Klein & Figueiredo



Fonte: Álbum “Terra Cearense, 1925

A imagem acima ilustra o interior de uma casa comercial que, além de atuar nas atividades de importação e exportação de mercadorias, possuíam armazém, usina de beneficiamento do algodão, entre outros. As casas comerciais de grande, médio e pequeno porte estabeleciam relações comerciais muito estreitas, como veremos no tópico seguinte.

De acordo com Takeya (1996), os comerciantes podem ser divididos em: os de grande importância, os importantes e os sem importância. Destacamos aqui os principais negociantes da cidade de Aracati que, no ano de 1873, em listagem fornecida pelo Jornal O Cearense, eram 77. Abaixo seguem os nomes de 39 comerciantes, todos estes com participação ativa no campo da política e economia local e expressavam sua satisfação ou insatisfação com o governo através de notas nos jornais.

Quadro 13 - Lista de alguns dos comerciantes mais atantes de Aracati

Nº	Comerciante ou Firma
1.	Affonso Luiz Pereira da Silva
2.	Antônio Gurgel Amaral Valente
3.	<u>Antônio de Castro Barbosa</u>
4.	<u>Antônio Francisco Pinheiro</u>
5.	Antonio Joaquim Seve
6.	<u>Antônio José Seve</u>
7.	Antonio Pereira da Graça (Barão de Aracati)
8.	<u>Antônio Ribeiro Mendes</u>
9.	Armiro Candido Ramos
10.	Camillo Rodrigues da Silva Figueiredo
11.	<u>Brunnschweiler & C.^a, G.J. Brunnschweiler & C.^a</u>
12.	Burnschiveiberg
13.	<u>Clemente AstudilloBusson</u>
14.	Costa Lima & Mirtil (Alexandre Ferreira da Costa Lima e Pompeu Ferreira da Costa Lima)
15.	Cunha & Irmãos
16.	Eduardo Gonçalves Valente
17.	Francisco do Carmo Ferreira Chaves
18.	Francisco do Carmo Pinto Pereira
19.	Francisco e Paula Chaves
20.	Francisco Pereira da Costa Queiroz
21.	<u>Gradwohl Frères</u>
22.	<u>Gurgel & C.^a</u>
23.	<u>Habisreutinger & C.^a</u>
24.	<u>Habsrentinger & C.^a</u>
25.	<u>Joacy José de Lima</u>
26.	<u>João do Carmo Chaves</u>
27.	João Evangelista Correia
28.	João Luiz Tavares da Silva
29.	João Monteiro da Silva Zinha
30.	<u>Joaquim da Costa Lobo</u>
31.	José Correia & Filhos
32.	José da Silva Porto
33.	José Teixeira Castro
34.	Laurindo Perciliano de Carvalho Gama
35.	Melquiades da Costa Barros
36.	N. Levy (<u>Levy Frères</u>)
37.	Silvestre Ferreira Caminha
38.	Themistocles Joaquim da Silva
3	^a <u>Weil & C.</u>

Fonte: Listagem adaptada a partir de informações coletadas no Jornal O cearense nº 0037 – Anno XVII - 11 de maio de 1873 p: 3 e 4 e da documentação as Casas Boris Frères - Arquivo Intermediário do Estado do Ceará¹⁸²

Os comerciantes listados acima ocupavam cargos públicos, além da atividade comercial, e atuavam ativamente nos assuntos referentes ao comércio local. Eram donos ou representantes de casas comerciais e estavam envolvidos com a importação e/ou exportação de mercadorias, como veremos a seguir.

¹⁸² Os comerciantes grifados tinham negócios com a Casa Comercial Boris Frères, de acordo com a documentação analisada no Arquivo Público Intermediário do Ceará.

3.3. Diversas formas e formatos: o consumo de mercadorias de uso doméstico pela elite aracatiense

[...] o caráter da circulação das mercadorias, antes realizada com a finalidade de se obter valores de uso, e a partir da emergência de um segmento social — os comerciantes — cuja ocupação específica é a realização desta circulação, passa a se dar com finalidade de se obter capital. (SPOSITO, 1997, p: 42)

A circulação de mercadorias na cidade de Aracati, como já foi descrito anteriormente, tinha um papel vital, não apenas pela comercialização de mercadorias, mas pelas relações que ali se estabeleciam, interligadas pelo parentesco ou por relações comerciais e políticas, como foi observado no tópico anterior. Essa circulação de produtos, sendo eles importados ou a exportar, realizada pelo comerciante, como afirma Sposito (1997), tinha a função de fazer com estas mercadorias circulassem, através da exportação e importação.

A venda ou aquisição destas estabelecem uma forma de se distinguir dos demais grupos e isso se deve às mudanças ocorridas na Europa após as revoluções Industrial e do Consumo, quando se intensifica a circulação de mercadorias industrializadas, impulsionando a expansão do capitalismo pelo mundo, principalmente após a segunda metade do século XIX. Essas transformações aqui apresentadas também chegam ao valor dos objetos, como afirma Sposito (1997) na citação acima, que nos faz pensar que a expansão capitalista pelo mundo se acentua. Appadurai (2008, p. 15) define o conceito de mercadoria como “objetos de valor econômico”, fazendo isso de “modo provisório”, sendo melhor definido ao longo do livro. Esse valor econômico que atribuído a mercadoria é explicado por Georg Simmel (1978, p. 63)¹⁸³ ao afirmar que “[...] o valor jamais é uma propriedade inerente aos objetos, mas o julgamento que os sujeitos fazem sobre eles”, e este continua a afirmar que

[...] os objetos não são difíceis de se adquirir porque são valiosos, “mas chamamos de valiosos aqueles objetos que opõem resistência ao nosso desejo de possuí-los” [...] objetos econômicos existe no espaço do desejo puro da fruição imediata, com alguma distância entre eles e a pessoa que os deseja. Tal distância pode ser ultrapassada, o que ocorre e por meio da troca econômica, na qual se determina reciprocamente o valor dos objetos (SIMMEL, 1978, p:67; Apud: APPADURAI, 2008, p: 15)

Essa mudança no consumo e busca por uma distinção cada vez acentuada podem ser observadas nas grandes cidades ou até mesmo em cidades de menor porte, mas que estão inseridas nessa rede. A cidade de Aracati, embora não seja uma cidade grande, tem uma rede

¹⁸³ Ver o texto original SIMMEL, G.. *A Filosofia do dinheiro*, 1978, p.63.

de comércio muito bem estruturada; isso se percebe por suas relações comerciais e sociais com as demais províncias e como outros países, como a Inglaterra. Dessa forma, observa-se uma necessidade destas elites em se diferenciar dos demais grupos e das demais elites.

Observa-se que há uma proximidade entre a elite comerciante e a elite política, que por vezes se misturam, como é o caso de Jose Mendes da Cruz Guimarães, Silvestre Ferreira dos Santos, entre outros. Essa proximidade os torna membros dos dois grupos, como os exemplos já citados anteriormente. Isso ocorre devido à importância da família, como afirma Costa (2011, p. 113): “[...] observa-se que a maioria dos comerciantes pertenciam às principais famílias da cidade, com uma tradição já reconhecida”. A autora está se referindo à elite sobralense, mas pode-se aplicar a elite aracatiense também. Elza Marinho Lustosa da Costa afirma que “A maioria das casas comerciais levava o nome dos seus proprietários, o que representava uma carta de apresentação e a promessa de boas vendas” (2011, p. 117). No caso de Aracati, o que se percebe é que quase todas as casas comerciais levavam os nomes dos proprietários; eram poucas as que não traziam o nome do comerciante ou dos comerciantes.

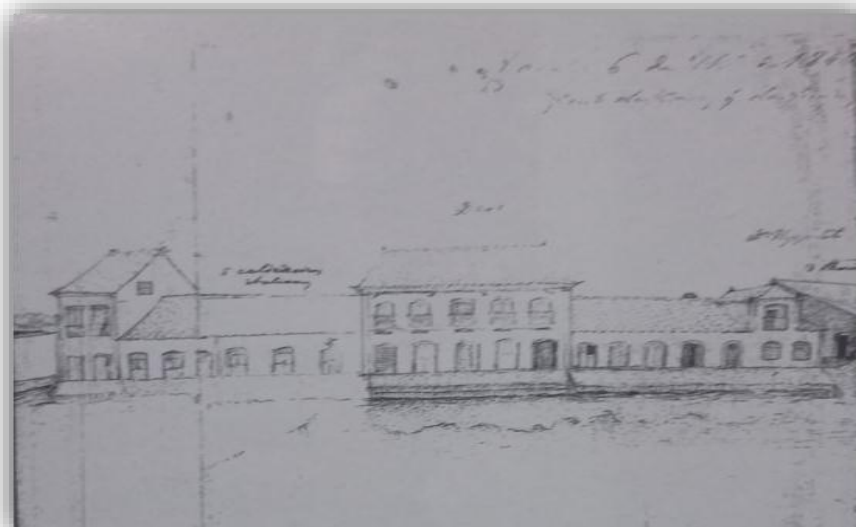
O caráter distintivo desses grupos é explicado por Costa (2011, p. 11):

[...] para os comerciantes que figuravam entre os mais abastados de Sobral e da região que a cidade dominava, a venda de produtos de luxo constituía uma promoção, uma forma de afirmação para a uma categoria que já era detentora do capital financeiro e queria, assim, marcar sua participação na elite de uma maneira simbólica. A venda de artigos de luxo podia ser uma delas.

Essa distinção é fornecida pelos artigos de luxo importados da Europa, como as louças, mobília, vestimentas, entre outros, ou até mesmo na aquisição ou venda de mercadorias ou tipos de mercadorias mais atuais, na moda. A essas mercadorias são atribuídos um caráter simbólico que as diferenciava das demais, onde um simples prato deixa de o ser para ser um porto de origem inglesa.

A riqueza de Aracati pode ser observada nos objetos consumidos, assim como nas fachadas de suas casas e no grande número de sobrados na cidade. Estes elementos a diferenciavam das demais cidades cearenses, que possuíam, na maior parte das vezes, casas planas. Poucas eram as que possuíam sobrados, ainda mais com fachadas azulejadas, como ilustra o desenho de Freyre Alemão em 1850.

Figura 36 – Fachadas da cidade de Aracati – 1850



Fonte - JUCÁ NETO, 2012 , p: 368¹⁸⁵

Outro caráter importante na cidade eram os comerciantes locais, que, em sua maioria, elegeram uma rua como a representante do comércio. Embora existissem casas comerciais e outros estabelecimentos em outros pontos da cidade, observa-se que estes se estabeleceram na chamada Rua Grande ou Rua do Comércio, onde no andar superior ficava, muitas vezes, sua residência e no andar inferior sua loja, casa comercial, firma ou ‘armazém’. Não era uma regra, residir e trabalhar no mesmo prédio. Alguns comerciantes chegavam a alugar armazéns nas proximidades do porto e ter seu escritório na Rua Grande.

Figura 37– Sobrado onde se localizava a Casa Comercial Goyanna e Prédio da firma J. Klein



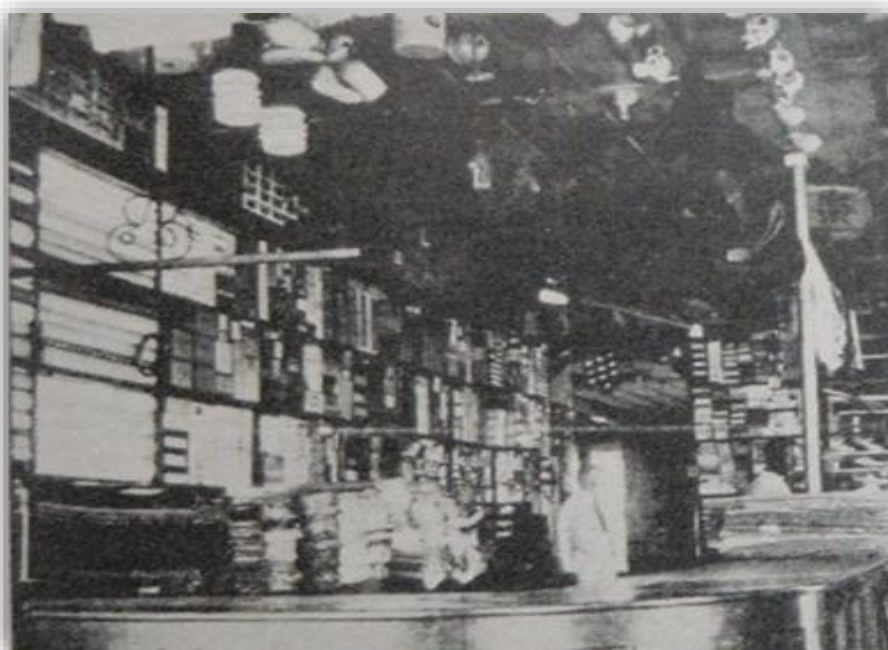
Fonte: Álbum “Terra Cearense”, 1925 s/p

¹⁸⁵ Manuscrito de Freire Alemão, Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. I- 25, 11, 19.

A diversidade de negócios e edificações que os comerciantes ricos da cidade variavam de casas comerciais com produtos específicos ou diversificados, escritórios, atividades de exportação e importação de mercadorias nacionais e estrangeiras, armazéns, galpões, embarcações, dentre outros. Estes mostravam suas mercadorias distribuídas no interior do estabelecimento ou eram colocadas de forma a chamar a atenção. Além de exibir produtos e ofertas, elas refletiam o tempo e a sociedade da época. Aglutinava-se nelas um conjunto de representações próprias do mercado e outro específico do universo cultural em que se inseriam.

Um exemplo da forma como eram expostas as mercadorias, pode ser observada na imagem abaixo da Casa Comercial Goyanna, cujo proprietário era Alfredo C. Goyanna, esta foi fundada em 1899, mas representa bem o interior e frente das casas comerciais da segunda metade do século XIX.

Figura 38 - Frente e interior da Casa Goyanna



Fonte: Álbum Terra Cearense, 1925, s/p

As imagens acima ilustram como algumas casas comerciais expunham suas mercadorias, e ainda, a diversidade de produtos e consumidores. Os artigos expostos variam entre tecidos, louças de menor valor, dentre outros. A exposição de tais mercadorias nos permite supor que as louças de maior valor poderiam estar guardadas nos balcões, atrás de uma vitrine de vidros. Nesse caso, o balcão poderia ser um expositor, onde ficariam guardadas as mercadorias; dessa forma, o consumidor poderia observar os artigos mais finos, como a

louça. Não era um padrão a ser seguido, pois existiam casa comerciais especializadas em determinados tipos de mercadorias, como vestuário, utensílios domésticos etc. A aquisição desses produtos e a sua distribuição eram feitas direta ou indiretamente pelas mesmas.

3.3.1. Louças, vidros e outros. As trocas comerciais se estabelecem

Esse comércio se intensificou com já foi mencionado anteriormente, com a Guerra de Secessão nos Estados Unidos, quando o algodão passou a ser exportado diretamente para a Inglaterra através do Porto de Aracati.

O fluxo das relações comerciais entre Aracati e a Inglaterra é percebido a partir da instalação de sua Alfandega, em 1838, como demonstra os Relatórios da Alfândega, dos seus primeiros anos, notadamente os referentes aos anos de 1839 e 1840. Neles podemos observar as descrições dos itens comercializados pelo porto em questão, No primeiro mapa os produtos que foram importados da Inglaterra para Aracati, destacando-se as louças e vidros.

Quadro 14 - Mappa de Mercadorias estrangeiras que foram desembarcadas na Alfandega de Aracati - 1839 a 1840.

Mappa das mercadorias estrangeiras despachadas para o consumo na Alfandega do Aracaty, durante o anno financeiro de 1839 a 1840		
	Total	Grã- Bretanha
Cerveja	168\$000	168\$000
Chumbo em pasta	210\$000	210\$000
Manufatura d' Algodão	21:088\$426	21:088\$426
“ d' lam	1:154\$432	1:154\$432
“ d' linho	443\$080	443\$080
“ d' Seda	233\$600	233\$600
Oleo de linhaça.....	51\$500	51\$500
Polvora	468\$450	468\$450
Sabão	642\$000	642\$000
Vidros, e Louça¹⁸⁶	335\$530	335\$530
	24:828\$418	24:828\$418
O Escrivão José de Castro Silva Junior		

Fonte: APEC

Na tabela acima, na descrição dos itens importados aparecem vidros e louças. Estes eram importados da Grã-Bretanha e chegavam ao Ceará pelo porto de Aracati, como já foi dito anteriormente. Outros itens tinham o mesmo destino e puderam ser avaliados Pauta

¹⁸⁶ Grifo nosso

de Avaliação, elaborada no século XIX. Dentre os itens avaliados estavam o a cerveja, e o seu preço estava diretamente relacionado com o tipo e tamanho do recipiente e sua origem. Por exemplo, poderia ser engarrafada (garrafa ou dúzia) em pipa¹⁸⁷, barrica¹⁸⁸, quartóla¹⁸⁹ ou barril¹⁹⁰ e medida¹⁹¹. Quanto ao chumbo em pasta, este não foi identificado na Pauta de Avaliação para que fosse possível uma comparação; o óleo de linhaça pesada valia 400 libras¹⁹²; a pólvora vendida em quintal¹⁹³ custava 40\$000; sabão, louças, e vidros se apresentam discriminados, e não de forma generalizada. Da mesma forma, aparecem os produtos exportados, como o couro salgado, algodão e sementes.

Quadro 15 - Mapa de Mercadorias nacionais que foram embarcadas na Alfandega de Aracati - 1839 a 1840.

Mappa dos gêneros de produção Nacional exportados para Países Estrangeiros, no anno financeiro de 1839, a 1840			
Gêneros	Quantidades	Total	Grã Bretanha
Algodão.....	Sacas 4:502 com 7:837 a 12 [...]	43:645\$778	43:645\$778
Carnes Salgadas.....	3:400	8:924\$000	8:924\$000
Sementes.....	4	4\$000	4\$000
Sisalha de cobre arrematada a Fazenda Publica	62:640	\$	\$
		58:543\$778	58:543\$778
O Escrivão José de Castro Silva Junior			

Fonte: APEC

É nesse período que se intensifica a entrada de mercadorias estrangeiras, iniciada por volta de 1808, e que se intensificou a partir da segunda metade do oitocentos. Com a intensificação das citadas mercadorias, se fazia necessário criar mecanismos para trazer mais mercadorias, dessa forma as casas comerciais tinham três formas de abastecer seus estabelecimentos, o primeiro seria comprar sua própria embarcação e, assim, transportar importar e exportar produtos; a segunda seria, juntamente com outras casas comerciais, contratar os serviços de uma empresa de navegação ou consignar uma para realizar o

¹⁸⁷s. f. Vasilha para vinho, vinagre etc.

¹⁸⁸S.f. Vasilha da feição de pipa para gêneros secos.

¹⁸⁹Quartola a. f. metade de uma pipa.

¹⁹⁰s. m.. Vasilha pequena à maneira de pipa.

¹⁹¹Proporção. Meio de avaliar.

¹⁹²Pezo de doze onças entre os Pharmaceuticx.

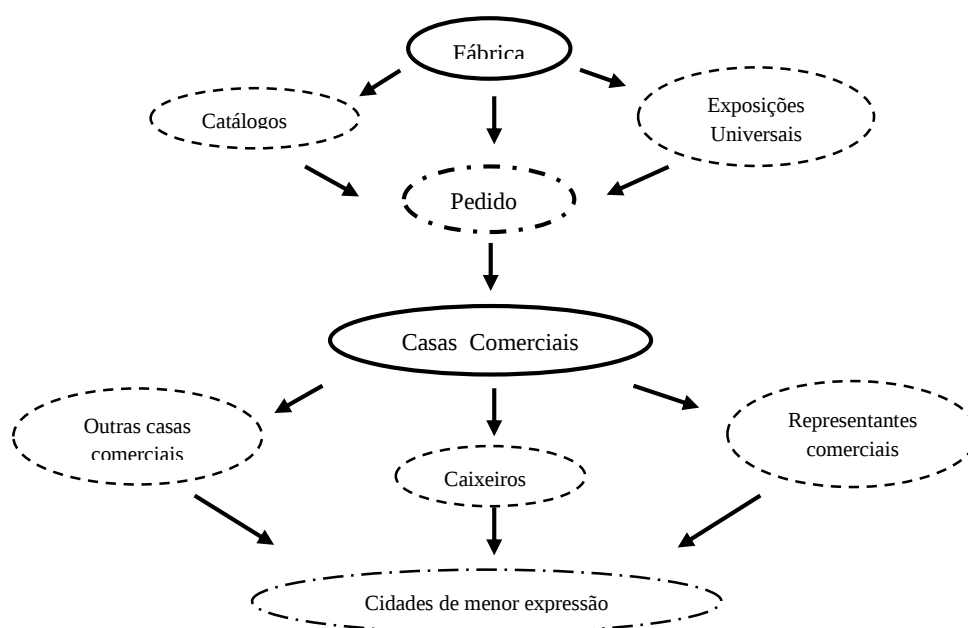
¹⁹³Pezo de quatro arrobas

transporte das mesmas; a terceira e última seria fazer os pedidos a casas comerciais de grande porte para que esta traga seus pedidos. Isso não quer dizer que uma mesma casa comercial não recorresse aos três tipos de deslocamento das mercadorias. Porém, não era garantida a chegada das mesmas intactas, pois corriam o risco de quebrar ou estragar no caminho, ou ainda da embarcação naufragar, como já foi relatado muitas vezes no jornal. Isso causava um grande prejuízo, pois as mercadorias, em sua grande maioria, eram consignadas, ou seja, a casa comercial ou representante comercial recebia a mercadoria pedida, caso vendesse ficaria com uma parte do valor, caso contrário esta devolveria o que não foi vendido.

A condução dessas mercadorias era realizada entre Europa e Aracati através de navios, quando desembarcavam no porto de Aracati, eram levados para galpões ou armazéns para depois serem transportados em carros de boi para distribuição nas cidades de Russas e Icó, entre outras. O comércio também era realizado através das casas comerciais pertencentes a membros da elite local.

A trajetória das mercadorias estrangeiras, que tinham como destino o Ceará, nos anos de 1838 a 1851, incluía os portos de Camocim, Fortaleza, Acaraú e Aracati. A partir de 1852, com a unificação das alfândegas, as mercadorias eram desembarcadas no porto de Fortaleza e dali seguiam seu destino, embora Aracati ainda recebesse mercadorias estrangeiras em seu porto. Para melhor exemplificar a trajetória, a louça servirá de exemplo, conforme gráfico abaixo:

Gráfico 5 - Trajetória das mercadorias europeias, nesse caso a louça até seu consumo em Aracati



Fonte: Adaptado pela autora a partir das informações fornecidas pelo Jornal O Commercio

O gráfico acima ilustra a trajetória das mercadorias europeias; nesse caso, a louça. A trajetória desta inicia-se na fábrica, quando é pensada e produzida; por vezes as fábricas elaboram catálogos com as peças produzidas para que sejam realizados os pedidos, sendo estes solicitados ou encaminhados às casas comerciais para divulgação e escolha dos pedidos; em um segundo momento, os pedidos são encaminhados aos seus destinos por meio de embarcações, conforme gráfico acima; finalmente, estas eram desembarcadas e distribuídas entre os comerciantes, representantes comerciais e casas comerciais. É importante destacar que os pedidos poderiam ser feitos a partir do que outros comerciantes e casas comerciais solicitavam. Só depois deste processo chegavam ao consumidor final, recomeçando o ciclo.

É importante ressaltar que muitos produtos europeus passaram a ser desembarcados no porto da capital cearense, mas isso não quer dizer que embarcações europeias tenham deixado de desembarcar seus produtos no porto de Aracati. O fluxo desta diminuiu, mas o porto de Aracati ainda recebia embarcações estrangeiras e realizava cabotagem.

Destaca-se aqui dois exemplos da forma como as mercadorias eram encaminhadas ao seu destino, aparecem em duas edições do jornal *O Commercial*, onde pode-se observar como algumas dessas mercadorias eram despachadas para serem vendidas nas casas comerciais. Na primeira apresenta-se aqui as mercadorias que chegaram em consignação a Casa Comercial Pacheco & Mendes com sede em Aracati

“A BARCA INGLEZA ANDOVER VINda de Liverpool em 23 do corrente manifestou o ‘seguinte’”

Consignadas a Pacheco & Mendes

- 22 gigos com louça
- 25 barris com cerveja,
- 15 caixas com genebra,
- 2 caixas biscoito,
- 5 barris manteiga;

(Fonte: Jornal O Commercial-Anno II – Terça-feira 27 de junho de 1854,n 81, p: 3
201

Nessa embarcação não chegaram apenas mercadorias destinadas aos citados comerciantes; outros comerciantes também receberam mercadorias importadas da Inglaterra, como, por exemplo, a Firma Singlehurst Corlett & C, Pinto e Leite & Irmão, José Smith de Vasconcelos, Vasconcelos & Studart, Henrique Ellery, Salgado & Irmão, José Raimundo de Carvalho.e Manoel José Salgado Couto; dentre estes, apenas os listados abaixo receberam gigos, ou barricas de louça.

²⁰¹<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=404098&pasta=ano%20185&pesq=barca>

Quadro 16 - Comerciantes que solicitaram louças descritos no Jornal O Commercial – 27/07/1854

Nº	Comerciante	Descrição da mercadoria
1	Singlehurst Corlett & C,	23 gigos de louças
2	Vasconcelos & Studart	1 barrica com 140 peças de louça
3	Pacheco & Mendes	22 gigos de louças

Fonte: Jornal o Commercial – adaptado pela autora

É importante ressaltar que as louças não chegavam sempre em gigos, mas poderiam ser transportadas em caixas ou barricas, como citado acima. Não foi possível identificar quantas peças de louça eram trazidas em cada gigo.

No primeiro anúncio aparece a barca em consignação a Casa Comercial Pacheco & Mendes; na outra edição do jornal, três anos depois, são elencadas as mercadorias adquiridas pela Casa Comercial Pacheco & Mendes, mas desta vez a embarcação foi consignada pela Firma Singlehurst Corlett & C.

Manifesto da barca inglesa Falcon chegada de Liverpool a 8 do corrente consignada a Singlehurst Corlett & C.^a

- Pacheco & Mendes

▪ 50 barricas banilha,

▪ 50 ditas breu,

▪ 16 gigos louça,

▪ 5 caixas 8 fardos fazendas

(Fonte: Jornal O Commercial - Anno V – Quinta-feira 13 de agosto de 1857, n 265, p: 3²⁰²)

No anúncio acima destaca-se que a embarcação teria sido consignada para a Firma Singlehurst Corlett & C, embora esta não esteja listada na relação de casas ou firmas comerciais que iriam receber mercadorias trazidas pela referida embarcação. Isso se deve ao fato de o transporte de mercadorias estrangeiras ser lucrativo ou, ainda, por ser menos dispendioso para as referidas casas. Dentre os comerciantes que receberam mercadorias descritas na listagem acima destacam-se Frederico José Pereira, Pacheco e Mendes, João W. Studart, Marcos Theofilo, Joaquim da Cunha Freire & Irmão e Francisco Carreira; dentre estes quatro, solicitaram louças

Quadro 17 - Comerciantes que solicitaram louças descritos no Jornal O Commercial – 27/07/1854

Nº	Comerciante	Descrição da mercadoria
1	Pacheco & Mendes	16 gigos de louças
2	João W. Stuar	1 giga de louça
3	Joaquim da Cunha Freire & Irmão	22 gigos de louças
	Francisco Luis Carreira	11 gigos louça

Fonte: Jornal o Commercial – adaptado pela autora

²⁰² <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=404098&pasta=ano%20185&pesq=barca>

Em ambos os anúncios, observa-se a presença da Firma Singlehurst Corlett & C., seja como importadora de mercadorias estrangeiras ou como cossignatária de uma embarcação que trazia mercadorias destinadas a outras casas comerciais cearenses. Sua importância é destacada por Takeya

“[...] O estabelecimento de Singlehurst & Co. merece uma menção especial, por ter sido a mais antiga casa comercial estrangeira na província e por ter dado início, com certa regularidade, ao comércio cearense com a Europa. Sua origem remonta a 1811, por tanto três anos após a abertura dos portos, quando o irlandês William Wara chegou ao Ceará, criando em 1835 uma filial da R. Singlehurst & Co., de Liverpool. A filial ficou popularmente conhecida como Casa Inglesa e sobreviveria, por todo o século XIX, como principal distribuidora de mercadorias vindas da Inglaterra, além de compradora dos produtos cearenses para o mercado europeu” (TAKEYA, 1995, p:112)

Na cidade de Aracati destaca-se a casa comercial fundada pelo português residente em Aracati Domingos Manuel Pereira Pacheco, em 1850, juntamente com seu filho e genro, porém, no mesmo ano ele veio a falecer e, em 1852, conforme nota no jornal Pedro II, houve a extinção da firma Pacheco, Filho & Mendes.

OS ABAIXO ASSIGNADOS, FASEM publico, que se acha extinta a sociedade comercial, que girou debaixo da firma – Pacheco, Filho & Mendes nesta cidade, de que os mesmos abaixo assignados foram membros com o falecido Domingos José Pereira Pacheco. Cidade do Aracaty

28 de fevereiro de 1852
Manoel José Pereira Pacheco
José Mendes (Jornal Pedro II, 28 de fevereiro de 1852, p 4)

A referida firma comercial que anteriormente adotava o nome de Pacheco, Filho & Mendes foi criada em 1850, de acordo com Studart em seu Dicionário Biobibliográfico Cearense, cujos proprietários eram: Domingos José Pereira Pacheco e José Mendes de Cruz Guimarães, respectivamente, pai, filho e genro. A citada casa comercial foi criada no mesmo ano em que Domingos José Pereira Pacheco faleceu, porém os dois sócios restantes continuaram com a mesma até 1852 conforme nota no Jornal Pedro II acima citado.

A importância dessa casa é observada na fala do autor da notícia, onde este reclama da restrição feita pelo Ministro da Fazenda em relação ao despacho de mercadorias estrangeiras, com cartas de guias as Alfândegas principais do Império a extinção da alfândega de Aracati e alerta para o prejuízo causado, e destaca algumas casas comerciais cearenses que, para “o amigo do progresso”, pseudônimo do autor da nota, sofreram com tal medida, dentre elas destaca-se a Pacheco & Mendes.

“[...] uma casa commercial, a dos Srs. Pacheco e Mendes, que acaba de levantar-se nesta praça, com tão bons auspícios, e que em menos de uma anno tem interessado a fazenda publica em amis de cem contos de réis, inclusive alguns bilhetes a vencer, luctou logoseu começo com as maiores difficuldades; ´porque tendo descarregado, e mettido na alfândega e em armazéns as fazendas que da Inglaterra vierão em dous brigues um apozoutro, no mesmo tempo em que aqui a secca começava a manifestar-se, e o commercio a paralisar, julguequem souber, e tiver conhecimento desta província, inteiramente dalta de recursos, da situação difficil em que se achou ollocada a casa principiante. ”(Jornal O Cearense, Anno VII, nº 637, 17 de junho de 1853)

Na nota acima, “o amigo do progresso” ainda cita mais duas casas estrangeiras que já estavam atuando no mercado há muito tempo; são elas: Singlehurst Corlett & Co e Smith de Vasconcelos. Em outras notas publicadas no jornal O Cearense ainda informa da importância da Casa Pacheco e Mendes para a cidade de Aracati, alertando sobre a sua provável ida para o Rio Grande do Norte ou Fortaleza. Embora a mesma tivesse instalada duas filiais, uma em Natal e a outra em Fortaleza, só fechando as portas com a morte de Manuel José Pereira Pacheco, em 1864.

A busca por mercadorias estrangeiras contribuía para formar uma nova elite aracatiense, composta por comerciantes e por profissionais liberais – médicos, advogados, entre outros –, normalmente formados nas faculdades de Recife, Bahia e Rio de Janeiro. Em sua maioria, eram filhos de antigos proprietários rurais e comerciantes. Embora nem todos consumissem as mercadorias estrangeiras, símbolo de inserção no modelo inglês e francês de bem-estar e estar bem mundo, essa elite orientava seus novos modos, novos costumes, suas novas linguagens de gestos e fala na estrutura mental pela influência europeia.

A distinção social se fazia presente nos objetos que eram importados da Europa, como afirma Fernandes (2006, p. 28): “[...] cadeiras para salas de jantar, conjuntos de sofá com cadeiras de braços eram, geralmente importados da Europa, especialmente da Áustria, Inglaterra e França”. Esses produtos aparecem descritos nos mapas demonstrativos da Alfândega de Fortaleza, como ilustra Brasil:

“[...]Aracati tinha seus bons artesãos, solicitados para manufaturar mesas, portas, janelas, santuários, baús, tamboretos e para realizar consertos diversos. As famílias de classe social mais elevada e as de categoria médio-alta usavam os serviços dos marceneiros apenas para a fabricação daquilo que não lhes convinha importar [...]”

“Desde o século XIX, Aracati se sobressaia dos demais municípios cearenses por ter forte comércio com o Exterior e, onde há comércio forte, há famílias abastadas, além daquelas que, trabalhando com elas, ficam bem situadas no contexto social da cidade, por forças de suas ligações. Assim, Aracati era considerada uma cidade rica” (FERNANDES, 2006, p: 27)

Essa cartografia apresentada anteriormente nos permite entender a relação de Aracati com o mundo, na qual produtos estrangeiros, que antes eram comercializados para outros pontos do planeta por não serem mais vendidos no país que os produziu, agora vendidos através de pedidos, e sim os que estavam na moda.

A cidade de Aracati do século XIX é descrita por viajantes, presidentes da província, assim como de estudiosos do Ceará como sendo uma cidade comercial e, ainda, que sua população é formada por pessoas civilizadas e que sua arquitetura destoa das demais cidades brasileiras.

As casas comerciais estrangeiras passaram a se instalar nas principais cidades do Ceará, sendo matrizes ou filiais de estabelecimentos localizados no exterior. Em outros casos, usavam representantes comerciais. Entre elas podemos destacar a Casa Boris Frères, fundada em Fortaleza no ano de 1869. Essa casa comercial gozou de intensa influência nos negócios, na política, e nos costumes não só nas cidades do Ceará, mas também nas cidades do Piauí e Rio Grande do Norte (REGO, 2010).

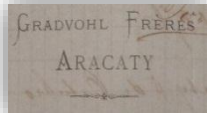
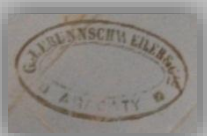
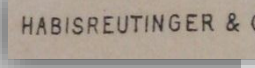
Os produtos importados que chegavam à capital cearense e tinham como principal destino as casas comerciais foram responsáveis pelo desenvolvimento de um comércio mais intenso com a Europa, contribuindo para a expansão do capitalismo no Ceará.

Esse comércio possibilitou, no período em tela, o surgimento de algumas casas comerciais. Esse comércio possibilitou, no período em tela, o surgimento de algumas casas comerciais de origem europeia que se instalaram na cidade de Aracati. Segundo Takeda (1995, p. 137), isso ocorreu devido “[...] à atração que a cidade de Aracati exerceu sobre essas casas comerciais francesas que vieram estabelecer-se”. Destacou-seas cinco principais casas comerciais fixadas na cidade de Aracati, no período aqui proposto: Benoit Lévy e seus irmãos; George Jacob e Gustave Habisreuttinger, que instalaram-se em Aracati em 1875; a Gradvohl Frères; Jacques Weill; e a Casa de Brurmschiveiberg, que foi instalada por volta de 1870.

As citadas casas comerciais são descritas por Takeya, que discorre sobre cada uma: a primeira foi a Gradvohl Frères, fundada por volta de 1872, que, segundo a autora (2006, p. 137), “[...] funcionava em Paris desde 1868, pelo menos no comércio de tecidos, artigos de armarinho e artigos de Paris. Sua única filial foi estabelecida no Ceará, inicialmente na cidade de Aracati e, em seguida em Fortaleza.”. O jornal A Constituição de 13 de março de 1874 “torna público” que a sociedade entre J. Weill, estabelecidos na cidade de Aracati em comércio de grosso, esta dissolvido, desde primeiro de março do ano corrente. A casa comercial Grandvohl Frères permaneceu em Aracati e Fortaleza, e a J. Weill se instalou em Fortaleza. Destacamos que esta última foi fundada na década de 1870.

Outra casa comercial citada por Takeya (1996, p. 137) é a Casa de Benoy Lévy e seus irmãos, que “comunicaram sua instalação, na cidade de Aracati, à Boris Frères ao final de 1872. E continua: “[...] as casas comerciais de George Jacob e Gustave Habisreutinger instalaram-se, também em Aracati, em 1875”. Já a casa Brurmschiveibergm, cujo dono era suíço, teria sido instalada por volta de 1875.

Quadro 18- Comerciantes estrangeiros que se instalaram em Aracati

Nº	Comerciantes estrangeiros	Ano de Fundação	Carimbo
1	Pacheco, Filho & Mendes Pacheco & Mendes	1850 -1852 1852 - 1864	-----
1	<i>Gradwohl Frères</i>	Na década de 1870	
2	<i>Casa de Brurmschiveiberg,</i>	Por volta de 1875	
3	<i>Jacques Weill (Weill & Cia)</i>	1872	-----
4	<i>George Jacob e Gustave Habisreutinger (Habisreutinger)</i>	1875	
5	<i>Benoit Lévy</i>	1872	--
6	<i>Levy Freres</i>	1870	
7	<i>Clemente A. Y. Bussoms & Cia</i>	s/d	
8	Pacheco, Filho & Mendes Pacheco & Mendes	1850 -1852 1852 - 1864	-----

Fonte: APEC

Da mesma forma que era importante o nome dado à casa comercial ser dos seus proprietários, também era fundamental colocar o carimbo da firma nas correspondências trocadas e em outros documentos que circulavam. Acima estão alguns carimbos de casa

comerciais aracatienses, mas não foi possível encontrar carimbos ou informações de outras casas comerciais, como a de Eduardo Gonçalves Valente, Grgel & Co., entre outros.

Esse comércio era realizado, de acordo com Takeda (1995. p. 141), através de “[...] um dos sistemas vigentes é o de consignação²⁰³ ou comissão pelo qual aquele que atuava como intermediário recebia uma porcentagem (a comissão) sobre o lucro auferido na compra ou venda de mercadorias”, muito utilizada pela Casa Boris Frères, principalmente com outros comerciantes franceses, como Habisreutinger & Cia e Brunnschweiler & Cia, no caso aracatiense.

Em outra correspondência emitida por Clemente A. Y. Bussoms & Cia apresenta uma lista com os pedidos realizados. Outro comerciante, dono da *Habisreutinger & Cia*, reclama de tecidos que foram solicitados e chegaram ao destino estragados, devido às condições do navio que as entregou.

3.3.2. Sabores e dissabores do comércio de mercadorias estrangeiras

A circulação era feita pelos comerciantes através de seus intermediários ou diretamente, por meio das fábricas. Alguns comerciantes aracatienses passaram a negociar com outras firmas de maior expressão, como é o caso da Boris Frères. Em uma correspondência enviada à Casa Boris Frères por um comerciante da cidade de Fortaleza que reclama de algumas mercadorias recebidas, pois estas apresentavam defeito, comenta o comerciante

Sm^{rs}. Boris Frères

Temse dado por vezes algumas diferenças que alterão mais ou menos os pedido que as vezes faço a Vm^{ces}., e dificultão por vezes a venda dos mesmos em meu prejuizo, porque não sou amigo de fazer reclamações.

Agora por hisboense vierão entre os vidros que pedi de minha conta dosi compoteiras para doce as queais deixo de aceitar^e porque o caixeiro ou encarregado que as vendeu mandou tampas de uma qualidade e corpo de outra, pelo que defeituosas, impossível será a venda das mesmas; ficão pois a sua conta.

Não é a importância que me faz esta reclamação, mas sim o eu ser mais bem servido, quando tenha a fazer outros pedidos.

Aproveito a occasião para dizer lhes que as lanternas de vidro para castiçais que também vieão na mesma occasião, umas são tortas, outras barrigudas, umas maiores do que outras que não entrão nos castiçais,²⁰⁵ tudo isto porque não há cuidado a quem as vendeu o mandar igual a mercadoria.

²⁰³ O sistema de consignação ou comissão pelo qual aquele que atuava como intermediário recebia uma porcentagem (a comissão) sobre o lucro auferido na compra de mercadorias (TAKEYA, 1996, p. 141).

²⁰⁵ Grifo nosso

Desculpem me fazer estas observações que espero levarão ao conhecimento de quem é o causador, e sou

Ceará 10 de nov^o. de 1875

De Vm^{ces}.

Am^o. e Cr^r.

João da Silva Villar

(Fonte: Fundo: Correspondência Boris Frères – Arquivo Intermediário APEC, CE – Fortaleza, 1872-1879 CCR)

O comerciante acima reclama acerca das mercadorias recebidas, afirmando que apresentavam defeitos e, por esse motivo, não poderia vendê-las. Embora o estabelecimento comercial do Sr. João da Silva Villar não estivesse localizado em Aracati, a correspondência destinada aos proprietários da Casa Comercial Boris Frères ilustra, além da polidez do comerciante, aos problemas que existiam no transporte e acondicionamentos das mercadorias que chegavam ao porto de Fortaleza com destino às casas comerciais.

Aracaty, 24 de Sepbr.^o de 1884

Senr^s. Boris Frères

Ceará

Amigos Senr^s.

Respondoseu estimado favor firmado em 20 do mês p.p.

Pelo cuterFelis Ventura recebi 2 caixas com louças p.^a amostra das quais agradarão porem não convims o preço deixo de pedir.

O Senr^s Sebastião Ferr.^a Cam^a entregará a Vm^{c.es} aquantia de R^s 42:500 que levarão a saldo de m.^a conta.

Semmais sou com estima e consideração.

De VM^{c.es}

Amigo / Criado

Jose Pereira de Brito

(Fonte: Correspondência da Casa Boris Frères – Caixa: - Nº)

O mesmo, ainda de forma polida, descreve cada problema existente e que isso se deve à falta de cuidado por parte do caixeiro ou encarregado. Dentre as reclamações dos comerciantes locais estava a cobrança duplicada de produtos importados vindos de outras províncias, como afirma Ferreira Neto (2011, p. 91).

“[...] os que traziam maiores controvérsias eram os que taxavam a entrada de mercadorias de outras províncias. O governo central argumentava de que havia bitributação, pois as províncias estavam instituindo impostos sobre a importação, o que era da competência exclusiva do fisco geral. As províncias, por sua vez, respondiam com o argumento de que a importação só era considerada quando o produto vinha do exterior”. (FERREIRA NETO, 2011, p. 91)

O autor se baseia nas Leis Provinciais do Ceará, artigo 6 da Lei nº 299 de 1º de agosto de 1843 (Leis Provinciais, V. 1, p. 349 – PARTE I 1843), que diz: “Os impostos que dizem respeito a objetos importados não se entenderão com os que o forem de paiz

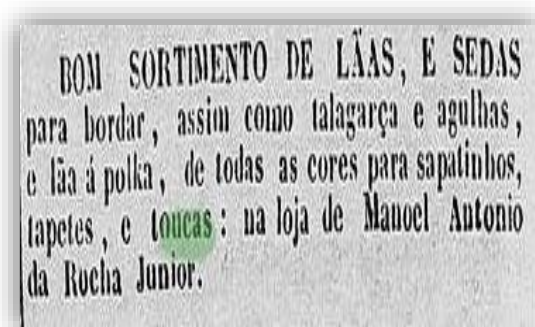
estrangeiro”²⁰⁶. Dessa forma, o governo provincial entendia que a cobrança era legítima, tendo em vista que tais produtos, mesmo estrangeiros, estariam vindo de outras provinciais, sendo assim submetidos à cobrança do imposto em questão.

A importação de mercadorias oriundas de outras províncias era responsável pela participação das provinciais na arrecadação, e isso ocorria em quase todas as províncias do Norte. Devido à importância de tal tributo, o governo provincial passou a acompanhar de perto a cobrança, pois muitas cidades cearenses, dentre elas destacam-se Aracati e Acaraú, contrabandeavam seus produtos ou alegavam uso interno para não pagá-los.

Uma das formas encontradas pelos comerciantes para legitimar a carga recebida e atender a legislação vigente foi a publicação da carga recebida através de embarcações estrangeiras, nos jornais da província, como já foi apresentado anteriormente.

Nos anúncios publicados nos jornais, observa-se a presença de louças, seja para vender ou para leiloar, ambos em casas comerciais, como ilustra a imagem abaixo

Figura 39 – Anúncio de uma Casa Comercial em Fortaleza apresentado seus artigos



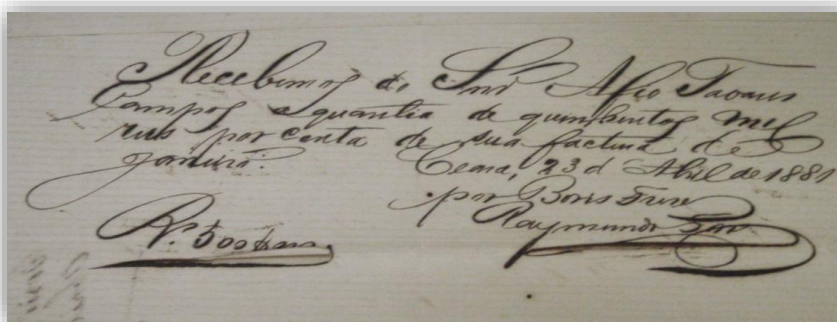
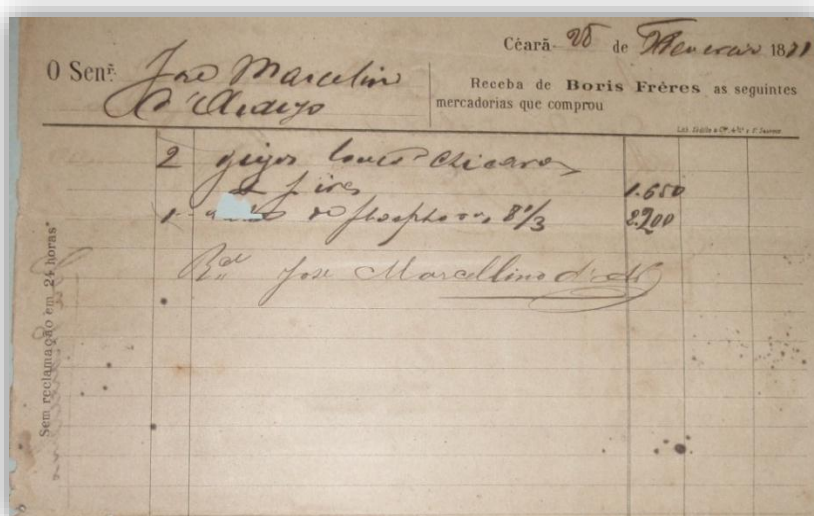
Fonte: Jornal O SOL – 1862

Outra forma de comercializar e fazer circular as mercadorias era através dos leilões, como informa a nota acima. Dentre os itens encontram-se gigos de louças. Não se encontra o motivo para tal leilão, o que permite supor que devia ser uma “queima de estoque” para receber novas mercadorias. Outra hipótese é a de que estariam vendendo mercadorias que foram devolvidas ou entregues como pagamento por dívidas, pois entre estas encontravam-se itens novos e usados.

²⁰⁶Encontra-se em vigor pelo art. 4 da Lei nº 343 de 3 de setembro de 184 e por leis posteriores.

A imagem acima corresponde a uma nota de pedido realizado por comerciantes de Fortaleza a Casa Comercial Boris Frères; os itens listados são utensílios de mesa e cozinha, assim como vinho e outros. A nota de pedido citada foi emitida em 1881 e consistia na anotação do pedido, a realização e a entrega deste. Para tanto era emitida outra nota, neste caso de entrega, e uma segunda referente ao pagamento da conta, conforme podemos atestar nas imagens abaixo:

Figuras 42– Recibo de entrega de mercadoria e de pagamento de fatura - Casa Boris Freres



Fonte APEC

Com a aquisição da mercadoria e até mesmo para divulgar uma produção nacional de suas mercadorias, os comerciantes recorriam aos anúncios nos jornais, como mostra a transcrição abaixo:

A REPUBLICA – 1893

FABRICA DE LOUÇAS FUSCAS E VIDRADAS de Joa-

quim Antonio Correia.
 Boulevard da Conceição – Preços baratissimos.
 Os produtos desta Fabrica – INDUSTRIA NOVA – neste
 Estado, achão-se expostos à venda no estabelecimento CONFU-
 CIO. – Deposito geral.
 Grande Sortimento: Quartinhas, Jarras, Filtros, Copos,
 Ourinões, Paliteiros, Botijas, Vasos, para flores, Brinquedos para
 crianças, Fregideiras, Panellas, Fogareiros, Resfriadores, etc
 Variedade em bilhas e Talhas.
 Recebe-se encomendas para grandes quantidades destes
 productos no deposito geral.
 Estabelecimento CONFUCIO.
 Fabrica e Louças de Joaquim Antonio Corrêa. (10.02) (CAMPOS, 1985, p: 236)

Na nota acima do Jornal A Republica, informa ao consumidor da existência de uma fábrica de louças fuscas e vidradas. Não foram encontrados registros sobre a mesma, mas a produção de louças vidradas no Brasil denota

“[...] Na produção de feição industrial de artefatos domésticos utilitários e de adorno, observa-se, nesse século XIX, uma diversidade muito grande de produtos e um esforço de melhoria técnica, em que se sobressai, sobretudo, o fabrico da louça vidrada, porém aparecendo outros artigos no Brasil, imitando a faiança com engobes claros e amarelados, muito comuns, em Minas e também encontrados em outras Províncias, como nas do Rio e Paraná, produtos esses que se classificam como meia-faiança ou meia-maiólica (mezza-maiólica) e que apresentam diferença sobre a louça vidrada na técnica de fabrico e na apresentação.”(BRANCANTE, 1981, p: 435)

As fábricas brasileiras, segundo Brancante (1981), teriam iniciado sua produção por volta de 1808, mas teria sido no final do século 19 que teriam chegado a produzir uma louça vidrada de melhor qualidade. As fábricas a que se referem o autor estavam localizadas nas províncias de Minas, Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro. Retomaremos a esse ponto no capítulo seguinte.

As mercadorias que entravam pelo porto de Fortaleza eram negociadas com a Casa Boris Frères que, através de representantes comerciais, intermediava a compra de produtos importados que desembarcavam pelo Aracati. Já as mercadorias que não aportavam pelo referido porto, o faziam pelo de Aracati, que era responsável pela entrada de produtos importados da Europa, e logo que chegavam eram distribuídos entre as casas comerciais onde eram adquiridos pelas famílias mais abastadas que integravam a sociedade aracatiense, no período em questão, eram compostas, em sua maioria, por comerciantes ligados ao setor de importação e exportação e os profissionais liberais, como advogados, médicos, intelectuais, entre outros. Alguns destes compravam suas mercadorias diretamente da Europa em suas viagens, mas a grande maioria realizava seus pedidos diretamente aos comerciantes locais,

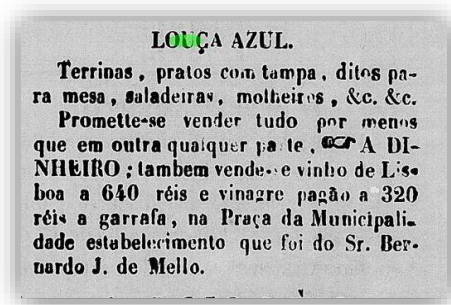
fossem eles comissionários/ representantes comerciais ou casas comerciais que tinham como atividade principal a importação de mercadorias de uso doméstico. Esse tipo de comercialização era realizado por meio de cartas destinadas aos proprietários das referidas casas. Segundo Takeya, essa relação funcionava da seguinte forma:

“[...] As mercadorias eram adquiridas na Casa Boris sobretudo pelos comerciantes estabelecidos nos núcleos urbanos mais importantes que, atuando também como atacadistas, repassavam-nas a comerciantes de menor porte, que comercializavam com produtos importados, em cidades e vilas do Ceará. Esses comerciantes atacadistas, negociando diretamente com a Casa Boris e mantendo também transações comerciais com praça de Recife, pertenciam ao grupo mais abastado do ramo comercial.” (TAKEDA, 1995, p.: 140)

Através da documentação referente à Casa Boris Frères, podemos perceber esse tipo de relação, ou seja, a figura do representante comercial que intermediava as vendas entre as casas comerciais aracatienses, os compradores e/ou a Casa Boris Frères. Destacamos o comerciante João Astudillo Bussoms, que trocou inúmeras correspondências com a Casa Boris Frères. Uma delas se refere a um pedido feito referida casa comercial e acusa o não recebimento de duas toalhas. Ele afirma que “Faltam 2 toalhas, que peço remeter-me na primeira ocasião”²⁰⁸. Informa ainda o pagamento do total referente às mercadorias solicitadas e reclama dos altos preços cobrados. Nem sempre os comerciantes concordavam com os preços cobrados, como foi descrito acima, e informavam que comprariam com outra casa comercial que tivesse preços mais acessíveis e suas mercadorias não chegassem quebradas.

O consumo dos artigos de luxo vendidos pelas referidas casas provocou uma hierarquia dos artigos consumidos, como as louças. Nos anúncios abaixo, a casa enfatiza o tipo de louça que estava comercializando:

Figura 42 – Anúncio de uma Casa Comercial em Fortaleza apresentado seus artigos



LOUÇA AZUL –
Terrinas, pratos com tampa, ditos para mesa, saladeiras, molheiros, &c. &c. Promette-se vender tudo por menos que em qualquer parte. A DINHEIRO; também vende-se vinho de Lisboa a 640 réis e vinagre pagão a 320 réis a garrafa, na Praça da Municipalidade, estabelecimento que foi do Sr. Bernardo J. de Mello. (02.02) (CAMPOS, 1985, P: 120)

Fonte Jornal O SOL – 1862

²⁰⁸ Arquivo Boris Frères: correspondência comercial recebida pela Boris Frères relativa a comerciantes da cidade de Aracati – Doc. nº 159/ p.: 23, cx nº 01 – Estante: A, de 04/05/1876.

Existiam, nesse período, casas comerciais que vendiam apenas louças e vidros. Isso era observado com mais frequência em Fortaleza, por seus jornais estarem preservados. No caso acima, além da louça azul, o comerciante vendia itens relacionados à alimentação. De acordo com o relatório final apresentado pela equipe de Arqueologia aos IPHAN, foram encontrados fragmentos de louça em *transfer print*, denominada *flow blue* ou borrão azul, durante as escavações arqueológicas²¹⁰ realizadas na cidade de Aracati.

Os fragmentos de louça descritos anteriormente mostram o *status* social de um grupo: “[...] as louças mais baratas eram de uso interno e as mais caras geralmente eram utilizadas na recepção das visitas, particularmente nos serviços de chá que, por influência européia, se tornaram frequentes no final da tarde, a partir de meados do século XIX”(IPHAN, 2009, p; 48).

Figura 44 - Fragmento de *flow blue*



Fonte Relatório Final do IPHAN, 2009, p:48

Durante o século XIX, louças decoradas de alto valor comercial eram produzidas com as técnicas de decoração do *transfer printed*. Os fragmentos destas e de outros padrões decorativos foram encontrados no quintal do sobrado das Corujas, além de outras áreas

²¹⁰ A equipe foi contratada para realizar o trabalho de acompanhamento e, caso necessário, intervenção arqueológica na área. O trabalho realizado pela Cagece era de instalação do sistema de esgoto sanitário; entre os anos de 2007 e 2009 foram realizados trabalhos de monitoramento da obra e escavação arqueológica por terem sido encontrados artefatos arqueológicos e estruturas do século XIX.

escavadas durante a realização do trabalho em questão. Isso revela, segundo o relatório supracitado, “[...] um certo poder aquisitivo dos seus ocupantes. Indica ainda um grau de civilidade de quem as possuía” (IPHAN, 2009, p. 54).



4. Modos e modas à mesa: a composição do cenário doméstico e seus rituais

“[...] Cortesia, civilidade e civilização assinalam três estágios de desenvolvimento social. Indicam qual sociedade fala e é interpelada. Não obstante, a mudança concreta no comportamento que, daí em diante, serão chamados de ‘civilizados’ ocorrem — pelo menos na medida em que são visíveis nas áreas aqui discutidas — na fase intermediária.” (ELIAS, 2011, p:108)

O processo civilizador analisado por Elias (2011) na obra acima citada aborda os três estágios do referido processo, que se divide em cortesia, civilidade e civilização. O processo como um todo durou cerca de trezentos anos na Europa, onde, segundo o autor, estaria concluído, não havendo necessidade de um novo estágio. Com o auxílio das casas comerciais, os itens referentes à inserção de tal modelo de civilidade puderam ser difundidos pelo mundo. No Brasil, foi inserido a partir da chegada da corte portuguesa, onde os modos de se comportar, vestir, falar, dentre outros, foram sendo aos poucos copiados e ensinados; porém, algumas etapas do mesmo foram queimadas. Não bastava adquirir as vestimentas, os utensílios domésticos ou quaisquer outros itens para se tornarem civilizados; dever-se-ia saber usar tais itens.

O capítulo em tela encontra-se dividido em três tópicos, sendo o primeiro tópico intitulado “Tudo em nome da civilidade: manuais de etiqueta e códigos de bom tom”, que tem como objetivo analisar, através dos manuais que ensinam as normas de comportamento da sociedade, a relação entre os objetos e a civilidade, como esta chegou à cidade. No segundo tópico, cujo título é “Bons modos à mesa: a tradução dos rituais europeus pela elite aracatiense”, buscou-se compreender, a partir dos objetos utilizados nos rituais de chá e jantar, as mudanças nos hábitos e costumes da sociedade aracatiense e como estes os traduziram; O terceiro e último tópico, “O controle das pulsões: utensílios ligados à higiene doméstica” tem como proposta identificar as estratégias utilizadas pela elite em questão para traduzir os hábitos e costumes europeus ligados à higiene. A inserção da elite aracatiense pode ser observada através da aquisição das louças europeias que reproduzem o espaço doméstico europeu, além da prática de rituais adotados e/ou traduzidos pelos mesmos e ensinados nas escolas ou manuais de civilidade, como será observado ao longo do texto.

4.1. Ser civilizado: a ‘civilização dos modos’ e a literatura de civilidade

“[...] O conceito de civilização indica com clareza em seu uso no século XIX, que o processo de civilização — ou, em termos mais rigorosos, uma fase desse processo — fora completado e esquecido. As pessoas querem apenas que esse processo se realize em outras nações, e também, durante um período [...] Querem, acima de tudo, difundi-la e, no máximo, ampliá-la dentro do padrão já conhecido.” (ELIAS, 201, p:109)

A propagação do processo civilizador exposto por Elias na citação acima, expõe o desejo da Europa em civilizar outras nações não civilizadas ou pouco civilizadas. Para tanto, deveria ser ensinado, a partir de um padrão preestabelecido, por meio de uma literatura de civilidade produzida com a finalidade de difundi-lo. No Brasil, essa civilidade é apresentada por intermédio da família real portuguesa, a partir de 1808.

Esses bons modos apresentados pela corte portuguesa foram resultado de cerca de trezentos anos em que a Europa experimentou transformações no que tange à sua aparência, à maneira de comer, falar, vestir e agir, denominados por Elias como ‘processo civilizador’. Não bastava ter posses, era necessário ter bons modos; porém, tais transformações não ocorreram instantaneamente tampouco homogeneamente.

Antes dos manuais impressos, já circulavam na Europa manuscritos, que, segundo Pilla (2004, p. 50), eram “latinos, franceses, ingleses e italianos que descreviam, em versos fáceis de memorizar, as boas maneiras. Nesse tempo ainda não se falava em civilidades ou em decoro, mas em cortesia”. Os manuais impressos de acordo com a mesma.

“[...] Somente a partir do século XVI é que as boas maneiras começam a ser compiladas em códigos de conduta escritos, que passam a definir como cada um deveria se comportar nas diversas circunstâncias da vida; regras concernentes à higiene do corpo; ao comportamento em sociedade; às atitudes perante as funções corporais; às maneiras à mesa, entre outras.” (PILLA, 2004, p:50)

Dentre as obras impressas que circulavam na Europa e que contribuíram para a expansão do processo civilizador, que teria sido iniciado na Europa no decorrer do século XVI foi criada uma obra intitulada *De civilitate morum puerilium*²¹², escrita por Erasmo de Rotterdam. Com a difusão desta obra no século XVI, a Europa passou por um processo de civilidade que perdurou até final do século XVIII, de acordo com Elias

²¹² Da civilidade em crianças, tornou-se público em 1530, e tinha como finalidade civilizar a sociedade através do controle das pulsões.

“[...] Esta obra evidentemente tratava de um tema que estava maduro para discussão. Teve imediatamente uma imensa circulação, passando por sucessivas edições. Ainda durante a vida de Erasmo – isto é, nos primeiros seis anos de publicação – teve mais de 30 reedições. No conjunto, houve mais de 130 edições, 13 das quais em data tão recente como no século XVIII.” (ELIAS, 2011, p: 65)

De acordo com Revel (1991), as regras de comportamento ocorrem de forma lenta e gradual. O mesmo concorda com Elias, ao entendê-la como um processo que muda de acordo com a época e o lugar.

“[...] esses tratados têm uma finalidade pedagógica: todos revelam a mesma vontade de expor e ensinar as maneiras legítimas. No entanto, realizam esse projeto de modos bem diversos, segundo a importância que atribuem às regras de conduta, segundo o público ao qual se destinam, segundo as formas de aprendizagem que sugerem.” (REVEL 1991, p: 170)

Com a chegada da família real portuguesa ao Brasil, muitas mudanças foram sentidas pela população, principalmente a carioca. Tais transformações foram refletidas no que concerne à escassez de habitações, tendo em vista a quantidade de pessoas que fazia parte da comitiva real e a falta de condições físicas que a cidade apresentava, como falta de esgotamento sanitário, a precariedade na iluminação e a alimentação, que era diferente da consumida pelos membros da comitiva, assim como o vestuário e, por último, a educação, que destoava por completo dos modos de se comportar da corte portuguesa. Para resolver alguns desses problemas, foi necessário reformular o espaço urbano, buscando se assemelhar com o modelo europeu, atendendo às necessidades da corte. Para tanto, são utilizados os códigos de postura das cidades, buscando civilizar através do poder público. No âmbito doméstico, recorreu-se ao código de civilidade.

Embora a Inglaterra seja responsável pela expansão capitalista, é atribuída à França a expansão do processo civilizador, destacando que tais regras não tiveram origem nesse momento nem tampouco ocorreram apenas na França, mas, segundo Schwarcz (1998, p. 195), foi “[...] no final do século XVIII, antes da revolução que convulsionou todo o mundo ocidental, a elite francesa adotou algumas regras e padrões à mesa, assim como regulou condutas e posturas para os locais públicos e, sobretudo, de grande convivência social”.

Esse modelo de civilidade teria chegando ao Brasil com a família real portuguesa, em 1808, por meio dos gestos, vestimentas, utensílios de mesa, cozinha e das regras de civilidade. Com isso, é introduzida uma “literatura de civilidade”²¹⁴, que fora produzida,

²¹⁴ Tal denominação aparece na obra de Rainho (1995, p. 139).

distribuída e consumida com a finalidade de civilizar, polir, educar. Uma forma de alinhá-los ao exemplo europeu de bons modos e bons costumes.

A vida cotidiana foi normatizada na França, como afirma Schwarcz (1998, p. 195): “[...] é certo que tais regras não têm origem nesse momento e apenas na corte francesa, mas é lá que, em nome da ‘etiqueta’ e da ‘civildade’, começou-se a normatizar dos grandes aos pequenos detalhes da vida social cotidiana”. As mudanças na vida doméstica são descritas pela autora: “[...] o guardanapo substitui o lenço durante as refeições; o garfo deixava, aos poucos, de ser utilizado exclusivamente para se tonar sopa – haja vista que as sopas na França eram naquele momento bem mais sólidas do que hoje em dia – e fazia as vezes das mãos no manuseio dos alimentos” (SCHWARCZ, 1998, p. 195).

Com os preceitos de civilidade impostos, nem todos os membros da sociedade podem participar. Ocorre assim uma hierarquia social balizada na inserção ou não de um grupo no chamado recesso civilizador capitalista, onde não bastava ter os objetos de distinção, se fazia necessário saber usá-los e saber se comportar em grupo. Esse caráter característico é observado na fala de Schwarcz (1998, p. 196): “[...] era a ‘etiqueta’ que organizava tal teatro da corte, estabelecendo categorias claras, que distinguiram os homens desse mundo do resto da multidão”.

Pechman (2002) esclarece bem os critérios para se tornar membro da ‘boa sociedade’. Era necessário, além da riqueza, o polimento nos costumes. Essa ‘boa sociedade’ a que o autor se refere é a sociedade brasileira logo após a chegada da família real portuguesa, que trouxe consigo hábitos e costumes europeus que foram distribuídos e imitados pelos membros mais abastados da sociedade carioca e, posteriormente, a sociedade das principais cidades brasileiras.

O modelo trazido pela corte portuguesa reflete o caráter expansivo do processo civilizador apresentado anteriormente, onde concordamos com a afirmativa de Schwarcz (1998, p. 201) de que “[...] a civilização leva restrições aos costumes, e não o objetivo oposto, e a dificuldade está em evitar o gesto natural, conter as manifestações mais imediatas”. Esse controle é o que torna o grupo em questão civilizado. Ações descritas pela autora, como “[...] reprimir o espirro (ou fazer o menor ruído possível), não coçar a cabeça e muito menos meter o dedo no nariz [...]”, dentre outras ações naturais, passam a ser coibidas, o indivíduo deve controlar as pulsões e para garantir que este o faça, tais regras são ensinadas desde cedo.

Essas mudanças não se restringem apenas ao âmbito doméstico, mas seguem através de alterações estruturais na cidade, visando a uma ‘harmonia’ entre o público e o

privado, ou seja, entre o ambiente doméstico e rua. Para tanto, as ruas são alargadas para atender às necessidades da sociedade que se transforma.

“[...] Acompanhando as transformações espaciais da cidade, os valores elitistas no campo sociocultural também estavam impregnados de idéias civilizadoras; buscava-se um reordenamento dos valores do bem viver em sociedade, norteado por normas de civilidade fundamentadas nos moldes europeus. Os habitantes das cidades, que a cada dia tinham seu número aumentado, precisavam se urbanizar, precisavam aprender a viver nesse ambiente citadino regras de educação, de urbanidade. Então, junto à racionalização dos espaços, há também uma modelação dos comportamentos” (PILLA, 2005, p:1)

Dessa forma buscou-se educá-los de acordo com o modelo europeu de civilidade, através dos manuais de civilidade. Para tanto, foram trazidos de Portugal algumas obras com o objetivo de civilizar, principalmente a elite local que almejava assemelhar-se à corte portuguesa. As referidas obras se baseavam nos principais manuais de referência europeus, como: *O cortesão*²¹⁶ (1528), escrito por Baldassare Castiglione, *A civilidade pueril*²¹⁷ (1530), de Erasmo de Roterdã, e *O galateo*²¹⁸ (1558), de Giovanni Della Casa. Essas foram as primeiras obras produzidas com o objetivo de civilizar, onde criavam regras de conduta moral a serem aplicadas no âmbito social.

Essa difusão ocorreu de forma lenta, embora no Brasil nem todas as etapas tenham sido concluídas e, em alguns casos, tenham sido puladas, o referido processo teve início nas cidades brasileiras, primeiramente na cidade do Rio de Janeiro, com a chegada da família real portuguesa apresentando um novo modelo de sociedade. Para se aproximar ao referido modelo ou fazer parte da ‘boa sociedade’ era necessário “Ser membro da ‘boa sociedade’ não significava, porém, apenas posse de riqueza, consumo de bens ou poder. Significava, sobretudo, boas maneiras, requinte, polimento dos costumes e apresentação social.” (PECHMAN, 2002, p:83)

É nesse contexto que chegam ao Brasil os primeiros livros destinados à educação dos jovens. Vindos de Portugal, as referidas obras haviam sido traduzidas dos seus originais em Francês, como, por exemplo: *O amigo da juventude*, *O amigo das mulheres*, *Avisos de uma mãe a seu filho*, *Lições de um pai a sua filha*, *Instrução da mocidade*, *Livro dos meninos*

²¹⁶ Segundo Revel (1991, p. 192) foi publicado em 1528, “dois anos antes do *A civilidade pueril*, o livro teve uma trajetória impressionante. Traduzido para todas as línguas da Europa, é, como o tratado de Erasmo, adaptado, deformado, plagiado.

²¹⁷ De acordo com Revel (1991, p 171), “Ao mesmo tempo que reformula a própria noção de civilidade, esse breve tratado didático, escrito em latim, fixa – e por três séculos – o gênero literário que garantirá à pedagogia das ‘boas maneiras’, sua mais ampla difusão social”.

²¹⁸ Esta obra tem um sucesso semelhante às anteriores. Segundo Revel (1991, p. 194) “em vários aspectos se inspira em Castiglione, acabou tornando-se um manual de boas maneiras largamente difundido”.

etc. Outros foram traduzidos do espanhol, como: *Lições de boa moral de virtude e de urbanidade*. Destacam-se também o português *Código do Bom Tom*, de J. I. Roquette e *Novo manual do bom tom*, de Luis Verardi.

As obras citadas atendiam as duas categorias de literatura de civilidade exposta por Rainho (1995), que dividem-se em pedagógicas e cortesãs. Embora todas tivessem como objetivo educar, o que as diferenciava era o público ao qual se destinavam, sendo a primeira voltada para a juventude – dessa forma, era ensinada na escola –. A segunda destinava à vida na corte e era voltada para os adultos.

A referida literatura representada pelos manuais de civilidade circulava na corte nos oitocentos, com o objetivo educacional que, segundo Rainho (1995, p. 145), “[...] podem ser divididos, grosso modo, em duas categorias: pedagógicos e cortesãos”. Tal divisão é proposta considerando a gama de tais publicações que circulavam no período, assim, é possível analisar os diferentes públicos aos quais os guias se dirigiam. Dos tratados de caráter pedagógico, são considerados os que eram destinados à educação de jovens, tanto meninos ou meninas. Segundo a mesma autora, “[...] os tratados cortesãos seriam aqueles destinados para a ‘prática do mundo’, para a vida na corte e nos salões” (1995, p. 145).

Quanto aos manuais de civilidade Schwarcz(1998) afirma que

“[...] apesar de conter diferenças entre si, esses manuais, publicados ou traduzidos em várias línguas e países, apresentavam estilos e conteúdos muito semelhantes. Escritos de forma clara e didática, dedicavam-se à ‘ciência da civilização’ e introduziam seus leitores nas especificidades que marcavam a nova vida da sociedade. A organização dessas obras era também particular. Concebidos como guias, ‘escolas para o mundo’, os manuais possuíam uma estrutura original que privilegiava uma leitura rápida e objetiva. A consulta era fácil, e podia-se ir direto ao tema selecionado, sem precisar passar, obrigatoriamente, pelos demais.”(SCHWARCZ, 1998, p: 197)

Essa necessidade de se diferenciar dos demais estratos da sociedade teve nesses manuais um instrumento de continuidade de uma hierarquia social, onde, segundo Pechman (2002, p. 82), estes, provenientes da Europa “[...] via Lisboa, ou diretamente importados de Paris, chegavam ao Rio de Janeiro. [Havia] A necessidade de se exibir em público (nos bailes, nos teatros, nas igrejas, nas cerimônias oficiais etc)”. Embora de origem, em sua grande maioria, francesa, tal literatura era traduzida ou copilada para ser difundida pelo mundo.

De acordo com Pechman (2002, p. 82), a literatura de civilidade funcionava como um instrumento de contenção do indivíduo e do grupo que este estaria inserido. Estes “[...] são excelentes exemplos de como os comportamentos pessoal e político se articulam. De como, ao se constituir o homem contido pela civilidade, se constitui, também, um homem

submisso à polícia”. Para o autor, esse controle social e político tornava o homem mais contido no que tange às suas ações naturais. Desta forma, suas reações seriam previstas e este não causaria nenhum problema no âmbito policial por ser contido pela civilidade.

Os manuais de civilidade começaram a circular, no Brasil, em meados do século XIX, sendo estes importados do modelo francês. Eles foram, a princípio, produzidos na França, depois traduzidos em Portugal e vendidos no Brasil, posteriormente foram produzidos manuais no Brasil, onde foram adaptados para a realidade brasileira. Dentre as obras destinadas aos cortesãos, destacam-se duas: “*Código do Bom Tom ou regras de civilidade e do bem viver no XIX século*, por J. I. Roquette” e “*Novo manual do Bom Tom*, de Luiz Verardi”.

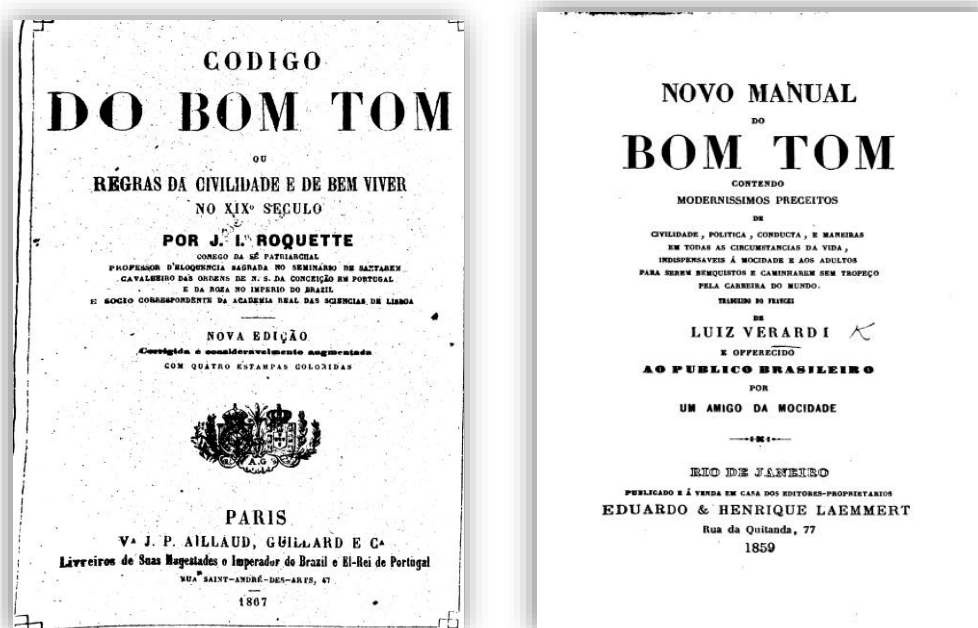
Esse ‘caráter educativo’ dos guias os tornam ferramentas importantes na difusão da civilidade, o que estimula a produção de tais obras. A literatura de civilidade, segundo Rainho (1995, p. 140), é composta por: Tratados de cortesia, manuais de *savoir-vivre*, regras de conduta, elementos de moral. Guias de bom-tom”. Embora com suas especificidades, atendem o a uma necessidade que surge. Segundo a autora, “Nesse processo de ‘civilização dos modos’, as boas maneiras à mesa, a adequação e a distinção do vestir passam a contar quase tanto o dinheiro e os títulos de nobreza. É neste contexto que proliferam na cidade do Rio de Janeiro as edições da chamada literatura de civilidade” (1995, p. 139). Essa proliferação de literatura de civilidade não fica restrita ao Rio de Janeiro, tais obras são difundidas pelas principais cidades brasileiras.

Essa literatura era, como já foi mencionado anteriormente, um veículo de distinção social iniciado desde a chegada da família real portuguesa ao Brasil. Muitas obras circularam na capital e nas principais cidades brasileiras, sendo sua importância descrita por Schwarcz (1998, p. 204).

“[...] no Brasil é justamente o grupo vinculado ao monarca que fará dessa literatura um reforço às distâncias sociais e aos comportamentos distintivos. É em nome da civilidade que tratados são editados e reeditados, como é o caso de *O novo manual do bom-tom*, que em 1900 chega à sexta edição Thomas Ewbank, em suas descrições sobre os pregões ambulantes da corte, cita o *Manual de Polidez* como exemplo dos milhares de obras vendidos nas ruas da capital brasileira. Manuais também apareciam nos anúncios de jornais da corte, como no jornal português que circulou no Rio de Janeiro de 1836 a 1850 e que estampava anúncios do Manual de etiqueta e civilidade.” (SCHWARCZ, 1998, p: 204)

Dentre os manuais mais vendidos destacam-se dois, são eles o *Código do Bom Tom* e o *Novo Manual do Bom Tom*, seguem as capas logo abaixo.

Figura 45 - Capas de dois dos principais manuais de civilidade que circulavam no Brasil



Fonte: ROQUETTE, J. L., 1867 e VERARDI, L., 1859²¹⁹

De acordo com Pechman (p. 83), o autor do “[...] manual mais antigo, em português de que temos notícia é a Escola de Política da Civilidade Portuguesa, de d. João de Nossa Senhora da Porta Siqueira, editado em Lisboa, em 1814”, mas inúmeros foram os que circularam nas principais cidades brasileiras, como Rio de Janeiro, São Paulo, Recife, Porto Alegre, Fortaleza, dentre outras.

O *Código do Bom Tom* foi o mais famoso dentre os mais manuais destinados à civilidade cortesã, escrito pelo cônego de origem portuguesa, J. I. Roquete, foi publicado pela primeira vez em 1845 e tinha como objetivo civilizar a elite brasileira através da normatização dos rituais à mesa, na rua, no controle das pulsões, etc. Segundo Schwarcz (apud ROQUETTE, 1997), na introdução da obra *Código do Bom Tom*, adaptada pela autora, ele discorre acerca dos manuais que circulavam no Brasil e o papel que cumpriam junto à sociedade. Os guias tinham como função refletir a civilidade europeia. Estes eram traduzidos, muitas vezes, ou escritos por autores portugueses ou mesmo brasileiros, é nesse momento que as cidades brasileiras são impulsionadas novamente e as elites rurais passam a se socializar (SCHWARZ L.M. In: 1997, ROQUETTE, J.I.)

²¹⁹ ROQUETTE, J. I. *Código do Bom Tom*, Paris, 1867e VERARDI, L. *Novo manual do Bom Tom*, Rio de Janeiro, 1859

Essa sociabilidade descrita é imposta através das regras de civilidade que são transmitidas pelos referidos guias e ainda nos permite supor que, além do controle das pulsões, das normas de comportamento, dentre outros, contribuem para que a civilidade em questão apresente uma forma de distinção social e, agregada a esta, estão os itens que são necessários para o cumprimento das normas. Até a chegada da corte portuguesa, os bailes, jantares eram novidades no Brasil, sendo esta o centro de tal sociabilidade, que vão sendo introduzidos junto às elites das principais cidades, através dos manuais e dos itens necessários para a concretização dos rituais neles descritos.

Associando desta forma o processo civilizador ao capitalismo em expansão, entende-se que o este procedimento pode ser analisado como processo civilizador-capitalista, onde as regras de sociabilidade e civilidade estão interligadas à aquisição de bens que irão cumprir com os rituais ensinados através dos manuais. Lembramos ainda que nem todos os membros da referida sociedade tinham poder aquisitivo para adquirir tais bens e ainda não faziam parte de uma rede de sociabilidades que se distinguiam através de suas posses e comportamento. Os manuais cumpriam essa função de civilizar e ensinar aos membros da sociedade a se comportarem em sociedade, a se socializarem.

No Ceará, circulavam os dois modos de civilidade, sendo apresentados da seguinte forma: a pedagógica, através de compêndio de civilidade, ou seja, manuais de etiqueta destinados aos jovens. Quanto aos guias de bom tom, duas obras se destacavam e eram anunciadas nos jornais por livrarias, que as importavam.

A primeira lei ou regulamento que aborda o tema da instrução pública na província cearense data de 1849, porém, no ano de 1851, por falta de uma legislação que regulasse a instrução pública primária (no âmbito público e particular), foi elaborado um regulamento especial. Conforme

“[...]O diretor interirno da instrucção publica da província, atendendo à falta de uma Lei ou Regulamento especial para a instrucção primaria, autrisado pelo art. 28 da Lei nº 501 de 24 de Dezembro de 1849,e art.º 8, § 5º do Regulamento de 27 de Novembro de 1851, manda que, nas escolas publicas e particulares do ensino primário para ambos os sexos, [...] “(LEIS PROVINCIAIS: ESTADO E CIDADANIA (1835-1861), Tomo II, p: 414)

O material didático a ser utilizado pelos professores e alunos do ensino público e particular eram determinados pelo Estado através de um regulamento especial. No que se refere aos alunos e professores do ensino público, o referido material era adotado obrigatoriamente pelo ensino público e particular da capital e principais cidades cearenses.

“Art. 12. No regulamento especial serão marcados os livros aprovados; e por ora ficão adoptados os seguintes para compêndios: Elementos de geografia universal, compêndios de Doutrina Christã; Orthographia, Arithmetica e Civilidade. Arithmetica por Collaço; Geometria pratica pelo mesmo; Catecismo de Bossuet; Grammatica por.; Leituras rápidas por Castilho; Deveres do homem por Silvio Pellico; Lições moraes da escriptura, etc.” (LEIS PROVINCIAIS: ESTADO E CIDADANIA(1835-1861), Tomo II, p:)

A “Lei ou Regulamento” especial para a instrução pública, a Lei n. 507, de 24 de Dezembro de 1849, esclarece as atribuições dos professores particulares.

“Art.90. Os professores e professoras particulares são obrigadaos:

§ 1. A ensinar as matérias. que formão o programma da instrucção primaria, segundo a categoria em que classificar sua escola: e ainda mais, se lhes parecer. (Art. 11 da Lei n. 501.)

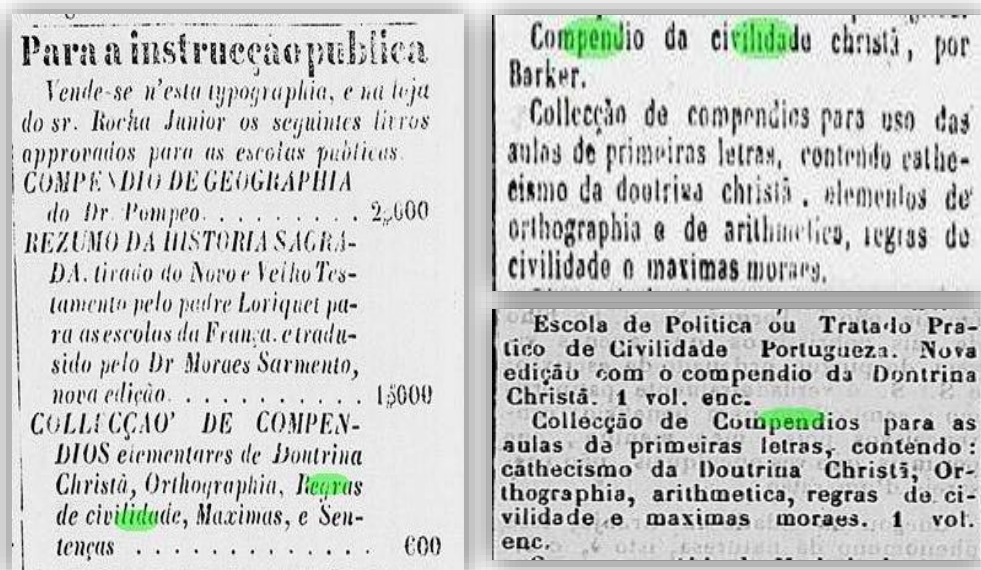
§ A seguir os compendios²²⁰, e livros aprovados nestas Instrucções, ou que para o futuro forem pelo governo.” (Art. 25 da Lei n. 507: art. 8, § 6º da Lei n. 556; e Regulamento de 28 de janeiro de 1848, art. 8.) (LEIS PROVINCIAIS: ESTADO E CIDADANIA(1835-1861), Tomo II, p: 117)

O referido material era comprado pelos alunos e professores através das livrarias que os adquiriam, divulgavam sua aquisição através dos jornais para atrair a atenção dos consumidores locais. Sua circulação ocorria por toda a província onde existisse o ensino público ou particular. A divulgação dos livros não queria dizer que todos os adquiriam, em algumas notas dos jornais cearenses, como no *O Cearense*, aparecem reclamações por parte dos “inspetores de instrução pública”, acerca do problema. Estes eram responsáveis por acompanhar e controlar a instrução pública, sendo eles responsáveis ainda por averiguar se os professores estariam utilizando as obras escolhidas, bem como se o ensino estaria sendo realizado de forma homogênea.

As livrarias ou livreiros divulgavam as obras adquiridas através de seus anúncios, onde a propaganda era feita através de chamadas como: “trazidas no último vapor”, “nova edição”, ou “edição com estampas”, dessa forma, atraíam o público leitor que os adquiria. O anúncio abaixo foi realizado em um dos principais jornais produzidos na capital e que circulavam nas principais cidades cearenses. O que nos leva a supor que tais obras eram de conhecimento e uso dos aracatienses.

²²⁰ Trata-se de uma coleção de livros que sintetizam uma teoria, ideias fundamentadas, conhecimentos etc.

Figura 46- Anúncios dos livros adotados pelas escolas pública e particulares e as formas como se apresentam



Fonte: Jornais O Cearense, Pedro II e A Constituição²²¹

As imagens acima tratam da listagem apresentada pelos jornais *O Cearense*, *Pedro I* e *A Constituição*, eles apresentam as obras que estavam disponíveis para a venda. A primeira imagem apresenta uma listagem divulgada pelo Jornal *O Cearense* com os livros adotados pela instrução pública e seus respectivos valores, que eram vendidos pela *Typografia Brasileira de Paiva & C*, tipografia essa que produzia o jornal citado na loja do Sr. Rocha Junior.

Na segunda imagem, como pode-se observar, no artigo do Jornal *Pedro II* há a divulgação de uma lista com os títulos das obras e a disponibilização da coleção de compêndios, mas também há disponibilização do compêndio separado, nesse caso, o que se refere à civilidade. Na terceira imagem, o anúncio diz respeito às obras trazidas 'no último vapor' pela livraria e papelaria De Joaquim José d'Oliveira. Destacamos duas, a saber: *Escola de Política ou Tratado Practico de Civilidade Portuguez* e *Compêndios de Doutrina Christã; Ortographia, Arithemetica e Civilidade*.

As obras eram trazidas em navios e vendidas em livrarias e/ou lojas especializadas. Os anúncios também tratavam de outros livros que circulavam pelas cidades cearenses e eram vendidos pelas mesmas livrarias. Por exemplo, no mesmo anúncio do jornal *A Constituição* (acima citado), divulga-se as seguintes obras: o *Thesouro de Meninos* e

²²¹Respectivamente: Jornal *O Cearense*, Edição 00706, Ano VIII, de 21 de fevereiro de 1854, p: 4²²¹; Jornal *Pedro II*, Edição 1974, Ano XX, de 14 de dezembro de 1859, p: 4; Jornal *A Constituição*, Edição 235, Ano III, de 21 de outubro de 1865, p: 4.

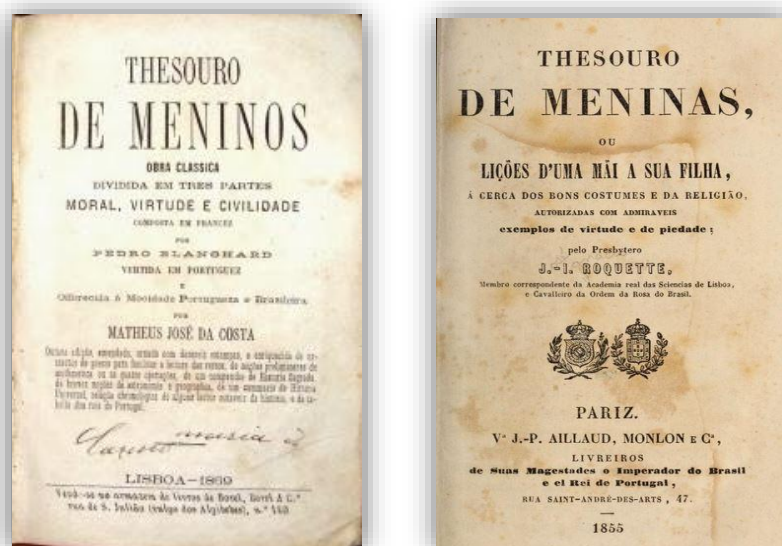
Thesouro de Meninas; ambos ensinavam os jovens como deveriam se comportar, com regras claras para ambos os gêneros.

“[...] Thesouro de Meninos, obra clássica dividida em três partes Moral, Virtude e Civilização etc. Nova edição com estampa
Dito de Meninas, ou lições d’uma mãe a sua filha, acerca dos bons costumes e da religião, autorizadas com admiráveis exemplos de virtude e de piedade, por Roquette. “(Jornal A Constituição, Edição 235, Ano III, de 21 de outubro de 1865, p: 4)

As obras citadas foram escritas em francês e traduzidas para o português (Portugal) e circulavam desde meados do oitocentos no Brasil, com o objetivo de civilizar os jovens. Eram também chamados de “manuais para a mocidade”. Embora no Ceará estas obras não tenham sido escolhidas para instrução pública, elas circularam entre as famílias mais abastadas, objetivando contribuir com a civilidade dos jovens, sendo adquirido por pais preocupados em contribuir com a educação dos filhos.

A participação dos pais no processo de civilidade dos filhos era um reflexo das rígidas regras impostas de civilidade, pois tal processo deveria ser iniciado ainda nos primeiros anos das crianças. Tais manuais ensinavam ainda a polidez, a política e a moral aos jovens, como informa os títulos dos manuais abaixo:

Figuras 47- Capas dos livros ‘Thesouro de Meninos’ e ‘Thesouro de Meninas’ (meninos e meninas)



Fonte: BLANCHARD, Pedro, 1869 e ROQUETTE, José Inácio, 1855²²²

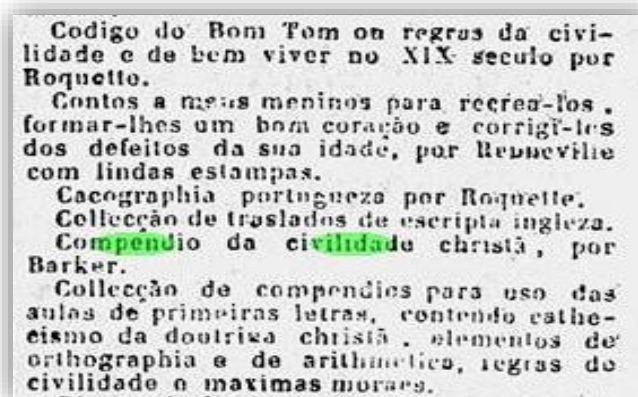
²²²BLANCHARD, Pedro. **Tesouro de Meninos**. Trad. Matheus José da Costa, Lisboa: Typografia de Antonio José da Rocha, 1869 e ROQUETTE, José Inácio, **Thesouro de Meninas**, ou Lições d’uma mãe a sua filha, á cerca dos bons costumes e da religião, autorizadas com admiráveis exemplos de virtude e de piedade, Paris, 1855

A legislação ora apresentada atendia tanto as escolas públicas quanto às particulares, onde as regras eram as mesmas. Embora o Estado fosse responsável pelo material didático (para os considerados pobres), mobiliário e outros, os livros adotados deveriam ser os mesmos utilizados pelos professores das escolas particulares. Sendo tais livros vendidos nas livrarias que se especializaram na aquisição e venda dos referidos materiais, como já apresentado anteriormente. Outros livros de civilidade circulavam nas principais cidades cearenses, que eram destinadas ao público adulto, visando que estes aprendessem bons modos em público e à mesa, assim como a se vestir e controlar suas pulsões.

Os manuais no Ceará eram anunciados nos números dos jornais como *O Cearense*, vendidos em toda a província. Nestes impressos circulavam os anúncios de venda do *Código do Bom Tom* e *Novo Manual do Bom Tom*, ambas tinham como objetivo ensinar os ‘cortesãos’ a se comportarem em público, a serem civilizados. A obra ainda propunha que fosse ensinado aos anfitriões como servir e como se portar à mesa, bem como as diferentes formas de servir e as especificidades de cada refeição.

Outro jornal de grande circulação nas cidades cearenses era o jornal *Pedro II* que em uma listagem anuncia os manuais, juntamente com outras obras destinadas à civilidade e instrução pública, tais quais: *Compêndio de civilidade christã* e a *Coleção de compêndios para uso das aulas de primeiras letras*, contendo catecismo de doutrina cristã; elementos de ortografia e de aritmética; regras de civilidade e máximas morais. As primeiras eram destinadas a instrução pública, enquanto o código era destinado aos adultos.

Figura 48 - Anuncio de venda da obra Código do Bom Tom ou regras de civilidade e do bem viver



Fonte: Jornal Pedro II,²²³

²²³ Jornal Pedro II, Edição 1586, Ano XVII, de 14 de julho de 1863, p: 4

Os manuais de civilidade destinados à vida cortesã, por terem sido criados na Europa, mais especificamente na França, atendem às exigências e/ou necessidades europeias. No Brasil, com a chegada da família real portuguesa, um grupo local formado por famílias mais abastadas buscava se alinhar ao modelo europeu de civilidade, o adotando. Essa busca por civilidade atendia uma busca por diferenciar-se dos demais grupos sociais.

De acordo com Schwarcz (1998) ao discorrer acerca do que Roquette ensina em seu Código do Bom Tom, afirma

“[...] Tudo tem sua ‘lógica’ e sua ordem, da mesma maneira como um belo jantar que começa com um guardanapo, que deve ser colocado sobre os joelhos, continua com a sopa (que precisa ser saboreada com uma colher e não com o garfo), com o ovo (cujas cascas restam sob o prato), depois a ave (cujo nome – frango, galinha, capão ou peru – não deve ser mencionado), isso para não falarmos no pão (que se parte com as mãos e não com os dentes ou com a faca)” (SCHWARCZ, Apud 1997, ROQUETTE, p: 22)

Ensinar tais regras era uma das funções a que os manuais se destinavam. O comportar-se à mesa exigia um autocontrole por parte do anfitrião, assim como do convidado. Mas, devemos lembrar que nem todos sabiam receber ou se comportar como era ensinado nos manuais, dessa forma, alguns anfitriões recorriam à figura do mestre de cerimônias, ou qualquer outra pessoa que conhecesse e soubesse usar tais regras. Porém, tais mudanças não estavam restritas às maneiras de se comportar ou se vestir, outros elementos eram necessários para que tais regras fossem colocadas em prática, como o comportamento à mesa precisava de um ritual para que o mesmo pudesse ser realizado, para tanto, precisava de determinados itens para tal composição.

Com a chegada da corte ao Brasil, muitas mudanças ocorreram, dentre elas a configuração dos espaços domésticos destinados à sociabilidade. Estes eram destinados a receber visitas, como a sala de jantar, que surgiu enquanto um espaço sagrado.

Com esse espaço, tornou-se necessário criar um ambiente adequado, com louças, mesas de jantar elástica, cadeiras, mesas acessórias, aparadores, compoteiras de vidro, galheteiros de prata, talheres de prata (para chá e jantar), castiçais de prata e mangas de vidro, taças de cristais, salvas de prata, entre outros. A iluminação era muito importante, sendo a esta realizada por candeeiros de latão, ou estanho, ou por castiçais com mangas de vidro, pés dourados em metal ou em prata e ainda lustres franceses de cristal, dentre outros.

A necessidade de um espaço destinado à recepção, seja banquetes, saraus ou tomar um chá, contavam com a presença de objetos que representassem ou cumprissem tal ritual, introduzido pelos europeus.

“[...] Coisa alguma nas maneiras à mesa é evidente por si mesma ou produto, por assim dizer, de um sentimento ‘natural’ de delicadeza. A colher, garfo e guardanapo não foram inventados como utensílios técnicos com finalidades óbvias e instruções claras de uso. No decorrer dos séculos, na relação social e no emprego direto, suas funções foram gradualmente sendo definidas, suas formas investigadas e consolidadas” (ELIAS, 2011, p: 112)

Os novos hábitos à mesa deveriam ser ensinados logo na infância, buscando tornar as próximas gerações civilizadas. Embora nem todos aprendessem tais ensinamentos, resta saber que não era suficiente apenas possuir os itens importados, mas sim saber utilizá-los. Em uma cena da obra *Aves de Arribação*, de Antônio Sales, podemos perceber que nem todos obedecem a tais rituais, por isso, nos leva a supor que ainda não teriam sido aprendidos.

De acordo com Roquette (1867, p. 103), o autor pede ao sobrinho que “[...] em Portugal deveis fazer como as pessoas mais polidas fizeram, nunca mostrando que esqueceis os usos de nossa terra ou que desprezais para seguir os estranhos” e esclarece que existem diferenças entre os modos à mesa praticados e ensinados pelos franceses e ingleses e dirige-se ao aprendiz dizendo que “[...] devo advertir-vos que os Francezes, que se jactam de serem os primeiros em civilidade, nem sempre vos devem servir de regra pelo que pertence a mesa. Em nossas boas mesas e nas inglesas come-se com mais aceio e decência”. Tais cuidados podem ser observados no uso dos talheres ou na forma como ingleses e franceses se comportam à mesa.

No Brasil, nem todos se comportavam como era ensinado nos manuais, lembramos que, diferente da Europa, onde o processo civilizador transcorreu por quase quatrocentos anos, difere-se do que ocorreu aqui, onde tais regras de civilidade foram sendo aprendidas no cotidiano e em um período bem mais curto, sendo, portanto, queimadas algumas etapas do processo.

Diante de tais mudanças, alguns autores passaram a descrever o cotidiano da época em suas obras, como é o caso de Antônio Sales, Rodolfo Teófilo, Manuel de Oliveira Paiva e Emília de Freitas. Suas obras, respeitando sua liberdade poética, buscavam retratar a sociedade da época, através de personagem do cotidiano sertanejo, mais precisamente cearense.

No Ceará, tais práticas são percebidas através da literatura de época, por exemplo, em uma das falas do narrador da obra e Antônio Sales (a obra *Aves de Arribação*), em que descreve o seu comportamento e dos demais convidados à mesa durante um jantar oferecido por chefe Dr. Nemésio, ao qual foi convidado, podemos observar que nem todos seguem as regras de civilidade estabelecidas através dos rituais²²⁴.

²²⁴ Santa Apolônia era uma região.

“[...] Com a fome que eu estava, atirei-me à sopa sem demora. Ah! Não lhe digo nada: o diabo estava fervendo! Fiquei com língua, boca e goela tudo a largar a pele. O homem viu minha careta e disse: olhe que está quente. Vinha a tempo o aviso! Passando o peixe. Magnífico!” (SALES, 1979, p: 81)

De acordo com Roquette (1867) em seu *Código do Bom Tom*, o procedimento à mesa deveria ser, em primeiro lugar, que a sopa deveria ser servida a cada um dos convidados em seus respectivos recipientes, individualmente. É importante destacar que, antes do século XVIII, em alguns países, inclusive na Europa, os convidados dividiam o mesmo recipiente. Nesse caso, a sopeira, onde o receptório circulava na mesa e cada um dos presentes deveria se servir, tomando a sopa no dito receptáculo e depois passava-se para os demais convidados. Com o passar do tempo e de acordo com as regras de civilidade, foram sendo utilizadas conchas destinadas a tal atividade, mas ainda de uso coletivo; só depois passou-se a fazer uso de utensílios individuais²²⁶. O convidado não deveria se servir, e sim ser servido.

Quanto a trincar a carne, o convidado não deveria fazê-lo, sendo este trabalho de responsabilidade apenas um criado que colocaria a carne já cortada nos pratos, repetindo o mesmo procedimento da sopa. No caso da obra já citada, observamos que ao convidado foi reservada tal função, a de trincar a carne.

A preocupação descrita, anteriormente, por Pedro Blanchard (1869), é refletida na cena da obra *Aves de Arribação*, escrita em 1914 que, embora tenha sido escrita após o recorte aqui proposto, descrevia o cotidiano cearense do final do século XIX e início do XX, por Sales (1979, p. 81). “[...] Fui separar duas costelas de porco e não sei que diabo de jeito dei que saltou tudo para cima da toalha, e a faca resvalou e apanhou-me em cheio este dedo [...]”. Mesmo escrita na primeira década do século XX, mostra como nem todos sabiam fazer uso da faca quem dirá saber trincar.

O uso da faca é analisado por Schwarcz (1998, p. 196) “[...] estabelece-se de mais precisa o uso da faca, em virtude de sua associação com a morte e o perigo, que surgiram, sempre, os atos pouco polidos e controlados”. O uso da faca também é descrito por Lima (1989, p. 140) “arma masculina, fállica, utilizada na caça e na luta, era essencial para trincar a carne. Numa tentativa de impedir que seu potencial de ataque se transformasse em ação efetiva, foram estabelecidas restrições ao uso individual durante as refeições”. Esses cuidados eram ensinados às crianças para que, ao se tornarem adultos, soubessem fazer uso do referido talher.

²²⁶ Ver Elias, Norbert. O processo civilizador, volume I.

O ato de ‘trincar a carne’ requer uma destreza de quem o realiza e, ainda, uma responsabilidade, pois apenas um criado de confiança e o anfitrião deveriam fazê-lo, diante dos riscos oferecidos e do incômodo. De acordo com Lima (1989, p. 141), “trincar os assados era uma prerrogativa masculina – na medida em que implicava o uso da faca – uma verdadeira arte para a qual os indivíduos eram preparados e educados”. Portanto, não era adequado permitir que todos os convidados trincassem sua carne.

Esse argumento é afiançado por Blanchard (1869, p. 43), que afirma que “Esta maneira de jantares devia ser a única adoptada em banquetes, para evitar o incomodo que alguns convidados têm de trincar”. O tipo de jantar a que o autor se refere consiste no uso de aparadores para servir a comida e trincar a carne, seja peixe, aves ou outros tipos, no referido móvel se trincha a carne coloca em travessas ou pratos e serve aos convidados, sem que estes necessitem trincar individualmente a carne que irão consumir.

Os hábitos à mesa foram sendo apreendidos e/ou aprendidos aos poucos, o saber comportar-se não era suficiente, devia-se saber receber e servir os convidados e saber usar os utensílios que seriam usados em refeições, como o chá e o jantar, porém nem todos sabiam fazer uso de tais instrumentos, pois eram muitos e variados em forma e tamanho, além de cada um ter uma função. Saber fazer uso de tais regras era vital, como afirma Schwarcz (1998, p. 196): “[...] saber dispô-los e de que forma manuseá-los era claro indício de pertencimento a elites diferenciadas”. Esse era um dos objetivos das camadas mais bastadas, diferenciar-se das outras camadas.

Na obra literária intitulada *Aves de Arribação*²²⁷, escrita por Antônio Sales, em 1914, a narrativa se passa em uma cidade chamada de Ipuçaba²²⁸, no sertão cearense; o autor descreve o cotidiano da cidade e a chegada de um personagem, Alípio, que nasceu na citada cidade, mas foi estudar em Recife. O narrador da referida obra descreve cenas do citado jantar onde os convidados estão rindo e falando, no manual de civilidade apresentado por Roquette (1867, p. 128), o autor ensina que “[...] Ainda seria mais repreensível apoderar-se uma só pessoa da conversação, a qual se deve fazer entre todos”.

Quando ao tom de voz utilizado, o autor continua “Quando há muita gente à mesa, conversa-se com o vizinho, nem muito baixo que pareça segredo, nem muito alto que interrompa a conversação geral”. Tais regras de conversação deveriam ser seguidas tanto pelos

²²⁷ Obra publicada em 1914, porém, aborda a segunda metade do século XIX e discorre acerca de um período de seca em que o Ceará foi acometido.

²²⁸ Situada no Sertão Centro Norte, tendo como limites Miraíma, Canindé, Tejuçuoca e Itapajé, nas proximidades de Sobral.

convivas (anfitriões), como pelos convidados, sendo reservadas às conversas para depois do jantar.

O personagem Alípio retorna à cidade com o objetivo de visitar o tio e vender alguns bens herdados com o falecimento do pai. Para este seria um mês onde se distanciaria, a contragosto, e completa que “ao tomar o trem na Fortaleza, começou a experimentar previamente o aborrecimento daquele divórcio, provisório embora, da vida civilizada e a imaginar Ipuçaba como lugarejo abominavelmente insípido” (p. 34). O autor ainda descreve a cena de um jantar descrita pelo narrador que fora convidado para o referido local na casa do Dr. Nemésio, como já foi apresentado anteriormente.

“[...] Meu amigo, talvez você não queira acreditar: mas eram quase sete horas quando a criada veio dizer que o jantar estava à mesa. Eu quase me levantava na cadeira de um pulo, ao passo que o Dr. Nemésio ainda ficou uns dez minutos a mostrar-me os retratos da sala, [...] Afinal fomos para a sala de jantar” [...] (SALES, 1979, p: 81)

Na cena já descrita, o autor ainda discorre acerca dos risos e a postura dos convidados à mesa, essas informações serão analisadas posteriormente, mesmo o personagem sendo considerado civilizado, percebe-se que não sabe manusear bem a faca. Outro ponto observado é a riqueza apresentada à mesa, com louça fina, talheres de prata, taças e demais itens que os distinguem dos demais grupos sociais.

No inventário *post-mortem* apresentado no início da obra de Manuel de Oliveira Paiva, *Dona Guindinha do Poço*, o autor descreve que os bens herdados por Margarida (D. Guindinha) após a morte do pai, que foram organizados de acordo com seu uso: em primeiro lugar os itens ligados à higiene, nesse caso, os utensílios são feitos de prata.

Higiene em prata

Jarro grande d'água de mãos lavrado a cinzel, 221 oitavas (a \$ 160)

Bacia, 312 oitavas

Tigela de lavar, 80 oitavas. (PAIVA, 2003, p:32)

A posse de itens de prata simboliza a riqueza da família, no caso acima, a riqueza de Dona Guindinha. Os itens de prata descritos a seguir denotam a riqueza do Sr. Domingos Theophilo Alves Ribeiro, falecido na cidade de Aracati, em 1853.

Prata

Meia dúzia de colheres de sopa

Huma colher de sopa grande

Huma salva grande” (APEC - Caixa 7 - Processo 01 – Inventário de Domingos Theophilo Alves Ribeiro, 1853)

Quanto aos itens de higiene, destacamos o inventário do comerciante José Gurgel do Amaral Valente, falecido em na cidade de Aracati, no ano de 1876, são citados aqui alguns itens de higiene²³².

Lavatório de madeira
Lavatório de ferro
Jarra para banho (APEC - Caixa 24, Processo11 - Inventário de Eduardo Gonçalves Valente)

Em outros inventários do Cartório de órfãos de Aracati, na segunda metade do século XIX, encontramos utensílios de higiene feitos de louça. Os primeiros itens estão relacionados à higiene, como é proposta no já citado manual de civilidade de autoria de J. I. Roquette (1867), onde o autor evidencia a importância da higiene e como esta deve ser realizada após o jantar.

“[...] Quando não há taças para lavar a boca, a que se chama em francez *rince-bouche*, e em inglez *bole*, é permitido às senhoras lavar os dedos num copo cheio d’água, e enxugá-los ao guardanapo. Devem com tudo observar se na casa onde estam se introduziu o novo uso de se pôrem num apparador separado a mesa as taças para lavar a boca, porque neste caso, levantam-se todos da mesa e vam fazer mais à sua vontade as abluções necessárias ao sítio que os criados têm cuidado de indicar, mas sempre sem bulha, e cada um buscando esconder quanto possa esta operação” (ROQUETTE, 1867, p: 129)

Outra forma de realizar a higiene é descrita na obra de Blanchard, segundo ele,

“[...] em varias casas tem-se adoptado os costumes de nossos antepassados, que consistem em ter a um canto da sala de jantar, e de uma sala contigua, tigelas de vidro de cores com agua morna, copos, etc., onde cada um dos convidados vai lavar a boca. Isto é hoje do grande tom, e muito decente para não enjoar os companheiros com taes lavagens, como ha pouco tempo em pratica” (Blanchard, 1869, p: 49)

As regras de higiene descritas nos códigos foram adaptadas ao uso local, quando percebemos no inventário do pai de D. Guida itens como bacia, lavatório e ainda uma tigela de lavar. Podem não ter sido utilizadas em recepção alguma, mas nos permite supor que já existia um cuidado com a higiene pessoal nesse período. O mesmo é observado em alguns inventários analisados²³³.

Embora a referida lista de bens esteja inserida em uma obra literária, podemos observar uma preocupação em descrever os mais relevantes e que diferenciavam os grupos

²³² A forma aqui apresentada não corresponde à organização dentro do corpo do documento. Foi citada assim visando uma melhor compreensão do leitor.

²³³ Quanto à higiene, ver tópico 3.3.

sociais existentes. Alguns itens descritos na cena do café, não aparecem no inventário *post-mortem*, são eles: uma xícara de porcelana, um bule de prata e podemos supor o uso de uma bandeja de prata, já que se referiam a um serviço de café

Chá ou café

Leiteira cinzelada, 112 oitavas

Açucareiro cinzelado, 104 oitavas

Cafeteira cinzelada, 288 oitavas

Copo de beber água cinzelado, 100 oitavas

Copinho, 31 oitavas

Dezoito colheres de chá, cabo de zabumba, 118 oitavas

Duas ditas, cabo liso, 7 oitavas

Colher de açúcar, escumadeira e uma mola, pertencentes a um aparelho de jantar (PAIVA, 2003, p:32)

As obras aqui apresentadas descrevem a vida cotidiana do sertanejo, nesse caso, de uma elite rural e urbana que tem nos seus objetos um elemento de distinção. Os objetos que foram elencados, principalmente, feitos de prata, como colheres, garfos e outros nos permitem pensar no seu uso como uma outra forma de distinção social, agora não está intrínseco o seu valor financeiro, mas sim o símbolo de civilidade neles embutidos.

Outra cena é apresentada na referida obra, quando a personagem principal, Margarida, conhecida como D. Guindinha, recebe o sobrinho do marido, de nome Secundino, para tomar um café.

“[...] Com pouco a escrava Luísa, atravessando a sala, conduzia em uma bandeja um serviço de café para uma pessoa, desceu o alpendre parou diante dele.

- Senhora disse que não reparasse. [...]

Pegava na xícara de porcelana, e no bule de prata. Vinha leite fervido em um boião. Não eram peças de um aparelho, e sim desconstruídas, cada qual mais valiosa e rara, desses objetos que são como certas quadras de pé de vilão, pequeninas preciosidades, que no sertão passam de avós a netos, ficando fora do uso mundano” (PAIVA, 2003, p:53)

De acordo com os manuais de civilidade, o jantar, bem como o chá, possuem um ritual, onde cada item deve estar interligado, assim como os convidados devem conhecer e fazer parte da cerimônia.

Os referidos rituais têm um caráter simbólico, assim como carregam um caráter distinto, pois nem todos podem ser inseridos nestes. Essa inserção pode ser observada através dos inventários *post-mortem*. Ressaltamos que só eram registrados os bens considerados de valor, nesse caso econômico, para ser dividido entre os herdeiros. Alguns itens podem ser observados na descrição de Paiva (2003) acerca dos bens de Dona Margarida (D. Guindinha), foram listados os itens relacionados ao jantar, são eles:

Quatro garfos, 50 oitavas
 Quatro colheres, cabos lavrados, de concha, 62 oitavas.
 Seis ditos lavradas, 811 oitavas
 Quatro ditos de cabo liso, 56 oitavas
 Nove cabos de faca lavrados de concha, 10 oitavas
 Cinco ditos lavrados de cinzel, 50 oitavas
 Doze ditos lavrados de zabumba, 144 oitavas
 Doze colheres de cabo liso, 162 oitavas
 Doze garfos, cabo liso, 155 oitavas
 Salva cinzeladas, 88 oitavas
 Idem, pequena, 72 oitavas
 Colher de sopa, 48 oitavas
 Par de castiçais lisos, 168 oitavas (PAIVA, 2003, p: 32)

Os itens acima listados nos chamam a atenção, pois não correspondem a conjuntos completos e sim a números desencontrados, isso se justifica, pois muitas vezes tais itens se quebravam ou eram adquiridos separadamente, não em conjunto. Ou, ainda, eram herdados e, na partilha, poderiam ser divididos entre os herdeiros, o que ocasionaria tal fato. No caso acima descrito, embora se trate de uma obra literária, ela nos permite entender melhor o que ocorre no cotidiano de alguns lares cearenses.

Na obra de Rodolfo Teófilo *A Fome*²³⁴ o autor descreve a importância de um dos itens necessários para se receber, o cardápio “[...] Um jantar que não tinha uma lista em francês, começando o alto por letras gordas – *Menu duder* – dizia o Regras, não é gente educada. À vista disso foi ele convidado a dirigir o serviço da mesa” (2002, p.141).

O uso do *menu* era essencial, mesmo que os demais convidados não soubessem ler, demonstrava o grau de educação e civilidade do anfitrião, assim como demonstrava que estes estavam aliados com a sociedade europeia. O autor continua “Dos convivas, uma trigésima parte mal traduzia o francês e, no entanto, o Regras anunciava assim: *dindon* à comendador Prisco, *poule* à Simão de Arruda, *mouton* à Xenofonte da Silveira, etc. etc.” dessa forma eram anunciados os convidados ao baile e ao jantar oferecido.

Ainda em seu livro *A Fome*, o autor discorre acerca de cenas do cotidiano do sertanejo cearense, cujo cenário é a seca de 1877. O que nos chamou a atenção na referida obra foi a descrição de um jantar destinado à sociedade, onde as regras de civilidade e etiqueta são apresentadas. Arelado às regras de civilidade, observa-se que os rituais do jantar, assim como o do chá, exigem dos anfitriões e seus convidados estejam inseridos no mesmo grupo social. Tais regras deveriam ser ensinadas de geração em geração, através dos manuais de

²³⁴ A obra tem como cenário a seca de 1877, tendo sido uma das mais severas no sertão. O referido livro foi publicado, pela primeira vez em 1890.

civilidade ou guias de Bom Tom, conforme o modelo europeu no qual os manuais se originavam.

O Regras, na verdade João das Regras, um mestre de cerimônias que entendia tudo de etiqueta, como afirma Rodolfo Teófilo, foi o convidado a organizar o serviço de mesa da família descrita na obra. Essa figura era importante, pois contribuía para ‘exibir’ a maneira de viver das elites, onde a distinção social estava presente nas vestimentas, nos utensílios utilizados, assim como na maneira de se comportar socialmente. O jantar aqui apresentado requeria cuidados especiais. Havia um jantar informal com louças utilizadas no cotidiano doméstico, mas simples destinado a família, e outra destinada para ocasiões especiais.

Para atender às necessidades do jantar mais elaborado, se inserem diferentes itens para compor a mesa, como aparelho de jantar, copos de cristais, talheres (garfos, facas e colheres), tigelas, sopeira, entre outros. A diversidade de itens e modelos possibilitam uma distinção social, pois nem todos os grupos podiam adquirir produtos com a mesma qualidade. A forma de colocar a mesa e servir os convidados funcionava como forma de aceitação do grupo ou não.

As refeições, com o passar do tempo, adquiriram um aspecto diferenciado. Conforme nos esclarece Elias (2011, p. 112), “O ato de comer adquirira um novo estilo, correspondendo às necessidades da vida social”, onde foram introduzidas regras de civilidade que serviam para se inserir na vida social da cidade.

O cotidiano pode ser analisado através dos objetos domésticos, considerando as mudanças na forma dos utensílios, assim como o acréscimo de itens aos conjuntos de chá, jantar e demais utensílios de mesa, como afirma Elias (2011, p. 114), “[...] Até mesmo as formas dos utensílios da mesa – pratos, travessas, faca, garfos e colheres – daí em diante nada mais fazem do que variar temas do século XVIII e precedentes. Por certo há anda muitas mudanças em detalhes. Um exemplo é a diferenciação dos utensílios”. Tais mudanças também são percebidas no comportamento à mesa.

4.2. “Bons modos à mesa”: a tradução dos rituais europeus pela elite aracatiense.

“[...] As transformações da segunda metade do século XIX: desenvolvimento de ferrovias, imigração, abolição da escravidão, crescimento relativo do mercado interno e incipiente industrialização, acabaram por não mudar em profundidade os padrões tradicionais de urbanização que se definiram no período colonial. Com exceção dos principais portos exportadores, os núcleos urbanos permaneceram na órbita dos potentados rurais, o que quer dizer que o nosso processo de urbanização, ao longo desse século, foi mais um resultado da expansão comercial.” (LIMA 2009, p: 35),

As transformações descritas por Lima provocaram alterações no cenário nacional, percebe-se uma mudança nas cidades, estabelece-se uma hierarquia não apenas social, mas citadina, onde as que tinham maior proximidade com a capital brasileira e que mantinham relações comerciais com a Europa passam a se destacar mais. Com isso se estabelece uma hierarquização social evidente a partir de uma hierarquia da cidade. Trazendo para o âmbito regional, o Ceará traz alguns exemplos de cidades que tiveram seu desenvolvimento do ponto de vista urbanístico, através da expansão comercial, impulsionada pela exportação do algodão, de outros gêneros e importação de mercadorias europeias, como as cidades de Sobral, Icó, Aracati e Fortaleza. Conforme descreve Viera Jr., tais transformações eram restritas à elite, onde esta detinha as condições necessárias para tanto. Observa-se que, além de Fortaleza, outras cidades passaram por mudanças no interior de suas casas, como informa Freire Alemão (2006, p. 83) ao descrever o interior de uma casa em Aracati.

“[...] A casa em que moram os Pachecos – o médico e o outro, que está agora ausente e que parece estar encarregado das cobranças da casa do irmão mais velho e ricoço da terra, que está em viagem pela Europa – a casa, digo, tem uma distribuição singular, é uma espécie de labirinto, toda de telha vã (exceto as salas de visita e de janta, salvo o gabinete da sala), comunicando todas as peças por cima [f.36] como uso aqui no Ceará (senão em todas as províncias do Norte)” (ALEMÃO, 2006, p: 83)

A partir da descrição feita por Freire Alemão por volta de 1859 da casa dos irmãos Manoel José Pereira Pacheco, sócio da Casa Comercial Pacheco & Mendes, e de seu irmão, o médico Domingos José Pereira Pacheco, pode-se entender a distribuição dos espaços da casa, que possui uma sala de jantar, uma sala de visita, um gabinete da sala, onde nos permite supor que seria o lugar onde este trabalhava enquanto estava em casa. Outro exemplo acerca do

interior de uma casa aracatiense é fornecido por Henry Koster (2003, p. 168), ele descreve a casa em que ficou hospedado durante sua estada na referida cidade em meados do século XIX.

“[...] A casa que eu ia ocupar contava de duas salas amplas, com dois quartos grandes, chamadas alcovas, tendo um leito cada um, e a cozinha, tudo no alto, e, e, baixo, uma espécie de armazém. Na parte posterior havia um quintal, cercado de muros de tijolos, com entrada para os fundos, por onde os cavalos vieram [...]” (KOSTER, 2003, p: 168)

As mudanças provocadas no interior e exterior das casas aracatienses se devem à expansão comercial no século XVIII, provocada pela charqueada e, no século XIX, pela exortação do algodão. Na citação acima, Koster (2003) descreve uma das casas de José Fidelis Barroso, um rico comerciante local. A maioria das casas na cidade em questão são sobrados de dois andares, tendo em suas fachadas azulejo português, o que diferencia a cidade de Aracati das demais cidades cearenses. Nas descrições de Koster e Alemão, percebem-se casas mais amplas e com seu espaço interno bem dividido, além da existência de uma sala de jantar. A descrição de Alemão nos permite supor que esta encontrava-se inserida nas transformações sofridas no espaço doméstico da casa. Dentre as já citadas mudanças, Lima (1995, p. 136) afirma que “[...] o século XIX, entretanto, veio confirmar uma tendência já esboçada no século anterior, no sentido de separar o local do preparo de alimentos do local de consumo”.

O que se observa é que as transformações descritas por Lima influenciaram também as transformações dentro do espaço doméstico. Uma delas foi a luz artificial; isso se deu a partir da Revolução Industrial, que proporcionou dias mais longos e, com isso, uma permanência maior nas ruas, como afirmou Lemos ao se referir à sociedade brasileira. Dentre as mudanças observadas no Brasil, acrescentam-se outras listadas por Lemos (1989), como:

“[...] As casas passaram a ser iluminadas, com muita luz do sol. E, a noite, a luz ampla passou a ser garantida pelos lampiões de mecha circular, a novidade que envolvia queimadores garantidores de uma maior oxigenação da chama, agora vivíssima, já que uma manga de vidro assegurava rápida circulação de gases da combustão, aspirando a fumaça e melhorando o aclaramento. Foram incríveis os aperfeiçoamentos dos aparelhos de iluminação artificial, que se sucederam com muita rapidez. Essa luz noturna mudou os hábitos caseiros, os horários.” (LE MOS, 1989, p: 45)

A presença, nos inventários analisados, de castiçais, lampiões, candelabros, dentre outros, evidenciam o uso de luz artificial pelo grupo mais abastado da sociedade. As referidas mudanças repercutiram no cotidiano doméstico, onde as necessidades se adaptaram à realidade da época; era preciso socializar-se, civilizar-se. Segundo Lemos (1989, p. 45), “a verdade é que a luz abriu as salas de jantar, as “varandas” às visitas – os jantares “sociais”

tornando-se moda a partir daí. Não só nas cidades, mas também, nas fazendas”. Dessa forma, observa-se que as inovações tecnológicas, como a luz artificial, proporcionaram inovações. Essa necessidade de socializar-se trouxe consigo as reuniões sociais, as regras de comportamento e controle das pulsões.

“[...] A necessidade que um organismo tem de ingerir continuamente alimentos para se manter em condições saudáveis fez da alimentação um dos domínios mais propícios à ritualização, tão cara ao universo burguês. Seu caráter cíclico, repetitivo, favoreceu sua apropriação para o estabelecimento de rituais diários, pelos segmentos desejosos de ordenar e balizar as relações sociais em seus diferentes níveis. Para isso, não apenas eles reforçaram antigos comportamentos, como também introduziram novas regras em seus procedimentos de rotina, de modo a assegurar, com esse desempenho, tanto reafirmações quanto renovações e transformações.” (LIMA, 1995, p: 137)

Esse desejo em socializar-se e diferenciar-se dos demais grupos, como explica Lima, propiciou a criação de rituais para a realização das refeições, assim como regras de comportamento e bem servir. Tais regras foram ensinadas através dos manuais de civilidade utilizados na Europa, um modelo de civilidade a ser seguindo. Desta forma, observa-se que os primeiros manuais datam do século XVI e que estes cumpriam à época um papel importante no controle das pulsões, sendo um dos primeiros manuais o *De civilitate morum puerilium*, escrito em 1530 por Erasmo de Roterdã, considerada esta obra em questão um verdadeiro ‘manual de boas maneiras’, onde ensinava como se comportar à mesa, andar na rua, cuspir ou urinar e assoar-se em público. Embora este não tenha sido o primeiro livro direcionado à civilidade, é considerado o mais importante e o mais difundido, como já foi explicado no tópico anterior. Segundo Ariès (*apud* 1978, Roterdã, p. 12).

“[...] Possuímos manuscritos latinos, franceses, ingleses e italianos, do século XV, que inda antes da imprensa, descreviam em versos fáceis de fixar na memória a forma de bem se conduzir em sociedade, numa época em que se vivia sempre em conjunto, no seio de uma comunidade restrita de limites bem precisos.” (ARIÈS *Apud* 1978, ROTERDÃ, p; 12)

Com o passar do tempo, os referidos manuais passaram por pequenas adaptações. Quando estes chegaram ao Brasil tinham como objetivo civilizar a sociedade em questão. Os primeiros manuais a chegarem ao Brasil desembarcaram com a família real e se difundiram como regras a serem seguidas. Mesmo investindo na civilidade através dos referidos manuais, a civilidade aqui proposta não obteve o mesmo resultado que o europeu. Na Europa foram quase três séculos onde esta se viu mergulhada em um processo de civilidade, denominado por Elias como processo civilizador, um processo, lento e gradual.

No Brasil, algumas das etapas do referido processo foram puladas. O que na

Europa levou quase trezentos anos, aqui deveria ocorrer em menos de cinquenta anos. Segundo Cascudo (2004, p. 675), “Havia um conjunto de regras, vindas de longe e que tornavam as normas de etiqueta, porque mesmo na intimidade havia limites intransponíveis para uma criatura bem-educada”, como explica Schwarcz (2008, p. 197) ao se referir à corte europeia como modelo de civilidade “ela serve de modelo para outras classes e países, sendo difundida e assimilada de formas diferentes, conforme o local onde se insere”. Tais mudanças e traduções desse modelo podem ser observadas através dos rituais adotados pelos diferentes grupos, nos diferentes lugares.

No caso brasileiro, os rituais do jantar e do chá foram adotados como modelo de civilidade a ser seguido. Para se diferenciar dos demais, era necessário saber receber, saber se comportar, como afirma a autora ao se referir a Norbert Elias e sua obra *O processo civilizador*.

“[...] nesses ambientes a etiqueta não era um adereço e sim um instrumento fundamental. Em sociedades como essas, rigidamente estruturadas e cujas marcas exteriores convertiam-se em símbolos de status, demonstração de hierarquia e de regras de prestígio, desenvolve-se uma determinada sensibilidade ritual, uma ‘maquinaria do cerimonial, cujo resultado, além de uma regulamentação de influências e posições, é o controle e a contenção dos sentimentos e da manifestação de sensações.’” (SCHWARCZ, 2008, p: 196)

Para garantir que houvesse o controle das pulsões, Elias vê no Estado a solução, onde este passa a controlar e regulamentar as emoções e as ações, um exemplo disso é o código de posturas, onde este tem como objetivo controlar, coibindo comportamentos que não se adequassem ao modelo de civilidade esperado. Esse controle era realizado fora dos lares, pois os manuais de civilidade cumpriam este papel dentro dos lares e escolas, buscando ensinar o autocontrole interno. A etiqueta era responsável por um teatro da corte, onde era possível se perceber as diferenças sociais. O conjunto era um referencial e um elemento distintivo, o vestuário, os gestos, o comportamento à mesa, embora fosse difícil para estes perceberem tal ato, já que boa parte era iletrada, no século XVIII. (SCHWARCZ, 2008).

É importante ressaltar que o processo civilizador capitalista aqui apresentado não ocorreu de forma homogênea, tampouco todos entraram da mesma forma e muito menos com a mesma intensidade. O fato de estarem inseridos em uma economia mundo e fazerem parte do referido processo não era garantia de sua total aceitação ou assimilação dos cidadãos. Deve-se levar em conta alguns pontos importantes, como a manutenção de posturas mais tradicionais, ou até mesmo a recusa em usar utensílios que até então não eram utilizados. O ter não quer dizer saber usar ou querer usar. Embora os objetos tenham um caráter distintivo,

assim como a civilidade, não queria dizer que todos tinham conhecimentos das regras de civilidade ou as sabia usar da mesma forma os objetos de uso doméstico. Como explica Schwarcz (2008, p. 196), “A ‘civilização’ impunha novos hábitos à mesa, sobretudo em meio à corte francesa, essa grande impulsionadora de modas, que fazia de seus costumes, hábitos nacionais e, aos poucos, ocidentais”. Dessa forma, a elite em questão buscava diferenciar-se dos demais grupos sociais, conforme explica Lima (1995, p. 132).

“[...] As diferentes posições no espaço social correspondem diferentes escolhas estéticas e estilos de vida distintos. Tais escolhas, feitas com base no *habitus* de classe, marcam claramente essas posições, impondo distâncias. Os bens e os modos pelos quais eles são consumidos atuam como marcas simbólicas de distinção, apontando *quem é quem*.” (LIMA, 1995, p: 132)

Quanto ao assunto em questão, Bourbieu (*apud* Lima, 1995, p. 132) afirma que, por meio das marcas simbólicas de distinção, “[...] os sujeitos sociais se exprimem e ao mesmo tempo constituem para si mesmas e para a outra sua posição na estrutura social”. Essas marcas simbólicas podem ser observadas, como explica Lima (1995), a partir de um sistema de objetos e no comportamento inerente à sua utilização, onde o sistema em questão está diretamente ligado à hierarquia social. Essa distinção social a partir da aquisição de objetos, é observado por Lemos

“[...] Enquanto o povo ainda permanecia, em suas cozinhas, usando equipamento nacional, panelas de barro, cuias, alguidares e gamelas de madeira (tão bem documentadas por Debret) os ricos já importavam toda parafernália inglesa de cozer e de servir – incrementadas chaleiras e panelas, formas de bolo e pudins, talheres e cutelaria de aços especiais, cerâmicas e faianças finas.” (LEMOS 1989, p: 45/46)

Esse caráter distintivo dos objetos, nesse caso os utensílios de cozinha e mesa, torna-se elementos de distinção social a partir de sua origem, não bastava comer em um prato e usar garfo e faca, estes deveriam ser de origem europeia. É essa busca por se diferenciarem dos demais grupos, como já foi dito, que provoca o consumo de tais artigos, como, por exemplo, a louça, nosso objeto de estudo. As estratégias de diferenciação dos grupos mais abastados mudavam constantemente já que os ‘novos ricos’ e seu poder aquisitivo buscam a todo instante se igualar a eles. Tais mudanças eram comportamentais, e no sistema de objetos, sua posse e seu uso. Esse caráter distintivo dos objetos por meio da posse e do uso distanciam os grupos citados.

Essa louça, para ter um caráter distinto, deveria ser trazida da Europa e diferenciarse das demais, cuja procedência era a mesma. A moda chega aos utensílios de cozinha e mesa, onde se inserem mais itens, padrões e formas, além das técnicas e motivos decorativos.

“[...] Os pratos são trocados com maior regularidade (de preferência a cada nova refeição), e a faca é introduzida para cortar carnes previamente trinchadas, já que as unidades tornam-se menores e o antigo hábito de trazer à mesa grandes pedaços de animal passa a lembrar o canibalismo: essa prática tão oposta à ‘civilização’. Além disso, estabelece-se de maneira mais precisa o uso da faca, em virtude de sua associação com a morte e o perigo, que sugeriam, sempre, os atos pouco polidos e controlados. É também comum, nesse contexto, a reprimenda àqueles que insistiam em limpar os dentes com tal objeto cortante, ‘Tudo em nome da civilização’.” (SCHWARCZ, 2008, p: 196)

As refeições diárias, como café da manhã, almoço, jantar e ceia passam a ter um espaço mais adequado nas casas. A sala de jantar passa a ocupar um lugar de destaque no interior da casa. As refeições começam a ser pensadas quanto à sociabilidade e elege-se uma delas para demonstrar o grau de civilidade e da sociedade; dessa forma, o jantar passa a ser a refeição onde se abriam as portas da casa para receber convidados. A escolha de uma das refeições se deu devido aos custos para realização das mesmas, pois seria oneroso para a sociedade. Por isso, exigiriam um maior rigor no comportamento à mesa, assim como uma quantidade maior de utensílios domésticos utilizados e de alimentos a serem servidos, dentre outros fatores. Desta forma, se fez necessário eleger apenas um, o jantar, que, segundo Lima (1995, p. 137), “[...] por se tratar da refeição feita ao término da jornada de trabalho, propícia ao convívio social, ao relaxamento, à diversão, coube ao jantar o investimento maior, transformado no principal repasto do dia. Era durante o jantar que muitos negócios eram fechados, casamentos eram arranjados, ou, ainda, que se exibia o *status* social dos anfitriões através dos utensílios de mesa e cozinha expostos na sala de jantar, atrás de uma cristaleira ou guarda louças. Demonstrava-se sua civilidade ao receber convidados para um jantar formal. O requinte e a informalidade das demais refeições também é observada nos relatos; nesse caso, o almoço é descrito por Freire Alemão em seu diário de viagem.

“[...] 10 de setembro: Dez horas da manhã agora chego da casa Dr. Pacheco (médico), que nos deu um almoço; éramos convidados eu, Lagos, Reis, o juiz municipal, estava presente o Bento e chegou enfim o escrivão do juiz municipal. Está o almoço asseado, bem-feito, boa louça; consiste em galinha de molho pardo, bifes, torta de ostras, ovos estrelados, ova de camurupim, sofrível vinho branco, chá e mais fez melhor que tenho visto aqui (exceto o chá de ontem na casa do juiz municipal), queijo preparado de frigideira, excelente pão e água fresca.” (ALEMÃO, 2006, p: 83)

Esse requinte é percebido através dos utensílios domésticos utilizados para o preparo e para servir os alimentos durante a refeição. De acordo com Vieira Jr. (2004) isso ocorreu devido ao:

“[...] crescimento do comércio exportador exortador, o aumento do fluxo de capital, uma mais contundente presença de hábitos e valores europeus aportados nas casas comerciais estabelecidos em Fortaleza, como também na importação de produtos ingleses e franceses, eram elementos que corroboravam para a incipiente transformação do domicílio fortalezense” (VIEIRA JR., 2004, p: 117)

Outro ritual incorporado ao cotidiano doméstico e que merece destaque é o ritual do chá que se originou na China, mas foi na Inglaterra que ele se tornou conhecido e difundido.

Os dois rituais, o jantar e o chá, ora apresentados representavam o grau de sociabilidade e civilidade de quem os praticava, sendo um elemento de distinção social entre os diferentes grupos sociais, pois apenas a elite tinha condições de atender as exigências desses tais rituais de comensalidade.

4.2.1. Bon appétit! O jantar está servido! Distinção e sociabilidade nos lares aracatienses

No século XIX, a sala de jantar ganha espaço no interior da casa, estreitando relações e alianças sociais, econômicas e políticas, esta representa um marco entre os limites do público e privado. Outro papel de destaque é seu caráter distintivo, onde os objetos que compõem a sala de jantar, bem como os utensílios de mesa, como louças e talheres ganham um caráter de hierarquização social. Dentro deste contexto social, surge a sala de jantar, como um espaço sagrado e que tinha como objetivo separar os espaços público e privado. De acordo com Lima:

“[...] a parte dianteira da casa – sala de visitas, sala de jantar, escritório, sala de fumantes, etc. – tornou-se o espaço de sociabilidade Poe excelência, através do qual o grupo residente se relacionava com o exterior. Formal, destinado ao entretenimento, ao lazer, e, por conseguinte, à representação social, tinha seu acesso permitido aos de fora. Palco para exibição das posses e boas maneiras dos seus moradores, era por meio dele que os indivíduos negociavam suas posições na estrutura de classe.” (LIMA, 1995, p: 135)

A sala de jantar cumpria um papel importante, era onde se realizava o ritual do jantar. Isso se deu pela necessidade de um espaço reservado para tal finalidade e para que o ritual do jantar tivesse condições de ocorrer. Um dos pontos importantes para a realização dos citados rituais está na utilização do espaço da sala de jantar, onde esta precisa ter condições

para receber: deverá ter espaço e mobília necessária, um exemplo do mobiliário que não pode faltar na referida sala apresenta-se descrito nos inventários²³⁶ de Carlos Felipe Rabelo de Miranda e esposa (1852), João Martins da Silva Zinha (1875) e Clemente Astudillo Bussoñs (1889), logo abaixo.

Quadro 19 : Lista da mobília referente a sala de jantar encontrada no Inventário Carlos Felipe Rabelo de Miranda e esposa – 1852

Itens
24 cadeiras de palhinha
2 mesas de jantar
Huma mesa de jantar
Hum guarda-louça*
Hum armário
Hum armário pequeno
6 cadeiras inglesas**

Fonte: APEC

Alguns dados coletados do inventário de Carlos Felipe Rabelo de Miranda e sua esposa, ambos falecidos em 1852, representavam a elite local, pode-se até pensar em uma elite da elite, pois observa-se a diversidade de itens do mobiliário do referido inventariado. A existência de cadeiras inglesas, assim como de três mesas para o jantar, dois armários e um guarda-louças, permite supor que estes recebiam muitos convidados, que preparavam grandes recepções e que sua sala era grande para ter tantos móveis referentes à sala de jantar.

Outro inventário importante e demonstrativo é o do comerciante João Martins da Silva Zinha, nele encontram-se 52 cadeiras de palhinha americanas que segundo Flexor (2009, p. 111), “no princípio do século XIX, apareceram as já referidas cadeiras americanas. Algumas tinham o assento de junco, outras de palhinhas ou, simplesmente, de madeira”. Nos inventários analisados que aparecem a descrição da cadeira americana também aparecem a descrição “cadeiras amarelas americanas”, e boa parte destas eram torneadas. A presença de móveis de origem americana se restringem, segundo Flexor (2009), às cadeiras e cômodas. O uso da palhinha nas cadeiras, marquesas, dentre outras, de acordo com Flexor (2009).

²³⁶ Foram catalogados 382 inventários, dentre eles, em torno de 40 continham louças e apenas 3 continham uma parte destinada apenas para as louças ou louças e vidros. Destes foram trabalhados no corpo do texto cerca de dez inventários. Alguns destes não tinham condições de serem manuseados ou não estavam completos. A listagem com todos os inventários encontra-se disponível nos anexos.

Quadro 20 - Lista da mobília referente a sala de jantar encontrada no Inventário João Martins da Silva Zinha – 1875

Itens sala de jantar
52 Cadeiras de palhinhas americanas *
1 Guarda-louça nôvo
1 Meza redonda para jantar
1 Armário pequeno de madeira
2 Mezas pequenas
1 Dita grande de pinho
1 Relógio de parede *
3 Pares de jarros dourados *
1 Jarro de vidro
6 Gravurinhas de madeira *
4 Quadros com figuras *
3 Espelhos *

Fonte: APEC

Na mobília descrita no inventário do comerciante espanhol Clemente Astudillo Bussoñs (1889) aparece a descrição mais generalizada da mobília, embora o escrivão tenha listado os bens do inventariado, o que não aconteceu em outros inventários analisados, onde a denominação mobília não dá conta dos itens que pertenciam ao sujeito. Isto permite supor que o termo mobília poderia referir-se aos móveis de forma geral, mas isso não quer dizer que fossem os mesmos itens representados. O que chama a atenção no inventário abaixo é que mesmo o inventariado sendo um comerciante influente e importante, não aparecem descritos objetos que possam corroborar com tal afirmação. Mesmo assim, este possui outros objetos que permitem inseri-lo no processo civilizador capitalista, como será apresentado no tópico 3.3.1, nos itens relacionados à cozinha, além de suas relações comerciais com os países europeus, principalmente com a Inglaterra. Os itens abaixo permitem confrontar com as outras duas listagens de mobílias referentes à sala de jantar.

Quadro 21- Mobiliário referente a sala de jantar de Clemente Astudillo Bussoñs – 1889 -

Itens
Uma mobília de americana, contendo 12 cadeiras, 1 sofá, 2 cadeiras de balanço, 12 consolos de pedra e uma jardineira de pedra ‘tudo já uzado’
2 pares de jarros de porcelana
1 par de candeeiro
1 meza elástica
10 cadeiras velhas
1 Guarda-louça de cedro*
1 meza grande para jantar

Fonte: APEC

A mobília da sala de jantar representava o gosto refinado do proprietário, bem como seu poder e *status* social. Nos inventários acima observa-se que a quantidade de cadeiras nem sempre relaciona-se à quantidade de lugares à mesa para o jantar. As cadeiras poderiam tanto ocupar a sala de jantar como a sala de visita, pois em ambos os espaços cumpriam o mesmo papel, receber e acomodar o convidado. O que é comum entre as três listagens acima. Observa-se que no inventário de Carlos Felipe Rabelo de Miranda e esposa encontram-se listadas seis cadeiras inglesas, demonstrando sua oposição dentro da sociedade em questão, em que muitos dos móveis que compõem o citado espaço foram importados da Europa.

Outro ponto importante é a presença de mesas elásticas, como observa-se no inventário de Clemente Astudillos Bussoñs e em vinte por cento dos inventários analisados. A quantidade de mesas poderia variar dependendo da importância social do indivíduo. A presença de espelhos, assim como objetos de decoração caracteriza, muitas vezes, a personalidade e o bom gosto do proprietário.

Esses móveis eram feitos de madeira nobre, que poderia ser jacarandá, os aparadores, as mesas acessórias que tinham como função aparar as baixelas de porcelana, talheres, cobertas, entre outros objetos, que demonstram o caráter cerimonial do jantar. Além da quantidade e variedade de louças, cristais e talheres que compunham a mesa, como já dito anteriormente.

Um dos móveis que compunha a sala de jantar era o guarda-louça, que também poderia ser utilizado na sala de visitas ou junto com os aparadores, tinha como função de exibir os objetos do seu interior, com suas portas de vidro, permitia que as louças, principalmente as inglesas, fossem admiradas pelos visitantes, demonstrando seu poder e *status* social. De acordo com Flexor (2009).

“[...] Os guarda-louças aparecem somente no final do século XVIII. O modelo mais comum desse móvel possuía duas portas superiores envidraçadas, com estantes de exposição, ou com meio vidro e duas portas por baixo, com compartimentos internos e gavetas. Bem parecidos com os armários do período. Os guarda-louças não variavam muito quanto à forma, durante a primeira metade do século XIX, e o vidro foi sempre uma constante até meados do século” (FLEXOR, Maria Helena Ochi, 2009, p: 91)

Nos inventários analisados observa-se a presença do guarda-louça, de mesas elásticas ou mesas grandes para jantar, isso fica claro na descrição feita no inventário, assim como de cadeiras e mesas menores ou aparadores. A figura abaixo ilustra um dentre tantos modelos de guarda-louças existentes.

O guarda-louça tem um papel importante na sala de jantar, pois ele é a vitrine da casa, simboliza o *status* social dos donos da casa, onde as louças são expostas. Outro item importante na composição da sala de jantar é o aparador, que também pode ser substituído por mesas menores que servem como apoio para a disposição do alimento e demais itens referentes ao jantar.

Figura 49: Vista parcial de um Guarda-louças – Museu Jaguaribano



Fonte: Arquivo GPPUR/MAHIS/UECE- MISSÃO ARACATI

Os aparadores exibiam as peças que estavam sendo utilizadas na refeição daquele momento, como as louças, cristais, copos e taças, talheres e os demais utensílios utilizados durante a refeição. Geralmente os aparadores ficavam espalhados pela sala, eram usados na hora do jantar e colocados perto da mesa para facilitar o serviço. Os guarda-louças, segundo Flexor.

“[...] Aparece somente no final do século XVIII. O modelo mais comum desse móvel possuía duas portas superiores envidraçadas, com estantes de exposição, ou com meio vidro e duas portas por baixo, com compartimentos internos e gavetas. Bem parecidos com os armários do período, os guarda-louças não variaram muito quanto à forma, durante a primeira metade do século XIX, e o vidro foi sempre uma constante até meados do século.” (FLEXOR. 2009, p: 91)

Esse jeito de colocar os objetos para o serviço de jantar passou a ser chamado em inglês de “*side board*”, sendo indispensável nos lares ingleses. Outro espaço importante da

casa é a sala de visitas, que deveria ter sofás, cadeiras de assento, cadeiras de braços, aparadores, mesas, armários com vidro para louças, pianos, estantes, marquesas, cômodas com tampo de mármore, relógios de sala, espelhos de parede, quadros de parede, entre outros.

Na descrição de Fernandes (2006, p. 27) “as cadeiras para salas de jantar, conjuntos de sofá com cadeiras de braços eram, geralmente importados da Europa, especialmente da Áustria, Inglaterra e França”. É importante ressaltar que, no período em estudo, Flexor (2009, p. 83) corrobora com as informações de Fernandes, onde esta afirma que “a partir do fim da primeira metade do século XIX e até o alvorecer do século XX, começaram a aparecer os móveis franceses, os americanos, os austríacos e os de fabricação nacional”. Em Aracati, a importação de tais objetos simbolizava um *status* social, pois na referida cidade existam marceneiros, porém, estes tinham como função montar os móveis importados que chegassem pelo porto, segundo Fernandes (2006, p. 27), “todos os móveis importados chegavam desmontados e seus parafusos vinham em saquinhos amarrados às peças”. Eram importados móveis como guarda-louças, cristaleiras, dentre outros. Os marceneiros aracatienses produziam apenas móveis que não havia possibilidade de importar.

Os fabricantes buscavam atender as necessidades do mercado consumidor interno e externo, dessa forma, a Europa passou a fabricar produtos que fossem acessíveis aos diferentes grupos sociais. A diversidade de produtos possibilitava a inserção de tais grupos e a exigência por parte da camada alta da sociedade na busca de produtos que os diferenciasssem dos demais. A louça cumpriu bem esse papel, mais que outras mercadorias de uso doméstico.

No Brasil, a presença de tais itens nos espaços domésticos foi ocorrendo de forma gradativa, dessa forma, a aquisição destas mercadorias foi se expandindo gradualmente. No país, as principais cidades foram Rio de Janeiro, Bahia, São Paulo e Recife, isso ocorreu por serem essas cidades as de maior destaque no país. Porém, destacamos no Ceará a presença de tais mercadorias, principalmente nas cidades de Fortaleza, Sobral e Aracati, onde estas escoavam. Através das casas comerciais, estas chegavam aos lares e cumpriam um importante papel no que se refere à civilidade e ao consumo de tais bens.

A escolha destes era feita através de catálogos das fábricas ou dos Almanques e revistas que circulavam nas cidades. Ou ainda através dos comerciantes que iam regularmente à Europa, como descreve Freire Alemão ao citar o caso de Manuel José Pereira Pacheco, “Achamos como disse no sítio do Pacheco, proprietário e negociante rico de Aracati, e que hoje está de viagem para a Europa” (2006, p. 78). Era assim que os aracatienses tinham conhecimento das ‘novidades’ que vinham da Europa e da mesma forma os comerciantes, alguns deles, compravam ou apenas faziam o pedido de suas mercadorias.

As louças abaixo encontram-se listadas no inventário de Francisco Pereira de Queirós, comerciante na cidade de Aracati, o que leva a supor que as referidas louças eram mercadorias de sua Casa Comercial. Esse fato torna esse inventário diferente dos demais, além das mercadorias há a presença de uma louça nacional, entendendo que a Louça cabocula, quer dizer, cabocla, é de origem nacional, ou até mesmo local.

Quadro 22 - Lista de louças descritas no inventário – mercadorias

Quant.	Louças
6	Bulles azues
108	Tigellas
118	Ditas pintadas Duz
108	Ditas caboculas A Duz
9	Duzias de pratos

Fonte: Inventário de Francisco Pereira de Queirós

Na Casa comercial de Santos & Filhos foram encontrados listados entre as mercadorias da referida casa comercial uma quantidade substancial de talheres, assim como uma diversidade de tipos e de material empregado em sua produção. Como descrito abaixo,

Quadro 23 – Lista de mercadorias referentes a Casa Comercial Santos & Filhos

Louças	Talheres	Outros itens
Huma dúzia de bules pequenos	6 duzias de talheres facas e garfos	Huma chaleira
	2 e meia grossas de colheres de ferro	
	3 e meia dita dita de ferro	
	5 duzias e meia de colheres de arame	
	3 grossos de colheres de arame	
	4 duzias de talheres cabo de viado	

Fonte: APEC

Os talheres descritos abaixo foram listados no inventário de Silvestre Ferreira dos Santos e pertenciam à sua Casa Comercial Santos & Filhos. Isso permite afirmar que havia uma circulação de mercadorias tanto de louças europeias como nacionais e, ainda, que os talheres eram vendidos nas casas comerciais, embora não tenham sido encontrados outros inventários que tivessem listadas suas mercadorias. Os talheres aqui listados aparecem em aproximadamente 50% dos inventários analisados, observa-se que em muitos aparecem os talheres (garfos e facas) com cabo de viado, talheres de ferro, prata, dentre outros. Os talheres de arame aparecem em menor quantidade, o que nos leva a supor que se destinavam ao uso diário. Outro ponto importante é a quantidade de colheres listadas, diante dos dados apresentados, podemos supor que o consumo de comidas pastosas era maior entre os

aracatienses e que os talheres de cabo de veado eram utilizados nos jantares mais formais, assim como os talheres de prata.

A utilização dos talheres de prata, assim como pratos de faiança fina, coberta, aparelhos de jantar, aparelhos de chá, dentre outros, fazem parte dos rituais de comensalidade praticados no Brasil, destaca-se o jantar, tendo sido este incorporado do cotidiano europeu. Segundo Lima (1995; p. 138) “dar um jantar passou a ser considerado o mais importante dos deveres sociais, um complicado ritual regido por centenas de pequenas e quase imperceptíveis regras, que compunham um rígido protocolo”. O ritual do chá também tinha seu protocolo e quantidade de itens disponíveis para a realização do mesmo. Os rituais do chá e do jantar simbolizavam o *status* social que tinha um indivíduo dentro do grupo, estava ainda relacionado à civilidade de uso dos itens do ritual e da posse desses itens, como veremos a seguir.

4.2.2. Os rituais de comensalidade: o jantar e o chá

Dentre os rituais de comensalidade praticados no Brasil, destaca-se o jantar, tendo sido este incorporado do cotidiano europeu. Para atender às necessidades do referido ritual, foram agregados diferentes itens para compor a mesa, como aparelho de jantar, copos de cristais, talheres (garfos, facas e colheres), tigelas, sopeira, entre outros. A diversidade de itens e modelos possibilitou uma distinção social através dos objetos, pois nem todos os grupos podiam adquirir produtos com a mesma qualidade. Um exemplo disso é a diversidade de itens vendidos em algumas casas comerciais de Aracati, onde se buscava atingir diferentes públicos, como os itens listados no inventário de Silvestre Ferreira dos Santos, sócio da Casa Comercial Santos & Filho e Francisco Pereira Queirós.²³⁸

A forma de colocar a mesa e servir os convidados funcionava como aceitação ou não do grupo. Como afirma Lima (1995, p. 145) ao referir-se ao comportamento à mesa.

“[...] As consequências imediatas da adoção desse novo estilo foram a liberação do anfitrião para outras formas de entretenimento dos seus convidados; a diminuição do tempo de duração do jantar; a redução do número de iguarias servidas – que agora inclusive podia ser consumidas mais quentes – mudando em qualidade e em quantidade a estrutura das cobertas e tornando o menu mais flexível; o aumento do número de criadas para o serviço de mesa, na medida em que apenas uma pessoa podia simultaneamente trincar, administrar o aparador e servir a mesa.” (LIMA, 1995, p: 145)

²³⁸ Ver Tópico 3.2.1.

O ritual em questão adquiriu grande importância para a sociedade europeia, assim como para o Brasil, pois possibilitava negociações quanto à posição na hierarquia social, tudo dependeria se o anfitrião conseguia cumprir todas as regras de civilidade e etiqueta que compõe cada um dos rituais, seja ele o chá ou o jantar. Era durante estes que eram realizadas negociações sociais e políticas, assim como se formavam alianças e relações de reciprocidade, onde a etiqueta, ou as regras de civilidades comandavam a cena, através dos gestos e uso dos utensílios à mesa. (TOCCHETTO, 2010)

As regras de civilidade eram muito rígidas, como afirma Lima (1995, p. 143) “o jantar passou a ser governado por uma sequência de regras extremamente rígidas, cuja ignorância ou desobediência eram consideradas imperdoáveis, precipitando o indivíduo no limbo da sociedade”.

Este ritual tomou proporções diferentes dos originais; as regras de sociabilidade e civilidade eram aprendidas nos manuais desde muito cedo. O controle das pulsões, trabalhado por Elias em sua obra *Processo Civilizador*, é percebido em todo o ritual do jantar.

“[...] Na Europa dos séculos dezoito e dezenove, contexto de origem da intensificação do consumo de bens produzidos em massa e também dos códigos de civilidade e boas maneiras, a ritualização das refeições e do consumo do chá, com novas regras e maior complexificação, demarcou fronteiras e diferenciações sociais. Aqueles que desejassem passar a ocupar um lugar na hierarquia social, junto à aristocracia e à burguesia ascendente, deveriam incorporar novos códigos de conduta” (TOCCHETTO, 2010, p: 189)

A necessidade da construção de um espaço reservado para alimentação deveria conter louças, mesas de jantar elástica, cadeiras, mesas acessórias, aparadores, compoteiras de vidro, galheteiros de prata, talheres de prata (para chá e jantar), castiçais de prata e mangas de vidro, taças de cristais, salvas de prata, entre outros ficou ainda mais evidente. Os itens que compõem a mesa de jantar aparecem descritos nos quadros abaixo:

Quadro 24 - Itens listados nos inventários para serem usados em jantares e banquetes (Louças e vidros)

Louças	Vidros
9 Pratos travessas	24 Copos lapidados
82 Ditos de louça (usada)	11 Ditos calice
12 Tijelas de louça grossa	3 Garrafas brancas pequenas

Fonte: APEC

Os itens listados acima pertenciam a João Martins da Silva Zinha, comerciante local e chama a atenção a quantidade de pratos, copos (lapidados) e cálices, é importante ressaltar que a presença de copos lapidados demonstra o bom gosto e o requinte do proprietário, o diferencia dos demais, pois dos inventários analisados, não foram descritos

copos lapidados, ou por não conter no referido documento, ou por não ter sido esmiuçado pelo escrivão. A quantidade de pratos e travessas nos permite supor que este recebia convidados para jantares e que os fazia para um grande número de convidados.

No quadro abaixo aparecem descritos itens referentes à mesa, como: talheres, conchas, colheres para arroz, mas o que chama a atenção são os dois *Trinchantes cabo de marfim*, que aparecem no inventário de Eduardo Gonçalves Valente, outro comerciante local. A quantidade de talheres, assim como a diversidade de itens de mesa nos remete à fala de Elias (2011) ao se referir às mudanças que tais utensílios passaram, tanto na forma como quantidade de itens que compõem o ritual do jantar.

Quadro 25 - Itens listados nos inventários para serem usados em jantares e banquetes (Metal)

João Martins da Silva Zinha	Eduardo Gonçalves Valente
12 Ditas (colheres) de metal para sôpa	2 <i>Trinchantes cabo de marfim*</i>
6 Ditas pequenas	19 <i>Talheres cabo de marfim*</i>
1 Dita grande de prata	1 Colher de prata p ^a sopa
1 Dita pequena de prata	1 Colher de prata p ^a arroz
1 Salva de prata	1 Salva de prata
15 Talheres cabo de viado	1 Colher de metal
	1 Concha p ^a molho

Fonte: APEC

O uso dos talheres não era algo comum, natural, foi sendo imposto ao longo dos séculos, o que provocou mudanças lentas e graduais no comportamento à mesa. Esse uso é descrito por Elias (2011) como

“[...] todos os costumes no ritual em mutação, por mais insignificantes, estabeleceram-se com infinita lentidão, até mesmo formas de comportamento que nos parecem elementares ou simplesmente ‘razoáveis’, tal como o costume de ingerir líquidos apenas com colher. Todos os movimentos da mão – como, por exemplo, a maneira como se segura e movimenta a faca, colher e garfo – são padronizados apenas gradualmente, e só vemos o mecanismo de padronização em sua sequência, se examinarmos como um todo a série de imagens. (Elias, 2011, p: 112)

O saber usar os talheres também diferenciava os grupos sociais e até mesmo criava uma elite dentro e uma elite, ou seja, um grupo de se diferenciava dos demais por ter os meios e saber usá-los. Os talheres de prata eram adquiridos como forma de investimento. Lentamente, os talheres foram sendo somados ao cotidiano dos grupos que detinham menor poder aquisitivo. De acordo a autora, no surgimento dos talheres, em especial sobre a faca, ela afirma que “[...] era de uso comum, destinada basicamente ao corte das carnes”. Somente por

volta do final do século XVIII e início do XIX foi introduzida no ritual do jantar, embora com algumas ressalvas. Quanto ao uso da colher, está afirma que:

“[...] não obstante conhecidas desde tempos imemoriais, tendo como protótipo a própria mão humana, quer feitas de conchas, cabaças ou cascas de frutos, quer de cascos de animais, osso, marfim, etc., pouco eram usadas à mesa, na medida em que os alimentos líquidos, como sopas, caldos, etc., eram ingeridos diretamente nas tigelas. (LIMA, 1995, p: 139)

Quanto ao garfo, a autora afirma que teria surgido “[...] tardiamente na Itália (suas primeiras referências vêm da refinada Itália renascentista, em particular de Veneza e Florença, ao final da Idade Média), com apenas dois longos dentes” (LIMA, 1995, p. 139). Este teria a função de espetar e servir a comida e Lima (1995, p. 139) continua destacando que: “Posteriormente passou a ser feito com três dentes, que foram aos poucos encurtados e estreitados até assumir a forma atual, com quatro dentes”, e tinha como função conduzir o alimento à boca. No Brasil, o uso dos talheres se deu com a chegada da Família Real Portuguesa, em 1808, e foi se difundindo aos poucos.

A sala de jantar era o espaço da casa reservado para receber os convidados e, da mesma forma como os itens que compõem o ritual, o jantar em si deveria estar impecável. Um dos pontos mais importantes era a mobília²⁴⁰, sua disposição e os itens que a compunham. Era importante ter uma mesa grande e, caso necessário ter outras menores, uma solução eram as mesas elásticas, que aparecem em metade dos inventários analisados. No quadro abaixo aparecem listados os bens móveis (mobília) do comerciante Domingos José Pereira Pacheco, onde se observa vinte e seis cadeiras inglesas (era importante ter móveis europeus, pois denotava o status social e econômico do anfitrião), dois aparadores (serviam para acomodar os alimentos e utensílios da mesa), um guarda-louça (servia como vitrine para expor as louças europeias que a família possuía, era um expositor do poder aquisitivo e social), uma mesa de jantar (de preferência grande ou elástica, como já foi dito anteriormente), um tapete para ser colocado embaixo da mesa, quadros, jarros e uma decoração que denote o caráter e o gosto dos anfitriões. Por vezes, dependendo da quantidade de louças e vidros, poderiam ter dois guarda-louças e ainda pequenos armários, na ausência de aparadores, ou mesas. Os pequenos armários serviam para guardar as louças de uso diário, de menor qualidade, assim como os talheres, ou ainda para armazenar os alimentos. Outro item importante era o lavatório, que poderia ser apenas uma bacia e um jarro de louça, um lavatório com suporte de ferro ou

²⁴⁰ A mobília, através dos inventários de João Martins da Silva Zinha, Clemente Astudillo Bussoñs e Carlos Felipe Rabelo de Miranda e de sua esposa, no tópico acima, serviram como exemplo da diversidade de itens que eram comercializados para compor a sala de jantar.

madeira, ou ainda com válvulas para descer melhor a água. Os itens abaixo contemplam o espaço sagrado da sala de jantar.

Quadro26 Móvelia referente a sala de jantar pertencente a Domingos Manuel Pereira Pacheco – 1850

Móvelia
Vinte e seis cadeiras inglesas
Dois aparadores
Hum guarda louça
Huma meza para jantar de amarelo
Hum lavatório com aparelho de jacarandá

Fonte: APEC

A disposição do mobiliário e os itens que o compõe são analisados por J. I. Roquette (1997) que afirma que

“[...] Por muito grande que seja a mesa deve ter em roda um tapete sobre que ponham os pés os convidados para não terem frio neles. Deve haver em torno dela espaço bastante para os criados servirem. A segunda coberta e os postres²⁴² devem estar à mão. Deve haver aparadores cobertos de toalhas grandes, proporcionados ao número de convidados. Num pôr-se-á a louça, os pãezinhos sobressalentes, a prata, guardanapos etc.; noutro os diferentes vinhos; nestoutro os pratos para a sobremesa com seus competentes talheres em cima; deve haver também algum desembaraço para pôr a louça e mais objetos que se tiram da mesa, enquanto se não levam para a cozinha ou despensa. Tudo isto deve estar pronto de antemão para não haver demora, flagelo temível dos grandes jantares. (Roquette, 1997, p: 211)

Quanto a iluminação Roquette enfatiza que

“[...] A disposição das luzes deve concordar com o gracioso arranjo dos pratos, da baixela, dos cristais, e muitas vezes das flores; porém, é muito para desejar que no centro da mesa haja um lustre ou lâmpada suspensa. Os castiçais, as serpentinas ficam mui bem nas extremidades” (ROQUETTE, 1997, p: 213)

Havia a preocupação com a iluminação, observada na fala de Roquette, bem como nos cuidados com ela, que era realizada por candeeiros de latão, ou estanho, ou por castiçais com mangas de vidro, pés dourados e metal ou em prata e ainda lustres franceses de cristal dentre outros. Porém, nem todos apareciam nos inventários, sendo possível observar listados castiçais, lustres, candelabros, lampiões e globos de vidro, como no quadro abaixo:

Quadro 27 - Itens listados nos inventários para serem usados para iluminação

Carlos Felipe Rabelo de Miranda e de sua esposa	José Gurgel do Amaral
2 lampiões	Candelabro de chrystal
1 par de mangas de vidro	

²⁴² É uma espécie de rocambole (nota do autor)

1 globo de vidro
Hum par de castiçais de prata

Fonte: APEC

No inventário de Carlos Felipe Rabelo de Miranda e esposa (primeiro quadro) e Domingos Manuel Pereira Pacheco (segundo quadro), aparecem listados os itens que devem conter um jantar ou banquete, como louças, vidros, cristais, talheres entre outros. No quadro abaixo se observa a presença de jogos de compoteiras, 42 pratos finos, 24 tigelas que poderiam ser utilizadas para servir sopa, cálices de vidro no total de 62, além de colheres de prata, bandejas e um tapete.

Quadro 28 - Itens referentes ao ritual do jantar - Carlos Felipe Rabelo de Miranda e esposa

Louças e vidros	Utensílios de mesa	Demais itens
62 cálices de vidro	12 colheres de sopa de prata	4 bandejas de ferro
Hum jogo de compoteiras	Huma dita de cabo de viado	Hum dito dito de prata
Três ditas ditas lisas	Huma dúzia de facas e garfos de ferro	Huma galheteria
42 pratos finos		Hum Tapete
24 tijellas		

Fonte: APEC

No quadro abaixo encontram-se listados alguns bens de Domingos Manuel Pereira Pacheco, como um aparelho completo de louça fina para jantar, a presença de copos de cristal, salvas de metal para servir o alimento, saladeira, uma colher para arroz, dentre outros.

Quadro 29- Itens referentes ao ritual do jantar Domingos Manuel Pereira Pacheco

Louças e vidros	Utensílio de mesa
Hum aparelho completo de louça fina para jantar	Huma saladeira
Hum jarro de porcelana com tampa de metal	Huma salva e copo de prata
Treze dúzias de pratos azuis	Huma colher para arrois de prata
Quatro pratos travessas	Seis salvas de metal
Dois jarros de vidro	Duas dúzias de facas de cabo de viado
Dezoito copos de cristal	
Quatro dúzias de cálice de cristal	
Dois compoteiras	

Fonte: APEC

Relacionados acima aparecem os pratos azuis, que podem ser do tipo ‘*flow blue*’, ou BORRÃO AZUL, consideradas as mais caras (como foi visto no capítulo 2). Pode-se supor isso a partir dos fragmentos de louça encontrados durante a escavação arqueológica realizada na referida cidade, durante as obras de instalação do sistema de esgoto sanitário realizado pela CAGECE, entre os anos de 2007 e 2009.

Saber recepcionar em um ritual como o jantar era fundamental caso quisessem adquirir um *status* social mais elevado ou para mantê-lo. O receber bem, com requinte, bom gosto e civilidade era essencial, como expressa em sua fala Antônio Sales (1970) em sua obra *Aves de Arribação*.

“[...] Bonita mesa! Talheres de prata, louças finas, copos tão delicados que a gente tinha medo de quebrar, jarros de flores, criados empaquetados, mais bem vestidos do que eu [...]” (SALES, 1979, p: 81)

Outro ritual importante era o do chá, foi difundido pela Europa, chegando no Brasil e em Aracati.

“[...] Vindo da China e trazido pela *British East India Trading Company*, o chá penetrou na Inglaterra na primeira metade do século XVII, tendo sido essa introdução favorecida pelas notórias propriedades medicinais e pelo fascínio que exerciam sobre os europeus os produtos orientais.” (LIMA, 1997, p: 94)

Após a abertura dos portos e a chegada da família real portuguesa ao Brasil, o chá se tornou aos poucos popular entre os grupos mais abastados, seu ritual, assim como o do jantar tornou-se um elemento de distinção social, o consumo do chá, bem como dos itens que compunham tal ritual, possibilitava identificar e diferenciar os grupos. E ainda dominar as regras impostas para execução do ritual era um forte elemento distintivo.

“[...] A cerimônia do chá da tarde – a modalidade mais significativa – uma espécie de refeição pequena e freqüente, assumiu portanto um formato bem definido, com princípio, meio e fim, ocorrendo em local e horário rigidamente fixados, com objetos especializados e alimentos específicos, regras severas de etiqueta e forte controle corporal, características essa que favoreceram a sua ritualização”. (LIMA, 1997, p: 101)

Embora a autora esteja descrevendo o ritual na Inglaterra, observa-se que este foi realizado no Brasil e também na cidade de Aracati, pois além da presença dos itens relacionados à prática do citado ritual, observa-se tal fato nas descrições de Henry Koster e Freire Alemão, um cita o consumo do chá em meados do século XIX e o segundo o cita na segunda metade do século em questão. A presença e o consumo do chá também podem ser observados tanto através dos inventários, quanto na descrição das mercadorias importadas da Europa, como é o caso do Inventário de Silvestre Ferreira dos Santos, dono da Casa Comercial Santos & Filhos.

Quadro 30 - Chá comercializado pela Casa Comercial Santos & Filhos

Item
Oito libras de chá Kissom

Fonte: APEC

Segundo Lima (1997, p: 99) os itens que compunham o ritual do chá, na primeira metade do século XIX, aproximadamente em 1840,

“[...] Por essa mesma época, as xícaras com alças – mais difundidas a partir de 1820 – substituíram de vez as pequenas malgas, que deixaram de ser fabricadas em meados século. O equipamento fundamental pra o serviço do chá, que ganhou formas e funções altamente especializadas, incluía então:

- a mesa (teapoy), ponto focal do ritual;
- o bulê – peça principal em torno da qual gravitava a cerimônia – e seu descanso, destinado a proteger a madeira do calor excessivo da infusão;
- uma chaleira e seu suporte de metal, com um pequeno fogareiro para manter a água aquecida;
- a caixa de chá (tea caddy)
- um açucareiro, agora menor, graças a substituição dos antigos cones de açúcar cristalizado;
- uma pequena jarra com leite ou creme;
- uma bandeja com alças, medindo cerca de 60 centímetros de comprimento, com borda elevada par evitar que os objetos escorregassem e caíssem, e pés para impedir o contato direto com a superfície de madeira. Sua função era transportar e sustentar as peças acima. (LIMA, 1997, p: 99)

Na cidade de Aracati, observa-se a presença dos itens necessário para a realização do citado ritual. Como indica o quadro abaixo:

Quadro 31 - Itens referentes ao ritual do jantar Domingos Manuel Pereira Pacheco

João Martins da Silva Zinha	Domingos José Pereira Pacheco
21 Cazaes de pires e chicaras	Hum aparelho completo de louça fina para chá de porcellana
2 Cazaes de pires louça grossa	Hum dito para chá de pó de pedra
10 Pires	Des chicaras e pires de pó de pedra
1 Bulle de louça (usada)	Dois compoteiros
1 Dito de metal	Doze pratos finos para doce
1 Bulle de louça fina	Hum (...) fino para doce
1 Assucareiro	Dois bules de metal
1 Mantegnêira asul	Três ditos de folha

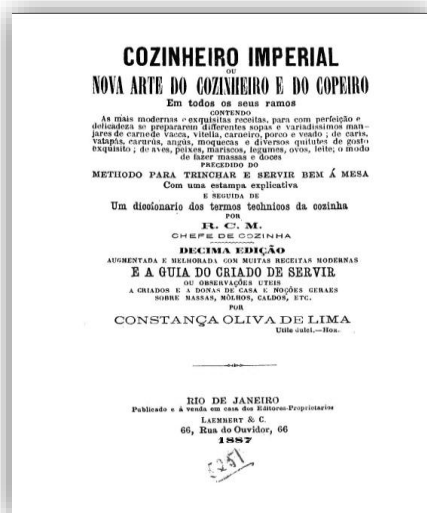
Fonte: APEC

Os Os itens acima corroboram com a tese do consumo e prática do ritual do chá pela elite aracatiense. Em que medida a aquisição e o consumo de artigos e práticas europeias foram apropriadas pela referida elite e de que forma modificaram seus hábitos e costumes?

4.3. Consumir e Traduzir: A Inserção da Elite Aracatiense no Processo Civilizador Capitalista

Nos séculos XVII, XVIII e XIX, cresce gradativamente o número de livros de receitas que circulavam no Brasil. O primeiro livro que provavelmente chegou ao país teria sido *Um Tratado da Cozinha Portuguesa*²⁴³, manuscrito produzido no século XV cujo autor é desconhecido. Encontra-se dividido em 4 partes: carne, ovos, leite e conservas. Este foi transcrito e adaptado para uma linguagem mais atual. Outro livro de culinária igualmente importante é a *Arte da Cozinha*, tendo sido o primeiro livro de receitas português impresso e publicado. Seu autor, Domingos Rodrigues, o escreveu direcionando às elites e teria influenciado a culinária portuguesa e os livros de culinária brasileiros, publicados posteriormente. Sua primeira impressão data de 1680. Outro livro de igual importância teria sido *Cozinheiro Imperial*, cuja primeira edição data de 1839. Foi considerado o primeiro livro de culinária brasileiro, por usar iguarias e ingredientes nacionais, embora suas receitas mesclassem outras de origem francesa e inglesa. O autor da referida obra é desconhecido.

Figura 50 - Capa do Livro de Culinária Cozinheiro Imperial - Nova arte do cozinheiro e do copeiro. Em todos os ramos e seus rumos, Rio de Janeiro, em 1887



Fonte²⁴⁴: Cozinheiro Imperial de Nova arte do cozinheiro e do copeiro. Em todos os ramos e seus rumos. 1887

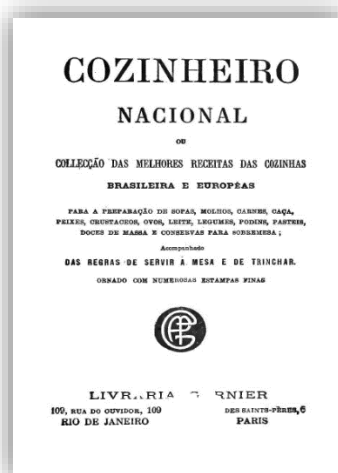
²⁴³ Disponível em <http://objdigital.bn.br/Acervo_Digital/livros_eletronicos/cozinhaportuguesa.pdf>.

²⁴⁴ Disponível em: <https://docs.google.com/file/d/0B7HPs2D4H4tBYmMtSFRqeWJDRE/edit> Acessado em 30/03;2015

²⁴⁴ <http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/0600570#page/1/mode/1up> - Acessado em 30/03;2015

O segundo livro publicado no Brasil foi *Cozinheiro Nacional*, editado no ano de 1860. Acredita-se que seus editores, os mesmos de *Cozinheiro Imperial*, teriam ‘nacionalizado’ mais esta obra, pois tem influências indígenas e africanas em suas receitas.

Figura 51- Capa do Livro de Culinária ‘Cozinheiro Nacional – Colleção das melhores receitas da cozinha brasileira e européas’, Rio de Janeiro e Paris, por volta de 1860



Fonte: *Cozinheiro Nacional – Colleção das melhores receitas da cozinha brasileira e européas*, por volta de 1860²⁴⁵

Os livros de Receitas cumpriam à época, um papel importante, pois além de ensinar receitas de culinária, também davam dicas de como trincar a carne, como se comportar à mesa, como receber e dos principais utensílios de cozinha e como utilizá-los. Como ilustrado acima, davam ainda uma pequena descrição de cada um dos itens apresentados na obra como, por exemplo: o ‘servidor de ovos’ que, de acordo com a obra *Cozinheiro Nacional*, editado por Eduardo e Henrique Laemert, por volta de 1860, seria

“[...] uma terrina de metal ou de prata com uma tampa sobre os pés, com uma lamparina cheia de espírito de vinho por baixo, e dentro um segundo fundo furado para nêlle se collocarem os ovos, constitue o servidor.
Deita-se agua sobre os ovos; coloca-se o aparelho sobre a mesa, accende-se a lamparina, para que os convidados possam comer os ovos como fôr do seu gosto.
Este servidos deve ser acompanhado serviço de ovos para ovos, igualmente de metal, com uma chicara de porcelana e colherinhas de prata.” (*Cozinheiro Nacional*, p: 13)

As imagens abaixo ilustram o servidor para ovos e o serviço para ovos, descritos na referida obra, porém, não foram encontrados registros de seu consumo na cidade de Aracati.

²⁴⁵ Ver CANPOS, Eduardo. O lugar da Cozinha, Editora e Gráfica LCR, Fortaleza, 2007. Nesta obra o autor trata dos utensílios, assim como da cozinha no Brasil e Ceará.

Figura 52 - Servidor para ovos – Ilustração do século XIX



Fonte: Cozinheiro Nacional, 1860, p: 13 e 14, respectivamente²⁴⁶

Outro item importante que é diferente do servidor de ovos e serviço de ovos apresentado a pouco seria o galheteiro, presente em alguns dos inventários analisados em Aracati, e que é descrito na obra *Cozinheiro Nacional*.

Figura 53 - Galheteiro do século XIX

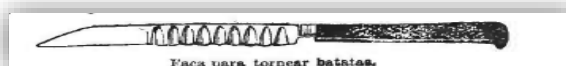


“[...] O galheteiro para serviço de mesa é de metal, ou de madeira; e deve conter cinco vidros; um para vinagre, outro para azeite, um terceiro para mostarda, o quarto para pimenta da Índia, o quinto para sal; e dois copinhos para pimenta comari e outro para limão.” (Cozinheiro Nacional, 1860, p: 13)

Fonte: Cozinheiro Nacional, 1860, p: 13

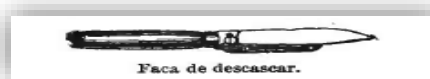
Outros utensílios descritos na referida obra são as facas e os talheres. Quanto às facas, elas dividem-se em faca para tornejar batatas, faca de descascar e talheres para trincar. A primeira a ‘faca de tornejar batatas’, de acordo com a obra *O Cozinheiro Nacional* “esta faca differe das outras em ter o corte ondulado do meio para o cabo, de madeira que descascandose com ella uma batata, ou um marmelo bastante grosso, estes ficarão torneados pelo simples facto de decascal-os” (p. 11).

²⁴⁶ Disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/0600570#page/1/mode/1up> - Acessado em 30/03;2015

Figura 54- Faca para torneare batatas

Fonte: Cozinheiro Nacional, 1860, p: 13²⁴⁷

A segunda, a “faca de descascar” aparece a seguinte descrição “estas facas teem ao correr da lamina uma folha segura por emio de parafuso. Quando se quer descascar fructa ou raiz, passão-se estas entre a lamina e a folha. Pelos parafusos pode-se regular a grossura da casca que se lhes quer tirar” (p. 12).

Figura 55 - Faca de descascar

Fonte: O Cozinheiro Nacional, 1860, p: 13²⁴⁸

O último item a ser descrito são os “talheres de trinchar”, que, de acordo com a obra já citada “[...] são estes talheres do mesmo feitio dos outros, com a diferença de serem maiores a faca de ponta, e o grafo, tendo uma mola, que se levanta na ocasião do serviço, a fim de evitar que a faca resvale, e venha à mão que segura o garfo” (p. 10).

Figura 56 - Talher para trinchar

Fonte: Cozinheiro Nacional, 1860, p: 15²⁴⁹

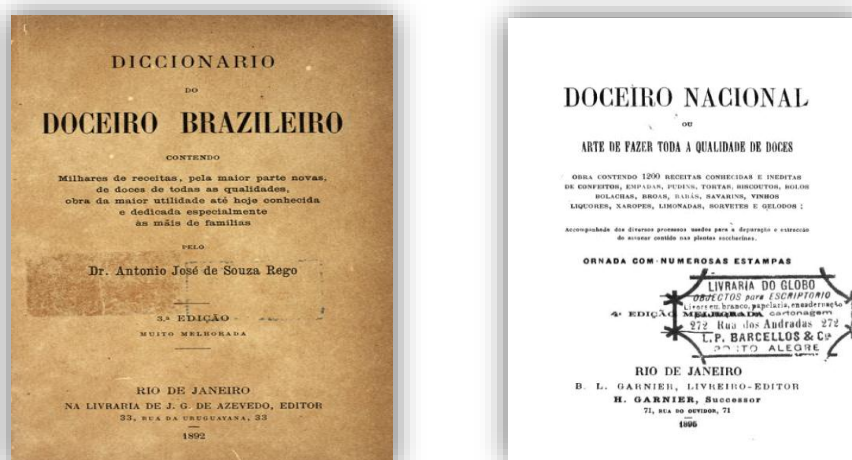
Outras obras surgiram posteriormente e tinham como tema central os doces. Dentre esses livros de culinária, destacam-se: *Dicionário do Doceiro Brasileiro*, publicado em 1892, e *Doceiro Nacional*, editado em 1895. Como ilustram as capas abaixo:

²⁴⁷ Disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/0600570#page/1/mode/1up> - Acessado em 30/03;2015

²⁴⁸ Disponível em <http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/0600570#page/1/mode/1up> - Acessado em 30/03;2015

²⁴⁹ Disponível em: <https://docs.google.com/file/d/0B7HPs2D4H4tBYmMtSFRqeWJDRFE/edit> Acessado em 30/03;2015

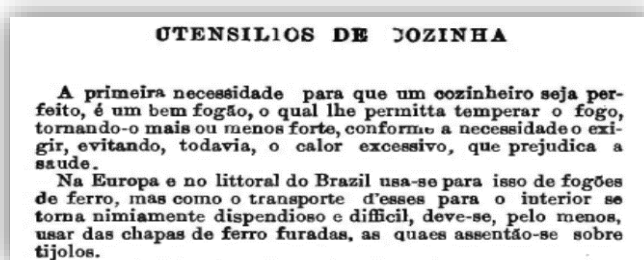
Figura 57 - Capa dos Livros “Dicionário do Doceiro Brasileiro” e “Doceiro Nacional”



Fonte: Dicionário do Doceiro Brasileiro²⁵⁰ e Doceiro Nacional²⁵¹, respectivamente

Os utensílios de cozinha listados nas referidas obras, além das orientações que estas forneciam foram importantes para a aquisição de alguns destes itens, de acordo com o Livro de Culinária *Cozinha Nacional*, estes eram importantes além dos utensílios de mesa, para servir e demonstrar sua civilidade e *status* social. Como destaca o trecho abaixo.

Figura 58 - Trecho do Livro Cozinheiro Nacional, 1860-



Fonte: Cozinheiro Nacional, 1860, p: 9²⁵²

No trecho acima, o autor evidencia a importância de um bom fogão que “Na Europa e no litoral do Brasil usa-se para isso de fogões de ferro”, conforme informa o autor,

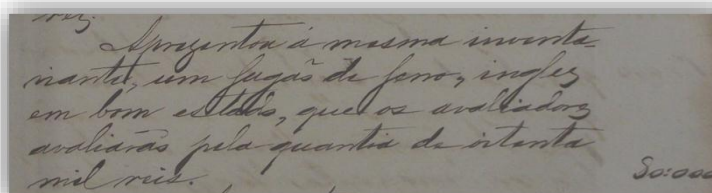
²⁵⁰ Disponível em: http://digitalizacao.fundaj.gov.br/fundaj2/modules/visualizador/i/ult_frame.php?cod=959
Acessado em 30/03;2015

²⁵¹ Disponível em: Fonte <http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/00655700#page/12/mode/1up>.
Acessado em 30/03;2015

²⁵² Disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/0600570#page/1/mode/1up> - Acessado em 30/03;2015

seria para o cozimento dos alimentos; na cidade de Aracati, foi encontrado apenas um ‘fogão de ferro’, listado no inventário²⁵³ do comerciante espanhol Clemente Astudillo Bussoñs, em 1889. E ressalta-se que este seria inglês, embora houvesse um comércio entre a Europa e a cidade de Aracati, mesmo que passando pelo Porto de Fortaleza. A presença do referido fogão pode ser observada abaixo.

Figura 59- Trecho do Inventário de Clemente Astudillo Bussoñs - 1889



Fonte APEC

Outros utensílios de cozinha são listados nos inventários analisados, onde aparecem descritas caçarolas, panelas, bacias etc. Porém, em alguns inventários observou-se a presença de fogareiros, chaleiras e facão grande, o que permite supor que havia uma preocupação com a forma de preparo do alimento e até mesmo com o consumo de utensílios de cozinha para a realização de pratos mais elaborados.

Não foram identificados livros de culinária nas fontes analisadas, mas isso não quer dizer que não existam e que não tenham sido utilizados na referida cidade pela elite local. A presença de uma trinchadeira, de um fogão de ferro, de um fogareiro, já são indícios de uma preocupação em adquirir tais utensílios e com o preparo dos pratos a serem servidos nos jantares e banquetes. Alguns desses itens aparecem listados nos inventários de João Martins da Silva Zinha e João Gurgel do Amaral, ambos comerciantes locais.

Quadro 32 – Itens de cozinha - inventários de João Martins da Silva Zinha e João Gurgel do Amaral

João Martins da Silva Zinha	José Gurgel do Amaral
1 Fogareiro	1 Tacho grande
2 Chaleiras	1 Ditto médio
1 Bacia de arame pequena	1 Dito pequeno
1 Dita de fllande grande	1 Bacia
3 Cassarolas	1 Panella grande
1 Panella de ferro	1 Panella menor
1 cassarola	

Fonte: APEC

²⁵³ Transcrição do documento “Apresentou a mesma inventariante um fogão de ferro, inglês em bom estado, que para os avaliadores avaliarão pela quantia de oitenta mil reis”.

A culinária, assim como os utensílios utilizados pela elite aracatiense, ou por alguns membros da referida elite, se enquadram nas observações de Schwarz (2008) acerca da utilização de receitas e utensílios de cozinha europeus.

“[...] O segredo era introduzir receitas européias principalmente francesas e italianas, mas acrescentar a elas temperos brasileiros. Também para os nobres daqui a saída foi semelhante: um sistema europeu com o qual combinou-se um tempero brasileiro.” (SCHWARZ, 2008, p: 205)

Essa tropicalização, como se refere a autora, não se resume à culinária, mas essa tradução pode ser observada também nos utensílios como vasilhas de barro, cabaças e outros. No livro de culinária *Cozinheiro Nacional* (p. 3), o autor apresenta uma lista com “[...] substâncias culinárias europeas que podem ser substituídas por outras do Brasil: e reciprocamente substâncias culinárias brasileiras, que podem ser substituídas por outras da Europa”. Observa-se que no próprio livro o autor já faz essa tradução, o que leva a supor que em Aracati ocorria uma tradução das receitas europeias, assim como dos utensílios utilizados para tanto, e que alguns membros da elite local adquiriam alguns dos utensílios e dos ingredientes sugeridos, mas nem todos.

4.3.1. Higiene e civilidade: o controle das pulsões

A escarradeira, ou cuspidadeira, como também ficou conhecida, teve origem na China por volta do século XVI e depois foi difundida pelo mundo, como afirma Lima (1996) “Já no século XVIII, esses vasilhames estavam sendo intensamente fabricados pelos chineses para exportação”. Associadas à excreção, a escarradeira ou cuspidadeira foi produzida em diferentes tipos de matéria-prima, como porcelana, faiança fina, vidro ou até mesmo metais nobres, como a prata. De acordo com Lima (1996, p. 66), estas “foram por sua vez intensamente utilizadas no século passado, considerando-se ‘de bom tom’ o hábito de se expelir secreções em público”. Ou como define Elias (2011) o ‘hábito de escarrar’, os termos escarrar, cuspir foram determinantes para o nome atribuído ao referido artefato. O formato, assim como a matéria-prima foram modificando, buscando atingir um número maior de consumidores. Como as imagens abaixo.

Figura 60 - Escarradeiras produzidas no século XIX – Museu Dom José/ Sobral/Ce



Fonte: Acervo Pessoal

O uso de tais ‘recipientes coletores’ estavam associados à higiene, portanto, segundo Lima (1996, p. 66) estas eram “utilizadas na sala e no gabinete de fumantes, eram deixadas à disposição das visitas, no chão, em geral em pares, ladeando os sofás”. A presença destes perdurou, no Brasil, até meados do século XIX, em alguns lugares até a segunda metade do mesmo século. Era considerada habitual em casas de famílias de médio e alto poder aquisitivo, o que denotam um grau de civilidade de quem a possuía e a utilizava como orientavam as regras de civilidade. Os diferentes formatos, como os ilustrados acima demonstram que além de servirem como sua função estabelecida, ainda eram utilizados como adornos. Como ilustra a imagem abaixo.

Figura 61– Disposição de uma sala de visita do século XIX – Museu Jaguaribano



Fonte: Acervo documento do GPPUR/ MAHIS/UECE

A composição da sala de visita, na imagem acima, demonstra uma das formas como eram dispostas as escarradeiras ou cuspidadeiras. Na ilustração acima observa-se as cadeiras e o sofá em madeira e palhinha, formando um semicírculo e, entre elas, uma escarradeira ou cuspidadeira, outro elemento de destaque, por vezes, era o piano como se apresenta no inventário de Eduardo Gonçalves Valente.

Quadro 33 – Itens referentes a sala de visita

Eduardo Gonçalves Valente

1 Piano

1 Cadeira p^a piano

Fonte: APEC

A disposição dos móveis na sala acima descrita e a presença do piano demonstram o grau de sociabilidade do inventariante. No mesmo inventário aparecem listadas duas escarradeiras que juntas foram avaliadas a quatro mil reis. A presença destas no referido inventário assim como em outros, não inseridos aqui, permitem supor o seu uso como descrito por Lima (1996), outro aspecto que corrobora com tal suposição é a presença dos mesmos artefatos no Museu Jaguaribano, como ilustram as imagens abaixo.

Figuras 62– Escarradeiras doadas ao Museu Jaguaribano



Fonte: Museu Jaguaribano (Doadas pelo Monsenhor Bruno Figueiredo e por Rosalina Duarte, respectivamente,)

A imagem das escarradeiras ou cuspidadeiras acima nos fornecem elementos para supor que havia uma variedade delas nas casas das famílias mais abastadas e que estas cumpriam dupla função: a primeira de recipiente destinado a receber o excremento, como a saliva e o catarro, e a segunda seria de adorno, considerando a riqueza de detalhes, assim como a matéria-prima da qual foi produzida. Um ponto importante a ser colocado é quanto ao seu *design*, o orifício em cima servia para que o indivíduo ‘cuspsse’ e o outro orifício servia para

a retirada da areia que ficava dentro da escarradeira ou cuspideira, dessa forma não era visível ‘fluido viscoso’ expelido. A função do citado recipiente era, segundo Lima (1996, p. 66) para “aparar o excesso de saliva e catarro produzido pelo organismo e também o resultante do hábito de mascar o fumo”. A autora continua

“[...]Inusitados para os padrões atuais, atestam a extrema importância que as sociedades que os produziram ou adotaram no século passado atribuíam ao ato de cuspir, de escarrar, de expelir o que consideravam nocivo ao organismo. Para que esta prática fosse exercida sem qualquer constrangimento, transformaram-na em um ato não apenas socialmente tolerado, mas sobretudo elegante, criando para esta finalidade requintados recipientes destinados a receber fluidos viscosos” (LIMA, 1996, p: 66)

As escarradeiras ou cuspideiras cumpriram um papel importante no que concerne à sociabilidade e higiene, por isso foi fabricado por ceramistas europeus da Inglaterra, França, Holanda, Alemanha e Portugal.

O que se observa é que, com a chegada da família real portuguesa no Brasil, ocorre o que Lima (1989) denomina de “[...] processo de remodelamento dos velhos hábitos coloniais”, onde a necessidade de higienizar aliada às exigências de conforto, segundo Lima (1989, p. 81), “[...] agravava ainda mais os problemas da cidade suja, doente, acanhada, espremida e desprovida, exigindo soluções a curto prazo”. A autora descreve a cidade do Rio de Janeiro, mas esse cenário poderia facilmente representar qualquer cidade brasileira.

A preocupação em adotar mecanismos voltados para a remodelação e higienização da cidade provocam mudanças estruturais dentro e fora das residências, principalmente as mais abastadas, onde são inseridos itens destinados à higiene do indivíduo. O consumo de tais itens é analisado por Lima (1989, p. 81).

“[...] para as grandes nações industrializadas – em especial a Inglaterra –, necessidade de ampliar os mercados consumidores para seus produtos, era fundamental a implantação de uma nova mentalidade nas colônias, condizente com os mais modernos padrões europeus, que favorecesse e assegurasse a penetração, a adoção e o consumo maciço desses bens, o que reforçaria duplamente, do ponto de vista ideológico e econômico, a sua subordinação” (LIMA, 1989, p: 81)

Dessa forma, a Inglaterra, entre outros países, poderia expandir seu mercado, não interessa, no entanto, que os consumidores das colônias, como o Brasil, por exemplo, soubessem utilizar tais produtos, mas que tivessem em mente a necessidade de consumir tais itens para se diferenciar dos demais grupos sociais.

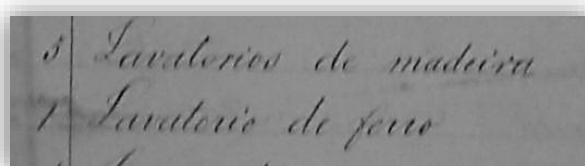
A ‘substituição’ de antigos hábitos desenvolvidos ao longo do período colonial são observados por Lima (1989, p. 81).

“[...] a paulatina erradicação dos antigos costumes e sua substituição por novas práticas e idéias de modernização, para as quais contribuíram fortemente os ingleses instalados no Brasil, abriram caminho para o desenvolvimento econômico e cultural. Em meados do século, escudada na necessidade de debelar as grandes febres e surtos epidêmicos, de eliminar focos de infecção, ares e águas contaminados, de baixar as elevadíssimas taxas de morbidade e mortalidade através de severos dispositivos sanitários, a medicina, até então sem qualquer projeto de combate sistemático a essa insalubridade generalizada, passou a exercer um controle fiscalizador crescente”.

Com isso, houve uma preocupação crescente com a higiene, que perpassava o indivíduo e se instalava na coletividade. Era necessário limpar as ruas, as casas, disciplinar o indivíduo em nome da coletividade. São inseridos assim os artigos de higiene, como a escarradeira, já utilizada anteriormente, mas que nesse momento tem dupla função, como já foi dito anteriormente, os lavatórios tornam-se ferramentas indispensáveis para a higiene individual.

O lavatório era, *a priori*, composto por duas peças: uma bacia com uma jarra que poderia ser produzida de diferentes tipos de matéria-prima, como porcelana, faiança fina e vidro. A partir de sua comercialização pelo mundo, tornou-se um artigo obrigatório, o que possibilitou mudanças e adaptações para que o consumidor tivesse mais conforto e comodidade. No inventário de Eduardo Gonçalves Valente aparecem listados cinco lavatórios de madeiras e um de ferro, conforme trecho do referido documento.

Figura 64: Trecho do inventário de Eduardo Gonçalves Valente



Fonte: APEC

Embora tais lavatórios apareçam em alguns inventários, não foi possível localizar imagens para ilustrar os diferentes tipos do referido artigo. Abaixo seguem algumas imagens de lavatórios, expostos no Museu Dom José em Sobral.

Figura 63: Lavatórios em louça com suporte em madeira de origem europeia – Museu Dom José



Fonte: Acervo fotográfico GPPUR/MAHIS/UECE/Missão Sobral

De acordo com Flexor (2009), os móveis destinados à higiene teriam surgido no decorrer do século XVIII.

“[...] os primeiros móveis com finalidade higiênica, os chamados toucadores, apareceram somente no final do século. Eram pequenos e colocados sobre uma mesa, banca ou cômoda. Inicialmente, os exemplares tinham origem inglesa. Com uma, duas ou três gavetinhas inferiores [...]” (FLEXOR, 2009, p: 122)

No manual de civilidade *Código do Bom Tom*”, J. I. Roquette orienta os anfitriões quanto à importância do referido utensílio, sendo este necessário para limpeza das mãos e boca após o jantar ou banquete, embora seu uso se prolongue por todas as refeições e asseio diário. Eram comuns os lavatórios de duas peças, mas mesmo eles passaram por mudanças em seu *design* e matéria-prima, como já foi descrito. Abaixo segue uma imagem de um lavatório de duas peças.

Figura 65 - Lavatório de duas peça: bacia e jarra em louça – Museu Dom José



Fonte: Acervo fotográfico GPPUR/MAHIS/UECE/Missão Sobral

Nos inventários acima observa-se o uso de sabonetes, tendo em vista a presença de quatro saboneteiras, além de serem listados diferentes tipos de lavatórios. Sendo de madeira – pode-se supor que seja à base de um ferro –, pode-se supor o mesmo – um lavatório velho, isso permite pensar que foi muito usado, além de lavatórios de duas peças, sendo uma bacia e uma jarra, ambos de louça e, em sua grande maioria, importados da Inglaterra.

Quadro 34 - Inventários onde encontram-se listados itens relacionados a higiene.

Eduardo Gonçalves Valente	João Martins da Silva Zinha	Clemente Astudillo Bussoñs
5 Lavatórios de madeira	3 Bacias p ^a rosto	1 Lavatório velho
1 Lavatório de ferro	3 Lavatórios de madeira	
1 Depósito para água	4 Saboneteiras	
1 Bacia para banho		

Fonte; APEC

O uso dos referidos recipientes podem ou não identificar o grau de civilidade do seu proprietário e sua família, onde a quantidade do mesmo produto pode fornecer elementos do cotidiano doméstico. Um ponto importante a ser observado e analisado é a presença ou a ausência de tais itens, pois sua ausência não quer dizer necessariamente que o indivíduo não as tivesse, esta pode ter quebrado ou sido doada a um familiar, por exemplo.

O consumo de lavatórios e seus predecessores, os toucadores, é descrito por Flexor (2009, p. 122).

“Não foram muito numerosos, mas na primeira metade do século XIX já havia alguns toucadores de tamanhos maiores, chegando até ao modelo de vestir. [...] Somente a partir de 1850 tornaram-se mais numerosos, apresentando também maiores tamanhos. Havia toucadores com três espelhos, com bancas e lastro de pedra e as toilettes, como passaram a ser chamados” Flexor (2009, p: 122)

A relação entre a produção dos utensílios destinados à higiene das partes superiores, como a escarradeira ou cuspidreira e os referentes às partes inferiores, como os urinóis, foram aos poucos se assemelhado em suas características físicas, assim como às suas relativas atividades de excreção. Nem todos os utensílios destinados à higiene das partes inferiores foram encontrados nas fontes consultadas, como os urinóis, as retretes, entre outros. Reafirmando a fala anterior, isso não quer dizer que eles não tivessem contato com tais objetos, nem tão pouco que não os possuísem.

4.3.2. Tradução e estratégias de inserção da elite aracatiense

O consumo de tais objetos não quer dizer que estes sejam usados e, se o forem, não quer dizer que sejam usados conforme foram pensados. Um exemplo disso são os utensílios destinados à higiene, como a retrete, que mesmo tendo sido difundida no decorrer do século XIX pelo mundo, chegando ao Brasil, não há registro de seu uso na cidade de Aracati. Embora sem registros do urinol, pode-se supor, deve ter sido usado na cidade em questão, assim como outros itens de higiene, como os lavatórios e escarradeiras.

Em contrapartida, o consumo de louças europeias de uso doméstico foi percebido através das fontes analisadas, tendo sido criada uma ‘hierarquia de consumo’, baseada na quantidade de fragmentos encontrados durante a escavação arqueológica realizada na cidade de Aracati, entre os anos de 2007 a 2009, em decorrência das obras realizadas pela CAGECE, como já explicado anteriormente. A tabela abaixo elenca os padrões decorativos encontrados no decorrer da referida escavação. A elaboração do quadro abaixo foi balizada a partir dos dados referentes ao Sobrado das Corujas e Casarão do Zacarias, foram encontrados ao todo cerca de 523 fragmentos de louça identificados e analisados, pois nem todos os fragmentos, por seu tamanho ou ausência de detalhes, pode ser inserido em algum desses padrões.

Quadro 35- Padrões decorativos encontrados na cidade de Aracati

Nº	Padrões decorativos	Quantidade
1	Pearlware Policrômico	135
2	Banded	84
3	Branca*	63
4	Transfer Printed	56
5	Brasileiras*	39
6	Shell Edged Blue/ Inciso/Ondulado	35
7	Shell Edged Blue/ Inciso/ Plano	33
8	Shell Edged Green Inciso Plano	33
9	Flow Blue	30
10	Ironstone	24
11	Shell Edged Red Inciso Ondulado	5
12	Branca/ Incisa*	5
13	Shell Edged Blue (Pintado?)	2
14	Shell Green/ Inciso/ Ondulado	4

Fonte: IPHAN

O consumo de louças pela elite em questão pode ser analisado e, em certa medida, contribui para pensar que padrões decorativos eram mais ou menos consumidos pelo grupo em questão. Tais considerações foram balizadas tomando como parâmetros os trabalhos realizados nas duas unidades domésticas acima. Estas corroboraram no tocante ao consumo de louças europeias e como essa elite se apropriava dos itens produzidos na Europa. Destaca-se a amostra coletada no padrão *pearlware* policrômico, além de ter sido encontrada nas duas edificações, segundo IPHAN (2009, p. 42).

“Dentre as faianças inglesas, as mais recorrentes são às pertencentes ao padrão Pearlware Policrômico (louça perolada, e esta situação vem se repetindo em outras amostras identificadas em sítios históricos do Estado. A louça pearlware destinava-se prioritariamente aos serviços de chá e café (Lima, 1989), porém são frequentes pequenas tigelas destinadas ao consumo de alimentos pastosos como sopas, coalhada e caldos, Dentre as louças decoradas da primeira metade do século XIX, este padrão figurava entre os mais baratos”

A imagem abaixo ilustra uma parte da amostra encontrada na referida cidade, referente ao padrão pearlware policrômico

Figura-66 - Amostra coletada – Padrão Pearlware policrômico



Fonte: IPHAN(2009, p: 53)

Os padrões decorativos encontrados no casarão do Zacarias, assim como os encontrados no Sobrado das Corujas fornecem informações concernentes ao consumo em dois pontos relativamente distantes um do outro e que representam o perímetro rural e o urbano.

O primeiro o Casarão do Zacarias, segundo IPHAN (2009, p. 42) encontra-se “situado na Tv. José de Alencar, [e] está localizado não muito distante do centro histórico de Aracati, em área semi-rural, associado a um complexo arquitetônico do século XIX que conta

com mais duas residências, hoje totalmente descaracterizadas, além de uma cacimba, chamada de Cacimba do Povo que dá nome a localidade”.

Figura 67- Frente do Casarão do Zacarias



Fonte IPHAN (2009, p: 43)

De acordo com Alemão (2006, p. 84), próximo a essa localidade encontrava-se a ‘casa de campo’ do Sr. Caminha, como afirma o viajante: “Saímos da cidade pelo lado da cacimba do Povo e assim mais de um quarto de légua nos achamos em frente duma casa de campo, rasa e de pouca aparência, mas que parece ter cômodos interiores”. O que chamou a atenção diante do relato foi a consideração de que a casa do comerciante era uma casa de campo, embora simples para os padrões sociais de seu proprietário, provavelmente. A partir de tal afirmação pode-se pensar que as casas localizadas naquela região fossem semelhantes e que assim como o Sr. Zacarias e o Sr. Caminha, outros membros da elite possuísem casas na referida área, o que justificaria o consumo de louças europeias pelo Sr. Zacarias.

Na imagem acima destaca-se a casa do Sr. Zacarias na localidade de Cacimba do Povo, em contraste com a imagem abaixo do Sobrado das Corujas

Figura 68 - Sobrado da Corujas – vista lateral e frontal



Fonte: Rescala, João José, 1941 (Arquivo Noronha Santos/IPHAN). (Apud IPHAN, 2009, p: 75)

O Sobrado das Corujas está situado, segundo IPHAN (2009, p. 68) “a rua Coronel Alexanzito à Coronel Alexandrino, fato ainda hoje verificado no imóvel remanescente, ainda hoje apresentando amplo quintal voltado à rua do Comércio, fato raro nas edificações do lado poente daquela vila”. O que observa também é o tamanho da edificação, não tendo sido registrada nenhuma outra com tamanha proporção, na região e que provavelmente receberia esta denominação e pela quantidade de janelas e portas. Segundo Rescala (*apud* IPHAN, 2009).

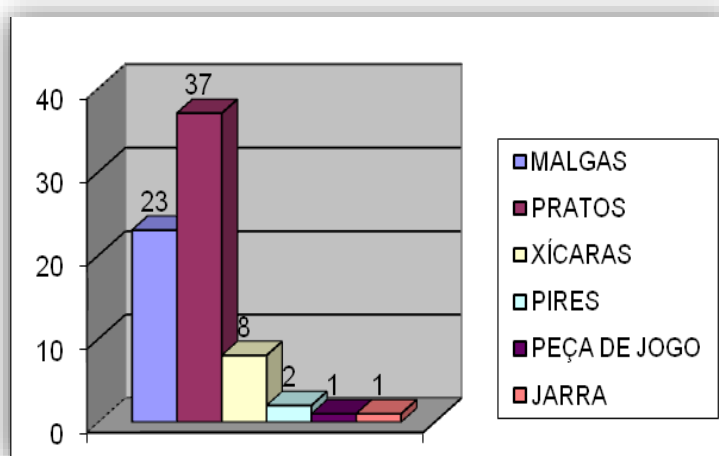
[...] São duas casas formando um só conjunto, são iguais em todos os detalhes. Como poderá ver nas fotografias nada foi alterado neste edifício. Os seus balcões de madeira são os mesmos, construção rara no Ceará é um verdadeiro monumento da construção antiga. Foi comprado pelo atual proprietário por 2:200\$000 e o mesmo vende-o por 1:500\$000 para se ver livre dele. Corre a lenda de que tem ‘botija’ enterrada na parede e foi várias vezes procurada por isso tem enormes fendas nas mesmas. É composto de 4 pavimentos incluindo o sótão que é espaçoso. Material empregado é tijolo e com argamassa de farinha do reino é a nota mais curiosa, afirmam algumas pessoas que fora empregada a farinha de trigo por ser mais econômica, outros dizem que foi empregada por engano o que não posso acreditar, mas seja desta ou daquela maneira, o fato é que a argamassa é de solidez absoluta e está se petrificando enquanto que os tijolos embora feitos especialmente para a construção estão sendo comidos pelo salitre. As linhas do telhado são de carnaúba cavadas para o encaixe das telhas. Os assoalhos do 2º, 3º e sótão são de louro com 30 centímetros de largura. Batentes da porta do pavimento térreo são de grandes lages de pedras. No 2º pavimento tem uma sala destinada ao santuário com uma porta envidraçada, as divisões do 2º e do 3º pavimento são iguais. As paredes têm 90 centímetros de espessura. Não existem mais os balcões da parte lateral que dá para um muro com portão ornamentado. Não consegui saber a data de sua construção assim como o nome de seu antigo proprietário que deveria ser um dos mais ricos daquela época.” (RESCALA, 1941, Apud IPHAN, 2009 p:67)

O consumo de louças portuguesas, assim como inglesas é proporcional, no Sobrado das Corujas, como afirma IPHAN (2009)

“[...] No Sobrado das Corujas, louças portuguesas, especialmente vinculadas a sua área de descarte (quintal), foram datadas da primeira metade do século XVIII. A quantidade de louça é equivalente à de inglesas do século posterior ali identificadas. Tal aspecto atesta uma longa ocupação do Sobrado que teve início na primeira metade ou a partir de meados do XVIII. IPHAN(2009, p: 67)

Tomando como base um gráfico apresentado no relatório do IPHAN (2009), observa-se que o consumo de alimentos sólidos é maior que o de alimentos pastosos, como ilustra o gráfico abaixo.

Figura 69 -Gráfico – Distribuição das peças por função – Casarão do Zacarias



Fonte: IPHAN (2009, p: 46) Adaptada pela autora

O consumo de alimentos sólidos, assim como pastoso é descrito por IPHAN (2009, p: 46) após analisar os fragmentos da unidade doméstica Casarão do Zacarias

“[...] observar uma maior concentração de pratos que podem ser associados ao consumo de alimentos sólidos, porém a significativa quantidade de fragmentos de malga aponta para o consumo simultâneo de alimentos pastosos como sopas, mingaus e coalhadas, hábito pouco recorrente na atualidade.” (IPHAN, 2009, p: 46)

Em seu Diário de Viagem, Freire Alemão descreve um almoço na casa dos Pacheco, o que fornece elementos que corroboram com os achados arqueológicos feitos na região. O viajante teria comido galinha ao molho, bifes, queijo e tomado vinho e chá. Em outra passagem da obra, descreve uma visita a um enfermo. Este afirma (2006, p. 104): “[...] achei uma mesa posta com toalha limpa e louça pó de pedra azul, um prato de peixe frito e outro de fatias de queijo, um prato de farinha bem alva e um bule cheio de excelente café”. O consumo de alimentos sólidos é observado nos dois relatos de Freire Alemão, o que permite pensar que os consumos de alimento pastosos possam ser feitos pela manhã, com a ingestão de coalhadas e à noite com o consumo de sopas. Porém, isso não quer dizer que seja unânime,

considerando que os consumos de alimentos pastosos ainda fossem comuns em outras refeições que não apenas no café e no almoço.

Essa tradução realizada por alguns membros do referido grupo, como, por exemplo, o uso do pires para consumir o chá, ou ainda, o uso de malgas para tomar chá, eram práticas antigas, que foram mudando com a influência europeia e o aumento de itens e regras à mesa. Outras formas de se observar essa tradução no que concerne à louça são descritas por Alemão em seu diário, ao se referir à produção de louças nas proximidades de Icó, mas que se assemelham às inglesas. A notícia de tal produção chega a ele através de uma conversa com a esposa do Juiz Municipal, que havia nascido em Icó, cidade que mantinha relações comerciais com Aracati. De acordo com Alemão (2006, p. 81), “Soubemos aí que, antes de chegar-se ao Icó, há uma mulher muda que trabalha em louça admiravelmente, fazendo tudo o que se lhe encomenda e segundo o modelo que se lhe dá, que a louça é mui preta e lustrosa”. O viajante se referia a uma ‘muda’ que produzia louça em barro, que era muito semelhante à louça inglesa.

O viajante relata seu espanto ao analisar a peça, assim como a técnica por ela utilizada, segundo Freire Alemão (2006)

“[...] Depois chegou o Lagos, que havia ido de manhã à casa da muda (daqui a quase quatro léguas) para a ver trabalhar uma louça preta de grande perfeição. Diz ela que o acaso a fez descobrir o modo de empretecer a louça. Cozinhando-a uma vez com bostas de cavalo (o que não e parece acreditável). Seus pais trabalhavam em louças (potes, panelas etc. etc.).” (ALEMÃO, 2006, p: 164)

Um dos pontos que mais chama a atenção é diversidade de itens que ela pode produzir, segundo Alemão (2006)

“[...] Os instrumentos de que se serve são os mais simples e toscos (e o Lagos trouxe-os para amostra) e com eles faz ela tudo: bules, xícaras, jarros etc. etc., aparelhos completos e conforme os modelos que lhe dão. É realmente admirável a perfeição com que ela os faz, cobrindo-os de relevos e desenhos elegantes. Tomam uma cor preta e lustrosa, e firme coo a de louça inglesa.” (ALEMÃO, 2006, p: 164)

Quanto a técnica utilizada pela ‘mulher muda’ Alemão discorre acerca da explicação dada por Lagos

“[...] O segredo, ao que parece, consiste nisso simplesmente e ela não fez mistério: queimava umas xícaras à vista do Lagos, deste modo fez uma pequena fogueira de banha e à roda do fogo ia queimando a louça. Fez-me um presente de uma jarrinha; [f. 111] fazendo-a girar continuamente, até que se achou corada e vermelha, tirou as brasas e tições, assentou as xícaras sobre o lugar da fogueira que estava quente, e depois foi lançando bostas de cavalo até cobri-las, a bosta entrou a arder e continuou

até consumir-se, deixando as xícaras empretecidas. Depois passou-lhes por cima cera de carnaúba (a de abelhas faz o mesmo efeito), esfregando-os, e deu o negócio por concluído.

A explicação que me ocorre é que a bosta queimando-se dá um fumo muito carregado de partículas de carbono que se insinua da louça, um pouco abertos em razão do calor; a cera as firm e dá lustre. O Lagos me deu uma jarrinha.” (ALEMÃO, 2006, p: 164)

Diante do exposto, pode-se supor que, mesmo não sabendo, a ‘mulher muda’ descrita por Freire Alemão estava inserida dentro do processo civilizador capitalista e traduziu a louça inglesa a partir de elementos do seu cotidiano. Embora não tenha produzido as louças utilizando a mesma técnica empregada para produzir as louças inglesas, acabou por desenvolver uma técnica que resultou nos mesmos efeitos.

Essa tradução não está apenas na técnica, mas na forma como ela a desenvolveu e o resultado que obteve. Outra forma de tradução observada foi através dos tipos de louças produzidas, como informa o viajante que esta fabricava “bules, xícaras, jarros etc.” e ainda “aparelhos completos” que se supõe que poderiam ser de chá ou jantar, e ainda “conforme os modelos que lhe dão”, a reprodução de tais peças, acredito, requer um conhecimento da peça a ser fabricada, dessa forma, a referida mulher deveria ter contato e reproduzir tais peças quase regularmente.

O que se observa é que, mesmo distante da cidade de Aracati, a fama de tal artesã chegou à cidade por intermédio de uma ‘filha do Icó’, como afirma o viajante, mas supõe-se que a fama não ficasse restrita apenas aos ‘filhos de Icó’. A produção das louças traduzia, além da técnica, a matéria-prima, que produziu resultados semelhantes às das louças originais. Isso demonstra como o processo civilizador capitalista se expandiu e como foram traduzidas as regras de civilidade, ou o consumo de bens pela elite aracatiense.



5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No século XIX, sobretudo em sua segunda metade, ocorreram transformações provocadas pelas revoluções do consumo e industrial, tendo estas dimensões mundiais, motivado a procura de novos mercados consumidores para a comercialização de seus produtos industrializados. E ainda com a instalação de casas comerciais que tinham como objetivo a exportação de matérias-primas e importação de mercadorias europeias, proporcionando a inserção de países como o Brasil nesse circuito comercial. Tais mudanças proporcionaram a expansão do processo civilizador capitalista, impulsionado pelo consumo de artigos de luxo, pelo ideal de progresso e modernidade, além da expansão de um modelo de civilidade, o europeu.

O referido processo teve início no Brasil com a chegada da família real portuguesa, em 1808, com a abertura dos portos, o que possibilitou o primeiro contato com produtos de origem europeia, e os manuais de civilidade, ocasionando a chamada primeira “europeização dos costumes” (Malerba, 2000) onde ocorre a inserção de produtos de origem inglesa e francesa, de forma ainda insipiente, se compararmos com a segunda metade do referido século. O volume de mercadorias europeias aumenta consideravelmente, e de forma mais rápida, a partir da segunda metade dos oitocentos.

No Brasil, as relações comerciais com a Europa se intensificaram, a partir de 1860, principalmente com a instalação das Casas Comerciais, em sua maioria, de origem estrangeira (inglesa, francesa e alemã), cujo comércio realizado era de importação de mercadorias europeias e a exportação de produtos da terra e matéria-prima. Algumas cidades, além das capitais, tornaram-se importantes dentro dessa economia mundo, pois negociavam diretamente com países europeus, como é o caso de algumas cidades cearenses, destaca-se Aracati.

A partir de 1850, a cidade de Aracati recebeu um grande fluxo de mercadorias de origem europeia e exportou para a Europa, além de matéria-prima, produtos da terra. Mesmo com a unificação das alfândegas, em 1853, tornando a Alfândega de Fortaleza a única na província, o comércio entre as casas comerciais e a Europa permaneceu. Através do porto de Aracati e de Fortaleza entraram mercadorias com destino às casas comerciais aracatienses e de lá são distribuídas para outras cidades cearenses, como Icó e Russas, por exemplo.

A entrada dessas mercadorias provocou mudanças nos hábitos e costumes locais, como no consumo do chá e o ritual do jantar, a aquisição de produtos importados como as louças. Elas provocaram mudanças na estrutura da casa, pois se fazia necessário um espaço

de sociabilidade, neste caso, a sala de jantar foi um espaço destinado a receber os convidados e exibir seu status social através das louças adquiridas. Os guarda-louças passaram a ter a função de vitrine que atrai a atenção dos convidados e que também ditam uma moda. A distinção social provocada pelas referidas peças, também está relacionada ao seu uso, o saber manusear os talheres como se fosse parte de seu corpo, ou seja, com naturalidade, funcionariam como outro elemento distintivo.

Esses novos hábitos e costumes foram ensinados através dos manuais de civilidade e dos manuais de cozinha que estabeleciam regras de civilidade a ser seguido, o uso dos talheres, o saber escolher as louças, o saber receber e servir, e até que tipo de alimento devia-se comer. Observa-se uma tradução realizada pelos membros da elite aracatiense *a priori* no que se refere à alimentação, nas descrições de Freire Alemão. Percebe-se que o consumo de peixes, chá e queijo são alimentos do cotidiano, mesmo com convidados, onde o almoço fugia dos padrões de civilidade ensinados nos referidos manuais.

Nos inventários analisados foi observado o uso de dois tipos de louças, uma de uso diário e outra para ocasiões especiais, como jantares informais ou banquetes, outro elemento importante foi a quantidade de aparelhos de chá e jantar que eram listados na referida documentação, havia uma hierarquia dos objetos, onde ter um aparelho de porcelana, um de faiança fina, ou de louça fina, mereciam ser descritos, e diferenciado.

Havia ainda uma diferença clara entre os membros da elite ou elites que detinha a posse dos objetos e aqueles que detinham o conhecimento, ou seja, dominavam a técnica de manuseio dos objetos e conheciam suas funções. Embora alguns membros da elite aracatiense tivessem listado em seu inventário tais objetos, isso não quer dizer que utilizassem da forma adequada. O consumo de louças europeias foi observado, através das fontes analisadas, sendo possível perceber que havia uma hierarquia dos objetos, onde as louças apareciam em quase todos, uns em grande quantidade e outros em menor. Foi observado também que membros da referida elite criaram estratégias para se inserir no referido processo, onde estes adquiriam tais objetos, mas não sabiam como utilizar. O caráter de exibição dos objetos também foi observado na quantidade de inventários que listavam o guarda-louças ou armários, aparadores. A presença destes forneceu informações importantes acerca do cotidiano da elite aracatiense, pois estes móveis serviam para exibir a louça, como por exemplo, no inventário do comerciante Eduardo Gonçalves Valente e sua esposa, onde são elencados aparadores, guarda-louça, armários, e ainda cálices, aparelhos de chá e jantar, cobertas para pratos, etc. Esses objetos aqui citados foram utilizados por seus proprietários, pois apareceram em alguns casos

a denominação ‘usado’ ou em ‘bom estado’, dessa forma pode-se concluir que estes faziam uso de seus objetos.

Outro ponto importante é a presença de louças de diferentes tipos e procedências. Nos termos de propriedade do Museu Jaguaribano, observou-se que as louças doadas por aracatienses ou seus descendentes eram em sua grande maioria inglesas, embora tivessem holandesas, francesas e alemãs. Isso demonstra que as relações comerciais entre Aracati e Europa não se restringiam a Inglaterra e seus produtos.

Pode-se concluir através do estudo da cultura material, neste caso da louça europeia de uso doméstico, pode-se perceber que a louça não era apenas um elemento distintivo, mas simbólico também a partir das relações formadas entre as pessoas e os objetos. Uma das formas de perceber esse papel da louça é através de sua trajetória, pois sua produção-distribuição-consumo, fornecem informações acerca de quem os produziu? Que motivos levaram a sua produção? como era realizada sua distribuição? E que mecanismos estavam presentes para a realização dessa etapa? E ainda quem consumia e a partir de que parâmetros? Esses questionamentos foram contemplados nesta pesquisa.

O estudo da louça europeia de uso doméstico e seu consumo no Ceará, e assim como no Brasil, através das casas comerciais é um assunto que não se esgota aqui ainda fornece elementos para outras discussões, outros questionamentos e outros períodos.



6. BIBLIOGRAFIA

- ALGRANTI, Leila Mezan. Famílias e vida doméstica. In: **História da vida privada: cotidiano e vida privada na América portuguesa**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997
- APPADURAI, Arjun (Org.). **A vida social das coisas. As mercadorias sob uma perspectiva cultural**. Niterói: EdUFF, 2008.
- ARAÚJO, M. L. V. Os interiores domésticos após a expansão da economia exportadora paulista. **Anais do Museu Paulista**. 12:129-160, 2004
- ARAÚJO, A. G. e CARVALHO, M. R. R. . **A louca inglesa no século XIX: considerações sobre a terminologia e metodologia utilizadas no sítio Florêncio de Abreu**, São Paulo. *Revista do MAE*. 3:81-95, 1993
- BANDEIRA, Beatriz. A faiança portuguesa entre os séculos XVII e XIX. In: **Vestígios – Revista Latino**
- BARBUY, Heloisa. O Brasil vai a Paris em 1889: um lugar na Exposição Universal . **Anais do Museu Paulista**, [S.l.], v. 4, n. 1, p. 211-261 , jan. 1996.
- BARROSO, Gustavo. (1962) **A margem da história do Ceará**. Fortaleza: Imprensa Universitária.
- BOURDIEU, Pierre. **A distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2008.
- _____. **O Poder simbólico**. 15ª. Ed. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2011.
- BRANCANTE, E. F. **O Brasil e a Cerâmica Antiga**. São Paulo, Ed :Lithographia, 1981
- BRAUDEL, Fernando. **Civilização Material e Capitalismo (século XV- XVIII)** – v. 1. As estruturas do cotidiano: o possível e o impossível. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- BRUNETTI, M. E. Sobre um juízo estético peculiar à educação do designer. **Revista Diálogo Educacional** - V. 1 - N.1 - P.1-95 - Jan./Jun. 2000
- BURKE .P . **Hibridismo Cultural**. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, Coleção Aldus 18.. 2008
- _____. & HSIA, R. Po-Chia. (Org.) **Tradução Cultural nos primórdios da Europa Moderna**. São Paulo: Editora UNESP, 2009
- CAMINHA., Adolfo. **Tentação; No País dos Iankes** Rio de Janeiro: J. Olympio, Fortaleza; Academia Cearense de Letras, 1979
- CAMPOS, Eduardo **Capítulos de História de Fortaleza do século XIX: o social e o urbano**. Fortaleza: Edições UFC (PROED). Coleção José de Alencar, v. 6. , 1985

- CARVALHO, M. R. R.. Pratos, xicaras e tigelas; um estudo de arqueologia histórica em São Paulo, séculos XVIII e XIX: os sitios Solar da Marquesa, Beco do Pinto e Casa no1. **Revista do MAE**. 13:75-99., 2003
- CASCUDO, L.C. História da Alimentação no Brasil, 3ª ed. São Paulo: Global, 2004
- DA COSTA, Elza M. L, Sociabilidade e Cultura das Elites Sobralenses: 1880 -1930, Fortaleza: SECULT/CE, 2011
- DOBB, Maurice H. **A evolução do capitalismo**. 2ª Ed., São Paulo; Nova Cultural. 1986
- DOUGLAS, Mary; ISHERWOOD, Baron. (2004) **O Mundo dos bens: para uma antropologia do consumo**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ,
- DOWBOR, Ladislau. **A formação do capitalismo no Brasil**. 2ª edição, São Paulo: Brasiliense, 2009.
- ELIAS, Nobert. **O processo civilizador: uma história dos costumes**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. Vol. 1, 1994.
- _____. **O processo Civilizador: formação do Estado e Civilização**, vol. 2: - Rio de Janeiro: Zahar, 1993.
- FERNANDES, I. **Aracati: o que pouca gente sabe**. Rio- São Paulo-Fortaleza: ABC Editora, 2006
- FERREIRA NETO, Cicinato . **História do Fisco Cearense(1836-2011)**, Fortaleza: Premius, 2011
- FLEXOR, Maria Helena Ochi. Mobiliário Baiano, Brasília, DF; IPHAN/ Programa Monumenta, 2009.
- FREITAS, Antônio de Pádua Santiago de. (julho 2011). Estrangeiros e Cultura Capitalista Ceará (1810-1916). **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH /São Paulo**.
- FURTADO. Junia Ferreira. A morte com testemunho da vida. In **O Historiador e suas fontes**, 1ª edição, SP: Contexto, 2009.
- FORTY, Adrian. **Objetos de desejo - design e sociedade desde 1750**. Tradução: Pedro Maia Soares. São Paulo: Cosac Naify, 2007
- FREYRE, Gilberto. **Vida social no Brasil nos meados do século XIX**. 4ª ed. (revista). São Paulo: Global. 2008.
- _____. **Os ingleses no Brasil: aspectos da influência britânica sobre a vida, a paisagem e a cultura do Brasil**. 3ª edição, Rio de Janeiro: Top Books Editora/ UniverCidade, 2000

_____. **Sobrados e Mucambos: decadência do patriarcado e desenvolvimento urbano.** 4ª edição, Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editôra (Introdução à História da sociedade patriarcal no Brasil, nº 1), 1968.

GARCIA, Patrícia Fournier. **Evidências arqueológicas de la importación de cerâmica em México, com base em los materiales del ex-convento de San Jerónimo.** D.F. México, Colección Científica/Instituto Nacional de Arqueología e Historia, (Serie Arqueologica) 1990.

GIRÃO, Raimundo. **História Econômica do Ceará.** Fortaleza: UFC/ Casa Joé de Alencar Programa Editorial. 2000

_____; MARTINS FILHO, A. **O Ceará.** .Ed. Fac- sim: Fund. Waldemar Alcântara, 2011

_____. **Os municípios cearenses e seus distritos.** Fortaleza: Secretaria de Planejamento e Coordenação, 1983.

_____. **As Oficinas ou charqueadas no Ceará.** Fortaleza: Secretaria de Cultura/IOCE, 1984.

GIRÃO, Valdelice. C. **Estudos históricos e de evolução urbana da cidade de Aracati.** Tomo CXV, nº 115, p 35 – 50, 2001.

HANNA, V.L.H. “Está bem bom para inglês ver”; a influência da língua e da cultura inglesas no Brasil (1808 -1920.) **Revista: Todas as Letras, Revista de Língua e Literatura**, nº 6, ano 6, Universidade Presbiteriana Mackenzie, Centro de comunicação e Letras, São Paulo, SP , 2004

HEINZ, Flávio M. (Org.). **Por uma outra história das elites.** Rio de Janeiro: Editora FGV. 2006

HILBERT, Klaus. **Diálogos entre substâncias, cultura material e palavras.** Métis (UCS), v. 8, p 11 -26. , 2009

_____. Dossie: cultura material. In: **Métis: História & Cultura**, v. 8, nº 16, junho – dezembro de 2009

HOBSBAWM, Eric J. **A Era dos Impérios - 1875-1914.** Rio de Janeiro, Paz e terra, 2007.

_____. **A Era do Capital -1848 – 1875,** Rio de Janeiro, Paz e terra, 2012.

HOLANDA, Cristina Buarque de. **Teoria das Elites,** Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

JESSUA, Claude. **Capitalismo.** Porto Alegre: LP & M, 2011

JUCÁ NETO, Clóvis R. **Primórdios da Urbanização no Ceará,** Fortaleza: Edições UFC: Editora Banco do Nordeste do Brasil, 2012

_____. Primórdios da rede urbana cearense. **Mercator** - Revista de Geografia da UFC, ano 08, número 16, 2009

LEITE, Ana Cristina. **O Algodão no Ceará; estrutura fundiária e capital comercial, 1850-1880.** Fortaleza: SECULT, 1994.

LEMENHE, Maria Auxiliadora. **As razões de uma cidade: conflito de hegemonias.** - Fortaleza: Stylus Comunicações, 1991. LIMA, Abelardo Costa. **Terra Aracatiense.** Coleção Biblioteca de História do Ceará. 2ª edição, 1979.

KOSMINSKY, D. “Bom gosto”, contradição e a comunicação do simbólico na construção visual do Palácio de Cristal. In: **Cultura Visual**, n. 15, maio/2011, Salvador:

LIMA, Abelardo Costa. (1979) **Terra Aracatiense.** Coleção Biblioteca de História do Ceará. 2ª edição.

LIMA, Igor & SILVA, Patrícia G. E. **Tipologia documental.** In: SAMARA, Eni de M. (Org.). **Paleografia, documentação e metodologia histórica,** São Paulo: Hamanitas, 2010 (CEDHAL Cursos e Eventos, nº 5)

LIMA, Tânia Andrade. Chá e simpatia: uma estratégia de gênero no Rio de Janeiro oitocentista. In: **Anais do Museu Paulista.** São Paulo, N. Ser. V. 5, p: 93 – 127, jan/dez, 1997.

_____. Humores e odores: ordem corporal e ordem social no Rio de Janeiro, no século XIX. **História, Ciência, Saúde – Manguinhos.** Fundação Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro. 44-96. 1996

_____. Pratos e mais pratos: louças doméstica, divisões culturais e limites sociais no Rio de Janeiro, século XIX. In: **Anais do Museu Paulista,** São Paulo, N. Ser. v. 3, p: 129 – 191, jan. /dez., 1995.

_____. Sintomas do modo de vida burguês no Vale do Paraíba, sec. XIX: Fazenda São Fernando, Vassouras, RJ. Exploração arqueológica e arqueológica. In: **Anais do Museu Paulista,** Nova Série nº 1, 1993

_____. et ali. A tralha doméstica em meados do século XIX: reflexo da emergência da pequena burguesia do Rio de Janeiro, In: **Dédalo,** São Paulo, pub. Avulsa, 1; 205 – 230, 1989.

MACHADO, Alcântara. **Vida e Morte do Bandeirante.** (1980) Belo Horizonte: Ed. Itatiaia.

MACCRACKEN, Grant. **Cultura e consumo: novas abordagens ao caráter simbólico dos bens e das atividades de consumo.** Rio de Janeiro: MAUAD, 2003

MALINOWOSKI, B. K. **Argonautas do Pacífico Ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné melanésia,** 3ª Ed. São Paulo: Abril Cultural, 1984 (Coleção Pensadores)

McKENDRICK, N.; BREWER, J; PLUMB, J.H. **The Birth of a Consumer Society: The Commercialization of Eighteenth-Century England**, Bloomington: Indiana University Press.

MALERBA, Jurandir. **A corte no exílio: civilização e poder no Brasil às vésperas da Independência**: Editora Companhia das Letras, São Paulo (2000)

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. **Cultura material no estudo das sociedades antigas. Revista de História**, São Paulo, n.115, p.103-117, jul.-dez. 1993

MILLER, Daniel. **Trecos, Troços e Coisas: Estudos Antropólogos Sobre a Cultura Material**. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 2013.

MILLER, G. **Classification and economic scaling of 19 th century ceramics. Historical Archaeology**, 14. Acessado em 22 de Abril de 2010 em: http://www.sha.org/publications/onlinepubs_html/pubDetails.cfm?fileName=14-1-01.pdf. 1980

MOTA, Francisco Assis Sousa. **A Secular Casa Bóris e a importância de seu arquivo**. Fortaleza, Secretaria de Cultura e Desporto, 1982

NOBRE, Geraldo. **Introdução à história do jornalismo cearense**. - Fortaleza, Gráfica Editorial cearense, 1974.

_____. **O processo histórico de industrialização no Ceará**. - Fortaleza: SENAI, 1989.

Oates, P.B. **História do Mobiliário Ocidental**, Lisboa: Presença, 1991

O'BRIEN, M. e MAJEWSKI, T. (1987). The use and misuse of nineteenth-century english and american ceramics in archaeology analysis. **Advances in Archaeological method and theory**. 11:97-209.

OLIVEIRA, Maria Luiza F. de. **Entre a casa e o armazém: relações sociais e experiências da urbanização**: São Paulo, 1850 – 1900. São Paulo: Alameda, 2005.

PAIVA, Manoel O. **Dona Guidinha do Poço**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2003

PECHMAN, Robert M. **Cidades estreitamente vigiadas: o detetive e o urbanista**, Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & história Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

_____. **Exposições Universais: espetáculos da modernidade do século XIX**, Estudos Urbanos, Editora Hucitec, São Paulo, 1997

PONTE, Sebastião. **Fortaleza Belle Époque: reformas urbanas e controle social (1860-1930)** – 3. ed. – Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2001

- ROCHE, Daniel. **História das coisas banais, o nascimento do consumo séc. XVII-XIX**. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.
- SALES, Antônio. **Aves de Arribação**, Rio de Janeiro: J. Olympio, Fortaleza; Academia Cearense de Letras, 1979
- SCHAVELZON, Daniel. **Arqueologia Histórica de Buenos Aires: la cultura material porteña de los siglos XVIII y XIX**. Ed. Corregidor, Buenos Aires, 1991
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil**. São Paulo, Cia das Letras, 1993.
- SILVA, M. A. F. **Humor e decoro na cidade de Fortaleza (1850 - 1890)**. Fortaleza: Museu do Ceará, SECULT, 2009
- SILVA, José Correia da. **O Aracati que eu vivi**. Rio Grande do Norte: Queima-Bucha, 2011
- SOARES, F. C. ; Corção, M. . Bom gosto à mesa: cultura material e distinção social no Brasil do século XIX. **Clio**. Série Arqueológica (UFPE), v. 27, p. 33-62, 2012.
- SOUSA, Eusébio de. Duas palavras sobre “Terra Aracatiense”. IN: LIMA, Abelardo Costa. (1979) **Terra Aracatiense**. Coleção Biblioteca de História do Ceará. 2ª edição.
- STAROBISKI, Jean. **As máscaras da civilização: ensaios**. São Paulo: Companhia das Letras. 2001
- SYMANSKI, L. C. P. Grupos Domésticos, Comportamento de Consumo e Louças: O Caso do Solar Lopo Gonçalves. **Revista de História Regional** 2 (2):81-119, 1997
- _____. Alcronismo y cultura material: Discursos de dominacion y la utilizacion de bienes materiales em la sociedad brasileira del siglo XIX. Em: COUTO, F. e ZARANKIN, A. (eds.) **Sed non satiatta II. Acercamientos sociales em la arqueologia latinoamericana. Ediciones del Tridente. Buenos Aires**. 255-275. . 2008a
- _____. Praticas economicas e sociais no sertao cearense no século XIX: um olhar sobre a cultura material de grupos domesticos sertanejos. [Versão eletrônica]. **Revista de Arqueologia da Sociedade de Arqueologia Brasileira**. 21(2):73-96. Acessado em 22 de Abril de 2010, em: <http://www.ies.ufpb.br/ojs2/index.php/ra/index>, 2008b
- _____. Loucas e auto-expressão em regiões centrais, adjacentes e perifericas do Brasil. Em: ZARANKI, A. e SENATORE, M. X. (eds). **Arqueologia da Sociedade Moderna na América do Sul: Cultura Material, Discursos e Praticas**. Ediciones del Tridente. Buenos Aires. 31-62 2002
- TAKAYA, Denise Monteiro. **Europa, França e Ceará: origens do capital estrangeiro no Brasil**, Natal: UFRN. Ed. Universitária, 1995.
- _____. O capital mercantil estrangeiro no Brasil do século XIX: a

atuação da Casa Bóris Frères no Ceará **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza: Edições UFC, Volume 25, número ½, p: 111-145, 1994.

TEOFILO, R. **A Fome**, Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002

TOCCHETTO, F.B. **Fica dentro ou joga fora? Sobre as práticas cotidianas na Porto Alegre moderna oitocentista**, São Leopoldo: Oikos, 2010

_____ e MEDEIROS, J. G. T. A louca em lixeiras urbanas: reflexões sobre atributos, datações e consumo em Porto Alegre. **Revista de Arqueologia SAB.22:125-134.**, 2009

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**. Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

VEBLEN, T. **A Teoria da Classe Ociosa: Um Estudo Econômico da Instituições**, 2ª Ed., São Paulo: Nova Cultural, 1987.

VIEIRA JUNIOR, A. O. **Entre paredes e bacamartes: história da família no sertão (1780-1850)**. Fortaleza: Ed. Demócrito Rocha, São Paulo: Hucitec, 2004.

WALLERSTEIN, Immanuel. **Capitalismo histórico e Civilização capitalista**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001

ZANETTINI, P. E. Pequeno roteiro para a classificação de louças obtidas em pesquisas arqueológicas de sítios históricos. **Arqueologia**, v. 5, p. 117-130, 1986.

MONOGRAFIAS, DISSERTAÇÕES E TESES

ALVARENGA JÚNIOR Eustáquio Gonzaga. **Terra Prometida nos Trópicos: processo migratório, atividade mercantil e redes sociais na trajetória de um franco-judeu em Aracati (1897-1913)**, Monografia (Graduação). Universidade Estadual do Ceará – UECE, Curso de História, 2014.

BARBOSA, Maria Edivani Silva. **Aracati (CE) no período colonial: espaço e memória**. Dissertação (Mestrado) Universidade Estadual do Ceará - UECE, Mestrado Acadêmico em Geografia – MAG. Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria Salete de Souza, 2004

LOPES, Luã Rodrigues **Sala de visita: analisando a cultura capitalista em Fortaleza através dos objetos domésticos (1871-1910)**, Monografia (Graduação). Universidade Estadual do Ceará – UECE, Curso de História, 2014.

MACHADO, D. M. **Nem só inglesas, nem só nacionais: Reflexões sobre as faianças decoradas do sítio Estaleiro Rio Grande, RS**. Monografia (Graduação). Universidade Federal do Rio Grande - FURG, Bacharelado em Arqueologia, 2014

NOGUEIRA, Gabriel Parente. **Fazer-se nobre nas fímbrias do império [manuscrito]: práticas de nobilitação e hierarquia social da elite camarária de Santa Cruz do Aracati (1748-1804).** Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em História, Fortaleza(CE), Orientação: Prof. Dr. Almir Leal de Oliveira, 2010

OGNIBENI, Denise. **Cultura Material e vida cotidiana no meio rural do Rio Grande do Sul, no final do século XVIII e princípio do XIX: o sítio R 23/ Barra Falsa, um estudo de caso. – vias de acesso ao Mercado: a louça e o contrabando no sul.** (Dissertação de Mestrado em História), Porto Alegre: PUCRS, 1998

OLIVEIRA, Beatriz Chaves. **As Posturas em Aracati: aforamentos, construções e salubridade urbana nos anos de 1860.** Monografia (Graduação). Universidade Estadual do Ceará – UECE, Curso de História, 2009

PEIXOTO, L. S. **Louças e modos de vida urbano na Pelotas oitocentista. Mestrado em Memoria Social e Patrimônio Cultural.** Instituto de Ciências Humanas. UFPEL. Pelotas.164pp., 2009

Pinto, Erica Souza. **Vestindo uma cidade: a importância dos elementos da vestimenta na Fortaleza dos anos de 1925 e 1926.** Monografia (Graduação). Universidade Estadual do Ceará – UECE, Curso de História, 2013.

REGO, Júnia Motta Antonaccio Napoleão do. **Dos sertões aos mares: história do comércio e dos comerciantes de Parnaíba.** (Tese de Doutorado). Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2010

SANTOS, P. **Contentores de bebidas alcoólicas: usos e significados na Porto Alegre e Oitocentista.** Dissertação de Mestrado em História. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. PUCRS, Porto Alegre. 242pp., 2005

SOARES, F. C. **Vida material de Destero no século XIX: as louças do Palácio do Governo de Santa Catarina** Tese (Doutorado) Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, UTAD, Portugal. 2012. Orientador: Prof. Dr.Fernando Coimbra.

SOUZA, R. A. **Louça branca para a pauliceia: arqueologia histórica na fábrica de louças Santa Catharina / IRFM – São Paulo e a produção da faiança fina nacional (1913-1937).** Dissertação de Mestrado em Arqueologia. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. USP. São Paulo. 479pp., 2010

FONTES

1. Instituições Pesquisadas:

- Acervo do Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará - Fortaleza.
- Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel (Setor de Obras Raras) - Fortaleza
- Arquivo Público do Estado do Ceará (APEC) – Fortaleza
- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) – Fortaleza
- Museu Jaguaribano – Aracati/CE
- Museu Diocesano – Sobral/ CE

2. Fontes Primárias

ALEMÃO, Francisco Freire. (2006). *Diário de viagem de Freire Alemão: Fortaleza – Crato, 1856*. Fortaleza: Museu do Ceará, Secretaria de Cultura do Estado do Ceará.

BARBOSA, Ivone Cordeiro. Cidadania em construção: a legislação provincial do Ceará. Apontamentos para uma História Social do Estado do brasileiro. In: *Leis Provinciais: Estado e Cidadania (1835-1861)*. Compilação das Leis Provinciais do Ceará – compreendendo os annos e 1835 a 1861 pelo Dr. José Liberato Barroso / Almir Leal de Oliveira, Ivone Cordeiro Barbosa, organizadores. – ed. Fac-similada. Fortaleza: INESP, 2009.

BRASIL, Tomás Pompeu de Souza. Ensaio Estatístico da Província do Ceará. t 1.-Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 1997. Fac-símile da edição publicada em 1863.

BRASIL, Tomás Pompeu de Souza. Ensaio Estatístico da Província do Ceará. t 2.-Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 1997. Fac-símile da edição publicada em 1864.

KOSTER, Henry. **Viagens ao Nordeste do Brasil**. 12^a ed. Rio- São Paulo, Fortaleza: ABC Editora, 2003.

Official Catalogue of the Austrian Section os the Word Columbian Exposition – Chicago 1893

Na Exposição de Chicago, elaborado por Thomas Pompeu de Sousa Brasil, Typ. D'a Republica, Fortaleza, 1893

Terra Cearense, Álbum de Propaganda em geral, organizado no Governo do Emitente Desembargador José Moreira da Rocha, Fortaleza, 1925

3. Dicionários

STUDART, G. Dicionário bio-bibliográphico cearense. Edição fac-simile, Fortaça: Iris; SECULT, 2012 Volume 1, 2 e 3

4. Documentos Oficiais

- Correspondência da Casa Comercial Boris Frères

Fundo: Boris Frères: correspondência comercial recebida pela Boris Frères relativa a comerciantes da cidade de Aracati, Data crônica: 1872 a 1879, CCR; Arquivo Público Intermediário do Ceará

- Fundo: Alfândegas de Aracati e Fortaleza – Data Crônica: 1836 a 1893, Localizada no Arquivo Público do Estado do Ceará.

- Termos de Propriedade das peças doadas e/ou cedidas ao Museu Jaguaribano, produzidas entre os anos de 1968 e 1998.

- Correspondências da Alfândega e Mesa de Aracati

Fundo: Alfandegas de Aracati e Fortaleza – Data crônica dessa documentação: de 1835 a 1893.

4. Catálogos e Relatórios

- **Catálogo do Museu Jaguaribano**, Coleção Museus do Ceará, Vol. I: Imprensa Universitária da Universidade Federal do Ceará; Fortaleza, 1980.

CALDARELLI Solange Bezerra. **Arqueologia do Vale do Paraíba Paulista**. São Paulo, 2000

KOVEL, R & KOVEL T. **Kovel's Nem Dictionary of Marks: Pottery & Porelain 1850 to the Present**: Crown Publishers, Inc. New York, 1986

VIANA. V. P. (Coord.) **Projeto para renovação de licença de pesquisa Programa de Resgate Arqueológico na área de intervenção do sistema de esgotamento sanitário do município de Aracati, no Ceará**. Fortaleza, 2008 (Apresentado ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Ceará)

_____. **Relatório Final Estudos Integrados do Patrimônio Cultural do Programa de Resgate Arqueológico na área de intervenção do sistema de esgotamento sanitário do município de Aracati, no Ceará**. Fortaleza, junho/2009, v.9. (Apresentado a Companhia de Água e Esgoto do Ceará – CAGECE e ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Ceará).



7. GLOSSÁRIO

CREAMWARE – Denominação imputada á um tipo de esmalte encontrado nas faianças finas, este possui uma cor leitosa e esverdeada adquirida pela aplicação de óxido de chumbo ocorrido no processo de vitrificação da peça, o mesmo foi criada por Josiah Wedwood no século XVIII **DECALQUE** - caracterizado por uma técnica decorativa no qual uma espécie de adesivo é aplicado sobre um recipiente, normalmente são feitos na cor dourado, pode apresentar suaves relevos depois que a peça passa pelo processo de queima. No final do século XIX, esta técnica substituiu o transfer printed. (Soares, 2011)

FAIANÇA – é um tipo de louça branca de pasta opaca, compacta, fratura irregular, porosa de coloração bege a avermelhada e esmalte poroso branco. O esmalte cria uma capa branca sobre a pasta da cerâmica e a impermeabiliza. As faianças foram criadas primeiramente na Espanha no século XIV e difundidas por outros países europeus, como Itália e Portugal (Caldarelli, 2000; Soares, 2011)

FAIANÇA FINA – Termo utilizado para designar as louças criadas na Inglaterra, no século XVII e XVIII, de preço mais acessível que as porcelanas chinesas e de melhor qualidade que as faianças. Caracteriza-se por uma cerâmica cuja pasta é constituída de elementos como o sílex calcinado, caulim, argila, cal, ossos calcinados, feldspato e giz. O resultado é uma louça com a pasta impermeável, opaca, de textura granular e quebra irregular, coberta com um esmalte constituído por substâncias minerais. (Tocchetto *et al.*, 2001).

IRONSTONE – Termo utilizado para se referir a um tipo de louça com dureza maior que a faiança fina e menor que porcelana, essa dureza é causada pela adição de “china stone” na pasta. As primeiras cerâmicas deste tipo foram criadas na Inglaterra edatam do século XIX, se assemelham as porcelanas devido suas características. O que as diferem é que as *ironstones* não são translúcidas como a porcelana, e são mais espessas e absorventes (Soares, 2011)

PEARLWARE – Denominação atribuída a um tipo de esmalte, encontrado nas faianças finas, possui uma cor azulada, adquirida pela aplicação de óxido de cobalto no processo de verificação da cerâmica, foi criada por Josiah Wedgwood, no século XVIII. (Soares, 2011)

PORCELANA – Caracteriza-se por um tipo de cerâmica na qual a pasta é constituída de caulim, feldspato e quartzo, cozida a altas temperaturas, em torno dos 1400°. Possui um aspecto branco, vitrificado, sonoro, estrutura sólida e translúcida. Foi originalmente criada na China (Brancante, 1981).

SPONGE, ESPONJADO OU CARIMBADO– Caracteriza-se por uma técnica decorativa no qual esponjas cheias de tintas são impressas contra a superfície do recipiente, resultando em decorações com formas não definidas ou em desenhos semelhantes aos da esponja/carimbo, como estrelas, flores e águias. Foram produzidas entre 1840 e 1935 (Soares, 2011)

TRANSFER PRINT - Termo utilizado para referir-se a uma técnica decorativa aplicada, principalmente, nas louças do tipo faiança fina. Caracteriza-se pelo processo de impressão por transferência, no qual o desenho é gravado em uma placa de metal, coberto com tina e papel seda umedecido, após uma prensagem normal, o desenho estampado no papel-seda é transferido a peça cerâmica, que já havia sofrido a primeira queima. A peça é colocada na água para descolamento do papel-seda e, por fim, mergulhada em uma solução, para a obtenção do esmalte, retornando ao forno a fim de ser queimada novamente. Esse processo foi criado por Wedgwood em 1750 (Tocchetto *et al.*, 2001).